

e. 26

Bt. from W. Heffer & Sons Ltd.

1151

26



87

C. L.



**NARRAÇÃO**  
DA  
**INQUISIÇÃO DE GOA,**

ESCRITA EM FRANCEZ

POR

**MR. DELLON;**

VERTIDA EM PORTUGUEZ, E ACCRESCENTADA COM VARIAS MEMORIAS,  
NOTAS, DOCUMENTOS; E UM APPENDICE, CONTENDO A NOTICIA,  
QUE DA MESMA INQUISIÇÃO DEU O INGLEZ

CLAUDIO BUCHANAN :

POR

**MIGUEL VICENTE D'ABREU.**

CAVALHEIRO DA ORDEM DE CRISTO, E OFFICIAL DA SECRETARIA  
DO GOVERNO GERAL DO ESTADO DA INDIA PORTUGUEZA.



**NOVA-GOA**  
**IMPRESSA NACIONAL.**  
**1866.**



## DUAS PALAVRAS SOBRE A OBRA.

**M**uito se tem escripto acerca da inquisição, e todavia ainda está por fazer a historia completa e veridica deste famoso tribunal. Serão pois sempre bem recebidas todas aquellas noticias, que possam illustrar o assumpto, e prover de materiaes para a obra. O rarissimo livrinho de Dellon, até agora mais fallado que conhecido, era digno de ser vulgarisado, porque por ventura he o unico monumento, onde mais detidamente se trata da inquisição de Goa; e assim julgamos que fez um bom serviço o diligente traductor não só reduzindo-o á lingua-gem portugueza, mas muito mais corrigindo alguns erros e descuidos do auctor, e accrescentando-lhe notas e documentos, que adiantam muito ao que até ago-

ra communmente se sabia sobre os particulares desta instituição, pela qual parece que ainda hoje alguns choram, e talvez folgariam do seu restabelecimento, na esperança de serem ministros, e de nenhuma sorte victimas de tão sancto officio. Confiamos porem que tanto me nos será de recear a volta do seu reinado, quanto mais ao alcance de todos se puzerem escriptos taes como este que agora sae á luz.

**J. H. DA CUNHA RIVARA.**

## PREFAÇÃO DO TRADUCTOR.

Nec minus praemia delatorum invisa quàm scelera: quum  
.....verterent cuncta odio et terrore. Conrupti in domi-  
nos servi, in patronos liberti; et, quibus deerat inimicus;  
per amicos obpressi.

Tacito, *Historiarum* Lib. I—II

Não são menos de reprehender os premios, que os delatores rece-  
bem, do que as suas más acções, porquanto revolvem tudo pelo  
ódio e pelo terror. Lavrava nos servos a corrupção contra os  
senhores, nos libertos contra os patronos; e até as pessoas, que  
não tinham inimigos, eram oprimidas pelos amigos.

### I.



**ONRADOS** com demonstrações officiaes do real  
agrado do soberano, referendadas por dois dos  
seos mui illustres ministros (a), e dos supremos  
chefes do estado (b) pelas nossas poucas publicações littera-  
rias, e summamente gratos ao respeitavel publico, a toda  
imprensa periodica portugueza de Goa, ao finado distincto  
redactor da *Abelha de Bombaim* Luis Caetano de Menezes,  
ao douto auctor do *Diccionario bibliographico portuguez*  
o senhor Innocencio Francisco da Silva, e a alguns dos prin-  
cipaes jornalistas da metropole, que todos, em termos mui  
benevolos, apreciaram os mesmos trabalhos, julgámos um  
dever impreterivel corresponder condignamente a tantas pro-  
vas do espontaneo favor dos nossos superiores, dos nossos

---

[a] Os Exm.<sup>os</sup> Adriano Mauricio Guilherme Ferreri, e José da  
Silva Mendes Leal.

(b) Os exm.<sup>os</sup> José Ferreira Pestana, e Conde de Torres-Novas

illustrados compatriotas, e de muitos homens de letras da India, e da mãe patria, mettendo hombros a uma nova empreza, compativel com as nossas fracas forças, tendente a vulgarisar no paiz mais um livrinho, que diz muito á sua historia, mas escrito em lingua extranha, ignorado pela maioria de gente portugueza, e hoje rarississimo nos seus exemplares do original francez.

Este livrinho, impresso em Hollanda no anno de 1667, se intitula = **RELATION DE L'INQUISITION DE GOA** = em que o seu auctor, o medico francez Dellon, faz publicos os seus soffrimentos de quatro annos de sugeição que teve á inquisição de Goa, e dá uma curiosa noção historica do regimen daquelle tribunal, do seu edificio, das suas especialidades. etc.

## II.

Remontando á origem daquella instituição em geral, diremos aqui, sem tacha de sermos exagerados, e mesmo como uma verdade muito sabida na republica litteraria, que em todos os paizes, que admittiram o tribunal da inquisição, se tornou elle em horrivel flagello da sociedade humana;—um tribunal feroz e sanguinario;—e um recurso constantemente aberto ao inimigo de qualquer homem, que ou por seu talento, ou riqueza, ou outro motivo se avantajasse ao seu semelhante;—foi em fim uma fonte perenne de incalculaveis males, os quaes se sentiram principalmente em Goa, paiz retalhado, como todos sabem, agora e sempre, por mil mofinas differenças de castas, cores, e seitas, e urdido de tantas intrigas intestinas, que produzião outros tantos emulos.

Leamos as *Memorias* dos desembargadores Magalhães (a pag. 8 e 9; *Nova Goa*. 1859), e Lousada (no vol. 2.º dos

### = III =

*Annaes Marítimos e Coloniaes* a pag. 59 ), em que ambos aquelles escriptores quasi *ipsis verbis* dizem acerca da inquisição de Goa o seguinte :

« Por fim a inquisição, esse tribunal de fogo, arrojado na  
« superficie do globo para flagelo da humanidade, institui-  
« ção horrivel, que eternamente cobrirá de opprobrio os seus  
« auctores, fixou seu brutal domicilio nos fertes plainos do  
« Indostão. Ao aspecto do monstro tudo fugio, e desappa-  
« receo, Mogores, arabios, persas, armenios, e judeos. Os in-  
« dios mesmos, os mais tolerantes e pacificos, pasmados de  
« ver o Deus do christianismo mais cruel que o de Mahomet,  
« desertavam do territorio dos portuguezes para o dos mou-  
« ros, com quem o tempo os havia congregado, não obstante  
« haverem delles recebido enormissimos e incalculaveis ma-  
« les. Desta maneira ficaram ermos campos e cidades, como  
« estão hoje Diu e Goa.

### III:

N'um tribunal destes facillimo era pois cevar-se a paixão da inveja, baixa e vil pela sua cobardia, e tão propensa para a calumnia, quanto longe estava de ser em tempo algum descuberta, tribunal que, alem de estender a sua jurisdicção aos christãos, gentios e mouros, se abalançava ainda a julgar das acções mais indifferentes da sua vida, alcunhando-as de actos de culto, horrorizando-os, e fazendo assim desaparecer com elles o vasto commercio desta terra ( a ). . . . .

Uma maior prosperidade em qualquer empreza, uma fortuna superior, uma acção de merito e louvor, a importancia social, a estima publica ganhada pelo trabalho, maior bem-

---

[ a ] Vide os officios dos vice-reis publicados a pag. 109. ate 113.

querença que a do seo visinho, o não ser da mesma casta, da mesma côr, ou da mesma seita religiosa, uma opinião prejudicada, as rivalidades de familias, os amores malogrados, os rancorosos despeitos, tudo em fim, de que se usa e se abusa, era, as mais das vezes, outros tantos motivos ao emulo gratuito, para ir tristemente denunciar o seu inimigo á inquisição, e fazer victimar traiçoeiramente um innocente, por elle accusado perante o mesmo tribunal, ou de ter pronunciado um discurso irreligioso, ou blasfemado da divindade, ou desacatado as imagens dos santos, ou motejado do tribunal, ou desconsiderado o supremo cabeça da igreja e'c.; e cá em Goa até de ter apontado com o dedo o *Orlem Goro*, ou a *Caza grande*, que é o como por antonomazia nomeavão o grandioso palacio da inquisição desta cidade !!

#### IV.

A inquisição goana era pelos seus rigores reputada a peor das inquisições existentes no orbe catholico das cinco partes do mundo, no sentir unanime dos escriptores nacionaes e estrangeiros. Ora se é esta uma verdade recebida, ouçamos as palavras auctorizadas do pai dos historiadores portuguezes deste seculo, o sr. Alexandre Herculano, discorrendo no seo *Fragmento sobre a inquisição* de Lisboa, publicado ha pouco em Portugal; e que *mutatis mutandis* é mais que commum á nossa inquisição; e por ella avaliemos a que abusos e excessos se sujeitarião os boçaes gentios de Goa, quando convertidos á fe catholica fossem accusados de continuarem ás escondidas no seo culto dos antigos ritos, assimilando-se nisto aos *christãos novos*, de que falla o mesmo sr. Herculano.

« Pode imaginar-se, começa o abalisado historiographo,



« qual seria o terror dos individuos da raça proscripta,  
 « quando ouvião da boca d'um familiar do santo officio a or-  
 « dem para o acompanharem aos carcereos do tribunal. En-  
 « trando ali, aquelles, cujos animos erão mais fracos per-  
 « dião não raro o juizo. Dois presos conduzidos de Aveiro a  
 « Lisboa receberam taes tractos pelo caminho, e possuiram-  
 « se de tal afflicção pela perspectiva do futuro que chegando  
 « ao seo destino estavão completamente alienados. Uma po-  
 « bre mulher, rodeiada de cinco filhinhos, o mais velho dos  
 « quaes contava apenas oito annos, conduzida á inquisição,  
 « perguntava porque a prendião, e qual seria a sua sorte.  
 « Divertiram-se os familiares em persuadil-a que ia ser quei-  
 « mada, N'um accesso de loucura a desgraçada precipitou-  
 « se d'uma janella abaixo, e quando a forão buscar ao pa-  
 « teo, onde caíra, acharam-na completamente disconjuncta-  
 « da. Esses terrores, que cercavão aquella situação angustiada,  
 « produzião o aborto, quando as prezas vinhão gravidas.  
 « Nem a belleza e o pudor dos annos floridos, nem a velhi-  
 « ce, tão digna de compaixão na mulher, eximião o sexo  
 « mais debil da ferocidade brutal dos suppostos defensores  
 « da religião. Havia dias, em que sete ou oito erão mettidos  
 « a tormento. Estas scenas reservavão-n'as os inquisidores de-  
 « pois de jantar. Servião-lhes de pospasto. Muitas vezes na-  
 « quelle acto competião uns com outros em mostrar-se apre-  
 « ciadores da belleza de formas humanas. Em quanto a  
 « desgraçada donzela se estorcía nas dores intoleraveis de  
 « tractos, ou desmaiava n'a intensidade da agonia, um ap-  
 « plaudia-lhe os toques angelicos do rosto, outro o fulgor  
 « dos olhos, outro os contornos voluptuosos do seio, outro  
 « o torneado das mãos. Nesta conjunctura os homens de san-  
 « gue convertião-se em verdadeiros artistas. etc. (!!. . .)

## — VI —

Isto que parece figurar-se um *romance* ou *drama* no auctor nacional, confirma-o o estrangeiro, m.<sup>r</sup> Alfred Demersay, commissario do governo francez em Portugal e Hespanha em 1862, que examinando os archivos de Lisboa, onde se guardão os processos das inquisições extinctas, diz no seo relatorio: „ L'inquisition seule a fourni les pieces de quarante mille „ procès, c'est-à-dire les éléments les plus précieux pour écrire „ l'histoire de cette institution nefaste, et une mine inépu- „ isable pour les romanciers et les faiseurs de melodramés.,, (*Chronista de Tissuary*, n.º 6.º pag. 166), que em portuguez quer dizer—Só a inquisição tem fornecido 40,000 processos, que são os mais preciosos elementos para se escrever a historia desta instituição nefasta, e uma inexgotavel mina para os romancistas e auctores de melodramas.—

## V.

A aquisição do livrinho de Dellon, mesmo em Portugal sabemos que é difficilima, não só porque é antigo, mas porque ainda na antiguidade não podia correr livremente em um paiz, onde existia aquelle tribunal, promotor de quantas pesquisas e visitas domiciliaries pudesse, para descobrir os livros por elle prohibidos: dahi veio a sua raridade, a qual redobrou em Goa, onde talvez não errariamos, se disseramos que existe hoje um só exemplar, cujo possuidor é o sr. conselheiro Rivara, que o trouxe de Lisboa, e lhe foi offerecido, como mimo especial da terra para onde ia, pelo insigne bibliophilo, o conservador da bibliotheca publica daquella capital, João Jozé Barboza Marreca, hoje fallecido, segundo nos informou o mesmo senhor Rivara, quando logo á sua chegada teve a bondade de nos confiar a sua leitura.

## = VII =

### VI.

Essa interessante leitura excitou muito a nossa curiosidade; o assumpto era importantissimo, esclarecia a nós e a geração actual de Goa sobre uma instituição, que, como dissemos, por longos annos presidira aos destinos della; fôra o maior terror dos nossos avoengos, echóara nas cinco partes do mundo pela sua inaudita tirania; conservara a mais absoluta independencia dos nossos antigos vice-reis em tempos, em que elles ostentavão por toda a parte o seo grande poder, sendo-lhes todavia vedado intrometterem-se unicamente no quanto tocasse ás cousas do santo officio (a); de fallarem a respeito dos culpados nelle; e mandando-se até por ordem da côrte applicar exclusivamente para as despesas do tribunal e pagamentos dōs seus ministros uma das rendas da cidade (b), como para se tornar mais livre a acção do tribunal, e sobranceira à influencia do poder civil, *que só devia dar-lhe ajuda a favor em tudo que por elle lhe fosse requerido* ! (c). E deste tribunal, os poucos homens vivos, que o alcançaram já em decadencia, pouco ou nada dirião que valesse para o material d'um trabalho solido e seguido, ou d'uma noção historica imparcial, bem averiguada, e minuciosa nas suas differentes circumstancias e especialidades.

### VII.

Collocados neste terreno, estivemos alguns annos de espec-

---

[a] Carta regia de 18 de março de 1596 (Livro da monção n.º 2 fol. 331] que se acha já publicada no *Fasciculo* 3.º do sr. conselheiro Rivara.

(b) Ordem regia de 15 de fevereiro de 1593 (Livro 2.º fol. 139] também publicada no referido *Fasciculo*.

(c) Carta Regia de 2 de março de 1589 [Livro 2 fol. 54] Idem.

## = VIII =

tativa; e finalmente entendemos mesmo na nossa deficiência fazer algum serviço á historia patria e aos nossos concidadãos em aproveitar o ensejo, e dar-lhes vertido (com a venia do dono) o mesmo livrinho, que é tão digno da versão, que delle nos diz o sabio Ferdinand Denis, „ Plusieurs voyageurs „ ont peint avec une grande énergie les tourments que l'inqui- „ sition de Goa faisait subir á ses prisonniers; mais le plus dé- „ taillé sans contredit, et le plus modéré sous bien des rap- „ ports, est un medecin français, nommé Dellon, qui a donné „ un traité special sur ce tribunal dont il fut l'une des „ derniers victimes. (*Portugal*, pag. 252) Ou em portuguez= Muitos viageiros pintaram com grande energia os tormentos que a inquisição de Goa fazia padecer a seos presos; mas o mais minucioso sem contradicção e o mais moderado a todos os res- peitos é um medico francez chamado Dellon, que escreveu um tratado especial sobre este tribunal, do qual foi uma das ultimas victimas.=Parecer este tão auctorizado, quanto conforme com o geral dos escriptores nacionaes, e estrangeiros; e entre os ultimos apontaremos o moderno viajante inglez o reverendo doutor Claudio Buchanan, *vice proboste* do collegio do Fort William, em Calcutá, que na sua obra *Christian Researches in Asia*, London 1811, dedicou algumas paginas á visita que lhe fez em Goa no anno de 1808, vindo com o mesmo livrinho de Dellon no bolso;—as quaes paginas aproveitámos em *appendice* no fim da obra.

## VIII.

Em quanto ao nosso trabalho excusamos dizer que puzemos os esforços possiveis, para que a versão fosse fiel e limpa, fazendo-a acompanhar de tres additamentos, mais de

— IX. —

cento e vinte notas, em parte originalmente nossas, em parte transladadas ou extractadas de outros auctores, e o appendice referido, tudo dirigido a rectificar e ampliar o texto: e finalmente fechamos a obra com 14 documentos das duas extincções de 1774 e 1812, saltando unicamente a ordem regia da restauração de 1778, que frustrou todas as nossas diligencias para a descobrir, e que é supprida d'algum modo pelo doc. n.º 13; documentos estes, que quasi todos saem pela 1.ª vez á luz do dia.

IX.

Fizemos pois o que podiamos nos intervallos, que nos deixaram livres as nossas duplas obrigações diárias do serviço publico; e se em tudo não agradarmos, consolar-nos-hemos com o sabio *Tito Livio* portuguez, o insigne *João de Barros*, que no fim do prologo da Decada 2.ª disse aos seus compatriotas de Portugal=Se em tudo não approvvermos, « ao menos será em dar materia a alguns de poderem emendar e murmurar, que é a mais dóce fructa da terra; e « assim seremos aprasivel a todos, a uns para louvarem o bem dito, e outros para terem que dizer do mal feito.=

X.

Não nos demoveo do nosso proposito saber que alguns capitulos do livrinho de Dellon andão introduzidos na chamada *Historia completa das inquisições de Portugal, Hespanha e Italia* publicada em Lisboa no anno de 1821, porque esta obra só aproveitou o que fazia ao seo intento; omittio muita couza importante; alterou differentes lugares; introduzio materia extranha ao livrinho original etc., como

tado hemos notado nos lugares competentes até onde nos ajudou a pachorra pela litteral confrontação de ambas as obras.

XI

Pelas faltas involuntarias, e pelos erros typographicos, que escapam á mais ardida vigilancia, as desculpas nos estão dadas. Indulgentes como forão, indulgentes tambem serão agora os nossos benevolos leitores.

E concluiremos rendendo homenagem do nosso profundo reconhecimento e gratidão, pelo favor que fizeram na impressão da obra, o exm.<sup>o</sup> sr. governador geral José Ferreira Pestana, e o exm.<sup>o</sup> sr. secretario do governo, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, que principalmente concorreo para ella, como favorecedor obsequioso e desinteressado, como é sabido, do nosso limitado prestimo; e aos Ill.<sup>mos</sup> senhores, que tiveram a bondade de subscrever a mesma obra, dirigimos igualmente os nossos cordiaes agradecimentos.

NOVA-GOA 17 de Agosto de 1866.

Miguel Vicente d'Abreu.



# NARRAÇÃO

DA

## INQUISIÇÃO DE GOA.

### CAPITULO 1.º

Motivos que me moveram a dar a presente  
narração.



ODOS sabem o que é a inquisição em geral; que ella fôra estabelecida em certos reinos como a Italia(a) Hespanha (b)

(a) A inquisição, posto que nascida em França, não pôde alli conservar-se, apesar de ser organizada em 1255 por Alexandre III de accordo com S. Luiz. Em 1221 foi introduzida por Innocencio IV por toda a Italia, menos Napoles, onde existiram 32 tribunaes da sua jurisdicção, e pouco depois se extendeu pela Allemanha, mas não foi alli mais feliz que em França.

(b) Já no principio do seculo 13 penetrara a inquisição a pouco e pouco na Espanha, mas desde 1478 foi organizada com estatutos regulares em Sevilha pelo zêlo do cardeal D. Pedro Gonsalves de Mendonça, arcebispo daquelle diocese. Porém no reinado de D. Fernando e D. Isabel é que o primeiro inquisidor Torquemada lhe deu uma forma tão ampla e energica, como feroz e sanguinaria. Durante os desoito annos do ministerio daquelle terrivel inquisidor foram processadas 105:294 pessoas, das quaes 8.800 foram queimadas em pessoa, e 6500 o foram em effigie. O Abbade Bergier acha que é exagerado este numero.

Portugal (a) e na maior parte das suas possessões

(a) O contagio da Espanha não podia deixar de se communicar a Portugal, mas varios motivos lhe obstaram, até que o rei D. João III possuido de grande zêlo da religião e vencendo muitas difficuldades obteve do papa Paulo III a bulla de 23 de março de 1536 facultando o effectivo estabelecimento da inquisição no seu reino. Esta bulla determinava que nos primeiros tres annos, seriam os réos processados nos termos regulares á maneira do que se praticava nos crimes do homicidio e furto, e que só passados dez annos se poderia applicar a pena de confisco.

Tambem vulgarmente se attribue a introdução da inquisição ao Espanhol João Peres de Saavedra, natural de Cordova, insigne falsificador de documentos, o qual com o supposto character de nuncio apostolico, e uma bulla tambem falsa se apresentara na côrte de D. João III, onde fora recebido com a consideração devida a eminente personagem, que affectara. Visitára uma parte do reino e com o pretexto de absolvições, indulgencias, e dispensas sacara avultadas sommas, até que descoberta a impostura, no fim de seis mezes, fora preso em Moura e processado pela inquisição da Espanha que o condemnara ás galés. Passados desanove annos de castigo fora posto em liberdade por Felippe II, á instancias do papa Paulo IV, que o desculpara como um instrumento de que Deos se servira para fazer grandes beneficios á egreja. E assim apezar deste desfecho continuou a inquisição a exercer as suas funcções, como so fora legalmente creada. Esta tradição dá por falsa o sr. Alexandre Herculano.

O frade de S. Francisco da provincia da Piedade D. Frei Diogo da Silva, que antes de ser religioso fôra desembargador da casa de supplicação, e depois bispo de Ceuta, con-



do ultramar (a) ; — que os juizes, que presidem esse

fessor d'el-rei e fipalmente arcebispo de Braga até o tempo de sua morte, obteve o cargo de primeiro inquisidor em Portugal.

Foi no seculo 17.º que a inquisição fez nesse reino o mais terrivel uso do seu poder. Desde o seu estabelecimento e durante o dominio dos Felippes obtivera o maior favor das leis e o augmento da jurisdicção, e só porque D. João IV se lembrara de a reformar e privar da pena de confisco, o seu cadaver teve de passar por uma absolvição solemne para obter sepultura ecclesiastica. Os autos de fé eram frequentes e até ao anno 1792 appareceram nos cadafalsos em habitos de infamia penitenciados por este tribunal 22.058 réos, e foram condemnados ao fogo 1454.

O marquez de Pombal, apesar de abrir aos christãos novos a carreira das honras e de fazer tantas reformas, não se atreveu com tudo a extinguir a inquisição de Portugal e contentou-se em reformal-a convertendo-a em tribunal regio, e tirando-lhe o character ecclesiastico e a influencia pontificia. O jesuita Malagrida, que não passava de um despresivel visionario, foi a ultima victima condemnada á morte por este tribunal.

Desde então o santo officio combatido pela opinião publica cahio em discredito ; ainda perseguia, mas já se não atrevia a fazer alardo publico da sua intolerancia e sanguinarias sentenças, até que pela revolução de 1820 foi abolido com applauso geral.

Os cartorios das tres inquisições de Portugal guardam-se na Torre do Tombo de Lisboa, perfeitamente conservados, como nós assevera o sr. conselheiro Rivara.

(a) De todas as possessões de Portugal só em Goa existia propriamente o tribunal de inquisição, e este tinha seus

tribunal, usão de nimia severidade nas suas decisões

commissarios em todas as fortalezas portuguezas.

A respeito da época em que elle se introduziu, e os motivos porque, assim se exprime o nosso insigne Diogo de Couto nas suas *Decadas*, cujas palavras textualmente aqui trasladamos.

„ E despachou o arcebispo, o mestre D. Gaspar para ir  
 „ nellas, (náos) porque já o anno atraz passado deixára de se  
 „ embarcar por falta de tempo, e assim a dous inquisidores  
 „ apostolicos, que tinha ordenado irem á India; porque por  
 „ cartas que tivera destas partes fôra avisado, que havia  
 „ nellas muitos christãos novos, que judaisavam e tinham  
 „ synagogas separadas, de quem lhe mandaram o anno a-  
 „ traz passado alguns dos principaes, com os autos de suas  
 „ culpas, por não haver quem nella os sentenciasse; e com  
 „ isso havia outras muitas cousas contra a honra de Deus,  
 „ e bons costumes christãos, a que era necessario accudir-  
 „ se com diligencia, porque não fossem por diante, para o  
 „ que houve logo rescripto do Summo Pontifice para man-  
 „ dar a santa inquisição a estas partes; e elegeu para pri-  
 „ meiros inquisidores, apostolicos dous letrados leigos, ca-  
 „ nonistas, chamados um Aleixo Dias Falcão, outro Fran-  
 „ cisco Marques Botelho, e assim podemos contar este anno  
 „ entre os notaveis, por nelle passarem á estas partes o pri-  
 „ meiro arcebispo, e inquisidores, mandados por um rei  
 „ tão catholico, e tão zeloso da honra de Deus nosso se-  
 „ nhor, e em tempo de um visor-rei tão bom christão, e  
 „ tão temente a Deus.—(Dec. VII. Liv. IX. Cap. V. Pag.  
 335).

E o padre Francisco de Sousa, no seu *Oriente conqui-*  
*tado*, diz sobre a mesma introdução o seguinte :

—Morto o bispo D. João d'Albuquerque, „ não havendo

He igualmente certo que o rigor da inquisição não é

„ quem inquirisse das vidas dos christãos, que viviam com  
 „ liberdade de consciencia guardando secretamente a lei  
 „ de Moysés . . . . . os padres da companhia pelas cartas  
 „ que escreveram fizeram vir a India o tribunal do santo  
 „ officio em 1560 e os seus primeiros inquisidores foram  
 „ Aleixo Dias Falcão e Francisco Marques. canonistas  
 „ seculares.=(*Conq. I. D. II pag. 135.e 136* ).

Por quanto o decano dos nossos escriptores goanos, o sr. Felippe Nery Xavier, promettera dar á estampa (*Boletim do governo n.º 78 de 1864*) uma=*Memoria historica do tribunal da inquisição de Goa*=tratando amplamente da origem, progresso, decadencia, e extinctão daquelle colossal monumento, que viveu nestas paragens uma longa vida de dous seculos e meio, *memoria*, que anciamos que em breve saia á luz, não nos detemos em revolver com o devido afan o inapreciavel cartorio da secretaria do governo, que certamente nos habilitaria a substanciar aqui melhor a presente nota;—todavia por occasião diremos, mesmo pelos dados em parte colhidos das obras daquelle nosso respeitavel patricio, que em 1.º de abril de 1650 se fez em Goa o 1.º *auto de fé*, em que foram condemnados á fogueiras 4 individuos;—que em 14 de dezembro de 1653 houve o 2.º *auto de fé*, em que saíram 18 infelizes accusados do crime de herezia;—e que só desde 8 de abril de 1666 até o fim de 1679, em que certamente entrou tambem o *auto de fé* do nosso auctor, celebrou a inquisição de Goa oito *autos de fe*, subindo o numero dos sentenciados a varias penas a 1208.

Em 22 de novembro de 1711 teve lugar outro *auto de fé*, em que saíram 41 pessoas.

E finalmente em 30 de dezembro de 1736 queimou uma familia inteira de Raçaim de Salcete, arrazando

uniforme em todos os paizes, onde ella existe, porque a

a sua casa, salgando o solo, e collocando nelle um padraõ, que existe deslocado do lugar.

Este facto é authenticado pelo dito sr. Nery Xavier que diz no seu *Gabinete litterario* vol. 3.º pag. 60= „ Neste mesmo bairro (Raçaim) descobrimos em 1840 „ parte de uma lapida que em 1736 tinha sido collocada no „ sitio, que occupava uma casa mandada arrasar pela in- „ quisição, na qual se lê o seguinte. . . . . ritos e cere- monias, exercitaram com ajuntamento de muitas pessoas, sendo dogmatistas da dita seita, e por taes foram com- demnadas pelo santo officio, e elle relaxado á justiça se- cular no auto publico de fé celebrado em 30 de dezem- bro de 1736 e se mandaram arrazar e salgar as ditas casas, e levantar este padraõ em detestação dos dítos de- lictos

Por informação posterior a isto, que houvemos do nosso erudito amigo o sr. A. J. Quadros, neste mez de outubro de 1865, soubemos que no dia de hoje existe ainda essa lapida fracturada em duas metades, com uma inscripção de letras illegiveis por apagadas, caindo um dos fragmentos, como por escarneo, justamente no caminho, por onde os viandantes transitam.

E terminando diremos tambem, que a sua abolição veio de Lisboa, duas vezes decretada, uma por carta regia de 10 de fevereiro de 1774 pelo sabio ministro, marquez de Pombal; que chegou aqui a ter execução em 26 de novem- bro do mesmo anno: mas sendo restaurado o tribunal no reinado da rainha D. Maria 1.ª, em 1779, cessando-se apenas os seus apparatusos autos de fé, e fazendo-se regu- lar os seus processos, segundo as leis geraes do reino, e fi-

inquisição da Espanha he mais severa que a da Italia, e menos que a de Portugal e suas possessões. (a)

nalmente dando-se-lhe ainda um presidente secular (dezbargador da relação) por carta regia de 29 de maio de 1809, sem cuja assignatura não podia cumprir-se sentença alguma no dito tribunal, teve lugar a 2.<sup>a</sup> extinctão por carta regia do principe regente D. João, datada do Rio de Janeiro de 16 de junho de 1812, o que se cumpriu em Goa em 8 de outubro do mesmo anno.

Conservaram-se aos dous inquisidores frei Luiz de Ribamar (frade franciscano da Madre de Deus) e frei José das Dores (frade agostinho) e ao promotor frei Thomas (dominicano) os ordenados, que elles percebiam; mil xerafins a cada um dos primeiros, e seiscentos xerafins ao ultimo; e por esta occasião foram recolhidos no thesouro publico 32:428:1:30 em moeda e 2654:4:26 em trastes de prata, pertencente á meza do despacho do tribunal, e da capella de S. Pedro martir, avaliação, toque, e peso feito pelo sarrafo Antá Naique, em 24 de outubro do mesmo anno—Os outros materiaes foram mandados para o arsenal da marinha, e lá se consumiram.

Da prata passaram para a secretaria do governo geral duas escrevaninhas, que alli temos; o missál, o regimento da inquisição, e mais alguns livros, que ainda hoje se conservam.

No fim deste opusculo daremos as integras das duas ordens regias, e mais alguns documentos á cerca do que se arrecadou do dito tribunal.

(a) Mas peor que a inquisição de Portugal é a de Goa reputada por alguns auctores; e entre outros pelo francez Francisco Pyrard, que aqui residiu desde junho de 1608

A imprensa publicou já as maximas da inaudita jurisprudence deste tribunal, a analyze dessas maximas e as consequencias que tem resultado dellas em

---

até janeiro de 1610, o qual na sua *viagem*, diz que a inquisição de Goa era mais severa que a de Portugal por que *mui frequentemente* queimava os judeus, a quem os portuguezes chamam *christãos novos* etc.—Dá tambem outras noticias á cerca da mesma inquisição, noticias, que nós ommittimos, porque é vulgar para os nossos patricios a traducção da mesma *viagem* pelo sr. conselheiro Rivara, obra saída dos prelos da imprensa nacional em 1858.

O sr. João Felix Pereira é outro auctor, que modernamente corrobora a opinião de Pyrrard do modo seguinte=

„ A inquisição de Goa, se distinguio por maiores rigores,  
 „ que todos os tribunaes da metropole; milhares de victimas  
 „ pereceram nas chammas; e quando estas sanguinolentas e-  
 „ xecuçõs faziam temer algum movimento sedicioso, os  
 „ vice-reis e governadores já não gozando a força aberta,  
 „ empregavam o ferro dos assassinos e o veneno (Hist. de  
 „ Port. edic. 3.<sup>a</sup> pag. 235.).

E' por estas e outras atrocidades que o sabio jurisconsulto Coelho da Rocha, pintando vivamente a intolerancia, com que Portugal pela sua inquisição tratava os estrangeiros, sujeitando seus navios á visita dos seus esbirros, e fazendo desaparecer o grande commercio, a que a natureza destinára aquelle reino, lamenta a inquisição de Goa nestas sentenciosas phrases=, Nada ha porém que iguale o desaccor-  
 „ do de estabelecer o santo officio, em Goa, onde todas as  
 „ considerações mandavam evitar a severidade religiosa para  
 „ com homens ignorantes convertidos de pouco; e em u-  
 „ ma praça, onde mercadejavam nações tão variadas em,

muitos casos ( a ) ; mas ninguem, que me conste , tem até agora ousado revelar o que se passa no secreto des-

„crenças, como em côr e origem. ( *Ensaio sobre a hist. „do gov. e leg. de Port.* pag. 154. 3.<sup>a</sup> edic. ).

Apoz estes vultos europeus, citaremos pela coincidência das mesmas idéas, os *Quadros historicos de Goa*, do sr. J. C. Barreto Miranda, que é um dos ornamentos da mocidade goana applicada ás letras, o qual discorrendo sobre a inquisição de Goa , diz ( seguindo a Ferdinand Denis, no seu *Portugal*, pag. 253 ) o seguinte=As crueldades , que „ em nome da religião da paz e amor<sup>f</sup> practicava este „ tribunal na Europa, subiam a maiores excessos na India, „ onde os inquisidores cercados d'um luxo severo, que „ não cedia em nada á magnificencia real dos maiores po- „ tentados da Asia, via com orgulho submettido ao seu po- „ der tanto o arcebispo como o vice-rei. ( *Cad.* 2.<sup>a</sup> Quad. „ IX. pag. 147, 1863 ).

E por ultimo bastará para se fazer idéa da *omnipotencia* da inquisição de Goa o seu edital de 14 de abril de 1736, que é um verdadeiro *manifesto* contra os usos e costumes religiosos dos indianos, documento importantissimo, tirado pela 1.<sup>a</sup> vez á luz do dia do archivo da secretaria do governo pelo litterato portuguez, que temos entre nós, o sr. conselheiro Rivara, que tanto ha publicado sobre as cousas de Goa. ( *Ensaio historico da lingua concani* pag. 370, doc. 59, 1858 ).

( a ) Os leitores, que forem curiosos e indagadores das minucias das leis, praticas e forma especial dos processos inquisitoriaes na Europa e America podem consultar com muito proveito a=*Historia completa das inquisições de Italia, Hespanha e Portugal*=ornada com sete estampas

na casa, porque os inquisidores, empenhados em manterem illêsa a sua jurisdição, são os primeiros que oc-

analogas aos principaes objectos , que nella se tratam; e impressa em Lisboa, sem o nome do auctor, no anno de 1821, anno immediato ao da sua abolição em Portugal—formato de 4.º, de 294 paginas.

As 7 pinturas desta obra representam o seguinte.

1.ª Os inquisidores de Lisboa levantando a excommu-  
nhão a el-rei D. João IV.

2.ª Casa dos tormentos ( em Lisboa ).

3.ª Procissão de um auto da fé. ( em Lisboa ).

4.ª Condemnados que evitavam o fogo por confessarem  
antes da sentença.

5.ª Condemnados que evitavam o fogo por confessarem  
depois da sentença.

6.ª Victimias da inquisição condemnadas ao fogo.

7.ª Representação de um auto da fé. ( em Lisboa ).

A absolvição de D. João IV, segundo nos diz o mesmo auctor, se fez do modo seguinte—Morto o rei, ordenam os inquisidores á rainha D. Luiza de Gusmão, sua viuva, que compareça com seus filhos D. Affonso. e D. Pedro, na cathedral, onde tudo se dispunha para as exequias de seu marido; os inquisidores revestidos das suas vestes sacerdotaes partem em procissão do palacio do inquisidor geral, atravessam Lisboa, e entram na igreja, onde se reunira innumeravel multidão do povo; sobem ao altar; trepam á eça os seus esbirros; apêão o caixão; abrem-no; tiram para fora o cadaver; despojam-no das suas mortalias, e o estendem no chão aos pés do inquisidor geral. Lê-se a sentença que o declara *excommungado*; proclamam-no morto como inimigo da igreja; insultam-no



cultam, ou não descobrem o triste sudario dos segredos da instituição (a).

Demais os que foram dependentes e os agentes da inquisição, que sabem o que ahi passa, e tem justos motivos de queixa, receiam serem punidos horivelmente pelos inquisidores, quando sejam convencidos de terem faltado ao juramento, a que os obrigaram antes da sua soltura : e daqui resulta que os misterios da inquisição se conservam sempre impenetraveis, tornando-se quasi impossivel conhecer-se a verdade, sem sujeitar-se o delator á dura prova de ser arrastado ás prisões do santo officio e fazer ahi uma dolorosa experiencia á sua propria custa, ou quando informado por

---

com injurias e vituperios ; e depois pronunciam a absolvição. Concedem á alma deste rei a permissão de poder apresentar-se diante do juiz eterno, fazem repôr o cadaver no caixão , consentem na continuação dos funeraes, então o *Te Deum* e orgulhosos voltam ao seu tribunal!! .

Igualmente podem consultar a=*Historia da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*=pelo sr. Alexandre Herculano, 3 vol., formato de 8.º, que deita muita luz sobre a materia.

(a) Depois da abolição das inquisições de Portugal e Espanha houveram na verdade varias publicações relativas a estes tribunaes destes e d'outros reinos da Europa, e America ; mas que haja uma narração especial da inquisição de Goa, publicada na propria epoca, como é a do auctor, não nos consta ; e pessoas mui auctorisadas tambem o affirmam.

alguem, que por fortuna tenha escapado de succumbir nas masmorras inquisitoriaes.

He mister além disto que a victima, que for encerrada nos carceres do santo officio, tenha tido durante a sua prisão o preciso cuidado e pachorra de observar o que passa lá dentro, para que, quando for solta, possa, sem escrupulo algum, referir tudo quanto haja sabido ou soffrido nos mesmos carceres.

Todos estes motivos fazem conhecer a bem poucas pessoas a historia veridica do regimen interior deste famoso tribunal; e como dando-se a Deus o que é de Deus, corre a nós outros a rigorosa obrigação de sermos uteis ao nosso proximo, e sobre tudo ao publico, determinei-me dar a presente narrativa do que soffri e observei nas prisões da inquisição de Goa, addicionando-lhe o que me foi narrado por pessoas de credito, do meu conhecimento familiar, durante a minha reclusão, e depois da minha soltura.

Vacillei por muito tempo, se deveria dar á estampa este meu trabalho, porque ha mais de 8 annos que me recolhi a França, e vai para mais de 4 que o escrevi. — Receiava escandalisar o santo officio, faltando ao juramento que prestára na minha saida, e este meu sentimento havia tido o apoio de pessoas pias e timoratas; mas contrabalançando-lhe o sentir d'outras tambem pias, que me pareceram comtudo mais illustradas, me resolvia preferir a opinião destas, porque me persuadiram que era por muitos titulos de interesse publico o verdadeiro conhecimento do regimen deste tribunal, e que a minha historia podia ainda aproveitar aos pro-

prios inquisidores, quando soubessem colher-lhe o fructo, porque eram elles que tinham o direito e dever de regular o seu procedimento, e pôr limites á sua jurisdicção—E que em quanto ao juramento tão injustamente extorquido, como faz a inquisição com a ameaça de fogo, ficaria delle dispensado pela utilidade publica da minha narração, ficando-me a consciencia livre, e cumprindo eu uma especie de obrigação de vulgarisar pela imprensa a noção, que obtivera daquelle tribunal. Estas são pois as razões, que ha mais tempo me privaram, e hoje obrigam a dar ao publico a minha narração, desassombrada de todos os escrúpulos.

Se a demora em parte prejudicou o mesmo publico, porque se não informou mais cedo; por outro lado serve ella de dar um testemunho authenticico que não andei neste negocio com precipitação, e que o ressentimento dos máos tratos, com que fui torturado, não influir em cousa alguma nesta minha relação.—No mais o que eu disser da inquisição de Goa, fique-se aqui entendendo que é commum ás de Portugal e Espanha, porque embora esta ultima seja menos cruel que as outras duas, em que as execuções publicas chamadas *autos da fé* são menos frequentes, e embora a ignorancia na India seja ainda maior que a de Portugal, todavia vê-se pelo relatorio, que apresenton a *Gazeta de França* de 12 de agosto de 1680, que em todos esses reinos predomina sempre o mesmo espirito, as mesmas regras e a mesma severidade nas execuções da inquisição, encontrando-se nas descrições do relatorio

circunstancias ainda mais horriveis que as do *auto da fê*, em que eu me achei em Goa.

## CAPITULO 2.º

### **Causas apparentes da minha prisão.**

Fixara eu a minha residencia em Damão, cidade da India oriental, possessão portugueza, para descansar um pouco das fadigas, que tivera nas minhas viagens, e reganhar as forças perdidas, que me habilitassem a continuar nellas, porém justamente ao de fóra procurar o remanso, começaram-me novos trabalhos, muito maiores dos que até então experimentára.

A verdadeira causa, porque me tornei victima de todas as perseguições dos ministros da inquisição, foi um crime mal cabido do governador de Damão.

E' facil de se calcular que esta rasão não foi allegada em parte alguma do meu processo, mas foi indubitavel que para se cevar a paixão daquelle funcçionario é que se procuraram varios pretextos e se achou finalmente um, para me prenderem e afastarem para sempre da India, onde por ventura passaria os restantes dias da minha vida.

Cumpre aqui notar, que embora fossem fraquissimos os pretextos, de que se serviram os meus inimigos — na consideração das pessoas instruidas na fê e no direito; — todavia foram elles mais que sufficientes para homens como os Portuguezes, pelo motivo de suas maximas e prevenções; de sorte que por este lado eu mesmo os achei tão plausiveis, que não pude descobrir a verda-

deira causa da minha prisão, senão no decurso do meu processo.

A primeira occasião, que eu dei a meus adversarios, para me lançarem na inquisição e me botarem a perder, foi uma conversa que tive com um religioso indigena, theologo, dominicano;—mas antes de passar avante, devo mencionar neste lugar, que se os meus costumes não tem sido sempre conformes com a santidade da religião, em que fui baptisado, tenho comtudo sido constante na fé dos meus paes, que é a da egreja catholica, apostolica, romana, e por mercê de Deus tenho-me afeiçoado mais ás doutrinas, que nella se recebem, do que ordinariamente é a maior parte dos christãos. Gostei pois sempre de ouvir e de lêr; e nada li com tanto affecto como a escriptura do novo e velho testamento, cujo volume eu quasi sempre levava comigo.

Tinha tambem aprendido alguma cousa da theologia escolastica, porque nas longas viagens se topa continuamente com toda a especie de gente, entre a qual se acham pessoas de todas as religiões e seitas;—e de mui boa vontade entrava em argumentação com os hereges e scismaticos, que encontrava nas mesmas viagens;—levava comigo livros appropriados para isto, e entre outros um compendio de theologia, obra do padre D. Pedro de S. José, religioso de S. Bernardo, da ordem de Cister (*feuillant*) ( a ), e tinha ganhô

---

( a ) *Feuillant* era da ordem de Cister reformada, assim chamada do convento daquelle nome junto da ci-

muito conhecimento pela leitura e praticas durante o longo ocio do mar, e da assistencia que fizera em varias partes da India; julgava-me pois habilitado a entrar em conversações e mesmo em disputa com theologos de profissão, e mui innocentemente ca-hi no laço, que me armou esse religioso.

Havia tomado aposento nos dominicanos, cedendo ás instancias que elles me fizeram, e vivia nessa congregação com a melhor harmonia e familiaridade, fazendo-lhes em muitas occasiões os obsequios possiveis, reconhecido á honra da boa acção, e amizade com que me trataram: entretinhamo-nos varias vezes em conversas, e a que tive com o religioso, de quem acabo de fallar, foi sobre os effeitos do baptismo. Conviemos que a igreja catholica reconhece tres especies deste sacramento, e não porque duvidasse, mas como passatempo, quiz eu negar o effeito do baptismo, que se chama *flaminis*, e para sustentar a minha opinião, alleguei a passagem—*Nisi quis renatus fuerit ex aqua et spiritu sancto etc.*—Joan 3 v. 5.

Mal tinha proferido esta sentença, que este bom padre se ausentou, sem nada me responder sobre a minha instancia, como se fora levado por algum negocio urgente, e foi, segundo me parece, denunciar-me ao commissario do santo officio—Tornei a fallar depois muitas vezes com este religioso, e não a-

---

dade de Tolouse de França, casa principal dessa congregação reformada.

chando nelle nenhuma frieza, no seu trato, estava bem longe de pensar que me tivesse pregado uma tão má peça.

Achára-me muitas vezes em assembléas, onde trazem pequenas caixas de esmolas, nas quaes está pintada a imagem da santa virgem ou a de algum santo. Os portuguezes costumam beijar a imagem pintada nestas caixas, aonde os devotos dessas confrarias deitam os seus obolos, querendo ; mas não podem dispensar-se de beijar as imagens sem escandalo dos assistentes. Eu contava então apenas os meus 24 annos de idade com pouca differença, e não tinha a prudencia precisa a uma pessoa, que vive entre estrangeiros, a cujos usos convém conformar-se qualquer, quanto ser possa ; e como além disto não estava habituado a taes cerimoniaes, recusei muitas vezes tomar e beijar estas caixas ; donde se inferio por uma consequencia mui temeraria, que eu despresava as imagens, e por conseguinte era herege.

Acháva-me eu em casa de um fidalgo portuguez a tempo, em que iam sangrar seu filho enfermo ;—vi que este mancebo tinha no seu leito uma imagem da santa virgem, feita de marfim. E quanto elle a venerava, beijava, e lhe dirigia suas orações ?! Este modo de honrar as imagens é muito ordinario entre os portuguezes, e me fazia alguma pena, porque na verdade os hereges, interpretando-o mal, acham nisto tanto, como em outra qualquer cousa, embaraço de voltarem ao gremio da egreja—Adverti pois a este joven que se elle se não precavesse, espargir-se-ia o sangue sobre a imagem;

mas respondendo-me elle que não podia resolver-se a largal-a, representei-lhe que isto obstaría á operação ;—elle então me exprobrou logo, que os francezes erã hereges, e não adoravam as imagens.—Respondi, que eu cria que ellas se deviam honrar, mas que a adoração ( se deste termo nós podiamos servir ) só devia ser feita ás imagens de nosso senhor Jesus Christo, e ainda nesse caso era mister, que tal adoração se referisse a Jesus Christo, representado nas ditas imagens ; e a esse intento citei o concilio de Trento Sess. 25.

Quasi neste comenos aconteceu que um visinho meu, vindo a minha casa, e deparando á cabeceira do meu leito com um crucifixo, disse-me—Lembre-se o senhor ; e tenha cuidado de cobrir esta imagem ; não seja caso que receba alguma mulher em casa, e tel-a-ahi.—E eu disse-lhe=Como credes vós pois, senhor, que assim nós podemos nós encobrir aos olhos da divindade ? Sois acaso do sentimento das mulheres perdidas, que existem entre vós, que quando fecham nas suas gavetas os seus rozarios e reliquias, se persuadem, que podem entregar-se, sem crime, a toda a sorte de excessos ? Pois deixai-vos disso, meu caro senhor, continuei eu, tende mais altos sentimentos da divindade, e não penseis, que um bocado de panno possa esconder os nossos peccados aos olhos de Deus, que mui claramente vê os mais reconditos escondrijos dos nossos coraçãoes. E demais o que importa este crucifixo mais que um pedaço de marfim ?—Aqui terminou o nosso colloquio, e havendo-se retirado o meu visinho cumpriu



exactamente o seu pertendido dever, indo denunciar-me ao commissario da inquisição.

Convém aqui advertir de passagem, que os que vivem em paizes sujeitos á jurisdicção do santo officio, são obrigados, sob pena de excommunhão maior, reservada ao inquisidor geral, a declarar no praso de 30 dias tudo o que viram fazer, ou ouvirem dizer, em relação aos casos, de que julga este tribunal, e porque muitos poderiam não temer esta pena, ou duvidar que effectivamente tivessem incorrido nella, quizeram os inquisidores, para obrigar os povos á pontual obediencia desta determinação, que todos aquelles, que fossem ommissos em fazerem a denuncia, no praso marcado nas ordenanças, se reputassem culpados, e fossem punidos depois, como se elles mesmos houvessem sido os réos dos crimes, que não revelaram; e d'ahi vem que em materia de inquisição os amigos trahem os amigos; os paes os filhos, e estes filhos por um zêlo indiscreto ainda se esquecem do respeito, que Deus e a natureza os obrigam a ter para com aquelles, que lhes deram o ser.

A pertinacia, que eu mostrára, em não querer trazer rozaños ao pescoço, não contribuiu menos para me suporem herege, como a recusação que fazia em beijar as imagens; mas o que mais que tudo motivou a minha prisão e condemnação foi o caso que passo a narrar.

Achando-me n'uma assembléa, onde se veio a fallar da justica dos homens, disse eu, que ella não me merecia este nome, mas antes o de injustiça; porque os

homens não julgando senão por apparencias, que frequentes vezes enganam, eram sujeitos a mui poucas vezes fazerem juizos rectos, e sendo só Deus o conhecedor das cousas, taes como ellas em si são, tambem não havia outro, afóra elle, que se pudesse chamar verdadeiramente justo— Então um destes, diante de quem eu fallava, tomou a palavra e disse-me que, fallando genericamente era exacto o que eu affirmara; mas que em fim cumpria fazer esta distincção, que se em França não havia verdadeira justiça, tinham elles os portuguezes esta vantagem sobre nós, porque tinham no seu scio um tribunal, cujas sentenças eram tão justas, e tão infalliveis, como as de Jesus Christo. Conhecendo eu logo que alludia á inquisição, repliquei-lhe nestes termos :—Acaso pensaes vós, que os inquisidores são menos homens, e menos escravos das suas paixões, que os outros juizes?— Não digaes tal, me replicou este zeloso defensor do santo officio = Se os inquisidores, juntos em tribunal, são infalliveis, é porque o Espirito Santo preside sempre ás suas decisões.

Eu não pude levar á paciencia por mais tempo um discurso que me parecia tão desatinado, e para lhe provar, que os inquisidores nada menos eram do que eu lhe dizia, relatei a aventura do padre Ephraim de Nevers, capuciuho francez, e missionario apostolico nas Indias, o qual, segundo refere Mr. de la Boulaye lé Gou, na discripção das suas viagens, foi preso na inquisição por effeito de surpresa e ciume, ha 17 annos, com pouca differença, e onde fóra muito maltratado durante o tempo da sua prisão, e conclui dizendo-lhe

que eu nada duvidava que este religioso fosse mais virtuoso e mais illustrado que os que assim o tinham feito jazer em um estreito carcere, sem ao menos lhe permittirem rezar no seu breviario (a); accrescentei que

---

(a) Como fosse este outro notavel caso da inquisição de Goa, procuramos saber as suas circumstancias, e na *Historia das inquisições*, que citamos a pag. 9, achamos uma mais extensa narração tirada do viajante Tavernier, que o auctor daquella *Historia* prefere a *la Boulaye le Goux*, citado por Dellon; a qual aqui resumimos do modo seguinte:

O padre Ephraim de Nevers, natural de Auxerre (em França) que missionava na Asia, era da ordem dos capuchos, irmão da mulher de Chateau-des-Bois, conselheiro no parlamento de Paris;— Estava em Bagnagar, onde o Xequé, que desposara a filha mais velha da princesa de Golconda, não o podendo deter na sua côrte, pela estima, em que o tinha, deu-lhe um boi e dous criados, segundo o uso asiatico, para o conduzirem a Masulipatão, donde elle esperava embarcar para Pegu, conforme a ordem dos seus superiores.

Não achando navio, os inglezes o levaram para Madrespatão, (Madrasta), distante meia legua da fortaleza portugueza de S. Thomé, onde elles tinham um forte com o nome de S. Jorge, e uma feitoria geral para tudo o que depende do reino de Golconda e dos paizes de Bengala e de Pegú; e ahi o deixaram, fabricando-lhe uma egreja da sua religião, onde o padre, que sabia as linguas do oriente, fazia grande fruto, pois que grandissima propensão tinha para as linguas, de sorte que em pouco tempo aprendeu perfeitamente o inglez e o portuguez. Vendo os clérigos da egreja de S. Thomé a alta re-

eu dava por feliz a França, por não ter querido admit-  
tir no seu seio este tribunal de severidade e que igual-  
mente me reputava venturoso, por não estar sujeito á  
sua jurisdição.

putação, em que estava o padre Ephraim, e que por suas pre-  
dicas attrahia a Madrespatão uma boa parte do seu reba-  
nho, conceberam contra elle tal ciume que resolveram per-  
del-o; e armando-lhe uma cilada, a falso recado o trouxe-  
ram a S. Thomé, e ahi mettidos com o governador fizeram  
prendel-o por 10 ou 12 familiares da inquisição de Goa, e  
o embarcaram logo em uma pequena fragata de guerra,  
que na mesma occasião dava para cá á vela. Lançaram-lhe  
ferros aos pés e mãos, e nos 22 dias que durou a viagem,  
nunca consentiram que elle fosse uma só vez á terra, sendo  
que a maior parte da guarnição da fragata lá fosse dor-  
mir, quasi todas as noites.

Chegando a Goa esperaram pela noite para o desembar-  
car e conduzir á inquisição, temendo que de dia houvesse  
alvoroto do povo, porque o padre Ephraim tinha grandes sim-  
pathias, e era muito estimado em toda a India e muito mais  
em Goa. O seu companheiro padre Zenon, tambem capucho,  
surprehendido do caso, veio a Goa, e vendo que aqui nada  
fazia, antes corria igual risco do seu companheiro, foi em  
direitura para Madrespatão; informou-se da traição, mane-  
jada pelos padres portuguezes e o governador de S. Thomé;  
—resolveu vingar-se della e, ás escondidas do presidente  
inglez, combinou-se com o capitão do forte e com a guar-  
nição, que tudo estava irritado;—e por outra igual peça  
que armaram, agarraram o governador de S. Thomé, e o  
levaram conduzido á fortaleza de Madrespatão ao convento  
dos capuchos; encerraram-no no quarto, já preparado de

Este meu colloquio não deixou de ser fielmente transmittido ao padre commissario, e isto junto ao mais que

antemão, e lhe disseram que elle era trazido em refem do padre Ephraim.

Mas por um acaso tendo o governador peitado o tambor da guarnição, que era francez, ajudado deste e d'um mercador de Marselha chamado *Roboli*, escapou pelo baluarte, e os primeiros dous vieram a Goa e aqui foram recebidos com grandes festas, e em companhia do vice-rei D. Phelippe Mascarenhas foram para Portugal, mas todos tres morreram na viagem.

Entretanto deu brado na Europa a prisão do padre Ephraim; mr. de Chateau-des-Bois seu irmão queixou-se disto ao embaixador de Portugal em París, que não se julgando seguro em sua casa, escreveu logo a el-rei seu soberano, que no primeiro navio que saísse de Goa fizesse regressar o padre Ephraim. O papa tambem escreveu declarando que se não livravam o padre, excommungaria todo o clero de Goa, mas todas estas cartas foram inuteis, e o padre Ephraim só deveo a sua liberdade ao rei de Golconda que muito o estimava, e fizera, como dissemos, todos os esforços para o fazer residir em Bagnagar, e a soltura foi do modo que se segue.

Este rei estava então em guerra com o rajá da provincia de Carnate, e tinha o seu exercito em torno de S. Thomé; —logo que soube da traição, que os portuguezes armaram ao padre Ephraim, expediu ordem a Mirgimola general das suas tropas para sitiar S. Thomé e pôr tudo a ferro e fogo, se o governador da praça lhe não promettesse positivamente que em dous mezes seria solto e livre o padre Ephraim. Este general enviou copia da ordem do rei ao governador

eu já d'antes disse, serviu com o tempo de base para o processo, que contra mim se fez instaurar.

de S. Thomé, e os habitantes ficaram por tal modo assustados, que se não via mais que barcos sobre barcos partirem para Goa com o fim de obrigarem o vice-rei a fazer com que o padre Ephraim fosse promptamente solto.

Elle o foi com effeito, e foram dizer-lhe da parte do inquisidor que podia sair, mas ainda que lhe abriram a porta, o padre não quiz deitar o pé fora, sem que todos os religiosos de Goa o fossem buscar processionalmente, e assim se fez ; depois do que saio, e foi passar quinze dias no convento dos Capuchos da Madre de Deus em Daugim. O mesmo padre Ephraim disse muitas vezes que o que mais o entristecera na prisão, fora a ignorancia do inquisidor e do seu conselho, quando o interrogavam, e que até julgava que nenhum delles tinha jamais lido a sagrada escriptura ;—achando-se mettido em um quarto com um Maltez, aproveitou das tiras do papel, em que este recebia todos os dias para o seu uso tabaco picado, para escrever com o seu lapis o que em todos os dias meditava na prisão.

Passados os 15 dias do convento da Madre de Deus, e refeito das forças perdidas nos 15 ou 20 mezes de prisão, foi para Madrespatão e dahi a Golconda, onde agradeceu ao rei e ao principe arabe seu genro a bondade, com que tão fortemente se interessaram pela sua liberdade—O rei ainda novamente quiz dete-lo, mas vendo que elle queria regressar ao seu convento, lhe mandou dar, como da 1.<sup>a</sup> vez, um boi, criados e dinheiro para a sua jornada.

Nesta descripção salta aos olhos que Dellon e Tavernier, auctores francezes, fizeram de advogados do padre Ephraim,

### CAPITULO 3.º

**Dá visita que fiz ao commissario da inquisição, para me accusar amim proprio, e tomar conselho.**

Não obstante o inviolavel segredo, que a inquisição exige por juramento de todos aquelles, que chegam

---

seu compatriota e seus defensores. Supprimimos algumas reflexões, que lançamos no papel sobre este particular, por que ellas ficaram prejudicadas pelo artigo, com que nos obsequiou á ultima hora o sr. conselheiro Rivara. Neste artigo aclara elle algumas circumstancias mal averiguadas, que até hoje por mais de dous seculos correram o mundo, por ventura sem o merecido correctivo; é pois pelo interesse nosso, mas mais pelo da historia, que pede a verdade dos factos, que consignamos aqui ao dito sr. Rivara nossos cordeacs e publicos agradecimentos.

O artigo é este que se segue:

—Não ha duvida que foi o celebre viajante Tavernier quem primeiro transmittio á posteridade os successos do padre Ephraim de Nevers, mas nem elle, nem outros que depois trataram a mesma materia, o fizeram com aquella exactidão e imparcialidade, que as leis da historia demandam. Por isso achamos conveniente propôr certas ponderações indispensaveis para esclarecer a verdade.

Primeiramente a epocha dos successos do Fr. Ephraim não pode ser a que Dellon assignala, porque por essa conta viria a cair no anno de 1656; sendo aliás certo que o caso aconteceu em tempo do governo do v. rei D. Phe-

ao seu tribunal , não deixou de me ser revelada por  
alguem a denuncia havida contra mim ;—receioso

lippe Mascarenhas, isto é, entre 1645 até 1651. Era justamente o tempo, em que acclamada em Portugal a dynastia de Bragança, que a côrte de Roma, em obsequio da de Castella, recusava reconhecer, começava a mesma côrte de Roma, sob pretexto de falta de missionarios portuguezes, a enviar alguns estrangeiros a varias partes da India, e entre elles com preferencia os capuchinhos francezes.

Alguns portuguezes da cidade de S. Thomé de Meliapôr, descontentes dos rigores do bispo, e das obrigações, em que os punha a residencia n'uma praça d'armas, procuraram para viver mais livremente a aldêa de Madraspatão, então povoada de malabares pescadores. Em certa occasião arribou alli accidentalmente um capuchinho francez, cujo nome parece ser Fr. Severino, e os portuguezes de Madraspatão, pediram ao bispo de S. Thomé que lho desse por seo capellão, o que o bispo lhe concedeo. Erigiram os portuguezes logo uma igreja, e todos ficaram em paz. Pouco tempo depois tomaram os inglezes o lugar, e começaram no anno de 1641 a fundar o forte, a que chamaram de S. Jorge. Folgaram de achar alli o capuchinho, e de saber que era tão pouco affecto aos portuguezes como elles proprios.

Fr. Ephraim ia em demanda do Pegú, segundo dizem, mas ninguem declara porque elle foi ter á corte de Golconda, e teve nella larga detença. Como missionario da Propaganda o seu intento de cercear a jurisdicção diocesana dos bispos portuguezes era manifesto, e não menos provavel que trouxesse encommendados alguns negocios da corte de França ; e se, como diz Tavernier, rejeitou casa e igreja,



de cair no poder do santo officio, eu mesmo fui ao commissario, de que mesperava conselho e protecção,

que em Golcondá lhe offereciam, bem parece que não tinha muito a peito fundar missão. Quando lhe pareceo tempo, foi a Masulipatão, ainda, como dizem, no desenho de passar a Pegú, mas não achando logo navio, foi convidado pelos inglezes a ir a Madraspatão, para assim não haver lugar a que o bispo de S. Thomé tratasse de mandar para alli algum padre portuguez. Em Madraspatão não podia Fr. Ephraim deixar de manifestar o pouco affecto, que nos tinha, e de continuar a obra, que trazia a seo cargo de Roma e de Paris. Vendo assim a sua segurança em perigo, attrahiram os portuguezes o capuchinho a S. Thomé, prenderam-no, e enviaram-no a Goa.

Não foi pois a igreja de Madraspatão fundada pelos inglezes em obsequio de Fr. Ephraim. Os inglezes não eram naquelle tempo tão tolerantes da religião catholica, que fundassem elles proprios igrejas desta communhão. O que é certo é que a igreja fora erecta pelos portuguezes antes da chegada dos inglezes, e que Fr. Ephraim foi naturalmente agazalhar-se nella. Nem alli havia convento, mas apenas uma pobre casa ou hospicio do capellão.

Na obra intitulada.—*The History of Christianity in India from the commencement of the christian era, by the Rev. James Hough.*—London. 1839, 2 vol. achamos no Tom. 2.º pag. 417 o caso de Fr. Ephraim extrahido das *Memoires historiques* do padre Norbert, publicadas no seculo passado em 3 volumes. O padre Norbert explica de um modo plausivel o motivo da prisão de Fr. Ephraim, e

porque lhe fora recommendado por pessoas, que lhe deviam merecer a maior consideração, e tambem por

---

é que pregando elle n'uma occasião acerca da honra, que se deve a Deos, tratou da que se deve á virgem Maria, e demonstrou a differença que ha entre o culto dado a Deos como creador, e o respeito que se deve ter pela memoria da virgem; que elle disse ser mera creatura; que ouvindo isto alguns portuguezes, foram escandalisados de ver assim menos presada a „Rainha do Ceo „, e delataram á inquisição de Goa a opinião do padre como heretica, e a inquisição tomando conta do negocio, mandára prender a Fr. Ephraim.

Não duvidámos que esta fosse a causa apparente da prisão do padre, posto que, como já dissemos, a principal devia ser a sua hostilidade á nação portugueza, e com ella a pretensão de se isentar da jurisdicção do nosso bispo. Adverte James Hough como circumstancia digna de nota que os inquisidores de Goa eram Jesuitas, cousa totalmente falsa, porque os Jesuitas tiveram sempre a prudencia de se não intrometterem nas cousas da inquisição, nem na India, nem em Portugal.

A narrativa do padre Norbert no que toca á soltura de Fr. Ephraim he tão cheia de absurdos, que parece incrível saíse da penna de um homem sizoado, e que tomava a seu cargo transmittir á posteridade memorias historicas.

Segundo o padre Norbert, os inglezes de Madraspatão ou Madrasta, logo que ouviram o tyranico procedimento havido com Fr. Ephraim, foram mui indignados, e resolveram sem dilação restituir o preso á liberdade. Para este fim mandaram um navio a Goa, com oito ou dez homens

que, depois da estada em Damão, tinha-me dado elle constantes provas de ser meu amigo; confessei-lhe

resolutos a bordo, os quaes logo que alli chegaram, se apresentaram á porta da inquisição, com as armas occultas debaixo da roupa, dizendo que vinham de paz, e só queriam visitar o tribunal. Sendo admittidos, dous delles ficaram de guarda á porta, e os mais correram para dentro espada em punho, e ameaçaram os inquisidores de serem mortos incontinenti, se não abrissem as portas da prisão, e posessem em liberdade ao padre Fr. Ephraim; o qual lhes foi logo entregue, e o levaram em triumpho, ficando as sentinellas de guarda á porta até elle estar a salvo a bordo. Sairam logo do porto, e navegaram para Madrastra, onde chegaram a salvamento, e restituíram o padre á sua missão, mui alegre de haver escapado da mão de seus algozes, e cheio de gratidão por seus generosos libertadores.

Tal é a historia que nos conta o padre Norbert. He tão absurda que seria perder o tempo que occupassemos em combatela. Só diremos que é mister ignorar o que era a cidade de Goa naquelle tempo, não ter a menor noticia do regimen e ordem interior da inquisição, desconhecer completamente a topographia do porto e rio que banhava a cidade, para admittir a possibilidade de cousa que se assemelhe com o conto do padre Norbert. Ao proprio James Hugh pareceo duro de crer o que transcreve do padre Norbert, e accrescenta em nota, na pag. 420, — a soltura do padre Ephraim tem sido attribuida tambem á influencia de pessoas authorisadas na Europa e na India; mas era pou-

pois sincera e exactamente, como as cousas se passaram, e lhe roguei que me suggerisse o modo como me

co usual que os inquisidores cedessem a tal influencia ; e se a historia dos inglezes não fora verdadeira, os Jesuitas sem duvida a teriam, contradicto. = Mas ainda aqui errou James Hugh persuadindo-se, que os Jesuitas eram interessados no caso do padre Ephraim, com o que elles nada tinham. E demais já um seculo antes do padre Norbert a sua narrativa estava contradicta por Tavernier, nesta parte optimamente informado.

Dão raiva, e ao mesmo tempo fazem rir os disparates que a cada passo se encontram escriptos sobre as cousas portuguezas por auctores estrangeiros de nenhuma sorte habilitados a sabe-las.

Não louvamos o máo tratamento, que deram ao padre durante a viagem de S. Thomé para Goa, nem approvamos que, para lhe agravarem as culpas, o accusassem de crimes tocantes á fé, crimes, em que por certo o padre não era delinquente. Como inimigo mais ou menos descoberto bastava arreda-lo da costa de Coromandel, e pô-lo em segurança onde não podesse proseguir seos desenhos contra os portuguezes.

De nenhum modo se pode admittir por verdadeiro o receio que Tavernier inculca ter havido em Goa de alboroto do povo por occasião do desembarque de Fr. Ephraim. Sendo um preso da inquisição, bastava isso para que os portuguezes de Goa o tivessem em certo horror ; e não haveria um só que em publico ousasse prantea-lo. Os christãos da terra ainda menos ; e os gentios, seria absurdo pensar em tal,

devia haver no futuro, accrescentando que como em

Não podia por tanto Fr. Ephraim ter em Goa estimaçã<sup>o</sup> ou sympathia alguma ; antes devia ter contra si a todos. A razão porque o fizeram desembarcar de noute, não foi a que Tavernier aponta, mas outra que facilmente occorre a quem conhece os estilos da inquisição. Esta usava sempre no meio dos seus rigores, de muita deferencia com as ordens religiosas, e foi por certo para não expôr ao ludibrio publico o habito religioso, que mandou desembarcar o padre de noute. O ser preso pelo santo officio punha um labeo de ignominia, não só na pessoa, mas em toda a familia ; e uma ordem religiosa equivalia á familia.

O padre Zeno estava em Surrate quando soube da prisão do seu consocio em Goa, correo logo aqui, e como era de esperar, perdeu os passos que deo para conseguir a sua soltura. Foi-se então a Madraspatão, e em Tavernier se pode ver como elle delineou e conseguiu a prisão do capitão de S. Thomé quando este hia á sua costumada devoção ao Monte pequeno, distante meia legoa da cidade.

Notamos porém que Tavernier censurando justamente a traição, com que prenderam a Fr. Ephraim, e o máo trato que lhe deram, applauda ao mesmo tempo a outra traição, que o padre Zeno armou ao capitão de S. Thomé, e que o retivesse preso no hospicio dos capuchinhos. A parcialidade a favor dos seus compatriotas é evidente no famoso viajante.

N'uma cousa estou eu conforme com Tavernier, ou antes com Fr. Ephraim, e é na ignorancia dos inquisidores. Fr. Ephraim, assim pela educação liberal, que devia ter

mim nunca presidira intenção má, estava deliberado

---

tido no seculo, segundo a nobresa de seu nascimento, como pela instrucção ecclesiastica, que é de suppôr que recebesse no claustro, estava sem duvida muito acima dos inquisidores no conhecimento das letras profanas e sagradas. Simples medico era Dellon, e da sua narrativa se vê tambem quanta vantagem levava ainda na erudição ecclesiastica aos inquisidores. O clero portuguez daquelle epocha limitava os seus estudos a uma pouca de philosophia escolastica muito rude, e a algumas lições de moral probabilista.

A historia do succedido em S. Thomé, e em Goa por occasião da prisão de Fr. Ephraim, deve pela maior parte constar da correspondencia official entre o governo da India e o de Portugal; mas como a desta epocha foi enviada a Lisboa, e lá se guarda no archivo nacional da Torre do Tombo, esperamos que estejam salvos os documentos tocantes a este caso, e haja modo de apurar a verdade.==

*J. H. da Cunha Rivara.*

a retractar-me, e rectificar tudo, quanto elle julgasse digno de correcção.

Respondeu-me o bom padre, que o meu procedimento passado scandalisára na verdade muitas pessoas; porém que elle reconhecia que a minha intenção não fôra má, e que nos meus discursos nada havia absolutamente de criminoso; que todavia por conselho me diria, que me amoldasse um pouco mais aos usos do povo, e não fallasse tão livremente em materias tão melindrosas; que sobre tudo devia ser mais circumspecto, quando fallasse das imagens, que eu muitas vezes dissera que não deviam ser adoradas, pertendendo corroborar esta minha opinião com citações das escripturas e dos santos padres;—que na verdade o povo estava em ligeiros erros, que passavam por uma verdadeira devoção; mas não me pertencia a mim a missão de corrigilo ou reforma-lo ( a ).

---

( a ) O respeito pelas imagens entre os portuguezes ainda no seculo passado era tal, que o illustrado vice-rei João da Saldanha da Gama ( 1725 a 1732 ) entre os arbitrios que deu ao senado da camara da cidade, para nova reforma do governo della, diz o seguinte.==

„ Que nenhum infiel possa ter em tenda publica imagem de christo, senhora, ou santos para as darem de feitio, nem as possam tomar em leilões, para esse effeito, por parecer muito mal que os mesmos, que veneramos em altares ou lugares sagrados, estejam postos á venda pelas boticas, tendas, e em mãos de infieis, sem o devido respeito;—e o que fizer o contrario pague da cadêa 200 réis, ametade para o celeiro, e ametade para o cofre do seminario.

( Livro das monções n.º 98 )

Agradei ao commissario os bons conselhos, que me acabava de dar, e retirei-me consoladissimo da entrevista, porque eu sabia, que accusando-me eu a mim mesmo, antes de ser preso, já o não podia ser depois, segundo as leis da inquisição; — de mais satisfize-me tambem extremamente a equidade e inteireza do animo deste religioso, que não me achando culpado, me fizera espontaneamente as precisas advertencias, para o meu futuro governo; e munir-me de tanta mais prudencia, que nem sombra de alguma suspeita eu pudesse dar contra mim.

#### CAPITULO 4.º

##### **Das causas verdadeiras da minha prisão, e o modo como fui preso.**

Embora tudo, quanto fica exposto nos capitulos precedentes, fosse mais que sufficiente para se me botar a perder, segundo as maximas da inquisição, e usos do paiz, não iriam, todavia, as cousas tão longe, nem tão depressa, se o capitão (a) de Damão, Manoel Furtado de Mendonça, se não ralasse do ciu-me, de que já fallei, ciu-me que injustamente concebera contra mim; e dissimulara com tanta finura, que parecia ser um dos meus melhores amigos; mas em quanto me continuava a fazer boa cara, e me recebia em sua casa com todo o agrado, instava viva-

---

(a) Assim se chamava o que hoje chamamos governador.



mente com o commissario do santo officio, para escrever a Goa, com o fim de informar aos inquisidores dos discursos, que eu proferira, não querendo assim perder a occasião, que eu, sem em tal pensar, lhe proporcionara, para ser preso, e posto fora de Damão para sempre.

O ciúme do capitão foi motivado pelas amiúdas mas innocentes visitas, que eu fazia a uma senhora, que elle amava, e de quem era igualmente muito amado, ( circumstancia que eu até então ignorava ), e como julgava as cousas por leves apparencias, apprehendera logo que eu era seu rival mais amado.

Um ecclesiastico, natural, secretario do santo officio (a), que morava fronteiro á casa daquella senhora, tinha tambem por ella uma paixão tão forte, como a do capitão, sollicitando-a infamemente, até no tribunal da penitencia, como por ella mesmo me foi revelado. Este padre, observando as minhas visitas, tornára-se tão cioso, como o capitão, e com quanto até ahí fosse um dos meus melhores amigos, grato aos importantes servigos, que eu lhe prestára, fez com tudo causa commum com o capitão Manoel Furtado para a minha ruina. Ambos estes rivaes, assim juntos, empenharam-se fortissimamente com o commissario; —o qual havendo até então, em consequencia da parte que dera a Goa, recebido ordem dos inquisidores para me prender, procedeu á prisão no dia 24 de agosto de 1673 ás seis

---

(a) Os commissarios tinham tambem o seu secretario ou escrivão, que é o como lhe chamavam.

horas da tarde em occasião , em que eu voltava da casa d'uma senhora de alto merecimento , chamada D. Francisca Pereira, esposa de um dos primeiros fidalgos da cidade, que tinha o nome de Manoel Peixoto da Gama.

Esta senhora orçava quasi pelos seus 60 annos de idade, e julgava dever-me a vida da sua filha mais velha, e a da sua neta; e na verdade tivera eu a fortuna de lhe valer na crise de molestias de ambas. A filha mais velha cahira doente de cama na ausencia da mãe, e a imprudencia d'um medico indiano fizera-a chegar ao ultimo extremo, quando eu fui chamado, e me encarreguei do curativo, e com o meu tratamento a deixei boa.—Voltando a mãe para casa, ficou doida de contente pelo curativo da sua querida filha —A sua neta, que lhe era ainda mais cara, tambem enfermou e mais perigosamente que a thia; — no principio não me chamaram, senão já quando a doente fóra desenganada. Quando a visitei, achei-a com uma febre ardente , e com quanto estava a ponto de cair em delirio, o medico indigena, longe de sangra-la, tinha-lhe cuberto a cabeça com pimenta, de que eu immediatamente a mandei alimpar, e tomando conta da enferma, tão bem sai desse curativo, como do primeiro, recobrando ella em poucos dias saude perfeita (a).

---

(a) Fosse[m] como fosse[m] os *panditos* de Damão, os de Goa, eram então muito considerados pelos portuguezes. Assim o testemunhou de vista um auctor europeu, muito mais antigo que Dellon , o hollandez Linschot, que

Desde essa epoea a senhora D. Francisca, extrema-

chegou a Goa em 1583, como familiar do arcebispo D. frei Vicente da Fonseca, e esteve na India 13 annos. Da sua viagem e terras que viu, escreveu uma obra que temos presente, e onde a pag. 69 da 2.<sup>a</sup> edição franceza feita em 1619, diz o seguinte :

„ Os mais habeis medicos entre os pagãos têm grande  
 „ importancia e gravidade em Goa, e são os unicos, que en-  
 „ tre elles usam de sombreiro para se guardarem do  
 „ sol, excepto os embaixadores e alguns ricos mercadores.  
 „ Os portuguezes não fazem difficuldade de tomar os re-  
 „ medios das suas receitas, e medicinas, de sorte que o  
 „ arcebispo mesmo e os ecclesiasticos se fiam mais nelles,  
 „ que nos da sua propria nação. Assim são muito honra-  
 „ dos e têm fortes salarios. (*Histoire de la navigation*  
*de Jean Hugues de Linschot, hollandois, aux Indes ori-*  
*entales ; contenant diverses descriptions des lieux jus-*  
*ques present decouverts par les portugais : observations*  
*des coustumes et singularitez de delà, et autres declarations.*  
*Avec annotations de B. Paludauns, docteur en medicine*  
*sur la matiere des plantes, et especiries : item quelques car-*  
*tes geographiques et autres figures—Deuxieme edition*  
*augmentee—A Amsterdam, 1619.*

Ha porém aqui um pequeno equívoco do auctor, que cum-  
 pre salvar. Nessa epoca usava na cidade de Goa e seus ar-  
 rebaldes o sombreiro ( de peão ) só quem andava de palan-  
 quim ; e o palanquim era prohibido aos *pânditos* gentios pela  
 provisão do governador Antonio Moniz Barreto, datada de 15  
 de dezembro de 1574, nove annos antes de o auctor che-  
 gar a Goa ; prohibição, que se tornou extensiva a todos os  
 gentios por outra provisão de 14 de dezembro de 1575, e

mente reconhecida, me enchia de obsequios, e desejam-

só por favor especial se concedeu aquelle privilegio ao *pandito*, que curava a casa do vice-rei, que sem duvida curava tambem a do arcebispo, onde o auctor o veria chegar *em palanquim*, donde suppoz serem todos os habeis *panditos* os privilegiados para aquella distincção.

A provisão é a seguinte :

„ O governador da India etc. Faço saber aos que este meu  
 „ alvará virem que eu hei por bem e me praz, e por este  
 „ mando a todos os *panditos* e *physicos gentios*, que não andem por esta cidade e arrabaldes della a cavallo nem em andores e palanquins sob pena de pagarem pela primeira vez dez crusados e pela segunda vinte para o sapal, e perderem os taes cavallos e andores e palanquins, e pela terceira serem cativos para as galés d'el-rei meu senhor ; e isto se não entenderá no *pandito*, que cura minha casa e é meu *physico*. Notifico-o assy ao ouvidor geral, e a todas as mais justiças officiaes e pessoas a que pertencer, e lhes mando que assy o cumpram e guardem sem duvida nem embargo algum. Antonio Barboza o fez em Goa a 15 de dezembro de 1574—Governador, *Antonio Monis Barreto*.

He claro que o alvo deste e d'outros milhares de tiros fulminados nos primeiros dous seculos pelo governo do estado, só contra a gentilidade, era a sua immediata conversão para o christianismo, incitada e procurada assim pelo poder civil combinado com o ecclesiastico ( arcebispo, inquisidores e jesuitas ). Mas os auctores coetaneos, dominados certamente do mesmo espirito trazem desculpas, e louvores onde poderiam trazer só censuras.

E já que corremos os olhos sobre a importante obra

de proximidade da minha morada, me havia arranja-

de Linchost, antiquissima, e talvez a unica, que temos em Goa, dilataremos, um pouco fora do assumpto, esta nossa nota, para dar da dita obra uma breve noção aos leitores. E' uma *viagem* duplamente interessante, já pelas descrições, já pelas numerosas estampas dos usos e costumes, que traz encorporadas; e alcançam justamente a epoca do maior esplendor dos portuguezes na cidade de Goa no 1.º seculo da conquista. Sob este ponto de vista achamal-a ainda mais interessante que a de Pyrard. Tem *in folio* 205 paginas, e 109 capitulos, além das do *roteiro*, que tem 181, e a descripção da America 86, ao todo 471 paginas;—tem o retrato do auctor, 11 mappas geographicos, 4 estampas de costumes chinezes, e malaios, e 27 dos indianos ou africanos em folha larga.

Não nos é possivel de vulgarisal-a d'outro modo;—ao menos tiramos os *titulos* das 27 estampas da referida obra, que sendo escrita em *hollandez*, anda vertida em *francez*, e nas estampas traz os titulos em latim e hollandez, os quaas titulos e explicações vertidos em *portuguez* são como se seguem—Oxalá que o sr. conselheiro Rivara, que possui o livro, no-lo dê tambem traduzido, como deu o de Pyrard.

1.ª Rua direita da cidade de Goa, o leilão, que alli se faz cada dia pela manhã.

2.ª Habitações dos indios, suas quintas e aldeas, ao redor de Goa.

3.ª Traje e modo dos paisanos e dos soldados portuguezes que vivem no Oriente, quando saem fora.

4.ª Traje e estado com que os fidalgos portuguezes na India saem a cavallo.

5.ª Modo como os fidalgos e homens ricos portuguezes saem em palanquim.

6.ª Embarcações ligeiras de duas ordens de remos, de que

do uma casa fronteira á sua, e foi na tarde desse dia,

usam os portuguezes, e seus inimigos malabares na guerra: e na carga de mercadorias.

7.<sup>a</sup> Dama portugueza indo á igreja de noute acompanhada de seu marido e escravos.

8.<sup>a</sup> Modo como são levadas em palanquias as portuguezas no tempo chuvoso e mesmo em cutro, com criados adiante e atraz e de cada lado.

9.<sup>a</sup> Traje de donsella portugueza na India.

Traje das donas, e das casadas quando saem fora.

Traje das viúvas portuguezas, que largam quando casam segunda vez, tornando a tomar o vestido das casadas.—Traje de mulheres portuguezas de qualquer ordem, e idade dentro de casa.

10.<sup>a</sup> Andores em que são levadas a cuberto as mulheres e filhas dos portuguezes.

11.<sup>a</sup> Planta da cidade de Goa, e seus arrabaldes.

12.<sup>a</sup> Ceremonias das bodas, e banquetes na provincia de Ballagate além de Goa.

13.<sup>a</sup> Representa a acção da queima do bramene morto, segundo a prescripção da sua lei—E como a viúva em demonstração do seu amor se lança viva na fogueira com o esposo falecido.

14.<sup>a</sup> Cultivador Indio, chamado *Canarim*—Filhos pequenos dos indios segundo o seu costume tendo cubertas só as partes pudendas com um fino panno—Soldado indio a que chamam *lascaryn*.—Bailadeira india que ganha a vida cantando e bailando.

15.<sup>a</sup> Bateis de pescaria da gente de Goa e de Cochim, um aberto em tronco solido, e outros feitos de taboas cosidas em cordel, aos primeiros chamam *almadias*, e aos outros *tonas* e *paleguias*; servem tambem para levar a agoada aos navios de que alli ha grande numero.

16.<sup>a</sup> Traje e forma dos mercadores indios de Goa que são mui industriosos na mercancia—*Banians* de Cambaia mui destros em conhecer as pedras preciosas, em escrever e contar: *Bramanes*, sacerdotes dos idolos na India.

17.<sup>a</sup> Acompanhamento do embaixador do rei de Ballagate na cidade de Goa.

18.<sup>a</sup> Negros de Moçambique, e regiões circunvisinhas, dos

quando saindo da casa desta generosa senhora me recolhia á minha, que veio ao meu encontro o juiz cri-

quaes uns são christãos, e outros pagãos; porém pela maior parte mouros. Chamam-lhe cafres.

19.ª Marinheiros arabio\*, de quem os portuguezes se servem para reger suas náos, e ahí moram de ordinario com suas mulheres.—Traje dos Abexins, aos quaes em lugar de santo baptismo imprimem com ferro em braço um signal na testa.

20.ª O rei de Cochim montado n'um elefante com acompanhamento de seus fidalgos, a que chamam Naires.

21.ª Habitante de reino de Pegu, abundante de ouro, diamantes, e rubins; e donde vem o lacre.

Dito das ilhas de Maluco, onde nasce o cravo em grande abundancia. O seu vestido he feito de palha—Pessoas das familias Punequais amaldiçoadas ( como referem os indios ) em toda a sua geração por S. Thomé. [ Mostra a estampa individuos accometidos da elephantiasis do Malabar ].

22.ª Mahometanos, moradores de Cananor, os mais encarnicados inimigos dos portuguezes.—Habitantes da costa do Malabar entre Goa e Cochim, onde se da a pimenta.

23.ª Horrendas figuras dos idolos chamados pagodes, que se encontram em todas as encrusilhadas, e que os indios adoram a cada passo prostrados, e enchem de donativos. Os sacerdotes são os bramanes, e são tidos em grande consideração entre elles pela opinião da sua sabedoria—Mesquita ou templo dos indios mahometanos, seita que tem invadido quasi todo o Oriente.

24.ª Fructas de mangas, cajús, jambòs, jacas, ananazes, que nascem na India, mui agradaveis ao gosto; e planta de gengibre, que alli dá muito rendimento.

25.ª Côcos, fructa que na India da muita utilidade e lucro, e prestam aos homes comida e bebida agradaveis e ás náos materia propria para seu fabrico e carga de veniaga: e delles se mantem tambem os mareantes—Figueira indica ( Bananeira ) que dá por todo o anno fructos mui nutrientes, e que serve a muitos de comida diaria—Figura das fructas que chamão areca, ou Eufel ( *foufram* ? ) e folhas de *betuelle* ( *betle* ) que en-

minal da cidade, que em portuguez chamam *ouvidor de crime* ( a ), e me ordenou que o seguisse até a prisão, onde fui conduzido, sem que me quizesse dizer a procedencia desta ordem, senão depois que ali me encerrou.

Apezar da grande surpresa que experimentei, quando este juiz me prendeu; como todavia a consciencia não me accusava de culpabilidade, e suppunha estar preso por algum leve motivo, lisongeava-me, com bastante fundamento, que o capitão da fortaleza, que tantas provas me dera da sua amisade, obstaria a que eu dormisse uma só noite no carcere; — mas quando o meu conductor me declarou que era preso por ordem da inquisição, foi tal o meu espanto que fiquei por algum tempo immovel, e tornando finalmente a mim pedi que me deixassem fallar ao commissario. Mas, por

voltas n' uma pouca de cal mascam toda o dia, engolindo o suco para purgação de corpo e outras utilidades. Planta da pimenta que pouco differe da hera.

26.ª *Arvore Triste*; assim chamada por que em todo o anno, depois do sol posto abrem muitas e odoríferas flores, e ao nascer do sol caem.

27.ª *Bambú*, ou *canna*, que chega a ser de grossura da perna de um homem. *Figueira* indica [ *Arvore de gralha* ] admiravel por lançar dos ramos para terra novos troncos, que vão pegando, e chega a occupar tão largo espaço, que á sua sombra se pode agazalhar um exercito.

( a ) Em *Damão* e outras fortalezas havia um juiz com o titulo de *ouvidor*, que era ao mesmo tempo do crime e de civil. Como o caso do author era negocio criminal, pareceu-lhe que o *ouvidor* era só juiz do *crime*.



cumulo da desgraça, soube que neste mesmo dia tinha partido para Goa, de sorte que não me restou nenhuma outra consolação mais, que a esperança, que cada qual me dava, que em breve obteria eu a minha liberdade, não só porque a justiça da inquisição era recta e justa, mas tinha muito de clemente, principalmente com os que confessam espontaneamente suas faltas, sem se fazerem rogados por muito tempo.

Todas estas meliúas palavras não puderam tornar-me menos sensível a minha presente desgraça, e as visitas dos meus amigos, que se amindavam para consolar-me, me affligiam ainda mais, comparando a minha reclusão com a liberdade, de que elles gosavam.

Como eu não tinha senão inimigos disfarçados, facilmente se confundiram estes com os meos melhores amigos.—O capitão e o ecclésiastico indigena, que nada anhelavam tanto, como a minha auzencia, souberam admiravelmente dissimular a sua raiva e o ciume; o 1.º enviando-me criados do seo palacio, para me mostrar o grande interesse, que elle por mim tomava, e offerecer-me quanto coubesse em suas forças; e o 2.º vindo á grade da prisão derramar falsas lagrimas, que a alegria mais que a tristeza lhe fazia verter.

## CAPITULO 5.º

**Descripção da prisão — Carta que fiz aos inquisidores — Elles não respondem — Extrema miseria dos presos.**

A prisão de Damão he mais baixa que o rio que

lhe fica proximo;—donde resulta que se torpe humida e insalubre, e alguns annos ha que chegou a ser até imundada, entrando a agoa por um buraco, que os presos lhe abriram por baixo da muralha para se evadirem.

A prisão tem duas grandes salas baixas, e uma alta, —nesta ficam as mulheres, e naquellas os homens; tem as paredes mui grossas (a) e a maior das duas salas baixas tem com pouca differença 40 pés de cumprimento sobre 15 de largo, e a outra dous terços dessa grandeza. Estavamos neste espaço mais de 40 presos; não havia outro lugar para satisfazer as necessidades ordinarias ;—vertiamos as agoas no meio desta sala, que estava feita uma poça. As mulheres não eram mais felizes que nós, na sua habitação superior, e entre nós e ellas havia só a differença que o liquido da sua sala repassava o pavimento alto e caia na nossa, aonde todo esse liquido junto se corrompia. Quanto aos excrementos, a nossa unica commodidade era um largo vaso, que era despejado apenas uma vez por semana, de modo que lá se criavam bichos sem numero, que cobriam o pavimento, e chegavam até ás nossas camas.

Durante o tempo que morei nessa prisão, estava ella um pouco menos asquerosa pelo cuidado, com que eu a mandava limpar; mas apesar da agoa, que eu fazia lançarahi diariamente muitas vezes até de 50 bilhas,

---

(a) A prisão era n'um baluarte e as suas paredes mestras tinham por consequencia a grossura da muralha.

mesmo assim não deixava de ser pessi<sup>mo</sup> o cheiro, que exhalava.

Apenas me vi encerrado nesta triste morada, reflectindo seriamente sobre o meu infortunio, descubri sem demora a causa apparente da minha prisão, e me resolvi tentar por todos os meios possiveis recuperar a liberdade.

Os meus amigos me diziam todos á uma que o melhor e o mais prompto meio de eu recobrar a mesma liberdade era confessar logo e espontaneamente, o que eu presumisse ter dado causa á dita prisão.

Querendo pois aproveitar-me de seu conselho escrevi ao 1.<sup>o</sup> inquisidor de Goa, que os portuguezes chamam *inquisidor-mór* (a), expondo-lhe ingenuamente na minha carta tudo quanto julgava que podia ser materia da minha accusação, e lhe supplicuei que considerasse que se eu delinquira, fôra antes por leviandade ou imprudencia que por malicia.

Esta carta foi fielmente entregue, mas contra a minha expectação e o desejo geral de todos os meus amigos, não mereceu resposta, e assim me fizeram fazer nesta escura e fetida prisão, tendo só a companhia de muitos homens da terra que, como eu, estavam tambem presos por ordem da inquisição.

O desvêlo e a caridade, que mereci a D. Francisca,

---

(a) Não se chamava *inquisidor-mór*, mas 1.<sup>o</sup> inquisidor ou inquisidor da 1.<sup>a</sup> cadeia. O superior de todas as inquisições, que residia em Lisboa é que era chamado *inquisidor geral*.

Durante todo o tempo da minha prisão em Damão, suavizou um pouco o meu triste captiveiro. Esta tão generosa senhora não se satisfazia em presentear-me só com o necessario; o que todos os dias ella me enviava, podia delicada e abundantemente sustentar 4 pessoas; sendo de notar que ella mesma tomava sempre por si o trabalho de apromptar a minha comida, e com o escravo, que m'a trazia, mandava sempre algum neto até fazer-se-me della entrega, temendo que alguém subornasse o carcereiro ou os servos da casa, para me envenenarem ( a ); e como o decoro lhe não permittia vir pessoalmente consolar-me á prisão, fazia com que seu marido, filhos, e genros lá fossem ver-me regularmente todos os dias.

Não acontecia assim a outros presos; —em Damão não ha ração certa para elles. Os magistrados deixam isto á caridade publica, e como não havia na cidade senão 2 pessoas, que lhes mandavam regularmente de comer duas vezes na semana, não recebendo a maior parte delles cousa alguma nos outros dias, estavam redusidos á uma miseria tão digna de compaixão, que isto mesmo contribuia muito para aggravar o meu mal. —Eu repar-tia com estes infelizes, tudo o que podia poupar a minha subsistencia; mas entre elles havia alguns, que estavam encerrados na sala mais pequena, e separada de

---

( a ) Talvez fosse sem grande fundamento esta suspeita de ser envenenado. Basta para explicar a cousa o receio, que D. Francisca teria, de que a comida fosse roubada em parte ou em todo.

niim só por uma parede, os quaes se viam tão atormentados da fome, que para subsistirem se tornavam ás mais nojentas immundicias.

Por esta occasião soube que alguns annos antes perto de cincoenta corsarios malabares, sendo apanhados e lançados nesta mesma prisão, desesperados pela horrivel miseria que soffreram, mais de quarenta se enforcaram com o panno do seu proprio turbante.

A extrema penuria, a que estavam redusidos os meus pobres companheiros, me causou a maior compaixão e porisso escrevi ácerca delles ao capitão e ás pessoas residentes na cidade, que todos tiveram a bondade de socorrerem com o necessario subsidio a essas desgraçadas victimas do santo officio.

## CAPITULO 6.º

### Regresso do padre commissario e minha transferencia para Goa.

O padre commissario não me tinha achado criminoso pela confissão, que eu espontaneamente fôra fazer-lhe, como já disse, e mesmo que o fosse, devia eu ficar *ipso facto* livre, segundo as leis da inquisição, mas como esta não era a intenção do capitão da fortaleza, elle sottpondo todas essas leis me accusara como hereje dogmatista (a). Bem podia ter-me enviado logo para o carcere da inquisição de Goa, e se tal fizera, poderá eu ter

---

(a) Hereje dogmatista, quer dizer, que nega algum dogma da religião catholica, e prêga os dogmas das outras.

sai do solto no fim de tres mezes no primeiro auto da fé, que ali houve no dezembro seguinte (dezembro de 1671); mas não fazia conta aos meus rivaes que eu fosse tão depressalivre; é porisso que o commissario, longe de me fazer sair de Damão, partiu elle mesmo, para não ouvir as minhas queixas e os meus rogos; e logo que me fez prender, passou a Goa; donde não voltou senão no fim de dezembro, acabado o auto da fé, e não sei mesmo se até aproveitou dos quatro mezes, que me fez deparar no carcere de Damão, em me recomendar em Goa ao primeiro inquisidor, como um homem muito criminoso e perigosissimo, que cumpria afastar das Indias, como tive motivo de crer pelo rigor, que affectaram na sentença da minha condenação, e que pareceu tão extraordinaria mesmo em Portugal.

Chegou pois a Damão o commissario a 20 de dezembro com a pequena cafila, que parte ordinariamente nesta estação de Goa a Cambara para comboiar os navios mercantes. (a) Este padre, que tinha ordens de fazer embarcar todos os presos da inquisição nas galiotas, fez-me aviso que estivesse prestes a partir, quan-

---

(a) Os navios mercantes que traziam mantimentos para Goa eram escoltados nesses tempos com os da armada para evitar os roubos dos piratas, que eram frequentes nos mares da India, e corria a despesa dessa armada por conta da camara da cidade de Goa, deduzindo dos proprios mantimentos um tributo, a que chamavam a *collecta* e depois se chamou *comboy*.

do a mesma cafila voltasse de Cambaia ( a ).<sup>1</sup>

O Abbade Carré voltando neste tempo de S. Thomé, onde se achava então mr. de la Haye, e na sua passagem por Damão, tendo obtido a muito custo licença para me ver, teve a bondade de me visitar na prisão, na vespera e no dia do Natal, em que partiu para Surrate ( b ).

Escrevi depois ao commissario, e metti-lhe por empenho varias pessoas, para que me desse audiencia, mas nem as minhas cartas, nem os rogos dos que se interessaram por mim, o puderam resolver a isto; tanto temia os justos queixumes, com que eu o poderia exprobrar tocante a sua pouca sinceridade.

Por este tempo, pouco mais ou menos, tendo sido accusado um portuguez chamado Manoel Vaz, que eu

---

( a ) O auctor da *Historia das inquisições* citada a pag. 9, acrescenta aqui, sem existir no original, na pag. 186= cidade do imperio do Mogol, perto da qual desemboca o Indo=no que commetteu dous erros geographicos; o 1.º em tomar o reino de Cambaya pela cidade do mesmo nome; porque a armada portugueza hia todos os annos não á cidade, mas aos portos do reino de Cambaya, e principalmente ao de Surrate; o 2.º que o rio que desemboca na cidade de Cambaya é o Indo, sendo o Mhye. O Indo fica muitas legoas ao norte, banha o reino do Sínde, e não o de Cambaya.

( b ) Este illustre viageiro francez foi mandado para as Indias orientaes pelo ministro Colbert, e escreveu a sua viagem em 1699, em París, 2 vol. em 12 ( Ferdinand Denis pag. 345 ).

havia conhecido mui particularmente, de ser casado em Portugal, foi preso e conduzido por ordem do santo officio á prisão, em que eu me achava, por se haver casado segunda vez em Damão, havia um mez.

Sabendo a minha generosa protectora da minha proxima partida para Goa, não se descuidou de me procurar provisões, que podiam bastar para uma viagem muito mais longa, do que aquella, para que me dispunha. Chegando em fim de Cambaia uma parte da armada, enviou o commissario os competentes ferros para deitar aos pés de todos os presos, que deviam ser transportados para Goa.

Os naturaes foram ligados dous a dous, excepto alguns, que estavam tão extenuados da fome, curtida na prisão, que mal foram embarcados, soltou-se-lhes os pés, porque estavam incapazes de fazer uso algum delles. Quanto ao portuguez e a mim, fizeram-nos a graça de nos dar ferros separados. O commissario teve mesmo a cortezia de me mandar dizer, que deixava á minha escolha um dos dous ferros destinados para o seu compatriota e para mim, e eu, aproveitando da sua civilidade, escolhi os mais pesados por serem mais commodos.

No ultimo dia de dezembro sahi da prisão de Damão, como todos os outros companheiros, e fui conduzido em um palanquim com ferros aos pés até á borda do rio, onde encontrei muitos dos meus amigos, que ali foram ter, e a quem pude abraçar, e livremente dar um adeus.

O capitão da cidade, que tambem ali se achou, pro-



curou por todos os modos persuadir-me do pesar que lhe causava o meu infortunio, e fez mil votos refalsados pelo meu prompto livramento e feliz regresso a Damão. —A presença dos meus amigos, e as suas lagrimas só serviram de recrudescer a minha dôr; mas nada me foi tão pungente, como a negativa de me ir despedir da minha bemfeitores, a quem pessoalmente desejava ir agradecer todos os actos de caridade, que praticara comigo.

Finalmente passada esta triste scena de patheticos cumprimentos de despedida, fizeram-me entrar em um batel, que me levou a uma das galiotas da pequena frota, que somente aguardava as ordens do general para levar ancora.

## CAPITULO 7.º

**Partida de Damão —Chegada a Baçaim —Demora nesta cidade —Desembarque em Goa.**

Supposto não tivessem ainda chegado de Diu e Cambaia senão parte das galeras, que compunham a frota, fez signal o general Luiz de Mello para darem á vela os navios, que se achassem em Damão, e dahi partimos ao 1.º de janeiro de 1674, com escala por Baçaim, esperando lá reunir-mo-nos com os restantes barcos da armada.

E como ventava favoravelmente, e a distancia era apenas de cerca de vinte legoas, aportamos a Baçaim no dia seguinte, e apenas surgimos, foram desembarcados os presos, e levados ás prisões da cidade, para ahi

se conservarem pelo tempo, que os navios se demorassem no porto. Tambem eu entrei com os outros no carcere. Nesta occasião um dos meus amigos, que ha pouco se havia estabelecido em Baçaim, tendo feito inuteis esforços por obter licença para ver-me, testemunhou a parte que tomava na minha desgraça, por uma carta que tambem a muito custo me poudes fazer entregar (a.).

A cadêa da cidade de Baçaim he mais vastã e mais limpa que a de Damão ; nella achamos uma boa quantidade de companheiros na miseria, que o padre commissario da inquisição desta cidade conservava

---

(a) O auctor da *Historia das inquisições* citada a pag. 9, acrescenta aqui, sem existir no original, o seguinte a pag. 187.

==A cidade de Baçaim, está 20 leguas ao sul de Damão; quando pertencia aos portuguezes era muito maior que Damão, mas carecia de boa fortificação, ainda que tivesse muralhas e uma boa guarnição—Fundada a um pequeno quarto de legua do mar, na margem de um rio, onde podião entrar navios de qualquer lote, e ancorar em qualquer tempo com toda a segurança, por estar o porto abrigado dos ventos. Por esta bella circumstancia residião nella uma grande quantidade de commerciantes, e havia um grosso commercio, casas excellentes, ruas direitas, praças grandes, igrejas ricas e magnificas, o ar saudavel, e o terreno muito fertil. Os Portuguezes não tinham cidade nas Indias, onde houvesse tanta nobreza, como em Baçaim, donde nasceo entre elles o proverbio==*Fidalgo au Cavalheiro de Baçaim.*==

presos havia longo tempo esperando occasião oportuna para os enviar a Goa. Todos estes infelizes foram tambem acorrentados, como nós, e embarcaram-nos a 7 do mez; e achando-se juntos todos os navios da armada, e bastecidos do necessario, levamos ancora, e desfraldamos as velas no dia immediato ( a ).

No resto da viagem nada mais nos aconteceu de notavel. damos sempre avistando terra; e tendo as velas enfunadas d'um favorabilissimo vento, chegamos aportar na barra de Goa, a 14 de janeiro. Os capitães, a cujo cargo iam, fizeram logo aviso da nossa chegada ao inquisidor; e em virtude da ordem, que delle receberam, fomos desembarcados no seguinte dia, e levados directamente á inquisição; mas como nesse dia se não dava ali audiencia, um dos officiaes deste tribunal nos fez conduzir á prisão do ordinario, isto he, ao aljube ( b ).

---

( a ) *A Historia das inquisições* insere aqui outro parographo, que tambem não existe no original, a pag. 188.== Passamos á vista de Chaul, pequena cidade, mas fortissima, situada 40 legoas pouco mais ou menos ao norte de Goa. Ella resistiu em diversos tempos aos esforços dos indios, que por muitas vezes tentaram invadil-a, e mesmo aos hollandezes, que na ultima guerra, que tiveram com os portuguezes, mais de uma vez fizeram inuteis esforços para a tomar.==

( b ) *Prisão* é nome generico.—*cancere* chamam o da inquisição—*aljube* a prisão ecclesiastica—*cadea* a prisão civil—*calhabougo* a prisão militar.—*tronco* é nome antigo da prisão civil.

Eu fui um dos primeiros, que ali entrei, e vi chegar a pouco e pouco todo o nosso infeliz rancho, que finalmente se achou reunido, depois de haver estado disperso durante a viagem.

Esta prisão he a mais immunda, a mais obscura, e a mais horrível de quantas tenho visto; e duvido que possa haver outra no mundo, mais repugnante e mais asquerosa. E' uma especie de abobeda, onde mal se vê o dia, por uma pequena fresta, por onde nunca penetram os raios mais sublis do sol, nem jámais entrou verdadeira claridade (a); é insupportavel o máo cheiro, porque não havendo uma cloaca, é ella supprida por um poço secco ao nivel da terra, no meio do subterraneo, aonde os presos fazem as suas necessidades; mas sendo-lhes quasi impossivel approximar-se d'elle muito, uns as fazem na borda, e a maior parte nem chegam até lá, e as fazem nas proximidades.

Chegada a noute, não me pude resolver a deitar-me, temendo bichos da podridão e da immundicie, de que estava a casa cheia, cobrindo todo o seu pavimento; tive pois de passar a mesma noute recostado á parede. Comtudo por mais horrível que fosse esta habitação, de bom grado a teria eu preferido aos limpos e alumiados carceres da santa inquisição, porque no aljube havia ao menos companhia e conversação, e eu já sabia que nem uma nem outra cousa se encontrava nos carceres do santo officio.

---

(a) Aqui o citado auctor da *Historia das inquisições* supprime 10 linhas do original.

## CAPITULO 8.º

Do modo como fui conduzido á inquisição —  
Observações ácerca dos seus presos.

Comecei a lisongear-me, que me deixariam no aljube ( a ) até a conclusão do meu processo, porque já era passado todo o dia e a noute seguinte; mas vi desvanecerem-se-me todas as minhas esperanças, quando pelas 8 horas da manhã do dia 16 de janeiro chegou um official da inquisição com ordem de conduzir-nos a todos á casa da mesma, o que promptamente se cumpria.

Não me custou pouco a chegar ali por causa dos ferros que levava nos pés; com tudo foi forçoso atravessar a pé neste triste apparatus o espaço que hia desde o aljube até a inquisição. Ajudaram-me a subir a escada, e entrei finalmente com meus companheiros na grande sala do santo officio, onde nos foram tirados os ferros pelos serralleiros, que lá se achavam, e isto feito fui eu o primeiro chamado á audiência.

Passando á sala, atravessei uma ante-camara, e d'ahi cheguei ao lugar onde estava o meu juiz. A este lugar chamam os portuguezes *mesa do santo officio*; estava elle ornado de muitas cortinas de tafetá, umas a-

---

( a ) O aljube, que era junto ao caes do arcebispo, ligado á muralha do arsenal, está hoje cavado até os alicerces, e tem no seu terreno, que fôra aforado pela camara municipal, uma casinha particular terrea.

zues e outras de côr de limão—A um dos lados se via um grande crucifixo em relevo, encostado á tapeçeria e elevado quasi até o tecto ( a ) : no centro da camera havia um grande estrado, sobre o qual assentava uma mesa de quasi quinze pés de comprimento e quatro de largo ; havia tambem sobre este estrado, em torno da mesa, duas grandes cadeiras de braços, e muitas outras cadeiras ; em uma das cabeceiras da mesa, e da parte do crucifixo estava sentado o secretario em um assento de dobradiças. Eu fui collocado na outra extremidade da mesa, defronte do secretario, e chegado a mim e á minha mão direita estava em uma das cadeiras o 1.º inquisidor Francisco Delgado e Mattos, clérigo secular, orçando pelos seus quasi 40 annos de idade, pouco mais ou menos ; era só, porque dos dous inquisidores, que ordinariamente ha em Goa, o 2.º, que he sempre um religioso de S. Domingos, havia partido pouco antes para Portugal, e não estava ainda nomeado o seu successor.

---

( a ) Extincta a inquisição, passou este crucifixo á capella do palacio do governo em Pangim, aonde na respectiva sacristia está hoje conservado em muito bom estado; tem de cumprimento seis mãos e duas pollegadas, olhos de vidro, e aspecto respeitavel. Além desta havia na capella outra imagem grande de crucifixo de dez palmos e cinco pollegadas, que tinha seu resplendor, capela, pregos de cobre branco, cortinados de ló lavrado, senefas e um frontal de damasco encarnado, com um degráo do mesmo damasco, dentro do qual se achava na mesma capella uma caixa for-

Apenas introduzido na sala da audiência me lancei, de joelhos aos pés do meu juiz, pensando poder commove-lo por esta humilhante postura; mas elle, oppondo-se a isto, me mandou levantar, e perguntando-me depois o meu nome, e profissão, me inquiriu, se sabia, porque motivo fora preso, e me exhortou a que lhe houvesse de dar da minha parte quanto antes uma declaração franca, por ser este o unico meio de obter promptamente a liberdade.

Depois de haver satisfeito ás suas duas primeiras perguntas, chegando á terceira lhe disse que presumia saber o motivo da minha prisão; e que se elle quizesse ter a bondade de me ouvir, estava prompto a accusar-me immediatamente. Juntei lagrimas á minha supplica, e novamente me prostrei aos seus pés; porém o meu juiz, sem se commover, me disse, que não corria pressa, porque tinha de tratar negocios muito mais importantes que os meus, e que me preveniria, quando fosse tempo, e tocando logo uma campainha de prata, que tinha diante de si, appareceu o alcaide ou carcereiro do santo officio, o qual entrou na sala, e fazendo-me sair me conduziu a uma galeria proxima, para on

---

rada de melania de seda, cercada de fitas de tres sellos, onde conforme a *authentica* que se acha no secreto, inclusa em um canudo de latão, fica o corpo da S. Victor martir com o seu sinete de prata dourada. Foi mudada depois da extincção para o arsenal, onde hoje se guarda em altar particular ao lado direito da entrada da capella do dito arsenal.

de fomos seguidos pelo secretario. Ali me levaram o meu bahú, que foi aberto em minha presença; apalparam-me cuidadosamente, tiraram-me quanto tinha sobre mim até mesmo os botões da camisa e o anel, que trazia no dedo, e não me deixaram mais que as minhas contas, o meu lenço, e algumas peças de ouro que eu tinha cosido em uma fita e mettido entre a perna e a meia, e escapou ao exame.

De tudo o mais se fez logo uma lista exacta, que depois foi inutil, pois o que ali havia e era de algum valor, nada se me restituiu, embora então me assegurasse o secretario, que na minha saída tudo me seria fielmente restituído, e me houvesse frequentes vezes reitirado a mesma promessa do secretario o proprio inquisidor.

Terminado este inventario, me tomou o alcaide pela mão, e com cabeça descoberta me conduziu a um carcere, que teria dez pés em quadro, onde fui encerrado só, sem ver mais pessoa alguma até a noute, que me trouxeram a ceia.

Como nada comera neste dia, nem no antecedente, recebi com bastante avidez o que me deram, e isto concorreu para me fazer passar a noute com algum descanso.

Quando no dia seguinte veio o guarda com o almoço, lhe pedi livros e os meus pentes; mas soube que livros a ninguem se davam, e nem aos padres o breviario, ainda que fossem obrigados a recitar o officio divino e pentes já não me seriam precisos, porque dahi a



nada se me cortariam os cabellos, como era pratica com os presos da inquisição, de qualquer sexo ou condição que fossem, desde o primeiro dia, em que entram nestas santas prisões, ou no seguinte, o mais tardar.

Cabe aqui interromper por momentos a narração da minha historia pessoal, para dar uma idéa resumida da casa, da ordem, e das formalidades, que so observam na inquisição ( a ).

## CAPITULO 9.º

Descreve-se a casa da inquisição de Goa.

A casa da inquisição, que os portuguezes chamam *santa casa* ( b ), é situada em um dos lados da grande praça fronteira á cathedral, dedicada a santa Catharina. Este edificio é grande e magestoso ; —tem na frente 3 portas, a do centro é maior que as dos lados, e por ella se entra para a sala, de que fallei, subindo uma escadaria. As portas lateraes dão direcção para os aposentos dos inquisidores, cada um com capacidade de accomodar soffrivel mobilia. Além destes aposentos ha muitos outros quartos para os officiaes

---

( a ) Além do capitulo 1.º que a *Historia das inquisições* supprime todo inteiro, deixa tambem em claro os seguintes capitulos desde o 9.º, até o 17 inclusive.

( b ) Nunca se chamou em portuguez *santa casa*, mas *santo officio da inquisição*, ou simplesmente *santo officio*. —As palavras *santa casa* se applicam á Misericordia.

da casa. Internando-se mais para dentro se entra n' um grande edificio, dividido em muitas repartições de dous andares, separadas por pateos, e tendo cada andar uma galeria em forma de dormitorio de 7 ou 8 cubiculos, de 10 pés de quadrado cada um. O total dos cubiculos subirá a 200.

As cellas d'um destes dormitorios são escuras, porque não tem fresta;—são mais baixas e mais pequenas que as outras;—mostraram-m'as n'um dia do meu queixume de ser tratado com demasiado rigor, para me fazerem sentir que podia estar peor do que estava. As outras cellas são quadradas, abobadadas, caiadas de branco, e limpas, entrando-lhes a luz por uma pequena fresta engradada, sem porta, e n'uma elevação, a que a mão de homem mais alto não pode chegar.

As paredes tem ao todo 5 pés de grossura,—os quartos são fechados a 2 portas, uma por dentro, e outra por fora da parede, a de dentro tem dous batentes, forte, bem ferrada, e aberta na metade inferior em forma de grade, com uma pequena janella por cima, para os presos receberem sua comida, roupa, e outros objectos necessarios que por ahi podem passar. Esta janella tem uma pequena porta, que se fecha a dous bons ferrolhos.

A porta, que está por fora da parede, nem é tão forte, nem tão grossa, como a outra, mas é inteiriça e sem abertura alguma;—fica aberta ordinariamente das 6 da manhã até ás 11 para a ventilação e purificação do ar da camera.

## Additamento do traductor ao capitulo 9.º

### I.

A casa da inquisição, que o auctor neste capitulo nos descreve na sua interior figura, ficava ao sul da praça da cathedral, fronteira á casa do senado da camara da cidade, que tambem já desapareceu;—pelo norte confrontava com casas particulares; pelo leste com a rua direita, e pelo oeste com outra rua.

Foi, antes da conquista, o palacio do Sabaio, e depois della, o aposento dos governadores e vice-reis, que ahi fixaram a sua residencia até a epoca de D. Pedro Mascarenhas (1534), que por ser velho de 70 annos, muito magro, e custar-lhe a subir as cumpridas escadarias daquelle casa de tres andares (dois sobrados) negociou a casa da fortaleza, em que os capitães das náos se costumavam agazalhar, e mudou para ella; e desde então ficou sendo a residencia dos seus successores (Couto, Dec. VII Liv. I Cap. III).

No vice-reinado do conde de Villa Verde (D. Pedro Antonio de Noronha) (1693 a 98) se transferiu esta residencia para o palacio de Panelim, junto á casa de Polvora, que era d'antes a casa de recreação dos governadores; e daqui passou no tempo do vice-rei conde da Ega (Manoel de Saldanha d'Albuquerque) (1760) ao actual palacio de Pangim, que d'antes era fortaleza.

Ficando devoluto o palacio do Sabaio, na referida epoca, foi nelle accomodado o tribunal da inquisição, quando veio decretado para a India no anno de 1560, o qual fez com o andar dos tempos no seu interior as mudanças, que o seu instituto exigia, como a capella, salas da entrada, e das au-

diencias, casa de despacho, residencia do 1.º inquisidor, casa do secreto, casa da doutrina, e um sem numero de carceres e casas, uns communs, e outros especiaes de *segredo*; da *penitencia*; do *encerramento perpetuo*; dos *tormentos*; tudo dentro de um grande edificio, que tinha na parede exterior a grossura de 7 palmos.

O governador Fernão d'Albuquerque, que no anno de 1619 succedera em via o vice-rei conde do Redondo, D. João Coutinho, havendo recebido de sua magestade a carta regia de 28 de março de 1620, em que attendendo á representação, que o fallecido conde vice-rei lhe fizera, em 13 de fevereiro do dito anno de 1619, sobre as obras dos carceres da inquisição, mandava applicar para ellas as condemnações da justiça, porque não convinha consignar-lhe o rendimento das obras pias, como porventura o mesmo vice-rei lhe propunha, Fernão d'Albuquerque a executou por seu alvará de 25 de outubro de 1621, mas achando-se difficuldades nessa applicação, o seu successor o vice-rei conde almirante, D. Francisco da Gama, por sua postila de 7 de julho de 1623, mandou que o conteudo no referido alvará tivesse lugar, mas depois de pagas as ordinarias e despezas da relação e do tronco. ( Livro verde da relação fol. 106 ).

## II.

Parece porém que com esta providencia nada se adiantaram essas obras, pelo que por cartas de 10 de fevereiro e 22 de dezembro de 1630 deu o vice-rei conde de Linhares D. Miguel de Noronha, conta a sua magestade do que occorrera ácerca das obras dos ditos carceres.

São essas cartas tão preciosas, que o extracto que dellas fizemos murchar-lhes-ia o brilho, e por isso vão aqui in-

tegralmente transcriptas , a primeira na parte que toca aos carcerees, e a segunda toda inteira.

*Parte da carta do conde de Linhares de 10 de fevereiro de 1630.*

.....  
V. magestade me mandou por carta de 24 de fevereiro de 1629 que procure reparar o concerto dos carcerees da inquisição com o procedido do fisco, e tem os carcerees tanta necessidade e o fisco tão pouco rendimento, que ando tratando donde se poderá tirar esta despesa, porque vossa magestade não tem aqui fazenda com que a fazer, e tenho assentado fazel-os das primeiras tomadias das alfandegas, sem embargo de que vossa magestade as tem applicado para as obras da see, e como ellas estão tanto adiante, e os carcerees tão necessitados, estou ha muitos dias determinado a soffrer a bateria que os clerigos da see me hão de fazer, em mudando a consignaço, como com effeito a mudarei até os carcerees ficarem de todo acabados; e segundo este mesmo pensamento, quiz tambem João Delgado que fosse eu contra a ordem de vossa magestade e que seguisse a que tinha dado Dom Lourenço da Cunha e Gonçalo Pinto applicando o selario que vencia Francisco Borges de Sousa para as mesmas obras; e tres ou quatro petições me fez João Delgado, que tambem nisto e em vossa magestade não pagar ordenado de homem que não ha, se vai contra os privilegios da inquisição, como elle diz.

Parece-me, senhor, que o mais importante para que estas materias tenham a authoridade, que convém, é mandar vossa magestade prover esta inquisição de inquisidores calificados, com muitos annos de exercicio da inquisição, e tambem com muitos annos de idade, porque assim ganhará credito a inquisição, e Deus e vossa magestade serão melhor servidos, e com os ordenados que vossa magestade dá aos inquisidores, podem desse reino vir muitos homens das partes que apento.—(Livro das Menções 13, fl. 255).

*Carta do mesmo conde de 22 de dezembro de 1630.*

N.<sup>a</sup> 51—Fui ver pessoalmente e com o conselho que me assiste e os officiaes das obras, as que estão feitas nos carcerees do santo officio ; achey acabadas cinquenta casas para presos, e principiado outro lanço de quinze ou desaseis, que está purado, tanto por falta de dinheiro, como por haver de passar uma parede por umas casas de um particular, que se não quer acomodar ategora a vender a quantidade do chão que só é necessario. Procurarei que isto se vença, e que a obra se acabe, sem embargo que a que está feita é bastante. Tambem me disseram que nas casas do inquisidor mais antigo, que é o que assiste dentro no santo officio, se fizeram muitas obras, que não vy, e posto que houve quem me quizesse murmurar de que nas ditas casas se gastára muita fazenda desnecessaria, me não pareceu que tinha lugar a murmuração, porque aquelle tribunal é mui authorisado, e o deve ser em tudo. O inquisidor João Delgado Figueira traçou e assistiu muito bem a todas estas obras, por que sendo ellas grandes não tem custado ategora mais que sete mil quatrocentos e tantos xerafins, como se viu por uma certidão que me enviou do padre Augustinho Monteiro, secretario do santo officio, e escrivão da receita e despeza delle, em que certifica que pelas contas, que se tomaram ao padre Matheus Gomes Ferreira, thezoureiro do mesmo santo officio, se achou terem montado as obras dos ditos carcerees 1768 braças, que a rezão de 18 tangas e meia a braça, em que se contratou a dita obra, fazem 6539 xerafins, e nas mais despesas que se fizeram 886:4:19 que tudo fazia somma de 7426 xerafins e 41 real, dos quaes tinha recebido da fazenda real de v. magestade 3652 xerafins, e o mais que faltava se havia tomado por empr estimo para se correr com as ditas obras, por os carcerees estarem abertos, e se estava ainda hoje a dever; e não entravam nesta quantia as despesas que se haviam feito no repario das casas da mesa do santo officio, e do inquisidor mais antigo, de que acima se trata, por serem cousas separadas; e entendendo que com tres mil xerafins mais ficarão em todo perfeiçoadas. O dinheiro donde isto tem sahido é de algumas pequenas condenações do fisco, e de um descaminho de canella, que valeu 2200 xerafins, e sem embargo que me parece

que tem havido toda a boa conta, ordene-me v. magestade o como esta se haverá de tomar pelo miudo. Deus guarde a catholica e real pessoa de v. magestade como a christandade ha mister. Goa, a 22 de dezembro de 1630.— *Conde de Linhares.* ( Livro das monções 14, fl. 187 ).

### III.

E como ainda carecesse de mais dinheiro, como vimos da mesma carta, por outro seu alvará de 21 de maio de 1631 tornou effectivo o alvitre lembrado na carta de 10 de fevereiro de 1630, e mandou applicar aquellas obras os rendimentos, que até então eram applicados á obra da nova sé, por estar já então prompta, faltando-lhe apenas algumas obras menos importantes.

#### *Alvará do conde de Linhares de 21 de maio de 1631:*

Dom Miguel de Noronha, conde de Linhares, do conselho do estado de sua magestade, seu gentil homem da camara, vice-rei, e capitão geral da Índia, &c. Faço saber aos que este alvará virem, que por quanto a egreja da sé nova desta cidade de Goa ( para cujas obras applicou sua magestade os descaminhos e erações dos abintestados ) está acabada, e só lhe faltam [outras officinas e retabolos ; e de presente está esta fortaleza muito damnificada, e as obras dos carceres do santo officio por acabar, materias ambas, a que se deve acudir com toda pressa e calor, por sua magestade o encomendar assy por muitas ordens, e de presente está a fazenda real tão exhausta que não pode acudir a metade das obrigações, que carregam sobre ella ; tendo eu a isso consideração ; hei por bem e mando que, em quanto se não acabarem as obras desta fortaleza e as dos carceres do santo officio da inquisição, que os descaminhos todos se carreguem sobre o thesoureiro do estado para com o diuheiro delles, que elle receber, se continuarem as ditas obras, e depois de ellas acabadas tornará ás da sé nova, na qual se poderão continuar juntamente com o proce-

dido dos abintestados que não mudo. Notifico-o assy ao veedor da fazenda geral, ao juiz dos feitos da fazenda de sua magestade, e a todos os mais ministros e officiaes e pessoas, a que pertencer, para que assy o cumpram e guardem, e inteiramente façam cumprir e guardar este alvará, como se nelle contém o qual valerá como carta passada em nome de sua magestade, sem embargo da ordenação do Livro 2.º tit. 4.º em contrario Francisco Gonçalves o fez em Goa, a 21 de maio de 1631. Eu o secretario Ambrozio de Freitas da Camara a fiz escrever.— *O Conde de Linhares.*—( Livro de registo da fazenda fl. 305 ).

Retardou-se porém o acabamento da obra por 2 annos pelo motivo constante da seguinte carta do mesmo vice-rei, que tambem achamos dever trasladar aqui na sua integra:

N.º 129.—Tenho dado favor, ajuda, e assistencia de dinheiro para as obras dos carceres do santo officio e estão quasi acabados; e se, como dizem, o inquisidor João Delgado Figueira não divertira parte deste dinheiro em fazer primeiro para si umas casas dentro no santo officio, dous annos ha que de todo estiveram os carceres perfeitamente acabados. Goa. 8 de outubro de 1632. *O Conde de Linhares.*—( Livro das monções n.º 15 fl. 93 v. )!.

As despezas que nos ultimos annos do seculo passado se fizeram nas obras dos referidos carceres importaram em 10,556 xerafins.

#### IV.

Em 1774 havida a 1.ª extincção deste tribunal, retiraram-se para Portugal na monção do anno seguinte na nau *Mariana Victoria* os dous inquisidores, Manoel Antonio Ribeiro e José Antonio Ribeiro Motta ( europeos ) o primeiro dos quaes tinha residencia na casa; e o marquez de Pombal, que extinguiu o tribunal, ordenou ao governador e capitão general D. José Pedro da Camara nas instrucções, que lhe



dera no mesmo anno (a) que no *magnifico palacio* da inquisição ( formal expressão do marquez ), que ficava vago, fixassem novamente a sua residencia os governadores e capitães generaes, por quanto a *malicia dos jesuitas á mudára para Panelim a um quarto da legoa da cidade, na casa de polvora, para não assombrar os edificios da sua ordem!*

V.

Cumprindo a regia determinação, respondeu o governador a el-rei, que não executara a ordem, expedida em seu real nome, porque dos dois palacios, um do santo officio e outro da residencia dos vice-reis, que havia em Goa, mandando fazer orçamento prudente por engenheiros e mestres d'obras, calcularam-se grandissimas despesas no palacio da inquisição, que não tinha accomodações regulares e salas para a decente residencia do governo, de sorte que só para o desmancho dos carceres, que estavam no interior, se arbritaram 24 mil xerafins; e as obras totaes custariam 70.600 xerafins; que pelo contrario, com quanto o palacio antigo da residencia dos vice-reis se achasse muito arruinado, tinha salas e casa de accomodação decente, e porisso sem mudar as paredes principaes, e na mesma interior figura, era habitavel, pelo que mandara logo que nelle se fizessem, e se estavam effectivamente fazendo, os concertos precisos, sem o reedificar de novo, mas concertando-lhe somente as janellas e o prospecto; cobrindo as casas

---

(a) Estas instruções foram pela imprensa publicadas em Goa, pelo litterato portuguez, Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda, secretario do governo, no anno de 1841, com suas valiosas notas.

com madeira e telha; reparando alguns pedaços de paredes arruinados, e aproveitando toda a pedra, madeira, e telha capaz de servir; finalmente que o palacio da inquisição destinara elle governador para a residencia da ouvidoria geral da junta da fazenda, da contadoria geral, e do senado da camara, fazendo-se somente os reparos necessarios; e que logo que estivesse acabado o concerto e reparo do dito palacio antigo dos vice-reis mudaria para ahi a sua residencia, e o iria habitar.

## VI.

E' em officio de 3 de maio de 1778, dirigido na monção do mesmo anno, dando por miudo conta do estado dos edificios, que existiam na cidade velha, que se queria reedificada, diz na parte final o seguinte:

Ponho tambem na presença de v. ex.<sup>a</sup> o projecto que fiz fazer pelo dito capitão de bombeiros [ João Baptista Vieira Godinho ] para a accomodação dos tribunaes nas sobreditas casas que foram da inquisição, podendo nellas ficar decente e largamente os seguintes edificios com uma despesa de 25 mil xerafins pouco mais ou menos, quando nem com o dobro se podiam accomodar tão distincta e separadamente no sobredito palacio da fortaleza.

Estas repartições eram as seguintes : 1.<sup>o</sup> O tribunal da junta real fazenda, 2.<sup>o</sup> O do erario, 3.<sup>o</sup> A contadoria, 4.<sup>o</sup> A secretaria, 5.<sup>o</sup> O senado da camara, 6.<sup>o</sup> A thesouraria geral das tropas, 7.<sup>o</sup> A torre de tombo, 8.<sup>o</sup> A chancellaria, 9.<sup>o</sup> A administração do tabaco com os armazens necessarios, 10.<sup>o</sup> A casa para aula da marinha, e 11.<sup>a</sup> finalmente a cadeia com casas para carcereiro e um corpo de guarda!

E' era na verdade *magnifico* este palacio, como disse o marquez, estando então a 5000 legoas de distancia, e sem duvida o maior dos palacios de Goa.

VII.

Na introdução, que antepoz ás *instrucções* escreve Lagrange—direis ao ler as *instrucções* que o marquez tinha visitado a India, e que não só alcançara exacto conhecimento da topografia do paiz, senão de muitas das necessidades particulares da cada aldea.—Não negamos a perspicácia, e penetração admiravel do marquez de Pombal; todavia ha na legislação, referendada por elle pontos, donde bem se conhece que não vira elle as cousas por seus olhos. No alvará de 15 de janeiro de 1774, publicado pelo mesmo Lagrange a pag. 8 das *Notas ás instrucções*, ordena o marquez—que a sé metropolitana e o palacio da residencia do arcebispo primaz de oriente se transfiram semelhantemente, para a decorosa egreja, e amplo edificio, que tem a denominação do Bom Jesus de Goa, e que as partes que restarem naquello vasto e fastoso collegio se dividam de sorte, que nellas se estabeleçam as casas do cabido, a relação ecclesiastica, e as habitações das dignidades e conegos, que couberem, accomodando-se os mais, que alli não tiverem competente lugar, no antigo palacio archiepiscopal, que antes fora abandonado pelas machinações dos sobreditos chamados Jesuitas.—O proprio governador, que vinha encarregado de fazer estas mudanças, representou o grande erro, em que estava o ministro, suppondo que a egreja do Bom-Jesus, posto que decorosa, tivesse mais capacidade para servir de cathedral, do que o vasto e sumptuoso templo, que para aquelle uso fora expressamente erigido, e ainda hoje dtrá em perfeito estado de conservação. Igualmente foi demonstrado, que a casa do Bom-Jesus nem era tão ampla, nem tão fastosa, que pudesse conter metade daquillo que o marquez mandava accomodar nella. Pelo que o governo não insistiu mais na mudança lembrada pelo grande reformador.

### VIII.

Porém quando as duas communicações, que hemos referido, relativas á casa da inquisição, chegaram a Portugal, estava mudada a face do seu governo. Era já morto el-rei D. José I., anniquilado o poder do grande marquez, e a rainha D. Maria, sua filha, suggerida pelo clero, destruia o acto do seu pai, restaurando a inquisição no anno de 1779, embora com certas restricções e suppressão dos *autos da fé*, o que, na phrase de Buchanan, podia tornar ainda mais cruel nas suas execuções o mesmo tribunal, sem o referido apparatus, fazendo-as elle ás occultas muito a seu salvo ! (a).

Apezar disto o illustrado ministro da rainha, Martinho de Mello e Castro, disse para cá ao governador da India, respondendo aos mesmos officios o seguinte :

Nada porém podendo contribuir mais para a reedificação da cidade, nem ser mais útil para o governo della e commodidade dos habitantes, que unirem-se no dito palacio (da inquisição) todos os tribunaes e officinas publicas, na forma que vem notada no plano, que se remetteu, é preciso que o dito governador, de accordo com o bispo de Cochim (governador da diocese) e com os ministros daquelle tribunal vejam, se ha modo de elle se accommodar em outra parte, parecendo que para as suas funcções se não fez preciso tão amplo edificio; e no caso de lhe ser necessario com toda a sua extensão, veja, se em outra parte se pode accommodar os ditos tribunaes, de sorte que todos fiquem juntos na forma acima ordenada.

### IX.

O pensamento da restauração da cidade velha, logo de-

[ a ] As observações deste viajante podem ler-se no fim do-  
la opusculo.

pois cadaçou, como sabemos, baldando as enormes despesas, que para este fim se fizeram, da importantíssima somma de 596.000 xerafins, do meio por cento da renda das comunidades arrecadadas pelas camaras geraes ( 100.000 xerafins das Ilhas, 156.000 de Salcete e 140.000 de Bardez ), além dos gastos do thesouro publico ; até que pela segunda vez extincto o tribunal no anno de 1812 ficou novamente inhabitado o referido palacio.

Nesse mesmo anno tinham sido feitas pelos inquisidores algumas arrematações para reedificações e reparos do seu edificio, mas vindo inesperadamente para elles a ordem da extinctão, o vice-rei conde de Sarzedas, tendo conhecimento disto, só mandou pela junta da fazenda proceder aos concertos indispensaveis do referido edificio para remedia-las momentaneamente.

Igual orçamento se fizera no mesmo anno de 1812, das obras precisas para o concerto e conservação do palacio de Goa da antiga residencia dos governadores, e se calculára em 65,585 xerafins só para as repartições de extrema precisão, como as seguintes—sala do docel—gabinete—sala de audiencia—sala da relação—secretaria—sala da entrada—grande sala de jantar—sala interior do jantar—corredor que vai para a coppa—um quarto no mesmo corredor—coppa—68 janelas etc., obras que tambem se não fizeram ; e se limitaram unicamente a meros reparos do mesmo palacio.

## X.

Ficando depois disto em abandono' completo ambos aquelles grandiosos edificios, sendo de notar que a incomparavel vastidão do primeiro delles estava ainda então no seu estado primitivo, como diz Buchanan no seu *Diario*, começa-

ram desde 1815 a desmantelar-se aos bocados e obrigaram no anno de 1820 o intendente da marinha, o chefe de esquadrã, Candido José Mourão, a dar parte á junta da real fazenda, e haver della resolução por seu despacho de 19 de julho do mesmo anno, que foi lhe communicada pelo officio do escrivão da junta, Diogo Francisco de Sousa, de 20 do mesmo mez que "á vista dos motivos no officio expen-,, didos se não concertasse o dito palacio de Goa, e a casa,, da inquisição, fazendo pôr em devida arrecadação a parte,, dos materiaes, que estava demolida e se fosse demolindo,, dando providencias para se evitar o furto."

## XI.

Apoz sete annos decorridos visitou Goa o padre Cottineau de Kloguen, e ácerca do palacio da inquisição escreveu no seu *Bosquejo historico* o seguinte.

O palacio da inquisição.....  
deve ter sido muito bello, mas hoje conserva apenas o unico andar inferior; tem a largura mais ou menos de 60 pés, e não é possível calcular o seu comprimento, porque o edificio é cercado de muro que cobre mais ou menos duas geiras da terra.....

Actualmente está todo para vir a terra; ja não existem nem portas nem janellas; arbustos, espinheiros, e montões de calça pejam a entrada, e o seu interior deve ser habitado de muitas serpentes, viboras, e outros reptis. (Pag. 111 da nossa traducção feita em 1858.)

.X.

## XII.

E não tardou muito que a mão do homem completasse a acção do tempo; por que o vice-rei D. Manoel de Portugal e Castro, que elevou á verdadeira capital de Nova-Goa

o antigo bairro dos pescadores de Pangim, mandando aqui construir mil obras notaveis de novos edificios (obras que continuaram os seus successores e especialmente o fallecido sympathico conde de Torres Novas) fez derrocar de todo o palacio da inquisição, e transportar os seus materiaes para Pangim entre os annos de 1828 a 30.

Finalmente em 1859 se removeram as suas ruinas na parte que obstruiam a rua e a praça da cathedral, que se queriam limpas por occasião da exposição do apostolo das Indias S. Francisco Xavier. Encontraram-se nas excavações dellas alguns lanços soterrados de largas pedras pretas; uma moeda de metal, não sabemos se de ouro, ou cobre; e uma enorme massa de chumbo, que tinha a forma de canôa, e vimos na sacristia da mesma cathedral, com um epitaphio em gentilico.

Eis um rapido esboço do que pudemos colher do edificio do palacio da inquisição, esboço, que pela primeira vez saê á luz do dia com os documentos que o formam.

## CAPITULO 10.º.

### Do como são tratados os presos da inquisição.

Cada um dos presos, que tem a desgraça de cair na inquisição, tem um vaso de barro (calão), com agoa para se lavar; e outro mais aceiado (gurguleta) com agoa para beber, e um pucaro fabricado de uma especie de terra sigilada, que se acha commummente na India, e que refrigera admiravelmente a agoa que ali fica por algum tempo. Tem tambem uma vassoura para ter o quarto varrido; uma esteira para pôr sobre o

estrado onde dorme ; uma grande bacia, que se muda de 4 em 4 dias, e uma vasilha que a cobre, e serve para ter o lixo, que se vaire do mesmo quarto.

Os presos são muito bem tratados ; comem 3 vezes ao dia ; o almoço é ás 6 horas da manhã ; o jantar ás 10 ; e a ceia ás 4 da tarde. Almoção os naturaes *canja* ( a ), que é agoa de arroz grossa, e as outras comidas são arroz e peixe. Os europeos são méllhor tratados ; de manhã tem seu pão pequeno mas fresco, mais

---

( a ) A *canja* já hoje não é o almoço de muitas familias illustradas dos naturaes christãos de Goa ; porque uma alimentação fraca e sem sabor não podia subsistir por muito tempo na gente limpa. A *canja*, segundo se diz, foi introduzida adrede, e é só usada em Goa. Aquellas familias almoção á europea.

As outras comidas dos naturaes abastados ; o traje dos homens e mulheres ; os costumes até certo ponto tambem se vão chegando muito aos dos europeos ; e se não foram as castas e as cores, ( o nosso *regnum divisum* vel *divide et regna* ) que por má estrella se conservam e são bafejadas , pudera ter melhorado muito e progredido muito mais a nossa pobre sociedade geana. Fazemos pois votos para acabar um dia esta *lepra contagiosa*.

Que do tempo ou do ceo nos venha o remedio, e se vinquem na posteridade os sabios projectos do grande Albuquerque, do insigne Pombal, e do immortal D. Pedro 4.<sup>o</sup> que quizeram e promoveram mais que os outros a igualdade e a união indistincta de todos os subditos d'el-rei de Portugal, do continente e do ultramar, de *todas as castas e de todas as cores*.



ou menos do peso de 3 onças, peixe frito, frutas, ou chouriços, se fôr ao domingo, e mesmo alguma vez na 5.<sup>a</sup> feira. Em ambos os dias também ao jantar, tem carne e pão, prato de arroz e de caril com muito molho para misturar com o arroz, que é apenas cosido com agoa e sal. Nos outros dias excepto os dous tem ao jantar só peixe; e á ceia pão, peixe frito, prato de arroz, caril de peixe, ou ovos, com cujo molho possam comer o arroz.

Nunca usam carne para a ceia até no dia de paschoa, e penso que este regimen se observa não só por economia, por ser o peixe barato na India, mas para maior mortificação daquelles, que são incursos na excommunhão maior, e livra-los ao mesmo tempo do mal de *mordixim*, como lhe chamam na India, que não é outra cousa mais que a indigestão, frequente e perigosa nos climas quentes, sobre tudo nos lugares, onde se não dá exercicio algum (a).

---

( a ) A *historia das inquisições* accrescenta aqui por sua conta, e como de Dellon, o seguinte=Começa ella (a molestia de *mordichim* ) quasi sempre por uma febre violenta, acompanhada de tremores, anxiedades e vomitos. Estes accidentes são logo seguidos de delirio e da morte, se se lhes não applica um prompto remedio. Ha para isto um de que os indios se servem com preferencia a qualquer outro, porque a quotidiana experiencia lhes tem feito conhecer que neste caso é especifico, e que se o não applicam, expõe o enfermo a um perigo evidente. Consiste este remedio em applicar um ferro em braza ao calcanhar do enfermo na parte mais calosa e

Os doentes são servidos com grande cuidado de tudo quanto elles precisam; tem medicos, e cirurgiões, que os visitam; e quando a vida perigar, tem confesores; mas não tem sacramentos nem do viatico, nem da santa unção; e tambem nunca ouvem missa.

dura. Para isto se servem ou de um espeto ou de outro qualquer ferro, que tenha a mesma figura, com o qual atravessam esta parte, e nella o deixam ficar até que o doente, gritando, dê a conhecer que sente o calor. Esta operação é com tudo mui pouco dolorosa, e não priva o doente, a quem se applica, de andar immediatamente com o mesmo desembaraço que d'antes, se outros motivos o não obrigam a ficar de cama. Só por este meio pois, se se applica a tempo, é que se atalha quasi infallivelmente este mal cruel; e uma pessoa que sem este soccorro correria risco de perder a vida, se acha muitas vezes curada em mui pouco tempo sem outro remedio mais que este. Cumpre observar de passagem que a sangria é inteiramente perniciosa nesta casta de molestias, e que um medico estrangeiro, que se acha nas Indias, deve ter todo o cuidado de se não enganar, pois nisto vai a vida do enfermo (pag. 173).=Accrescentamos a isto o seguinte.

O holandez Linchost, de quem fallamos a pag. 32, diz a pag. 70 que a molestia *mordexim*, que attaca na India subita e inesperadamente, começa por enjoo e vomito continuado até o doente fallecer.

Pyrard a pag. 14 da traducção do sr. conselheiro Rivara diz que reina na India uma doença *mordexim* que é acompanhada de grande dor de cabeça e vomitos; os doentes gritam muito e a maior parte das vezes morrem.

Os fallecidos nos carceres se enterram dentro do edificio, sem cerimonia alguma, e se forem julgados ao depois dignos de morte, segundo as maximas da inquisição, os exhumam, e conservam seus ossos para serem queimados no immediato auto da fé, cuja cerimonia reservo explicar em outra parte.

Como sempre faz calor na India, e os presos da inquisição não tem livros para ler, não se lhes dá fogo, nem outra luz, além da do dia.

Todos os carceres tem 2 estrados para se deitar, por que, quando o caso pede, mettem-se 2 presos por junto. Além da esteira, que todos tem, dá-se aos presos brancos uma colcha a cada um, que lhes serve de godrim ou colchão, porque não precisão de cobertor, salvo se os innumeraveis mosquitos, que fazem uma compa-

---

O Diccionario do Roquete diz *Mordexim*, *mordixim*, ou *morexim* colica perigosa, indigestão mortal. Os Dictionarios de Faria e de Constancio, ambos dizem=especie de colica mui perigosa=; e Moraes diz=indigestão que mata; e se cura applicando ferro em brasa, de baixo do calcanhar" Sarou de um morexim" *Vergel de plantas*. *Mordexim*, diz Couto, e parece a colica biliosa=Finalmente o Diccionario de medicina popular do sr. Pedro Luiz Napolião Chernoviz em 3 vol., 3.<sup>a</sup> edição, 1862, no vol 1.<sup>o</sup> pag. 381, vocabulo *cholera* diz=A cholera ou cholera morbus chamam na India portugueza *Mordexim*=opinião, em que concorda o sr. conselheiro Rivara ( *Archivo de pharmacia* n.<sup>o</sup> 24 pag. 251 de 1865 ), dizendo=o mordechim parece não ser outra cousa senão a cholera morbus esporadica.= E não adiantamos mais porque *nec ultra crepidam sutor*;

nhia assaz incommodativa aos pobres presos nessa triste habitação, o pedirem.

## CAPITULO 11.º

### Trata dos empregados da inquisição.

Ha em Goa dois inquisidores, o 1.º que se chama inquisidor-mór ou 1.º inquisidor, é sempre um clérigo secular, e o 2.º um religioso da ordem de S. Domingos. (a) Tem officiaes em grande numero, que uns se deno-

(a) Em regra os inquisidores e mais empregados das inquisições de Portugal e Goa, segundo o seu regimento, deviam ser nacionaes e não estrangeiros, christãos velhos, de limpo sangue, sem raça de mouro, judeu, ou gente novamente convertida á fê; que não tivessem sido presos ou penitenciados pelo santo officio, nem descendentes de pessoas, que tivessem algum dos defeitos sobreditos, de boa conducta, capazes de se lhos encarregar qualquer negocio de importancia e segredo; finalmente os inquisidores, deputados, e o promotor não podiam ser parentes entre si dentro do 2.º grão.

Em Goa porém com quanto nos primeiros seculos os inquisidores fossem todos portuguezes europeos, como deveram ser, não só por serem os filhos de Goa *gente novamente convertida*, mas de poucas letras e illustração; todavia nos ultimos annos crescendo a sua instrução entraram no tribunal alguns naturaes, como sabemos com certeza do 3.º inquisidor padre Pedro de Figueiredo, natural de Salcete, no anno de 1800, e outros. (Livro das *monções* de 1800, officio n.º 190 ).

minam *deputados do santo officio*, e os hade todas as ordens religiosas ; tem por obrigação assistirem ao julgamento dos accusados, ao exame, e estudo dos seus processos, mas nunca vão ao tribunal sem que sejam chamados por expressa ordem dos inquisidores.

---

Além destes tivemos no 17.º seculo 2 inquisidores geraes na India, do collegio da *Propaganda fide*, naturaes de Goa, e ambos da nossa ilha Divar, e filhos da nossa casa, que lá temos conservada. São os doutores e bispos D. Matheus de Castro, e seu sobrinho D. Thomaz de Castro. Delles dá o padre Antonio João Frias a pag 145 e 150 da sua *Aureola dos Indios* a seguinte noticia.

O 1.º bispo foi o doutor D. Matheus de Castro, bispo de Grisopolis, que passou á India no anno de 1652. Braçmane, natural da ilha de Divar, vigario apostolico dos reinos de Idalxá, Pegú, e Golcondá nas Indias orientaes, e no imperio do Preste João. Em todas inquisidor geral, e fundador da missão. Edificou na Mourama 3 egrejas principaes em Bicholim, Banda, e Vingurlá, afora muitas casas, e residencias nas côrtes de todos os reis mouros, e gentios onde aportou. Em toda a parte foi recebido com todo o applauso, e veneração, pelas suas grandes partes, e virtudes. Facilitou aos missionarios o poderem pregar a lei evangelica nas terras dos infieis com liberdade, e até hoje se conservam as suas memorias. Devem os christãos a este bispo o commercio que tem nas terras dos gentios, e dos mouros, e a reverencia e respeito, com que nellas se venera qualquer sacerdote. Depois de fazer uma larga missão na India, e propagar no gentilismo a lei de Christo, pregando a verdadeira fé, passou a Roma, aonde foi recebido pelo summo pontifice com grandes honras ; e pela congregação de *Propaganda fide* com alegria, por haver aberto uma dilatada missão ; e ter feito fructo nas terras dos inimigos da fé : alcançando para os christãos, e missionarios muitas concessões e liberdades dos reis in-

Outros empregados ha que tem o nome de *qualificadores do santo officio* ; toca-lhes examinar nos livros as proposições suspeitas de trazerem alguma heresia contraria á pureza da fé. Tambem elles não vão ao julgamento, e só apparecem para dar o seu relatorio

fieis ; fazendo egrejas e morada para os operarios da missão. Passou este bispo a Roma quatro vezes ; da 1.<sup>a</sup> sendo clérigo veio formado doutor em theologia e prior da collegiada da Luz desta cidade de Goa. Da 2.<sup>a</sup> foi sagrado bispo ; e voltando ali 3.<sup>a</sup> vez assistiu naquella curia muitos annos , e veio a fallecer de 110 annos no de 1679 , com grande sentimento, não só dos bracmanes seus naturaes, a quem honrou, abrindo-lhes caminho para subirem a dignidades tão grandes, mas ainda dos extranhos, com quem viveu sempre em reputação, e credito...

.....  
O 3.<sup>o</sup> bispo....foi Dom Thomas de Castro, natural da Ilha de Divar, religioso professo da ordem dos clérigos regulares da Divina Providencia em Roma. Foi lente e mestre dos novicos na sua religião ; e estando eleito para vir para a Índia com o cargo de prefeito, o escolheram para bispo de Fulsivelem, e o sagraram no anno de 1671. Chegou a Índia no de 1674, com os titulos de vigario apostolico nos reinos de Cochim, Tanor, Ginge, Maduré, Moinsur, Cranganor, Cananor e toda a costa do Canará, com o cargo de inquisidor geral nella, e fundador da sua missão. Fabricou uma egreja no dito reino de Canará, aonde foi recebido daquelles infieis com grande veneração ; tendo todos juntamente grande respeito aos seus famulos e aos seus missionarios. A rainha lhe fez mercê de uma terra, que ainda hoje possuem os padres da missão, e lhe concedeu grandes liberdades, e privilegios para poderem publicamente fazer sacrificio a Deos, e celebrar as suas festas, como tambem para pregar a lei evangelica, e propagar a fé sem reparo, nem constrangimento algum ; antes isentou aos christãos a obrigação da sua lei, entregando a sua justiça aos nossos sacerdotes de maneira, que havendo contenda entre um christão e um infiel, cada qual toma conhecimento, o sacerdote

acerca dos pontos commettidos ao seu parecer. O santo officio tem tambem um *promotor*, um *procurador*, e *advogados*, que se dão aos presos que os pedem.

Estes advogados, longe de os defenderem, servem só para denunciar os seus mais reconditos sentimentos iludindo-os ; e mesmo que tal não fora, que aproveitaria uma protecção dos que não podem fallar com os seus

do catholico, e o gentio do infiel : cousa que em nenhuma outra parte se observa. Aportando este bispo a Cochim, antes de chegar a Canará, sagrou a D. Raphael de Figueiredo bispo de Adrometo; e veio a fallecer em Canará, aonde residia, aos 16 de julho de 1639, sendo de idade de 63 annos.

As tres egrejas, que edificou o bispo D. Matheus, tiveram as invocações de S. Salvador, S. Felipe Nery, e Nossa Senhora da Conceição. Diz isto o padre Leonardo Paes no seu livro a pag. 127, a cujo respeito vimos com prazer que dissesse o eminente Ferdinand Denis no seu *Portugal*. a pag. 255—Leonardo Paes nasceu em Goa em 1662, e deixou um livro prodigiosamente curioso intitulado—*Promptuaria das definições indieas*, Lisboa 1713.=

No texto do padre Frias, que acima copiamos. supprimimos a biographia do 2.º bispo, D. Custodio Pinho, de quem elle falla, porque não consta que fosse *inquisidor*; mas os curiosos podem-na ler mais desenvolvida no *Almanak* de 1866 a pag. 107 do joven estudioso o sr. Oliveira Campos, artigo do sr. Barreto Miranda.

E por ultimo diremos que a casa dos dous illustres bispos inquisidores veio a ser nossa do modo seguinte.

D. Matheus de Castro tinha uma sobrinha, filha unica do seu irmão Caetano de Castro, que casou com o nosso bis-

clientes a sós, senão em presença dos inquisidores, ou de pessoas enviadas por elles, que devem dar conta do resultado das conferencias?

Outros officiaes ha que se chamam *familiares do santo officio*, que são propriamente officiaes de justiça desse tribunal. Pessoas de todas as condições se gloriam de ter admissão a este nobre cargo, e até os duques e principes o procuram. O seu serviço é irem prender os accusados, e de ordinario costumam mandar um *familiar* da condição do delinquente. Elles não tem proes, mas vale para elles de sufficiente recompensa a honra que

avô o sr. Manoel Vicente de Abreu, de quem foi filho nosso avô, o sr. Luiz Miguel de Abreu, e deste foi filho nosso pai, o sr. Manoel Antonio d'Abreu; e o estabelecimento foi na sua casa, na aldea Navelim, da ilha de Divar, ou da Piedade, sendo o nosso bisavô gancar de Goltim da mesma ilha.

Tem a casa um retrato do bispo D. Matheus, em ponto grande, revestido das vestes episcopaes, com o seu titulo em baixo *de bispo e vigario apostolico* das terras, que nomeamos; e ao retrato ladeão 2 sacerdotes, um que supomos ser seu sobrinho D. Thomas, e outro é o irmão do nosso avô, o sr. padre Caetano Xavier de Abreu, chantre da sé de Goa, condecorado com o grão de cavalleiro da ordem de Christo, de que foi professo, desembargador da relação ecclesiastica, que teve a rara distincção de ser um dos 2 naturaes entre os 9 signatarios do auto da abertura do tumulo do apostolo S. Francisco Xavier, de 1.º de outubro de 1782 (veja-se a pag. 348 do *Resumo historico* da vida do mesmo santo pelo sr. Felippe Nery Xavier, 2.ª edição).



presam ter de occupar um emprego deste tão santo tribunal. Distinguem-se com uma medalha de ouro gravada com as armas do santo officio, as quaes usam somente, quando vão prender alguém, e o intimado deve segui-los immediatamente sem replica, porque á sua minima resistencia todo o mundo lhe cairia em cima para a sua captura, em ordem a dar execução ás determinações do santo officio.

Além de todos esses empregados ha tambem secretarios e outros, que tem o nome de *meirinhos*, *alcaide*, ou *carcereiro* e *guardas* para vigiarem os presos e dar-lhes comida que elles precisarem ( a ).

---

( a ) O regimento geral da inquisição de Portugal de 1640 referendado pelo bispo inquisidor geral D. Francisco de Castro, em substituição do de 1613, marca onde residir o santo officio o seguinte pessoal.

3 Inquisidores. — 3 Deputados com ordenado ; e sem elle os mais que parecer — 1 Promotor. — 4 Notarios. — 2 Procuradores dos presos. — Revedores ( qualificadores ) que forem necessarios. — 1 Meirinho. — 1 Alcaide. — 4 Guardas no carcere secreto. — 1 Porteiro. — 3 Sollicitadores. — 1 Dispenseiro. — 3 Homens do meirinho. — 2 Medicos. — 1 Cirurgião. — 1 Barbeiro. — 1 Capellão. — 1 Guarda do carcere da penitencia.

Cada porto maritimo tinha um visitador das náos de estrangeiros com escrivão de seu cargo, um guarda, e um interprete; e cada uma das cidades, villas, e lugares mais notaveis um commissario, seu escrivão, e familiares necessarios.

Este pessoal nos primeiros annos do estabelecimento da

## CAPITULO 12.º.

### Do procedimento que tem os officiaes da inquisição com os presos.

Estando os presos separados uns dos outros, e raras vezes morando dous juntos n'um quarto, são mais que bastantes 4 individuos para vigiarem 200 presos. Nos carceres guarda-se um silencio perpetuo, e os que querem queixar-se, chorar, ou mesmo orar a Deus em voz alta, correm risco de levarem chibatadas das mãos dos guardas, que ao menor ruido acodem e ordenão o silencio. Se da 2.<sup>a</sup> vez não forem obedecidos, batem

inquisição em Goa era mais resumido. Mostram isto alguns *artigos*, que abaixo copiamos, do *regimento da fazenda de Goa, suas terras e fortalezas*, dado pelo vice-rei D. Antão de Noronha no anno de 1564, 4 annos depois de decretado o tribunal para este estado, aos quaes *artigos* fazemos seguir uma *lista* completa dos empregados da inquisição de Goa feita em 1682, logo depois do tempo que Dellon esteve na mesma inquisição;—e por termo de comparação damos apoz ella outra *lista* do anno de 1800, proximo á sua extincção. Esta faz differença para mais em 11 empregados no tseu pessoal, e para menos 841:4:16 nos seus vencimentos.

X.<sup>o</sup> T.<sup>o</sup> R.<sup>o</sup>

Em 1682 gastava o thesouro publico. 9.296:3:24

Em 1800 gastava o mesmo thesouro. 10.148:2:40

Empregados com ordenado em 1682 eram 32 ao todo.

Ditos em 1800 eram 43 ao todo.

nos presos horivelmente e este castigo não só pune os suppostos culpados, mas intibia os outros, que todos ouvem os gritos e as pancadas que se dão, pelo profundo silencio que reina na casa. O alcaide e os guardas estão constantemente nas galerias aonde dormem de noute.

De 2 em 2 mezes mais ou menos o inquisidor, com o seu secretario, e um interprete visitam os pre-

---

*Artigos do regimento da fazenda de Goa, de 1564, extrahidos do livro original no cartorio da fazenda.*

Item. Averá um inquisidor da meza da santa inquisição dos dous que avia, o qual terá 400,000 réis ( 1200 xerafins ) de ordenado por anno, por quanto o outro mandou sua alteza que o não ouvesse, e o licenciado Aleixos Dias Falcão, que ora serve, não averá mais que 350,000 réis por anno; por quanto os 50,000 reis pera o dito cumprimento se lhe pagam no reino.

E o que o soceder averá o ordenado que trazer por provisão do dito senhor.

Item. O alcaide do carcere do santo officio da inquisição averá 100,000 réis ( 333:1:40 ) de ordenado por anno.

Item. O dito alcaide terá uma guarda pera o dito carcere que averá 400 réis ( 1:1:40 ) de mantimento por mez, como tem as guardas do carcereiro da prisão desta cidade, o qual se apoemtará no ponto da ribeira, e com certidão do apontador e seus conhecimentos se lhe pagará o que asy vencer aos quarteis, os quaes fazem 4.800 reis por anno.

Item. O escrivão do officio da santa inquisição averá 30,000 réis de ordenado em cada um anno.

sos para inquirir delles, 1.º as suas necessidades—2.º se se lhes dá a comida á hora marcada—3.º se tem algum motivo de queixa contra os officiaes da guarda, e mal que respondem a estas 3 perguntas, se fecha a porta do carcere.

Taes visitas são mais para ostentar justiça e bondade que alardea o tribunal, porquanto nem aproveita, nem mitiga pena alguma do preso, o qual continua a ficar, depois da visita, no mesmo estado de miseria, como antes della.

---

Item. O sollicitador do dito officio da santa inquisição averá outros 30,000 réis de ordenado por anno.

*No dito regimento e titulo dos officiaes e ordenados que se tiraram nesta cidade de Goa, está este.*

Item. O officio de meirinho da santa inquisição que tinha 100.000 réis ( 333;1:40 ) de ordenado por anno, e, os seus piães por sua alteza mandar que se excusasse.

---

*Lista dos ordenados e vencimentos que se pagam da fazenda de sua magestade no estado da India dada na matricula geral em Goa a 18 de janeiro de 1682, e enviada a sua magestade em carta do vice-rei Francisco de Tavora, de 25 de fevereiro do mesmo anno.*

No titulo do santo officio da inquisição da cidade.

X.ª T. R.ª

Ao 1.º inquisidor por anno 522.140 réis ou 1740:2:20

Os presos, quer tenham bens de fortuna, quer os não tenham, recebem todos igual tratamento, e o seu subsidio sahe do que se tem confiscado dos anteriores.

A inquisição raras vezes deixa de confiscar todos os bens, moveis e immoveis, que pertençam ás suas infelizes victimas.

### CAPITULO 13.º

#### Formalidades que se observam na inquisição.

Ao preso, que for levado a esse tribunal, pergunta-se-lhe logo seu nome, sua profissão, e qualidade.

---

Ao 2.º inquisidor o mesmo.....	1740:2:20
Ao promotor do santo officio, 218.784 réis	
ou .....	729:1:24
Aos 4 deputados 30.000 réis a cada um	400:0:00
Aos 4 notarios do dito santo officio 110.000	
réis a cada um e a todos 440,000 réis ou	1466:3:20
Ao alcaide dos carceres 100.000 réis ou..	333:1:40
Ao meirinho do dito santo officio 120,000 ou	400:0:00
Ao porteiro da casa dos despachos do dito	
santo officio 50,000 réis ou... ..	166:3:20
Aos 2 guardas dos carceres do santo offi-	
cio 63,000 réis (210 x.º) a cada um e	
a ambos 126,000 réis ou... ..	420:0:00
Ao sollicitador do santo officio 50,000 réis ou	166:3:20
Ao dispenseiro dos presos do santo officio	
50,000 réis ou.....	166:3:20
Aos 4 naiques do meirinho do dito santo of-	
ficio 72,000 réis a razão de 60 xerafins	

depois é exhortado para dar uma exacta declaração de todos os seus bens, para obter a qual melhormente, se lhe intima da parte de Jesus Christo, que quando saia innocente, ser-lhe-ha fielmente restituído tudo quanto elle tiver declarado; e pelo contrario, o que se descobrir, depois da sua declaração, será confiscado e perdido para sempre, mesmo que se reconheça a sua in-

a cada um. ....	240:0;00
Aos pobres presos do dito santo officio 30,000 réis ou. ....	100:0:00
Aos 4 homens do 1.º inquisidor 12,800 réis a cada um ou 51,200 ou. ....	170:3:20
Aos 4 homens do 2.º inquisidor. ....	170:3:20
Aos 2 ditos do promotor do dito santo officio 25,600 réis a ambos ou. ....	85:1:40
	<hr/>
	9295:4:24
	<hr/>

N. B. Os familiares e qualificadores não entram na lista, porque não venciam salario.

Nesse tempo os réis de Goa e os de Portugal tinham igual valor.

*Lista dos vencimentos dos empregados da inquisição de  
Goa do anno de 1800.*

	Vencimento singular	Vencimento Total.
3 inquisidores. ....	1666:2:20	4999:2:00

nocencia ; e porque quasi todo o mundo está predis-

	Vencimento singular	Vencimento Total.
1 promotor. ....	666:3:20	666:3:20
4 deputados. ....	100:0:00	400:0:00
2 secretarios. ....	366:3:40	733:1:40
3 ajudantes. ....	122:1:06 <sup>1</sup> / <sub>2</sub>	366:3:29
1 meirinho. ....	433:1:40	433:1:40
1 alcaide ..	333:1:40	333:1:40
1 dispenseiro. ....	233:1:40	233:1:40
1 porteiro .....	166:3:20	166:3:20
1 sollicitador .....	166:3:20	166:3:20
2 guardas. ....	210:0:00	420:0:00
1.º phisico. ....	50:0:00	50:0:00
2.º dito .....	20:0:00	20:0:00
1 cirurgião. ....	12:0:00	12:0:00
1 barbeiro. ....	12:0:00	12:0:00
1 meirinho da relação para assistir aos açoutes. ....	10:0:00	10:0:00
3 cafras que servem nos carceres.	60:0:00	180:0:00
Aos presos pobres .....	100:0:00	100:0:00
14 homens de armas dos tres in- quisidores e do promotor. ....	42:3:20	597:1:40
4 homens do meirinho que servem tambem de interpretes. ....	60:0:00	240:0:00
	<hr/>	<hr/>
		10.148:2:40

N. B. Um anno depois já fazia menos despesa , isto é, gastava 10.048:4:40 , como reza o officio do governador Veiga Cabral para á côrte, n.º 40, de 2 de maio de 1801.

posto a favor da santidade e verdade deste tribunal,

E ao fechar da nota, honraremos a memoria de mais 2 filhos de Goa, que foram tambem *officiaes da inquisição*, e illustraram, como os que nomeamos na nota anterior, o seu nome e a sua patria nessas remotas éras.

São os padres Lucas de Lima *qualificador do santo officio*, filho da ilha de Chorão, e nascido nella em 1654, e o padre Antonio de Pinho *commissario dos inquisidores em Bardez, Jua e Daugim*, e fallecido em 1666, o qual supponho que tambem era natural da mesma ilha de Chorão. Daquelle encontramos n'um livro de apontamentos do nosso cunhado o advogado sr. José Camillo Gonçalves, da ilha da Piedade, uma breve noticia biographica. Este livro possui o dito advogado, porque foi successor d'um dos morgados e bens daquella casa, e parente tambem pela linha paterna do celebrado litterato de Goa o padre *Jacome Gonçalves*, de quem tanto fallam o padre Sebastião do Rego na vida do padre José Vaz, os documentos e informações officiaes que vimos no archivo da secretaria do governo, e resa pouco, do muito que merecia, o nosso artigo publicado no jornal politico= *o Ultramar*= n.º 32 de 25 de maio de 1865.

Eis a noticia biographica do padre Lucas de Lima, que se lê na *Bibliotheca Lusitana* do douto e imparcial auctor portuguez, o abbadé Diogo Barboza Machado.

=, Lucas de Lima nasceu na ilha de Chorão junto de ,, Goa cabeça do imperio oriental portuguez a 23 de de- ,, zembro de 1654 sendo filho de Fernão de Lima e Ca- ,, tharina de Sá, bramanes e gancares da dita ilha. Estudou ,, as letras humanas e divinas, e em todas saio eminente-



os presos, que tem a consciencia de serem innocentes'

„ mente instruido por ser ornado de talento grande e pers-  
„ picaz comprehensão. Não somente foi consumado theo-  
„ logo, mas excellente canonista, sendo consultado em gra-  
„ vissimas controversias, em que o seu voto era decisivo.  
„ Foi vigario das parochias de S. Pedro, S. Anna, e S.  
„ Bartholomeo, em que mostrou a sua vigilancia pastoral.  
„ Exercitou com geral satisfação os lugares de qualifica-  
„ dor do santo officio, promotor de justiça ecclesiastica,  
„ procurador da mitra primacial de Goa, e sindaco do se-  
„ nado da mesma cidade. Falleceu a 7 de julho de 1717.  
„ Compoz=*Summa de theologia moral com varios parece-*  
„ *res, que deu nas materias em que foi consultado.* folio,  
„ manuscripto.

==, *Promptuario do padre Bento Pereira addicionado*  
„ *com muitas resoluções de diversos auctores concernen-*  
„ *tes a um e outro direito.* folio manuscripto.

Seu sobrinho Lucas de Lima foi um grande advogado da côrte, e as suas casas primitivas eram situadas no bairro *Querém* de Chorão. Teve 3 filhos, todos casados, e chamavam-se Manoel de Lima, Lucas de Lima, e Jeronimo de Lima; de quem foi filho Bernardo José de Lima, que teve uma só filha Maria Victoria de Lima e casou com o advogado Antonio Caetano Gonçalves, morador na Piedade, e a sua herança devolveu ao seu filho nosso cunhado, o sr. José Camille Gonçalves. Os outros 2 irmãos tambem não tiveram descendencia masculina, e a sua herança passou aos seus descendentes pela linha feminina.

Do padre Antonio de Pinho não sabemos mais que o epitaphio que traz o artigo do sr. conselheiro Rivara

não duvidando que a sua innocencia venha a ser re-

no *Almanack Litterario* de 1866 compilado pelo joven estudioso o sr. A. J. Frederico Gonçalves de Figueiredo. O epitaphio está na capella-mór da Igreja de Sant'Anna de Talaulim, e diz assim.

( Armas )

Aqui jaz o muito reverendo Padre  
Antonio de Pinho bragmane  
bemfeitor e vigario confirmado  
que foi desta egreja corenta e dois  
annos oito mezes. . . dias,  
Commisario dos senhores Inquisidores  
apostolicos nas christandades de  
Bar'ez, Juá, e Daugim,  
e capellão da casa da penitencia  
da Santa Inquisição. Com exem-  
plo de sua vida, doutrina, e  
charidade, e esmolos grangeou  
a conversão de muitos infieis  
e redução dos fideis á egreja  
catholica, deixando digna  
memoria de sua vida, e por  
herdeiros a senhora S. Anna,  
pobres, e almas. Falleceu em  
tres de outubro de 1666.

O catalogo dos inquisidores, deputados, notarios e ajudantes da inquisição de Goa saio publicado no tomo 4.º da *collecção dos documentos e memorias da academia real da historia portugueza* 1724 fol; e a nota das obras que

conhecida, e que se lhe dará a consequente liberdade, facilmente confissão na inquisição os mais secretos e importantes negocios seus, e os da sua familia.

Não é sem apparente fundamento que o publico se previne a favor deste tribunal. Considerado no seu exterior, não ha na verdade jurisdicção no mundo, onde a justiça se exerça com maior brandura e caridade. Os que a si proprios se accusam, e se mostram arrependidos antes da prisão, ficam livres, e não se sujeitam a ella.

---

dão noticia das inquisições de Portugal e suas conquistas pode ler-se na *Bibliographia Lusitana Portugueza* do sr. Jorge Cezar de Figanieri da pag. 286 a 288.

Da *collecção* citada não pudemos obter o volume, que traz o catalogo dos inquisidores de Goa, mas só aquella em que vem o catalogo das do reino, e a noticia dellas pelo padre frei Pedro Monteiro.— Nessa noticia só nos constou de novo que na inquisição de Goa, a que pertenciam, como ella diz, *todas as terras a que se estendia o dominio portuguez na Azia e desta para além até o Cabo de Boa de Esperança*, os DEPUTADOS accumulavam os lugares de QUALIFICADORES. ou revedores de livros, o que parece que nem sempre aconteceu, attenta a qualidade de *Qualificador*, que Barboza attribue ao padre Lucas de Lima, como distincta da de *Deputado*.

O actual representante da familia do padre Antonio de Pinho, no supposto de ser natural de Chorão, é o sr. Micael de Pinho, que hoje saindo daquella localidade reside na aldêa Pilerne de Bardez; o que colhemos por informações posteriores ao que escrevemos a pag. 87.

He verdade que os que assim o não fazem, são reputados e condemnados como criminosos; mas não são punidos com a pena temporal, que chegue a produzir a morte, se não nos que são manifestamente *convictos*.

*Réos convictos* não são os que tem contra si 2 ou 3 testemunhas, como nos tribunaes civis, por quanto embora 2 bastem para proceder á prisão; 7 pelo menos são precisas para a condemnação.

Por maior crime que seja o do accusado que é reputado *convicto*, applica-se-lhe só a pena de excomunhão, e confiscação de bens, e a respeito das penas temporaes e corporaes, a que o criminoso é sujeito perante a justiça civil, se elle confessa o seu crime, esta confissão o livra; o santo officio intercede por elle; suspende o braço secular; obtem a graça ou perdão do culpado e não ha exhortação, ou instancia que não faça, para haver a mesma confissão.

Caso porem que reincida no crime, já a inquisição não o pode salvar, e em tal caso ella o abandona a seu pesar, mas não o entrega ao braço secular, sem ter a certeza dos juizes que se elles insistem em condemnal-o á morte, como criminoso *relapso*, ao menos será sem effusão de sangue. Que brandura! (a).

---

(a) Ha aqui um certo engano no auctor: verdade é que os inquisidores nunca condemnavam á pena capital. Se provado o delicto, cabia ao réo esta pena, os inquisidores no seu *accordão* concluíam relaxando o réo ao braço secular, e rogando aos ministros de s. magestade que se houvessem com elle branda e mizericordiosamente, e sem

Depois de referido o que se pode allegar em favor do santo officio, é mister agora accrescentar algumas outras circumstancias, que mostrarão, o que se deve esperar desta bondade e caridade apparente.

Nunca se acareão as testemunhas; admite-se o depoimento de toda a sorte de pessoas, e mesmo das que se interessam na condemnação do accusado; não se admite reclamação da parte deste contra as testemunhas notoriamente conhecidas, como as mais indignas de serem ouvidas, e as mais incapazes de depôr contra o accusado. O numero destas, muitas vezes se reduz a 5 inclusive os suppostos cúmplices, que não depoem senão no tormento; (a) nem podem salvar a vida, senão

---

effusão de sangue. Eram os desembargadores que applicavam a lei ao crime, que vinha provado da inquisição, e não tinham elles já poder algum sobre o processo para o rever ou alterar. Viam-se assim forçosamente obrigados a applicar a pena, e ficava sendo o pedido dos inquisidores mera formula, e quasi um escarneo!.

O que o auctor escreve, tomado á letra, seria completo absurdo.

(a) Na *historia* completa das inquisições da Italia, Hespanha etc. achamos a pag. 139 a descripção dos tormentos ou tratos usados no santo officio. Eram de tres especies.

=, A 1.<sup>a</sup> era a corda, a 2.<sup>a</sup> a agua, e a 3.<sup>a</sup> o fogo. O tormento da *corda* (ou da *polè*) dava-se, atando com uma corda os braços do padecente voltados para traz; era logo levantado ao ar por uma roldana, e depois de estar por algum tempo suspenso, o deixavam cair de grande altura até meio pé

confessando o que não fizeram. Nas 7 testemunhas se comprehende tambem o supposto réo, que confessando no *tormento* o crime, que não commetteu, se reputa testemunha contra si proprio.

da terra. Estes balancos deslocavam por todas as juntas o corpo do infeliz, e lhe faziam dar gritos horriveis. Esta tortura durava uma hora, e ás vezes mais, segundo o julgavam conveniente os inquisidores assistentes, e o permittiam as forças do padecente.

Se esta tortura não bastava, empregava-se a da *agua*, fazendo-a beber por força ao accusado, o qual para isso deitavam sobre uma especie de leito, cavado no meio, que se fechava, e cerrava á vontade, sendo atravessado de um varão de ferro, que sustentando o corpo do padecente, lhe quebrava as vertebraes com dores incriveis.

A tortura *do fogo* era a mais horivel. Accendia-se um fogo activo, ao qual se aqueciam as plantas dos pés do miseravel accusado, esfregando-as ao mesmo tempo, com toucinho ou outras materias, penetrantes e combustiveis, e por este modo lh'as queimavam até elle confessar tudo o que queriam saber. Estas duas ultimas torturas duravam, como a primeira, por espaço de uma hora, e algumas vezes mais.

Quando um accusado era condemnado á tortura, o conduziam a um lugar destinado para estes supplicios, ao qual se dava o nome de *casa dos Tormentos*. Era uma gruta subterranea, á qual se descia por uma infinidade de rodeios, para que não pudessem ser ouvidos os gritos dos infelizes. Neste lugar de horror e despotismo não havia assentos, se não para os inquisidores, que sempre se achavam presentes

Muitas vezes todas as 7 testemunhas de nada valem, porque não se compoem senão de suppostos cúmplices, que são verdadeiramente innocentes do crime, que se lhes imputa, mas que a inquisição torna effectivamente criminosos, obrigando-os com *tratos e ameaças de fogo*

---

a este supplicio. Era allumiado por dois *luseiros*, cuja escassa luz era com tudo bastante para fazer ver ao infeliz os instrumentos da tortura. Havia ali sempre um ou muitos verdugos, segundo era necessario, vestidos pouco mais ou menos, como os penitentes com uma samarra de olandilha preta, com a cabeça e rosto cobertos com uma especie de capuz igualmente preto, com buracos nos lugares dos olhos, nariz, e boca.

Este espectro, logo que entrava o padecente o agarrava e despojava. Antes de se lhe dar a tortura, o exhortavam os inquisidores a confessar a culpa de que era accusado. Se persistia em negar, applicava-se-lhe a tortura, a que era condemnado, por um dos tres modos que acabamos de descrever, a qual era algumas vezes tão violenta que o padecente chegava a perder o animo e as forças, sendo necessario fazer entrar o medico da inquisição para ver se elle a podia supportar por mais tempo sem morrer.,=

Advirta-se porém que o auctor ou compilador da chamada *Historia completa das inquisições* não anda sempre bem informado; e na materia desta *Nota* cahio em grande equivocação confundindo o tormento da *agua* com o do *potro* ou *cavaliete*. Seria impossivel que o padecente fosse obrigado a beber agua deitado no tal leito ou *potro*, e apertado sobre os varões de ferro delle, ou sobre fasquias de pão de arestas afiadas, como alguns tinham. Um destes tormentos excluia o outro por necessidade physica.

a accusar um innocente para salvar a propria vida.

Para a boa intelligencia deste misterio, é preciso que se diga que entre os crimes, de que a inquisição tem o direito de conhecer, ha um, que pode ser commettido por um só réo, como a *blasphemia*, a *impiedade* etc.; outros que requerem pelo menos um cumplice, como a *sodomia*, e finalmente outros que precisam muitos cumplices, como o de ter assistido aos sabados dos judeos, ou tomado parte nas assembléas supersticiosas, que aos idolatras novos convertidos tanto lhes custa a largar, e se tem por criminosos de *magia* e *feitçaria*, tendo por fim descobrir cousas secretas ou adivinhar as futuras, que por meios naturaes não podem descobrir (a).

---

(a) Neste lugar inserimos mais um esclarecimento, que especialmente hoje terá muita utilidade historica - He a nota dos capitulos do regulamento, que especificam os crimes de que conhecia a inquisição, regulamento de que existe um exemplar na secretaria do governo geral.

1.º Dos hereges e apostatas da fé catholica apresentados. 2.º Dos negativos. 3.º Dos confitentes. 4.º Dos confitentes diminutos (isto é que confessam parte das culpas e occultam ou negam outra parte.) 5.º Dos que revogão as confissões que judicialmente fiseram no santo officio. 6.º Dos relapsos. 7.º Dos apostatas arrengados, hereges, estrangeiros e infieis que delinquem na terra estrangeira. 8.º Dos scismaticos. 9.º Dos fautores, defensores, e receptadores dos hereges. 10.º Dos que se communicão com elles, e lhes levão armas e mantimentos ou comem carne em dias prohibidos. 11.º Dos que dispução em materia de fé nos casos por direito prohibi



He particularmente em respeito e por occasião destes crimes, que não se podem commetter, sem um ou mais cúmplices, que os processos da inquisição são mais extranháveis e mais extraordinarios.

Quando os judeos foram expulsos da Espanha por Fer.

dos. 12.º Dos blasfemos e dos que proferem proposições hereticas, temerarias, ou escandalosas. 13.º Dos que desacatão ou faserem irreverencia ao santissimo sacramento do altar, ou ás imagens sagradas, ou não recebem o santissimo sacramento em jejum. 14.º Dos feiticeiros, sortilagos, adivinhadores, e dos que invocão o demonio, e tem pacto com elle, ou usão de astrologia judiciaria. 15.º Dos bigamos. 16.º Dos que sendo casados por palavras, de presente se ordenão de ordens sacras, e dos catholicos, que casão com herege ou infiel. 17.º Dos que dizem missa ou ouvem de confissão, não sendo sacerdotes. 18.º Dos confessores sollicitantes no sacramento da confissão. 19.º Dos que leem e retém livros de hereges, ou de alguma impia seita. 20.º Dos que dão culto como a santos aos que não forem canonisados, ou beatificados e dos livros, que tratarem de seus milagres ou revelações, ou dos que os fingirem. 21.º Dos que impedem ou perturbão o ministerio do santo officio. 22.º Dos que se fingem ministros e officiaes da inquisição. 23.º Dos que fogem dos carcerees, e dos que não cumprem as penitencias que lhes forão impostas. 24.º Das testemunhas falsas. 25.º Dos que commettem o nefando crime de sodomia. 26.º Dos ausentes, e defunctos, que morreram, antes ou depois de presos, e dos que se mataram ou endoudeceram nos carcerees. 27.º Dos casos, em que os inquisidores poderão dispensar nas penas impostas aos condemnados no santo officio e dar sobre fiança os culpados.

nando, rei de Aragão, e sua mulher Isabel, rainha de Castella, e se refugiaram a Portugal, foram aqui recebidos com condição de abraçarem o christianismo. Esta condição cumpriram elles pelo menos apparentemente (a). E como o nome de judeo se odêa por toda a parte, as familias dos judeos conversos se distinguiram das outras familias christãs com o nome de *christãos novos*, em qualquer grão que fossem, como até hoje o são; e porque com o andar dos tempos alguns delles se relacionaram com os christãos antigos, todos os dias se lança em rosto aos seus successores, que elles tem ( como os portuguezes lhes chamam ) *parte de christão novo* ( b ), de sorte que, embora seus avós ou bisavós hajam sido christãos, nem por isso poderão ter-se como antigos christãos ou christãos velhos; e como as familias, que descendem directamente, em todo ou em par-

---

( a ) Isto foi no anno de 1492. Perto de 20,000 familias se refugiaram da Espanha a Portugal, não com a condição que Dellon aponta, mas sim de pagarem 8 crusados por cabeça, e não demorarem no reino mais que 8 mezes, sob pena de ficarem escravos, ou, como depois se modificou, de serem mandados seus filhos para a colonia de S. Thomé na Africa, de que os levou el-rei D. Manoel, quando subiu ao throno, e lhes deu a liberdade.

( b ) A inquisição calculava até a quota desta parte de *christão novo*; e assim dizia *Sancho* um quarto do christão novo; *Martinho*, oitavo de christão novo, conforme um dos 1.<sup>o</sup> avós ou um dos 2.<sup>o</sup> avós fossem conhecidos como da raça judaica.

te, desses judeos, são distinctamente conhecidas em Portugal, onde são odiadas e aborrecidas, são obrigadas estas a estreitarem entre si as suas relações para se auxiliarem uns aos outros mutuamente, auxilio, que de fora não podem esperar ; mas esta mesma união, requintando o desprezo e aversão, que contra ellas se nutre, motiva ordinariamente a sua desgraça ( a ).

## CAPITULO 14.º

### Das injustiças da inquisição em relação aos accusados do judaismo.

Para melhor intelligencia do presente capitulo pō-nho a hypothese de que um *christão novo*, mas mui sincero e verdadeiro christão na fé que abraçou, des-

---

( a ) O proceder justo e equo d'el-rei D. Manoel declinou com o seu casamento com a princeza D. Iza-bel, filha dos reis castelhanos ; pois desde então ordenou que os judeos se sahissem de Portugal, e fel-os effectivamente sair no dezembro de 1496, marcando 8 mezes de prazo para se baptizarem, ou largarem o reino, e aliás serem elles mortos, e confiscados os seus bens.

A perseguição do povo contra os judeos tornou-se então feroçissima, em toda a parte e por todos os modos ; e o governo mandou-lhes até tirar filhos menores de 14 annos para serem educados na religião christãa. Neste difficil transe a maior parte aceitou o baptismo, e obteve uma lei, em que se lhes promettia não devassar a sua crença por espaço de 20 annos ; mas o povo progrediu no caminho de os flagellar ; e

cendente das infelizes familias judaicas, é preso por ordem do santo officio. e accusado não por 7, mas 50 testemunhas, se o quizerem.

Este homem, que tem a consciencia de ser innocente, e espera ser assim julgado infallivelmente, não duvida dar a seus juizes uma declaração exacta de todos os seus haveres, que suppõe que lhe serão fielmente restituídos. Mas os senhores da inquisição, mal que o vem recluso nos seus carceres, vendem tudo em leilão publico, bem certos que nunca terão necessidade de lh'os restituir.

Passam mezes na reclusão, e é então chamado o *christão novo* á audiencia para se lhe perguntar, se sabe o motivo da sua prisão. Ordinariamente responde a isto que absolutamente o ignora ; exhortão-nó então a pensar a serio sobre a pergunta feita, e dar-lhes uma resposta cathégorica, porque a confissão do réo é o unico meio de se livrar ; e mandam-no outra vez para a prisão.

Passa mais algum tempo ; novamente o chamam á audiencia ; interrogam n'ó muitas vezes, e não obtem melhor resposta ; em fim aproxima-se o *auto da fé*;

---

dahi procedeo o celebre motim de 1507, que fez mais de 2,000 victimas ; finalmente foram entregues os mesmos judeos á inquisição, quando ella entrou no reino e suas conquistas, e em Goa em 1623 veio ate uma provisão n.º 29 daquelle anno, mandando fazer embarcar para o reino todos os *christãos novos*, que andassem soltos. ( Indice das *monções* 1607 a 1741.)

vem o promotor, e declara-lhe que é accusado por bom numero de testemunhas irrecusaveis de ter elle *judaisado*, isto é, observado as cerimoniaes da lei mosaica, como v. g. não comer carne de porco, de lebre, peixe sem escamas; assistir á solemidade do sabba-do; comer o cordeiro paschal etc., e depois o conjuram pelas entranhas de misericordia de nosso senhor Jesus Christo, que são os proprios termos, que costumam usar no santo officio, para que elle confessê espontaneamente os delictos, como unico meio, que lhe resta, para salvar sua vida, e ao qual a inquisição o encaminha por todos os modos possiveis. Se este homem innocente insiste comtudo em negar as culpas, que lhe são imputadas; então o condemnam como *convicto negativo*, quer dizer couvencido da culpa, mas negando confessal-a; afim de ser entregue ao braço secular e punido segundo as leis, ou por outra, para ser queimado (a).

---

( a ) Não estava bem informado o auctor. Os relaxados ao braço secular ou *relaxados em carne*, como a inquisição dizia para serem queimados, eram só os *relapsos* ou *contumazes*, salvo se eram *dogmatistas* de qualquer seita.

Por esta occasião esclarecemos e rectificamos a nota da pag. 90, copiando um trecho do sr. Innocencio Francisco da Silva do tomo 1.º do *Diccionario bibliographico* pag. 403= é mister que attendam a que a execução final dos condemnados ao fogo era cousa diversa e mui distincta da celebração do auto da fé, tendo lugar em muitos casos no dia immediato ao

Exhortam-no porém a fazer a sua confissão até o fim, e fazendo-a ainda na vespera da sua saída, pode o réo livrar-se da morte, mas se se torna rebelde a taes exhortações, conselhos, e até ás torturas ou tratos que se dão para o obrigarem á mesma confissão, é-lhe declarada a sentença de morte na sexta feira antecedente ao domingo da saída.

A declaração faz-se perante o alcaide de justiça secular, que então lhe lança o cordel sobre as mãos para indicar que já toma conta delle, depois que a justiça ecclesiastica o tem abandonado.

Assim neste estado tem o réo um confessor, que lhe assiste de dia e de noite, instando e exhortando-o em particular a que confesse a accusação que lhe ha sido feita, para salvar a vida.

He terrivel a crise em que fica o réo em tal conjunctura. Se continua a negar até o domingo, nesse

---

desta cerimonia; porque o tempo nem sempre chegava para a leitura de todas as sentenças, quando era avultado o numero dos que saiam no auto, e ellas ás vezes assaz extensas; indo depois os relaxados conduzidos para o tribunal da relação, onde se lavrava o accordão, que mandava infligir a pena capital, com o que já nada haviam os inquisidores. Estes, como é sabido, terminavam o seu officio entregando os réos á justiça secular, a quem pediam com muita instancia se houvessem para com os ditos reos benigna e piedosamente, sem procederem a pena de morte, nem effusão de sangue. O resto fazia-o a ordenação do reino, e os ministros encarregados de a cumprirem.

dia é cruelmente executado ; e se se accusa, é tido por infame e miseravel por toda a sua vida.

Quando a isto se delibere, isto é, se pelos avisos do confessor, ou temor da morte, se delibere confessar o crime, qu<sup>e</sup> não commetteo, deve o reo pedir que seja levado logo á audiencia, o que immediatamente se lhe faz, e ahi na presença dos inquisidores deve declarar, 1.<sup>o</sup> que elle é culpado ; 2.<sup>o</sup> que pede misericordia tanto dos crimes, que commetteo, como da obstinação, com que os negou ; e como entendem que ha rasão para se crer que a sua confissão é sincera, ordenão que elle diga por miudo todas as suas culpas e erros ; e este pobre innocente, a quem já se faz sabedor dos depoimentos do seu inimigo, repete por obrigado esse mesmo depoimento, como se fôra uma exacta relação dos seus delictos.

Parece vós que assim ficou este reo livre de tudo ? Não senhores, resta-lhe fazer cousas incomparavelmente peiores que as que tenho já dito ; pois que os inquisidores o interrogão logo em seguida mais ou menos nestes termos — “ Se tens estado nas assembleas dos sabbados, „ como dizes ; e se os teus accusadores tambem o estimam, como é provavel, então para nos convenceres „ do teu sincero arrependimento, é mister que não só „ nos indiques os nomes dos teus accusadores, mas de „ todos os que te associaram nessas assembleas.

Não é facil achar-se aqui a rasão, que move os inquisidores a obrigarem os reos a adivinhar os seus accusadores, a não se suppor, que as testemunhas do sabbado

são também cúmplices. Mas como este pobre innocente poderá fazer essa adivinhação? E mesmo que elle seja realmente culpado, que aproveita ao santo officio que o reo indique os nomes das testemunhas, que o accusaram, se elle já as conhece, recebo já seu depoimento, e por elle é que fez obra mettendo no rol dos culpados esse mesmo pobre accusado?

Em quaesquer outros casos não se quer que os accusados conheçam suas testemunhas, contra quem elles terão graves motivos de suspeições a allegar, mas aqui quer-se que as adivinhem?!

Não tenho a menor duvida de conceder que ellas sejam cúmplices, mas a propria inquisição os não conhecerá melhor, quando o accusado as tiver indicado. E se ellas espontaneamente se accusão que terá em tal caso a inquisição a dizer-lhes?

Se a confissão dos seus crimes houver sido extorquida nos carcereiros da inquisição, ou ellas lá devem estar ainda, ou já estiveram, e o santo officio não tem interesse algum em faze-las adivinhar ao reo, o qual nem por isso será mais innocente, e aquellas mais culpadas. O reo e as testemunhas estão igualmente no poder da inquisição; qual é pois o interesse desses juizes? Se não de fazer que o reo accuse todos os seus cúmplices, obrigando-o a adivinhar as suas testemunhas? Valeria a pena, se pelo menos elle fosse verdadeiramente culpado; mas não o sendo, esta obrigação de adivinhar importa o mesmo que querer apanhar innocentes, e é justamente o que acontece. O pobre *christão novo*,



constrangido a nomear pessoas, que elle não conhece, perante a inquisição que as conhece, *clausula necessaria* para lhe aproveitar a confissão de ser elle innocente e se livrar das fogueiras, discorre mais ou menos deste modo: “ Os meos accusadores hão de ser por força , alguns dos meos parentes, amigos, visinhos, ou finalmente alguns *christãos novos*, cujas cazas eu costume , frequentar ; porque os *christãos velhos* não são nunca , censurados, nem suspeitos de judaismo, e talvez que , estes individuos tenham hoje tão má sorte como a minha ; é pois mister que os accuse a todos á minha vez. ., E como não pode nomear designadamente os que depuseram contra elle para achar as 6 ou 7 pessoas, que o accusaram, resolve-se a declarar os nomes de grande numero de innocentes, que nelle nunca pensaram , e contra quem vem a ser todavia então uma testemunha por esta sua declaração , a qual muitas vezes só por si é sufficiente para os fazer prender nos carcereiros do santo officio, até que o tempo possa deparar contra elles 7 testemunhas, como aquelle que eu acabo de suppor, e tanto basta para os condemnar ao fogo.

## CAPITULO 15.º

### Continuação das formalidades observadas na inquisição.

Pelo que fica dito no capitulo antecedente é facil calcular-se que as miseraveis victimas da inquisição

accusam-se reciprocamente umas ás outras, e que assim pode um homem innocentissimo ser accusado por 50 testemunhas ; e com tudo se elle não se accusa a si proprio, ou por outra melhor, não adivinha a sua accusação , é entregue aos verdugos como sufficientemente convencido, barbaridade esta, que não haveria ou pelo menos raras vezes se daria, se se procurasse acarear os accusadores, os accusados, e as testemunhas.

Tudo quanto hei explicado que se pratica com os suspeitos de *judaismo*, entenda-se commum aos suspeitos de *sortilegio*, porque se crê terem tambem estes assistido ás assembléas supersticiosas, de que fallei. Nelles porém a difficuldade de nomear seus cúmplices e testemunhas é ainda maior, porque não podem, como os *christãos novos*, procurar cúmplices e testemunhas n'uma determinada classe de pessoas, mas devem ir ao acaso e indistinctamente contra todos, que conhecem, amigos, inimigos, parentes, não parentes, e da profissão que forem. O que apanha ainda maior numero de innocentes nestas accusações forçadas e feitas a esmo, é que é obrigado a indicar grande numero de pessoas, para entre ellas encontrar as testemunhas do seu interrogatorio.

Confiscam-se igoalmente tanto os bens dos condemnados á morte, como dos que a evitão por sua confissão, porque em ambos os casos são reputados culpados ; e como a inquisição quer antes a fortuna que a vida do preso, e segundo as suas leis só se entregam ao braço se.

cular os *relapsos*, e que se negam a confessar como verdadeiras as accusações feitas, (a) os proprios inquisidores se esforçam de todo o modo possível para haverem a confissão dos culpados, dando-lhes ainda tratos mui esportos, a fim de lhes salvar a vida, confessando o crime, que contra elles se imputa. A verdadeira causa porém que os leva a desejar tão ardentemente que o réo a si proprio se accuse é, porque em tal caso já ninguém pode duvidar da justiça, com que se confiscaram os bens desse culpado, perdoando-lhe a pena da morte, que faz ostentar aos olhos dos simplices a bondade e justiça apparente do tribunal, que contribue muito para se conservar intacta a idéa de santidade e brandura, baseada sobre um tão artificioso alicerce.

Cumpre aqui explicar tambem que os que assim tem evitado as fogueiras por suas confissões forçadas, têm por estricta obrigação, quando saem da inquisição, publicar que foram ali tratados com muita bondade e clemencia, fazendo-se-lhes conservar a vida, que justamente mereciam perder, e se acaso alguem, confessando-se culpado na inquisição, quizesse, depois de solto, justificar a sua innocencia, seria immediatamente denunciado, preso, e queimado no primeiro *auto da fé*, sem mais esperanza de merecer perdão daquelle severo tribunal.

---

(a) Aqui o auctor confessa o que já advertimos a pag. 90.

## CAPITULO 16.º.

### **Outras especies de injustiças, que se praticam ordinariamente na inquisição.**

Se a inquisição muitas vezes faz morrer o christão falsamente accusado, e muito mal convencido de ter judaisado, como os proprios inquisidores facilmente conheceriam, se se dessem ao trabalho de examinar as cousas sem prevenção, e considerassem que d'entre cem pessoas condemnadas ás fogueiras como judeos, serão apenas umas quatro que professam esta lei quando morrem, em quanto que todas as mais gritam e conjuram até lhes sair o ultimo suspiro, que elles são christãos; que o foram em toda a sua vida, que adoram a Jesus Christo como seu unico e verdadeiro Deus; e que só na sua misericordia e merecimento do seu sacratissimo sangue poem toda a sua esperanza: mas nem as lagrimas, nem os protestos destes infelizes ( se infelizes são os que soffrem para não confessar a mentira ) minimamente abrandam os inquisidores, que imaginam que essa confissão authentica da sua fé, que tão grande numero de presos faz ao morrer, não vale a menor consideração, e querem que se accredite que certo numero de testemunhas, a quem só o medo da fogueira obrigou a accusar esses innocentes, é uma poderosa rasão para os livrar da justa vingança de Deos.

Se digo, que tantos christãos havidos por judeos são

injustamente entregues aos verdugos em todas as inquisições em geral, não é menor nem menos frequente a injustiça que soffrem na inquisição de Goa os accusados da *magia e sortilegio*, que como taes são condemnados ao fogo.

Para maior esclarecimento desta materia, cumpre advertir que os gentios no paganismo observam um grande numero de superstições ridiculas ; para saber por exemplo o exito de um negocio, ou d'uma doença ; conhecer o ladrão de alguma cousa que tenha desapparecido (a) e por outros motivos semelhantes. Ora estes gentios não podem tão depressa olvidar os seus habitos antigos, sem que ainda depois de baptisados os pratiquem por muitas vezes ; o que será menos extranhavel, se se souber que na França, onde a religião christãa foi estabelecida hoje ha tantos seculos, ainda se encontram individuos imbuidos dessas idéas insensatas, que acreditam e praticam semelhantes impertinentes ceremonias, que o decurso de tão longo tempo não têm sido ainda capaz de desarraigar de todo.

De mais os gentios *novos convertidos* hão passado a melhor parte da sua vida no paganismo, e os que vivem na Índia Portuguezã são escravos ou servidores, que, no intuito de melhorarem de condição em casa dos seus amos, mudam de religião ; por taes culpas

---

(a) Consultam no pagode o seu idolo, e chamam a isto tirar pensado.

esses homens ignorantes, e rudes mereceriam, na minha opinião, mais antes a pena de açoutes, que a do fogo; mas soffrem esta ultima pena, porque todos são reputados *convictos* desse delicto pela 2.<sup>a</sup> vez, se confessaram da 1.<sup>a</sup> (segundo as maximas do tribunal); ou pela 1.<sup>a</sup> se insistem em negar.

E a inquisição pune não só os christãos accusados de terem caído em crimes, de que ella tem direito de conhecer, mas ainda os mahometanos, pagãos e outros estrangeiros da seita que forem (a); accusados dos mesmso crimes, ou que usarem da sua religião

---

(a) A proposito dos rigores que a inquisição de Goa usava contra os gentios, mouros, e outras nações asiaticas valem por todas as observações que fizemos os 3 documentos contemporaneos firmados por 3 dos mais distinctos, um vice rei e 2 capitães generaes da India, dirigindo-se todos ao soberano de Portugal em 3 epocas entre si mui distantes; documentos que vão abaixo transcriptos, tirados dos Livros das *Monções* dos respectivos annos.

Falla primeiro o vice rei João de Saldanha da Gama, no officio escrito em 19 de dezembro de 1729. Falla depois o governador e capitão general Francisco da Cunha e Menezes em outro officio de 22 de fevereiro de 1792, e por ultimo já proximo da extincção, e votando por ella, falla o governador e capitão general Francisco Antonio da Veiga Cabral, cujo trecho do officio que vem ao cazo foi e scrito em 1801.

A *Gazeta de Portugal* se dignou copiar nas suas columnas o 1.<sup>o</sup> dos citados officios quando pela vez 1.<sup>a</sup> o inserimos no nosso prospecto publicado no *Boletim do Governo* de abril de 1865.

em terras sujeitas á corôa portugueza, porque em-

*Officio de vice-rei João de Saldanha da Gama.*

Senhor.—Toda a ruina deste estado consiste visivelmente na falta do commercio, e esta falta provém de dous motivos, o 1.º o horror que todos os mercadores, que só são gentios, e mouros, tem ao procedimento do santo officio, não só pela diabolica paixão, com que sentem serem ultrajados os seus ritos, mas também pelo que padecem nos carceres; aonde escolhem morrer, por não alterarem a cerimonia de não comerem e beberem diante de christãos, nem vianda preparada por mãos de pessoas que não sejam de sua casta; e sendo muitas as que entre si tem, não pode haver carceres separados para tantas castas. O 2.º motivo provém da violencia das presas, de que ja dei conta a v. magestade como consta da copia que remetto. Estes mesmos mercadores padecem entre as mais nações assim asiaticas como europeas, maiores violencias: entre as asiaticas compram os governadores os dominios com a liberdade de lhes tirarem com violencia os seus cabedaes, e com o estrepito de os açoitarem, pendurarem com as cabeças para baixo mettendo-lhas em sacco de cinza, para que não possam respirar, cortando-lhes pés e mãos até lhes tirarem o cabedal, que communmente tem escondido: entre as europeas em constando que algum tem cabedal, lhe affectão crimes de infidelidade, e os confundem; e reconhecendo os ditos que nos dominios de v. magestade não padecem violencias, incitad-os com tudo e possesos de dominio com amor da sua religião e ritos, se sujeitam a estas violencias, e as escolhem desamparando e largando os dominios de v. magestade; e povoando as fabricas e os commercios dos inglezes, e fran-

bora se lhes permita a liberdade da consciencia, o san-

cezes: não deixão de suspirar os dominios de v. magestade reconhecendo a equidade e igualdade da justiça e das leis portuguezas, propondo só a liberdade de não serem punidos pela inquisição em caso de que elles fação as suas ceremonias, as portas fechadas, sem escândalo do publico, nem em concurso de christãos, porque nestes dous casos se sujeitão a serem punidos; pedem tambem que não se admittão no tribunal do santo officio testemunhas da sua casta, que os accussem do que fiserão em sua casa, e allegão que não se faz crível que por zelo da religião catholica os accussem os professores da sua mesma idolatria, e se segue desta consideração que as paixões, ou os interesses particulares são os que as movem.

Estas são as condições com que todos os mercadores se offercem a vir com os seus navios e as suas familias frequentar os portos e dominios de v. magestade. Não sei o regimento, que a inquisição tem para conhecer de culpas de homens que nunca forão catholicos, e vejo sim que pela excessiva quantidade de presos desta qualidade está despovoada toda a provincia do Norte, perdida a admiravel fabrica de Tanná, que hoje se começa a estabelecer em Bombaim, de donde os inglezes levão todos os camelões de seda, e lã, todos os gorgorões, lenços de seda, e picotilhos que introduzem nessa corte; vejo mais que os commissarios do santo officio são muitos; e communmente frades; não procedem como devem, ainda que alguns por minha ordem se depõem, e outros são castigados pelos mesmos inquisidores.

O meu parecer, senhor, é que v. magestade ordene aos inquisidores, não procedão contra os gentios e mouros, que



to officio dando uma cerebrina interpretação a esta

---

fazem alguma cerimonia em sua casa, sem escandalo do publico, nem concurso de christãos, nem por testemunhas de suas mesmas castas; e que esta ordem de v. magestade se mande publicar em toda a parte, pois estou persuadido bastará para que todos os ditos mercadores, fabriqueiros, e vargeiros se recolham aos dominios de v. magestade.

Tambem me parece deve v. magestade ordenar que os cartases das presas se passem sem mais taxa que a de irem aos portos inimigos do estado; por quanto os cavallos que elles transportão não são os de que necessitam para a guerra, por serem innumeraveis os que tem nos seus dominios, dos quaes poem em campo todos os annos 500 e 600 mil; e os taes que lhes vem da Persia e Arabia são de corte e de regalo. Concedido assim, como elles pertendem, não haverá barco algum de mercador asiatico, que não tome cartaz nem venha a fazer negocio a este porto; e no preço dos cartazes, que se lhes pode augmentar, crescerão as rendas do estado, e serão maiores os interesses das alfandegas.

Damão se acha já hoje com 28 pallas, fora outras embarcações ligeiras somente porque tem d'outra parte do dominio estranho uma povoação debaixo de nossa protecção, de donde sem receio do santo officio fomentão o negocio; e a esta proporção se farão opulentas as mais praças; e cabendo nos limites da attenção religiosa de v. magestade destinar-lhe em todas as provincias um logar para as suas ceremonias, como se faz em Roma, Italia, e nas mais cortes d'Europa para os judeus, serão sem duvida emporio da Asia os dominios portuguezes, que tão descaidos se achão por falta do commercio.

permissão, consente, que os estrangeiros vivam na sua

Deus guarde a muito alta e muito poderosa pessoa de v. magestade felizes annos. Goa, 19 de dezembro de 1729.

Rubrica do V. Rei, *João de Saldanha da Gama.*

Livro 98 fol. 7.

*Officio do governador e capitão general Francisco da  
Cunha e Menezes.*

Illm.<sup>o</sup> exm.<sup>o</sup> sr. — Por officio de 31 de março do anno proximo passado me participa v. ex.<sup>a</sup> que havendo a inquisição desta cidade de Goa de se achar nas circumstancias de dar algumas providencias, (ainda que no tempo presente seja fora do seu ordinario procedimento) a bem da conversão de nossa santa fe, e ao fim de se atallar não só o progresso do gentiismo, mas a lastimosa reversão que a elle faz em os já convertidos, ordena sua magestade que eu auxilie o que por parte da mesma inquisição se fizer ao dito respeito, ficando na inteiligencia de que tudo que ella praticar é em consequencia do que tem sido, presente á dita senhora, e que com o seu real conhecimento, certa sciencia, e regio beneplácito o faz executar. E sendo caso que eu entenda que devo dar conta á mesma senhora, ou tendo de informar ao dito respeito, dirija a minha conta a v. ex.<sup>a</sup>, sem com tudo embarçar qualquer procedimento, que a mesma inquisição pratique por seu v. ex.<sup>a</sup> o ministro de estado, a quem sua magestade tem authorisado para os negocios do santo officio elevar á sua real presença os que são relativos ás inquisições desses reinos e seus dominios.

Depois de declarar a v. ex.<sup>a</sup> o summo respeito, com que recebo a mencionada ordem, e a prompta execução que

religião, mas pune como culpados os que fazem

---

lhe darei, pede o bem da nossa religião e do estado, que já que me é lícito informar a sua magestade o faça a respeito das funestas consequências, que se originaram de um poder tão illimitado, e a que me não é permittido saber o fim conferido em tanta distancia, e que quando as possíveis desordens chegarem a noticia da dita senhora serão tal vez inevitáveis.

A reversão dos catholicos á gentilismo, que mostra ter sido representada a s. magestade pelos inquisidores é uma quimera imaginaria, porque os gentios não tornam a admitir a si aquelle que chegou a abraçar qualquer religião differente.

Seria facil comprovar a v. ex.<sup>a</sup> pelos livros da secretaria deste estado que a piedade dos senhores reis de Portugal a respeito deste tribunal produziu effeitos bem funestos, não só ao estado, mas a mesma religião. He incorivel a soberba, com que um inquisidor atacava o governo obrigando-o a que seguisse as suas maximas; a imprudencia, e creio que a avareza com que os seus commissarios se portavam no Norte fazendo fugir das nossas possessões gentios e christãos, arruinando inteiramente o commercio, e aliciando o animo daquelles povos do nome portuguez e da religião christãa que tinham por persegui-lora e cruel.

Conheço que estes neofitas e ainda alguns que são christãos por seus paes e avós tem usos e costumes supersticiosos extrahidos do gentilismo donde saíram, e dos mesmos gentios com quem vivem em sociedade, cujo defeito chega até aos mesmos portuguezes, mas a nossa igreja, como mai piedosa aponta meios mais suaves para desarraigar semelhantes abusos, devendo, segundo entendo, haver maior diligencia em os doutrinar do que em os punir.

della o menor exercício; e como nas possessões por-

Creio que não desagradará a sua magestade esta minha representação fundada em inteira verdade, e que tem por fim o bem da nossa religião e deste estado de que foi servido encerrar-me.

Deos guarde a v. ex.<sup>a</sup> Goa, 23 de fevreiro de 1792.  
—Ilm.<sup>o</sup> e exm.<sup>o</sup> sr. marquez da Ponte de Lima, gentil homem da camara de sua magestade e seu mordomo-mór.  
==Francisco da Cunha de Menezes.==(Livro n.<sup>o</sup> 173 pag. 416)

*Parte do officio do governador e capitão general Francisco Antonio da Veiga Cabral, respondendo ao da corte n.<sup>o</sup> 29 de 2 de maio de 1801 assignado pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho em que lhe mandava informar*  
==se a supressão da relação e da inquisição em Goa, como a praticou no feliz reinado do senhor rei D. José o 1.<sup>o</sup>, de gloriosa memoria, seria ou não um util e muito economico objecto.

==Pelo que pertence a inquisição; ainda que a moderação com que actualmte procede esta mesa, tem feito esquecer os horrores, que em outro tempo motivaram a emigração de innumeraveis commerciantes tanto das provincias do Norte como das outras (principal causa do abatimento do nosso commercio), com tudo, pelo que tenho observado no espaço de 19 annos da minha residencia neste estado, ainda me não constou que ella tivesse occasião de exercer a sua authoridade contra algum apostata ou herege perigoso, sendo os seus usuaes procedimentos de ordinario contra as pessoas de mais abjecta condição, exceptuando somente alguns sigilistas e solicitantes. Pelo que me parece que seria

tuguezas do ultramar ha mahometanos e pagãos, em

muito util a suppressão da referida mesa, vindo dessa côrte para a substituir um commissario nomeado pelo inquisidor geral, como se praticou em 1774, vencendo o ordenado de 3500 x.'. Despende-se annualmente da Fazenda da sua alteza real com os inquisidores e mais pessoas daquella repartição a quantia de 10,048 xerafins, 4 tangas e 40 réis. —(Livro 180 pag. 125).

E como este ultimo documento toca na suppressão da inquisição de Goa, que é commum dizer-se que se deve ao governo inglez por occasião do tratado de 1810, cumpre-nos explicar aqui que é certo que no tratado de commercio e navegação de 19 de fevereiro daquelle anno se estipula no artigo XII o goso da liberdade de consciencia aos subditos britannicos; e no outro tratado de alliança e amizade da mesma data se obriga Portugal no artigo IX a não estabelecer a inquisição no Brasil; e não deixa de ser plausivel que por occasião destes tratados o governo portuguez promettesse particularmente ao inglez a extinctão do santo officio na India, o que não seria difficil de obter, attenta a disposição de animo que o governo de Portugal já de annos mostrava para isto, como nos revela a pergunta do officio supra, feita ao governo da India no anno de 1800, e repetida em outro officio de 1801, e em ambos obtendo resposta affirmativa; e assim não foi de certo mister que a Inglaterra fizesse violencia a Portugal neste particular. Diga-se isto por amor da verdade e credito do governo portuguez de então. O tratado de 22 de janeiro de 1815 vai um pouco mais adiante, porque no seu artigo 2.º secreto propõe o governo portuguez como mui possivel a hypothese da total extinctão do

numero muito maior que christãos (a); e a inquisição condemnando á morte os christãos *relapsos*, não pratica o mesmo com os não christãos, embora caiam cem vezes nas mesmas culpas, e quando muito os condemnam a degredo, açoutes, ou galés, e este temor de serem condemnados á fogueiras obsta muito a que os gentios ou mouros abracem o christianismo; e assim a inquisição, longe de ser util nestes paizes para a propagação da fé, só serve para fazer alastar os povos do gremio da egreja catholica, e até mesmo crear-lhe certo horror.

Um motu continuo de accusações, que é facil de conjecturar, depois do que se tem dito, e a plena liberdade,

---

santo officio em Portugal, porque já então não existia na India,

(a) Hoje (1866) a maior parte da população de Goa que são de quasi 400.000 almas é christã; só nas provincias das chamadas *novas-conquistas* é que o numero de christãos é pequeno, e a massa toda é pagã.

Eis aqui os dados que alcançamos d'um documento authenticado passado em 24 de novembro de 1864.

No concelho das ilhas, existem europeus 485; seus descendentes 1492; asiaticos christãos 45,745; africanos 124; seus descendentes 72; gentios 12,630; e mouros 504.

No concelho de Barda, europeus 23; seus descendentes 374; asiaticos christãos 103,790; africanos 87, seus descendentes 55; gentios 14,115; mouros 29.

No de Salcete, europeus 23, seus descendentes 264

em que todos estão, de denunciarem impunemente os que são seus inimigos; nunca deixa vazio os cárceres da inquisição por muito tempo; e com quanto os autos da fé se repitam de 2 em 2 annos, ou o mais tardar de 3 em 3, sempre se vê em cada auto da fé até 200 presos, e algumas vezes ainda mais.

## CAPITULO 17.

**Particularidades relativas aos officiaes da inquisição.**

Em todo o reino de Portugal e seus domínios ha 4 inquisições, a saber, em Lisboa, Évora e Coimbra,

asiaticos christãos 97.027; africanos 130, seus descendentes 32; gentios 5.521 e mouros 66.

Na 1.<sup>a</sup> Divisão das novas-conquistas, europeu 1, seus descendentes 3, asiaticos christãos 22,325, gentios 18.893; e mouros 200.

Na 2.<sup>a</sup> Divisão, europeos 29, seus descendentes 181, asiaticos christãos 1,146, africanos 2, seus descendentes 30, gentios 19,344 e mouros 280.

Na 3.<sup>a</sup> Divisão, europeos 21, seus descendentes 115, asiaticos christãos 35,643, africanos 3, seus descendentes 8; gentios 29,576 e mouros 413.

Na 4.<sup>a</sup> Divisão, europeos 3, seus descendentes 11, asiaticos christãos 36,517, gentios 26,661; e mouros 225.

Somma total; europeos 555; seus descendentes 2.440; asiaticos christãos 342.193; africanos 346; seus descendentes 197; gentios 126.746; e mouros 1.637.

no continente do reino (a); e Goa na India oriental. Estes tribunaes tem todos a sua soberania, e julgam sem appellação nem aggravo todas as causas da sua competencia. A inquisição de Goa abrange todas as possessões portuguezas d'além do cabo de Boa Esperança. Afora estes 4 tribunaes ha tambem o conselho geral da inquisição, onde preside o inquisidor geral; elle é superior a todos os outros, e toma conhecimento, e se informa de tudo o que nelles se faz.

Além da honra, excessiva authoridade, e ordenados marcados aos cargos de todos os inquisidores, elles tiram para o tribunal consideravel proveito por dous modos seguintes. O 1.º é quando vendem em leilão os bens dos presos, porque se encontram alguma cousa pre-

(a) Nota do numero dos inquisidores e mais officiaes das 3 inquisições do reino desde o seu estabelecimento até 1720, extraida da obra de Frei Pedro Monteiro.

	Inquisi- dores.	Deputa- dos.	Promó- tores.	Notarios
Lisboa	75	151	43	63
Evora	72	118	35	42
Coimbra	59	169	30	50

Não foi possivel obter o catalogo dos de Goa, como dissemos a fol. 88, se não alguns avulsos que daremos adiante.



ciosa ou rara, só algum dos seus famulos, pode nella lançar, e então estes lançadores não tem competencia de mais pessoa alguma; donde resulta de ordinario que taes objectos são adjudicados aos inquisidores por metade do seu justo valor.—O 2.º modo de lucrar é muito, é pelo producto dos bens confiscados, que elles arrecadam do thesouro publico, pelo direito, que tem de lá mandarem ordens, quando, e para quanta somma quizerem, como para occorrer ás despezas é necessidades secretas do santo officio, requisições, que immediatamente se satisfazem a dinheiro de contado, sem que alguém lhes pergunte; ou se atreva a informar-se, que especies de necessidades secretas sejam essas; de sorte que quasi tudo quanto se apura das confiscações da inquisição reverte em beneficio da mesma inquisição, por qualquer dos dous modos que hei referido.

Todos os inquisidores são nomeados pelo rei e confirmados pelo papa (a); em Goa só existe o 1.º inquisi-

---

(a) Os tribunaes da inquisição de Portugal e Goa não reconheciam propriamente como superior a si, se não o papa; o rei ou vice-rei era simplesmente protector, e os ministros de estado de Portugal erão admittidos como secretarios do conselho geral.

Ultimamente em Goa por carta de lei de 22 de maio de 1769 mandou-se-lhe dar até o titulo de *magestade*, e que as sentenças fossem passadas em nome de soberano; os seus deputados tiveram o titulo do *conselho* de s. magestade. E adyir-

sidor ( a ) que tem ou se arroga o direito de andar em palanquim ( b ), gosa de mais respeito que o arcebispo ou o vice-rei ; a sua authoridade se estende a toda a sorte de pessoas seculares ou ecclesiasticas, ex-

---

ta-se que estes lugares eram de tal importancia na inquisição de Goa desde o estabelecimento d'elle que o occupou pelos annos de 1592 a 98 (ao que parece) o bispo de Cochim, D. frei André de Santa Maria, que governando a sua diocese por 22 annos, governou tambem por alguns o archiepiscopado de Goa. *O vergel das plantas e flores* de frei Jacinto de Deus dá-nos esta noticia, do modo seguinte a pag. 36.==

„ O sagrado tribunal do santo officio o tomou ( o bispo ) por „ seu deputado e consultor; nelle foi uma resplandecente „ tocha que entre as melhores letras e luses que o tribunal „ occupava, lançava maior lume. Em um caso foi unico no „ seu parecer, os mais uniformes em o contrario, e do con- „ selho geral de Portugal veio o seu approvedo, seguido, e „ applaudido.

(a) Existia no tempo de Dellon um só inquisidor Francisco Delgado e Mattos.

(b) O *palanquim* ou *andor* era levado por 4 homens, a que chamavam *bois*; por cima tinha a tenda, e por assento alguma alcatifa, couro de Scinde, e almofadas de tela, veludo, ou damasco, e em roda d'elle corriam 2 ou mais cafres com sombreiros grandes de peão para fazer sombra e resguardar do sol. —E' vasta a legislação que regulou esta especialidade, desde a conquista, especialidade, que dava privilegio a certas classes! — Mas não cabendo no tempo demorar esta nota, sendo possível, daremos adiante um artigo que lhe diga respeito.

cepto o arcebispo, seo vigario geral, que he sempre um bispo ( a ), o vice-rei e os governadores, quando o vice-rei morre ( b ); pode porem ainda prendel-os a todos, mas depois de previamente participar á corte de Portugal, e haver ordens secretas do conselho supremo de Lisboa para esse fim.

Este tribunal supremo não se reune regularmente se não de 15 em 15 dias, a não occorrer alguma causa extraordinaria, que obrigue a amiudar mais as reuniões, em quanto que a reunião dos tribunaes ordinarios he em regra 2 vezes ao dia; de manhã, das 8 até as 11; e de tarde das duas até as 4, e algumas vezes até mais tarde, principalmente nas proximidades dos *autos da fé*, em que as audiencias muitas vezes se prolongam até ás 10 horas de noute.

Quando se julgam as causas, além de os *deputados* assistirem, tem os arcebispos e bispos das dioceses, onde existe a inquisição, o direito de irem ao tribunal presidir a todos os julgamentos, que nelle se fazem. Mas é tempo de terminar as descripções genericas, e voltar ao fio da minha historia pessoal.

---

( a ) Não era sempre, mas ás vezes provisor ou vigario geral algum bispo *in partibus*, se o havia; mas no tempo em que o auctor esteve em Goa, não o havia.

( b ) Quando o vice-rei morria, abrião-se as chamadas *vias de successão*, e os que nellas eram nomeados tinham titulo de *governadores*.

## CAPITULO 18.º

**Como me conduziram á primeira audiencia, e o que lá me disseram.**

Logo que entrára nos carceres do santo officio, me advertiram que, quando carecesse de alguma cousa, bastava bater levemente na porta para chamar os guardas, ou pedir-lhe ás horas da comida; e quando quisesse ir á audiencia, fallasse com o alcaide, o qual, bem como os guardas, nunca fallão aos presos sem companhia. Tinhão-me tambem esperançado que a minha liberdade dependia da espontanea confissão minha, e por isso não cessei de importunar estes officiaes para me levarem á audiencia dos meos juizes; mas apesar das muitas instancias e lagrimas que eu derramei, só me foi dado obter essa graça em 31 de janeiro de 1674.

Para este fim me veio buscar o alcaide, acompanhado d'um guarda, pelas 2 horas da tarde do mesmo dia; vesti-me, como elle queria, e sahi do meo carcere, descalço de pé e perna. Ia adiante o alcaide e atraz o guarda; e nesta ordem fomos até a porta da sala da audiencia. O alcaide adiantando-se então um ponco, e fazendo uma profunda reverencia retirou-se, para me deixar entrar só na sala, onde achei, como á primeira vez, o inquisidor e o secretario; ajoelhei logo, mas tendo-me mandado levantar e sentar, tomei assento em um banco, que estava collocado no extremo da meza, ao lado do meo juiz. Perto de mim havia um missal,

sobre o qual antes de tudo me mandaram pôr a mão e prometter que diria a verdade e guardaria segredo, juramentos estes que se exigem de todos que chegam a este tribunal, quer para depôr, quer para receber alguma ordem.

Perguntaram-me depois, se sabia a causa da minha prisão, e se estava resoluto a declarar-a: respondi sem dilação que nada desejava tanto, e fui relatando com toda a exactidão tudo o que mencionei no principio desta narração, já quanto ao baptismo, já quanto ás imagens, sem, porem nada dizer do que eu proferia a respeito da inquisição, por me não lembrar disel-o nesse momento. O meo juiz tendo-me instado, se nada mais tinha a accrescentar a isto, e respondendo-lhe eu que não me lembrava mais nada, longe de me mandar soltar, como esperava, terminou esta bella audiencia nestes termos, que *ipsis verbis* aqui ponho.

„ Que eu tomára muito bom conselho de accusar-me  
„ a mim mesmo espontaneamente e que me exhortava  
„ da parte de nosso senhor Jesus Christo a que declaras-  
„ se a restante parte das minhas accusações, a fim de  
„ experimentar em mim a bondade e a misericordia,  
„ de que usa o tribunal com aquelles, que se mos-  
„ trão verdadeiramente arrependidos de seus delictos,  
„ por meio de uma confissão sincera, e não forçada.

Concluídas e escriptas a minha declaração e a sua exhortação, me foram lidas e as assignei; e feito isto o inquisidor tocou logo a campainha; veio o alcaide, que me fez sahir da sala, e levou-me ao carcere, na mesma ordem, em que tinha vindo.

## CAPITULO 19.º

### Minha segunda e terceira audiencia.

Aos 15 de fevereiro teve lugar a minha 2.ª audiencia, sem o ter pedido; o que me fez crer que havia talvez alguma vontade de me livrarem. Apenas cheguei á sala fui interrogado, se nada mais tinha a acrescentar ao que já dissera, e se me exhortou a não occultar, mas antes confessar sinceramente todas as minhas faltas. Respondi que por mais diligencia que empregara para o exame da minha consciencia, nada me recordava mais que o que já havia declarado. —Depois me perguntaram o meo nome, o dos meos pais, irmãos, avós, e padrinhos; e se eu era christão de 8 dias, porque em Portugal baptisam-se as crianças ao oitavo dia do seo nascimento, assim como as mulheres paridas não sahem da casa, nem vão á igreja, se não 40 dias depois do parto, por facillimo que seja. (a)

O meo juiz admirou-se que outro tanto se não fizesse em França, como eu lhe affirmara; porque ahi o baptismo se dá apenas o menino nasce; e por esta pratica dos portuguezes, bem se vê que elles perseguindo os judeos, e tendo-lhes aversão por causa da religião, não são com tudo christãos muito apurados. (b) Os males, que resultão da observancia de semelhan-

---

(a) Hoje em Goa completa o mez, e vão á missa.

(b) A *historia* das inquisições supprime aqui 17 linhas do original.

tempraticas são ; 1.º morrerem muitas creanças sem receberem baptismo, resultando disto caírem no limbo, ou privarem-se do céu (a). 2.º desprezarem as paridas o preceito da igreja catholica, que a todos os christãos obrigá-las á missa aos domingos e dias de guarda, não tendo justo impedimento, e isto só para não violarem o costume da purificação, que com a lei nova do evangelho devera ter caducado.

Perguntou-me depois o nome do parcho, que me tinha baptizado ; a diocese, a cidade, a parochia, e finalmente se fora chrismado, e porque bispo. Satisfeitas estas perguntas, mandou-me ajoelhar, fazer o signal da cruz, rezar o padre nosso, a ave maria, o credo, os mandamentos da lei de Deos, da santa madre igreja, e a salve rainha. Finalmente concluiu esta 2.ª audiência, como a 1.ª vez, com uma nova exhortação, conjurando-me pelas entranhas e mesericordia do nosso senhor Jesus Christo que confessasse o mais breve possível as faltas, de que ainda me não havia accusado, o que sendo escripto, lido em minha presença, e assignado por mim, voltei outra vez ao mesmo carcere.

Desde o momento, em que entrei nesta prisão, vivi sempre em afflicção e nunca deixei de derramar abundantes lagrimas, mas á volta desta 2.ª audiência cahi na verdade n'uma prostração inexplicavel, vendo que queriam de mim cousas, que me pareciam impossiveis

---

(a) No caso de perigo, baptisa-se logo, e mesmo em casa, não ha pois tanto risco como o auctor suppõe.

de satisfazer, visto que a minha memória me não ministrava nada do que queriam que eu confessasse. Procurei pois terminar a vida por meio da fome. He verdade que recebia os alimentos que me traziam, por que não os podia recusar sob pena de levar chibata das dos guardas, que se esmerão grandemente em observar, quando se lhes torna o prato da comida; se o preso comeo effectivamente o necessario para se alimentar; mas o desespero levou-me a suggerir meios de illudir todas as pesquisas dos taes guardas, e assim passei dias inteiros, sem provar de nada; e para que não percebessem os guardas, deitava na bacia parte do que me trazião.

Esta excessiva abstinencia produziu em mim completa insomnia; e a minha occupação consistia em pisar o corpo com murros, e verter lagrimas. Não deixei contudo de reflectir, durante estes dias de afflicção, nos desvarios da minha vida passada, e reconhecer que era por um justo castigo dos ceos, que havia caído neste abismo de miserias e de infortunio; e até cheguei a crer que talvez Deus quizesse servir-se deste meio para me chamar e converter.

Fortalecendo-me com estas reflexões implorei de todo o meo coração o auxilio da santa virgem, como consoladora dos afflictos, e refugio dos peccadores, cuja protecção tão visivelmente havia experimentado, tanto nesta minha prisão, como em outros muitos lances da minha vida: de que não posso deixar de dar aquí, (como dou, este publico testemunho do meo reconhecimento.



Finalmente depois de ter feito um rigoroso, mas desta vez mais feliz exame, de tudo quanto havia dito ou feito pelo tempo que estive em Damão, recordei-me do que dissera tocante á inquisição e á sua integridade; pedi logo a audiência; mas não me foi concedida senão a 16 de março seguinte; não duvidei então que em apresentando-me ao meu juiz, e fazendo-lhe a confissão, que pertendia, terminarião nesse mesmo dia os meus trabalhos, e seria posto logo em liberdade; mas quando contava ter chegado ao cumulo dos meus desejos, fiquei de repente desvanecido de tão doces esperanças, porque depois da minha declaração de tudo que tinha a dizer acerca da inquisição, me disseram que não era isto que se esperava de mim, e não tendo eu mais que dizer, novamente fui conduzido ao carcere, sem que quisessem ao menos escrever a minha confissão.

## CAPITULO 20.

O desespero leva-me a attentar contra a minha vida

Eis-me chegado ao mais triste tempo do meu captiverio; pois por mais duro que fora até alli, consolava-me pelo menos o have-lo soffrido com alguma paciencia, e até procurado fazer bom uso dos meus soffrimentos; ora a fe nos obriga a crer que os maiores males são verdadeiros bens para os que fazem delles bom uso; logo não devo contar como tempo

desgraçado senão aquelle, em que commetti delictos enormes, e que não pertendo justificar, nem mesmo desculpar com a dureza daquelles, que exigião de mim cousas impossiveis; sob pena de ser queimado, porque não ha tão grande extremo, que possa justificar o desespero, que é o maior e o ultimo de todos os males.

Tinha resolvido não fallar daquelle que de mim se apossou, e dos extremos, a que me conduziu para me suicidar; porém julguei importante fazer esta revelação, porque é innegavel que os injustos rigores da inquisição são pelo menos occasião a muitos, para se desesperarem; e importa conhecer não só o mal dessas injustiças, consideradas em si mesmas, mas ainda os horriveis males, que dellas resultão ordinariamente. Por quanto se pessoas de razão e educação, e instruidas no cumprimento dos seus deveres, que não perdem a luz da fé, caem em taes extremos, quanto se não deve temer por tantas pessoas ignorantes, e sem educação, pela maior parte novos convertidos, que tiveram toda a sua vida no paganismo, no qual consideraram o desespero como uma acção de generosidade?..

Confesso que o máo exito da minha ultima audiencia que eu contava dever-me ser favoravel, foi para mim um golpe insupportabillissimo, e então não encarrando a liberdade senão como um bem, que me era impossivel alcançar, engolfei-me de tal modo na tristeza e na desesperação, que pouco faltou, que eu de todo não enlouquesses.

Não me tinha esquecido que era vedado a qualquer o suicidar-se, nem eu desejava perder-me eternamente;

mas não queria viver mais; e o vehemente desejo que tinha de morrer, de tal sorte me turbára a razão, que imaginei escolher o meio termo entre o suicidio e a morte natural, que eu não podia resolver-me a esperar e confiava que Deus me perdoaria, se procurasse dar-m'a pelo ministerio da outrem.

Fingi pois estar doente com febre, trouxeram-me logo um *pandita* ou medico gentio, que sem custo achou o meu pulso alterado, e tomando como verdadeira a febre que eu fingira, me mandou sangrar.

Repetiu-se-me a sangria por 5 dias consecutivos, e como o meu proposito em fazer tal remedio era bem differente do do medico, que trabalhava por me fazer restabelecer a saúde, em quanto que eu queria acabar com a minha triste e desgraçada vida, logo que todos se ausentavam, e me fechavam a porta, eu desatava a ligadura, e deixava correr o sangue por muito tempo até encher uma tigela, que pelo menos levaria suas 18 onças.

Reiterei essas crueis evacuações tantas vezes, quantas fui sangrado, e isto junto a quasi absoluta falta de alimentação é facil de julgar a extrema debilidade, a que ficaria então reduzido.

O alcaide, que observara esta tão consideravel mudança na minha pessoa, assas se espantava, e não menos o *pandita*, do miserabilissimo estado, em que me vião, que quasi não deixava esperanza de cura, e isto obrigou este a dar parte disso ao inquisidor, que immediata-

mente me mandou propor que me confessasse. E como eu mesmo julgava proximo o meo fim, comecei a arrepender-me dos meos peccados, e não querendo perder a alma e o corpo ao mesmo tempo, consenti que viesse o confessor. Trouxeram-me pois um bom religioso franciscano, ao qual tendo dado pleno conhecimento do meu proceder, recebi d'elle muita consolação, e por seus bons conselhos, me resolvi a fazer o que pudesse para o restabelecimento da minha saude.

Permitti-lhe que informasse secretamente ao inquisidor de tudo o que se passara, e desde esse dia, que era uma sexta feira santa, me deram com o maior cuidado todo o preciso para eu reganhar as forças perdidas com a extracção do sangue, e para me distrair um pouco da melancolia, que me affligia, deram-me por companheiro um preso natural, accusado de magia, que ficou comigo por espaço de cinco mezes.

Durante este tempo achei-me melhor, diminuto já da melancholia, e a minha rasão mais desassombrada; porém logo que me julgaram restabelecido, tiraram-me o companheiro, e com a solidão renovou-se-me o meu mal, e fiquei como de antes:

## CAPITULO 21.º

### **Novos attentados por effeito do desespero.**

Nesta recaida da minha doença causada pela separação do meo companheiro, tornei-me mais furioso que

nunca; pisei o peito e a cara com murros, e não me contentando só com isto, procurei meios de me tirar a vida, que antes não pudera perder. Bem vi que me não aproveitaria, se repetisse a scena de enfermo fingido; e mesmo que o estivesse na realidade, e me houvessem de sangrar de novo, tomariam cautellas precisas para obstar que eu perdesse outra vez o sangue, e por isso animado da minha desesperação, lembrei-me, que eu tinha ainda salvadas algumas peças de ouro, não obstante o rigoroso exame, que fizeram na minha entrada na inquisição, cosendo-as n'uma fita presa á perna por baixo da meia em forma de liga; tomei pois n'uma dessas moedas; fil-a em duas metades; agucei uma dellas em um pote de barro com tanta destresa e com tanta pressa, que a tornei ponte-aguda, e cortante por ambos os lados, e della me servi como de lanceta com o fim de abrir as arterias dos braços, e com todas as prevenções precisas cravei-a tão funda, quanto me era possível, mas apesar das minhas diligencias não pude lograr o intento, e em vez de arterias abri somente umas veias, que estavam mais acima.

Como não estava por considerações nenhuma, não me contentei em tirar o sangue a pouco e pouco; deixei-o correr de ambos os braços até que desfallecido cahi sobre a poça do sangue, que alagava o meu carcere, e é certo que se Deus por sua particular misericórdia, não houvera permittido abrir-se a porta para me trazerem a comida á hora, que aliás não era costu-

me vir alguém, teria eu perdido miseravelmente a minha vida, e com ella a minha alma,

Imagine-se da surpresa dos guardas, quando viram o meo estado de prostração: chamaram logo o alcaide, entraram todos ao mesmo tempo; e ligaram-me os braços com tal arte que promptamente recobrei as forças perdidas com tão abundante evacuação. Participaram *in continente* esta nova ao inquisidor, que ordenou immediatamente que me conduzissem á audiência, e a ella fui levado nos braços de quatro guardas, e ali deitado no chão, porque não me podia ter, nem de pé, nem sentado por minha extrema fraqueza; e o inquisidor reprehendendo-me severissimamente ordenou, que me levassem e deitassem algemas para não desatar as tiras, com que me haviam ligado; ordem que tão depressa se cumpriu, e não só me algemaram, mas até prenderam as algemas a uma argola de ferro, fechada com um cadeado, do modo que eu não podia de maneira alguma mover os braços.

Este rigor porém só serviu de me irritar mais, lancei-me por terra: bati com a cabeça no chão e pelas paredes, e por pouco que se tivessem demorado a acudir-me, teria infallivelmente desprendido os braços, e a minha morte era certa; mas sendo guardado á vista, conheceram pelas minhas acções, que a severidade era intempestiva nesta occasião; que valia mais tentar os meios de brandura, e então tiraram-me logo todos os ferros, e procuraram consolar-me com illusorias esperanças; mudaram-me do carcere, e novamente

me deram um companheiro, mas com expressa ordem de me vigiar, e responder por mim (a) ; todavia Deos, que me livrara dessa grande desgraça, dissipou por sua infinita misericórdia o estado de desespero, a que eu me entregara : mais feliz nisto, que muitos outros que frequentes vezes se suicidaram nos cárceres do santo officio , aonde se nega toda a qualidade de consolações humanas.

O meo novo companheiro ficou comigo dois mezes, mais ou menos, e logo que me viram um tanto mais sosegado, foi retirado, não obstante que a fraqueza, em que eu estava, fosse tamanha que mal podia levantar-me do meo leito para ir receber a comida á porta, que não distava mais que dois passos.

Finalmente depois de espaçado um anno mais ou menos neste penoso estado, á força de muito soffrer quasi que me fui habituando ; e Deus me deu depois bastante paciencia para não attentar mais contra a minha vida.

## CAPITULO 22.

**Minha quarta audiencia, na qual o promotor tira contra mim conclusões de morte.**

Já era passado anno e meio que me achava na inquisição, quando os meos juizes sabendo que eu estava

---

( a ) A *historia* das inquisições accrescenta—Era este um preto igoalmente preso, porém muito menos tratavel que o primeiro.—Não sabemos onde o auctor daquella *historia* foi buscar isto.

já em estado de poder facilmente responder-lhes, me fiseram conduzir pela 4.<sup>a</sup> vez á audiência, onde me perguntaram, se estava em fim resoluta a declarar o que de mim esperavam ha tanto tempo; e tendo a isto respondido que eu de nada mais me recordava, além do que dissera já, appresentou-se o promotor do santo officio com o seo libello, e leu os artigos da accusação formulada contra mim.

Em todos os meos anteriores interrogatorios eu mesmo me accusára, e se tinham contentado os meos juizes de ouvir a minha deposição, mandando-me embora logo, e sem entrar em mais discussão comigo, mas desta feita fui accusado, e me deram tempo para me defender; nos articulados se vião accusações, já por mim confessadas, e sobre taes factos que erão verdadeiros e espontaneamente por mim declarados nada mais tinha a accrescentar; todavia julguei dever mostrar aos meos juizes que os referidos factos não tinham a criminalidade que elles presumião.

Respondi pois em relação ao que eu avançara sobre o baptismo, que a minha intenção nunca fôra combater a doutrina da igreja, mas que parecendo me formalissima a passagem=*Nisi quis renatus fuerit ex aqua et spiritu santo non potest introire in regnum Dei* (Joan. cap. 3 v. 5) tinha pedido a sua explicação.

O inquisidor pareceo surprehendido de ouvir-me esta citação, que aliás todo o mundo sabe de cór, e eu



admirei-me desta sua surpresa. Donde tirou o texto, pergunta-me elle ? E eu lhe respondi. Do evangelho de S. João cap. 3. v. 5. Fez logo vir o novo testamento, procurou o mesmo texto, leo-o, e não mo explicou, quando aliás era bem facil diser-me que a tradição o explica sufficientemente, porque sempre se consideraram como baptisados não somente os que morreram por nosso senhor Jesus Christo, sem receberem o baptismo na forma ordinaria, mas ainda os fallecidos com o desejo de se baptisarem, e com arrependimento das suas culpas.

Sobre a adoração das imagens lhe disse que nada fora por mim proferido, que não resasse o sagrado concilio de Trento, e citei-lhe o lugar da ses. 25. *de invocatione sanctorum et sacris imaginibus*—*Imagines Christi Deiparæ virginis et aliorum sanctorum retinendos usque debitum honorem et venerationem impertiendam ita est per imagines eorum quibus procumbimus., Christum adoremus et sanctos quorum illæ similitudinem gerunt venêremur*—C. T. Sess. 25 ( a )-

---

( a ) Que em portuguez diz o seguinte—Que as imagens, gens de Christo e da sua santa mãe, a virgem senhora, e de outros devem ser conservadas, e dar-se-lhes a devotação, da honra e veneração de sorte que nas imagens, em cuja presença nos prostramos, adoremos a Christo e veneremos os santos, cuja representação ellas são. —(Do traductor).

A historia das inquisições porém omitta esta citação latina.

Neste tribunal não se respeita nem a idade, nem a condição, nem o sexo, ou qualidade de pessoa ; todos são tratados com igual severidade, e a todos quasi nús indistinctamente se dão tratos, quando o interesse do santo officio o reclama.

Lembrava-me de ter ouvido dizer, antes de entrar nas prisões da inquisição, que o *auto da fé* se fazia de ordinario no 1.º domingo do advento, porque nesse dia se lê na egreja o lugar do evangelho, onde se falla do juizo final, e porque os inquisidores pretendem com esta cerimonia fazer delle uma viva e natural representação.

Sabia além disto que havia ali um grandissimo numero de presos, porque, pelo profundo silencio que reina nesta casa, pude calcular aproximadamente quantas portas se abriam, ás hcras da comida. Sabia demais quasi com certesa que no mez de outubro chegára a Goa um arcebispo, depois de uma sé vaga de perto de trinta annos ( a ), por terem repicado extraordinariamente os sinos da cathedral por espaço de 9 dias, nos quaes, nem a egreja universal, nem a de Goa sem particular solemnisa festa alguma notavel, e mesmo antes da minha prisão já sabia que se esperava este prelado ( b ).

---

( a ) Vagara 22 annos, e não 30, e o arcebispo recém-chegado foi D. frei Antonio Brandão, que aportou na barra de Goa a 24 de setembro, e não outubro, como diz o auctor, do anno de 1675.

( b ) O prelado esperado nesse anno de 1673 era D.

teber a punição dos meus crimes marcada nas leis, isto é, para ser queimado.

Imaginem os leitores o effeito que fariam no meo espirito as crueis conclusões do promotor do santo officio ; todavia posso assegurar que por mais terriveis que fossem taes palavras, a morte de que era ameaçado, me pareceo então muito menos penosa do que a continuação do meo captiveiro. Apesar pois de turbado e oppresso, como estava, não deixei de responder ás novas accusações que se me faziam, declarando que eu nunca tivera más intenções ; professára sempre a religião catholica, como podiam attestar todos, que conviveram comigo na Índia, e particularmente o padre Ambrozio e padre Yves, ambos capuchos francezes, que muitas vezes me tinham confessado ; e eu soube depois da minha saída que o padre Yves, quando eu assim o citei, como testemunha da minha innocencia, se achava tambem em Goa.

Disse mais que eu andára até 16 legoas para cumprir com o preceito paschal, e que se entrára alguma heresia arraigada no meo coração, facilimo me seria estabelecer-me nas partes da Índia, onde pudes-se viver e fallar com plenissima liberdade, e não escolheria para minha residencia territorio pertencente ao rei de Portugal ; que eu em verdade estava bem longe de haver *dogmatizado* contra a religião christã ; pelo contrario entrára muitas vezes em disputa com os hereges para a defender ; que me recordava ter fallado com muita liberdade do tribunal, em que

naria, e não achando razão alguma que me satisfizesse, conclui que poderia ser no dia seguinte o *auto da fé*, e mais me confirmei ainda na minha conjectura, ou antes a tive por certa, quando, depois de ter ouvido tocar à vespertas na cathedral, se tocou logo á matinas ; o que nunca ouvira, desde que me achara preso, excepto na vigilia do corpo de Deos, que recahe nas Indias na 5.<sup>a</sup> feira immediata á paschoela, por causa das copiosas chuvas, que ali ha na propria epoca da festividade da Europa.

Parecia que a alegria devia começar a apossar-se do meu coração, pois me julgava prestes a sair desta masmorra, em que ficara sepultado por dous annos, todavia tão fortes foram os meus sustos e pesares pelas conclusões, que tirára o promotor, e pela incertesa da minha sorte, que o resto do dia e parte da noite passei em deplorabilissimo estado, capaz de enternecer o mundo inteiro, menos os meos juizes.

Trouxeram-me a ceia, que recusei, mas contra o uso da casa, não me compelliram a recebê-la ; e mal que cerraram as portas, me abandonei de todo á melancolia dos meus pensamentos, que me preoccuparam de modo tal que engolphado em horrivel tristeza, e medonhos sonhos adormeci um pouco pelas 11 horas da noute.

Não passára muito tempo que eu adormecera, quando fui de repente despertado do somno pela bulha, que fizeram os guardas, que abriram os ferrolhos do carcere. Fiquei surprehendido de ver entrar

ali gente com luz , tão fora do costume, e sendo á hora mui adiantada, fiquei tomado de grande susto. O alcaide me apresentou um habito, para d'elle me revestir, e estar prestes a sair quando fosse avisado ; e se retirou, deixando na minha camara uma lanterna accesa.

Não tive então forças, nem para me levantar, nem responder ; e logo que estes homens me deixaram, o tremor geral, que de mim se apossára, foi tão violento, que por mais de uma hora não pude olhar o habito, que me trouxeram ; finalmente levantei-me, e prostrando em terra diante d'uma cruz, que eu pintára na parede, encommendei-me a Deos, e puz em suas mãos o meu destino ; depois do que vesti-me do habito talar, que era uma vestia com mangas, que chegavam até ao pulso, e umas calças, que desciam até aos calcanhares, tudo de pano preto raiado do branco.

## CAPITULO 25.º.

**Das disposições, que se tomaram para o auto da fé ; diversos caracteristicos, com que se distinguiram os réos, segundo a qualidade dos seus crimes.**

Logo que me vesti, não tive de demorar-me por muito tempo. Os officiaes, que pouco antes de meia noite tinham entrado no meu aposento, reappareceram nelle ás 2 horas de madrugada, e levaram-me dahi a uma

Longa galeria, onde já me tinha anticipado na entrada um grande numero das meus infelizes companheiros, que todos se achavam collocados de pé, recostados á parede ; tomei o meu lugar, e depois de mim ainda vieram muitos.

Com quanto eramos quasi 200 na galeria ; como porém todos guardavamos profundo silencio, e só 12 pouco mais ou menos eram os brancos, que mal se podiam distinguir dos outros, vestidos todos de preto, facilmente tomariam-nos como outras tantas estatuas arremadas á parede, se o movimento dos seus olhos, de que somente lhes era permitido o uso, não mostrasse que eram viventes.

Nesta galeria havia apenas poucas lanternas, cuja luz era tão lugubre, que junta a tantos objectos negros, tristes, e funestos mais parecia um apparato para celebrar funeraes do que outra cousa.

Visinha a nossa galeria era a das mulheres, que eram vestidas de traje, igual ao nosso, mas estavam invisiveis; observei porém que n'um dormitorio pouco distante do nosso, havia tambem presos e pessoas vestidas de longo habito talar preto, que passejavam de quando em quando. No momento não conheci quem fossem, mas horas depois, soube que eram essas as victimas, que deviam ser queimadas, e os que passejavam eram os seus confessores.

Como ignorava as formalidades do santo officio apanhei grande susto que eu fosse victima condemnada á fogueira, por maior que fosse o meu dese-

jo que d'antes houvesse tido de morrer; mas reflectindo que no meu vestuario nada tinha que me distinguisse dos outros, e não era crível que devessem morrer tantos, quantos eram vestidos, como eu, fiquei um tanto socegado.

Tivemos todos, que estavamos rentes á parede deste corredor, uma tocha de cera amarella; trouxeram depois pacotes de habitos da feição de dalmaticas ou grandes escapularios de panno amarello com cruses de S. André, pintadas de vermelho por diante e por detraz.

Este costuma ser o distinctivo dos réos, que commetteram ou são accusados de terem commettido crimes contra a fé de Jesus Christo, quer sejam judeos, mahometanos, quer feiticeiros, ou hereges, que antes foram catholicos.

Estes grandes escapularios com estas cruses de S. André chamão-se *Sambenitos*, (a). Os que se tem por *convictos*, e persistem em negar os factos, de que são accusados, ou que ão relapsos, levam outra especie de escapulario, que tem o nome de *Samarra* (b), cujo fundo

---

(a) *Sambenito* era um escapulario de baeta amarella, que enfiado pela cabeça do réo lhe chegava até a cintura por uma e outra parte; e sobre elle de ambas assentava uma cruz em aspa de côr encarnada.

(b) Quando o réo era condemnado ao fogo, levava no *sambenito*, pintado o seu retrato, nome, crime, e figuras de diabos e chammas, a qual especie de *sambenito* chamava-se *samarra* ou *manteta*.

é pardo. N'elle está representado ao natural por diante e por detraz o retrato do paciente, posto sobre tições abraçados em chammas, que se elevam, e todo cheio de demonios; e por baixo deste retrato estão escriptos seus nomes, e seus crimes. Mas os que se accusam, depois de pronunciada a sentença, e antes da sua saída, e que não são *relapsos*, levam sobre as samarras chammas viradas por baixo, o que se chama *fogo revolto*.

Distribuíram os sambenitos a uma vintena de natuaes accusados de magia, a um portuguez convencido do mesmo crime, e que demais era *christão novo*, e como queriam tomar de mim uma completa vingança, e tinham assentado insultar-me até ao fim, me obrigaram a revestir-me com um um habito semelhante ao de feitiçeiros e hereges, posto que tivesse sempre professado a fé catholica romana, e como tal podiam testemunhar milhares de pessoas nacionaes e estrangeiras, com quem eu estivera de contacto em varias partes da India.

Aqui a minha apprehensão subiu de ponto, quando me vi assim ataviado, pois me pareceu que dentre tantos, só vinte e dous, que tinhamos os ditos sambenitos, fossem aquelles, para quem não houvesse mais misericordia.

Depois de repartidos os sambenitos, vieram cinco bonets de cartão pontegudos, que tem o feitio de um pão de assucar, cobertos todos de pinturas de demonios, e chammas com um leteiro em roda que dizia —



*feiticeiro*—Estes barretes tem o nome de *carochas* (a); e puzeram-na nas cabeças de outras tantas pessoas, que eram as mais culpadas, dos accusados da magia; e como ellas estavam muito proximas de mim, pensei que tambem eu era do numero; o que todavia não aconteceu.

Quasi que não tive então duvida alguma que esses infelizes seriam effectivamente queimados, e como elles ignoravam tanto, como eu, as formalidades do santo officio, soube que naquella instante tambem elles se reputaram perdidos, e inevitavel a sua morte.

Vestidos de modo como estavamos todos, segundo a qualidade dos nossos crimes, tivemos a liberdade de sentar-mo-nos no chão á espera de novas ordens. As 4 horas da manhã os servos da casa vieram, apoz os guardas, repartir pão e figos aos presos, que o quizessem, e com quanto eu nada tivesse ceado naquella noite, todavia tinha tão pouca vontade de comer que nada receberia, se um dos guardas, chegando-se a mim, me não fizera o seguinte aviso: Tomai o vosso pão, e se o não podeis comer agora, guardai-o na algibeira para a volta, em que certamente haveis de ter fome. Estas palavras me foram assaz consoladoras, porque dissiparam o receio, e garantiram a esperanza do regresso, o que me obrigou a tão depressa abraçar o seu conselho.

Finalmente depois de ter esperado muito tempo, lá

---

( a ) Eram umas mitras de papelão.

pelas 5 horas da manhã nasceu o sol ; e então verieis nos semblantes de todos as diversas sensações de dór, de vergonha, e temor, que os agitavam ; verieis de um lado a alegria, que todos sentiam, vendo approximar-se o termo desse tão duro captiveiro, e d'outro, o como era ella aguada pela incertesa, em que todos estavam da sua futura sorte.

## CAPITULO 26.º

**Saida processional para o auto da fé—A ordem dessa cerimonia.**

Pouco antes de nascer o sol, começou a dobrar o sino grande da cathedral (a), o que é como um aviso para chamar o povo á assistir a augusta cerimonia do *auto da fé*, que vale como o triumpho do santo officio ; e logo nos fizeram sair a um é um.

Passando do corredor ao grande salão, observei que o inquisidor estava sentado á porta, tendo junto a si e de pé um secretario ; que a sala estava cheia de habitantes de Goa, que estavam relacionados n'uma lista, que o secretario tinha na mão. A'proporção que saía o preso, o secretario lhe indicava por padrinho um desses senhores, que devia acompanhar-o no *auto da fé*.

---

(a) Ainda hoje é o mesmo sino que existe na cathedral, o mais sonoro de quantos existem em todas as egrejas de Goa, a exceptuarmos o do convento de Santo Agostinho, que hoje se acha collocado no Pharol da fortaleza da Agoada.

Estes padrinhos são encarregados dos ditos presos; representam e respondem por elles; e os avisam, quando se acaba a cerimonia. Na inquisição é grande honra ás pessoas, em quem recae tal escolha.

O meu padrinho foi o general da armada das Indias. Sahi pois com elle, e logo que cheguei á rua, vi que a procissão começava pela communitade dos dominicanos, que tem este distincto privilegio, porque S. Domingos seu fundador o fora tambem da inquisição (a). Precedia o estandarte do santo officio, no qual se acha representada em riquissimo bordado a imagem do fundador (b), tendo n'uma das mãos uma espada, e n'outra um ramo de oliveira com esta inscripção = *Justitia et misericordia*. — A estes religiosos se seguiam os presos, que marchavam, um depois de outro, com o seu respectivo padrinho ao lado, e uma tocha

---

(a) O *Diccionario do Abbade Bergier* dá esta tradição por erronea, e diz que S. Domingos não teve parte alguma no estabelecimento da inquisição, nem fez acto algum de *inquisidor*; que o 1.º inquisidor foi o delegado Pedro de Castelnáu, commissão que foi depois dada aos monges de Cister, e não foi senão em 1233 que os dominicanos foram encarregados, em quanto que S. Domingos morrera em 1221; e conclue que só desde 1233 é que os geraes desta ordem foram os inquisidores natos de toda a christandade.

(b) O painel representava S. Pedro Martir, dominicano, fundador da confraria da inquisição, e não S. Domingos, como suppoz Dellon.

accessa na mão. Os menos culpados iam adiante; e como eu não passava por um dos mais innocentes, havia mais de cem, que me precediam. (a) Eu e os mais companheiros meus levavamos a cabeça descoberta e pés descalços, o que me molestou assaz, durante a longa marcha, que durou mais de uma hora, por causa dos pequenos seixos, que cobrem as ruas de Goa, os quaes me puseram os pés em sangue.

Atravessamos as mais cumpridas ruas da cidade, (b) e por toda a parte nos observava uma innumeravel multidão de povo, concorrido de todos os pontos da India, que bordava todo o caminho, por onde deviamos passar : pois os parochos das freguezias mais

---

( a ) A *historia* das inquisições põe aqui de sua casa, =As mulheres iam indistinctamente entre os homens, e a ordem desta marcha não era regulada pela diversidade do sexo, mas somente pela enormidade dos crimes=o que em regra não era exacto.

( b ) Como o autor não indica as ruas, e lugares por onde elle passou na sua procissão, devemos suppor que o caminho, que elle seguiu foi o da Casa da inquisição — Rua nova — Arco do v. rei — Rua adjacente á ribeira — Hospital — Capellinha de S. Catharina — e a Igreja de S. Francisco — Julgamos este caminho mais proprio do que o outro que se dirige pela Rua nova — Misericordia — Pelourinho velho — Bom-Jesus — e S. Francisco ; não só por ser mais cumprido, como o auctor diz que foi, mas porque era a parte mais povoada da cidade, e o prestito podia ser visto pelo v. rei, e pelo arcebispo, dos seus respectivos palacios.

distantes tem o cuidado de annunciarem em suas practicas o *auto da fé*, muito antes que elle se faça.

Finalmente cobertos de vergonha e confusão, e cansados da longa marcha, chegamos á egreja de S. Francisco, que por esta vez estava destinada e preparada para a celebração do *auto da fé* ( a ). O altarmór estava ornado de preto, com seis castiçaes de prata, nos quaes ardiam seis velas de cêra branca. Aos dous lados do altar se erguiam duas especies de thronos; um á direita para o inquisidor e seus conselheiros, e outro á esquerda para o v. rei e a sua corte. Pouco distante e fronteiro ao altarmór, tirando um pouco para a porta, era collocado outro altar, sobre o qual estavam postos dez missaes abertos; e dali até a porta da egreja se tinha construido uma galeria larga de quasi tres pés, com grades por ambos os lados, e bancos para se assentarem os réos e os seus padrinhos, á proporção que se fossem chegando; de modo que os primeiros chegados ficavam mais proximos do altar.

Logo que eu entrei e tomei o meu lugar, vi a ordem, em que vinham os meus restantes companheiros, e reparei que os ultimos eram aquelles, que levavam as horriveis *carochas*, de que já fallei; que immediatamente antes delles seguia um grande crucifixo,

---

( a ) Ou na Sé Cathedral ou em S. Francisco se fazia ordinariamente essa cerimonia do *auto da fé*, mas mais das vezes em S. Francisco.

com a frente voltada aos que o precediam, e depois vinham 2 réos vivos (a) e 4 estatuas da altura do homem, presas cada uma na ponta de uma longa vara, e acompanhadas de outras tantas caixas conduzidas por 4 homens, e cheias das ossadas daquelles, que as estatuas representavam.

A face do crucifixo voltada para aquelles, que o precedem, denota a misericórdia que se usou com elles, livrando-os da morte, embora justamente merecida; e o mesmo crucifixo voltando as costas para aquelles, que o seguem, significa que estes desgraçados não tem mais graça a esperar.—He assim tudo mysterioso no santo officio!

Não é menos horrivel nem compassiva a maneira do vestuario destes miseraveis. Tanto os vivos, como as estatuas, levavam uma *samarra* de panno pardo, todo com pinturas de demonios, chammas, e tições accesos, sobre os quaes se via pintada ao natural por diante e por detraz a cabeça do padecente com a sua sentença escripta por baixo, trazendo em resumo o seu nome, em grossos caracteres, o da sua patria, e o crime, porque era condemnado. Além deste espantoso vestido levavam tambem sobre as cabeças as medonhas carochas pintadas, como os vestidos, de demonios e chammas.—As pequenas caixas, em que iam os ossos dos fallecidos, e cujo processo fora feito, an-

---

(a) A *historia* das inquisições não falla nos 2 réos vivos, senão só nas 4 estatuas. Escapou-lhe.

tes ou depois da sua morte, e antes ou durante a sua prisão, afim de dar lugar á confiscação dos seus bens, eram tambem pintadas de preto e cobertas de demonios e chammas.

Cabe observar aqui que a inquisição não limita a sua jurisdicção só aos vivos, ou aos que morreram na prisão, mas ainda algumas vezes costumava processar os mortos de muitos annos antes de serem accusados, quando, depois de sua morte, se lhes imputa algum crime consideravel; e que em tal caso, quando provado, desenteram-se os seus cadaveres, e se queimam os ossos no *auto da fé*, confiscando-lhes todos os bens, e despojan-do cuidadosamente os seus herdeiros.

Note-se tambem que eu nada affirmo aqui que eu mesmo não visse praticar; pois entre as estatuas, que appareceram, quando sai da inquisição, havia uma, que representava um homem fallecido de ha muito, o qual fora então processado, exhumado o cadaver, confiscados os bens, e queimados os ossos, seus, ou de algum outro, que por ventura tivesse sido enterado no mesmo lugar.

## CAPITULO 27.º

**Do que se viu no lugar da celebração do  
auto da fé.**

Depois que chegaram estes infelizes, e tomaram asento nos lugares, que lhes eram destinados, junto da porta da egreja, entrou o inquisidor, seguido dos seus

officiaes, e foi sentar-se no throno, que lhe estava preparado ao lado direito do altar, em quanto que o v. rei (a) e a sua corte tomaram lugar á esquerda.

Collocando-se o crucifixo sobre o altar entre os seis castiçaes, e achando-se cada qual no seu posto, e a egreja atulhada de gente até a porta, subiu ao pulpito o provincial dos agostinhos, que pregou por espaço de meia hora. Eu, apesar do dasasocego e perturbação do espirito, em que me achava, não deixei de notar a comparação, que o pregador fez da inquisição com a arca de Noé, entre as quaes todavia ha esta differença, dizia elle; — que os animaes, que entraram na arca, saíram della, como tinham entrado, mas a inquisição tem a admiravel propriedade de mudar de tal modo os seus encarcerados, que os que na entrada tinham a crueza de lobos, e a feresa de leões, tornam-se na saída mansissimos cordeiros — Concluido o sermão, subiram successivamente ao pulpito dous leitores, para lerem publicamente os processos de todos os culpados, e significar-lhes as penas, a que eram condemnados.

Em quanto era lido o processo d'um réo, o alcaide o trazia ao meio da galeria, onde ficava de pé com uma tocha accesa na mão, até que fosse lida a sua sentença, e como se suppõe que todos os

---

(a) Este v. rei chamava-se Luiz de Mendonça, Ertado de Albuquerque, conde de Lavradio, que governou desde 1670 até 1677.



rêos tem incorrido na pena da excommunição maior; finda que fosse a leitura, era conduzido ao altar, onde estavam os missaes, sobre um dos quaes lhe faziam pôr as mãos, depois de se haver posto de joelhos, e nesta postura ficava, até que houvessem tantas pessoas, quantos os livros. Parava então o leitor com a leitura dos processos, para pronunciar em voz alta uma confissão de fé, precedida de breve exhortação aos culpados que deviam recital-a do coração e boca, ao mesmo tempo que elle; o que sendo feito, tornava cada qual ao seu lugar e continuava a leitura dos processos.

Chegada a minha vez, fui com effeito chamado, e ouvi que todo o meu crime versava sobre tres artigos; 1.º e ter sustentado a invalidade do baptismo *flaminis*; 2.º o haver dito que se não deviam adorar as imagens, e ter blasfemado contra a d'um crucifixo, dizendo ser um pedaço de marfim; e 3.º finalmente o ter fallado com desprezo da inquisição e dos seus ministros; e sobretudo pela má intenção, que tivera, quando disse todas estas cousas, por cujos crimes era declarado excommungado, e, para a reparação delles, confiscados os meus bens para o fisco; eu desterrado da India, e condemnado a servir por cinco annos nas galés de Portugal, e cumprir além disto as outras penitencias, que em particular me fossem impostas pelos inquisidores.

A mais custosa de todas estas penas foi para mim a improrogavel obrigação de largar as Indias, onde tencionava viajar ainda por muito tempo. Com tudo

Essa pena não foi tão grande que não fosse muito suavizada pela esperança, que eu nutria, de em breve ver-me fora do poder da inquisição.

Feita a minha confissão da fé, regresssei ao meu lugar, e me aproveitei então do conselho, que o guarda me dera, de não recusar o meu pão, pois tendo durado a cerimonia até a noite, ninguém houve que nesse dia não comesse na igreja.

## CAPITULO 28.

Somos absoltos da excommunhão, e os condemnados ás fogueiras são entregues ao braço secular. O que se observa nesta cerimonia.

Concluida que foi a leitura dos processos de todos aquelles, a quem a inquisição salvava a vida, desceu o inquisidor do throno para se revestir de alva e estola, e caminheu para o meio da egreja, seguido de quasi 20 clérigos, cada um com uma varinha na mão, e ahí, depois de haver recitado varias orações e preces, foram absolvidos da excommunhão, em que se nos suppunha incurso, mediante uma pancada, que estes clérigos nos deram sobre o vestido com as varas, que traziam.

Não posso deixar de referir aqui um facto, que fará ver a que ponto chega a superstição dos portuguezes, em relação ao tribunal da inquisição, e vem a ser

que durante a marcha e em todo o tempo que estive na igreja, o general meu padrinho, nunca me deu resposta alguma ás muitas perguntas, que lhe fiz, e até me negou uma pitada de tabaco, que lhe pedi, tanto apprehendera que em se communicando comigo ficava tambem partilhando da censura, em que se me julgava incurso (a); mas apenas que fui absolvido, abraçou-me, offereceu-me o tabaco que eu precisava, e me disse que então me reconhecia por seu irmão, visto que a igreja me tinha absolvido.

Finda esta cerimonia, e voltando o inquisidor ao seu lugar, fizeram vir successivamente os infelizes, que deviam ser victimados pela santa inquisição. Eram ao todo seis, um homem, e uma mulher, e as estatuas de 4 homens já mortos, cujas ossadas se guardavam nas 4 caixas que as seguiam. O homem e a mulher eram indios christãos accusados de magia, e condemnados como *relapsos*, mas na verdade tão *feiticeiros* como aquelles, que os tinham condemnado. Das 4 estatuas, duas representavam tambem dous homens, tidos como *convictos* de magia, e as outras duas dous *christãos novos*, que se diziam terem judiado, um dos quaes tinha fallecido nos carceres do santo officio, e outro em sua casa, enterrado de muito tempo na sua

---

(a) Segundo as regras estabelecidas na igreja catholica é prohibido aos fieis communicarem-se com os *vitandos*, sob pena da excommunhão menor, a não ser nos casos de extrema necessidade, que são marcados.

parochia, mas sendo depois de morto accusado de judaismo, como deixára bens consideraveis, cuidou-se de dar busca á sua sepultura, e recolher seos ossos, para serem queimados no *auto da fé*, e daqui se vê que o santo officio não se contenta só em attribuir a si a infallibilidade de Jesus Christo, mas ainda quer, como elle, exercer suprema authoridade sobre vivos e mortos.

Leram-se os processos destes infelizes, que terminavam todos por estas formaes palavras— „ Que não „ podendo a inquisição fazer-lhe a graça de perdoar „ por causa da sua reincidencia, ou da sua impenitencia ; e sendo indispensavelmente obrigada a punil-os „ com o rigor das leis, ella os entregava ao braço e „ justiça secular (a) a quem supplicava instantemente „ que usasse de clemencia e misericordia com estes „ desgraçados , e se ella lhes impuzesse a pena da „ morte o fizesse ao menos sem effusão de sangue.

Proferidas estas ultimas palavras pelos inquisidores se chegava a elles um official de justiça secular, e tomava posse destes infelizes, depois de haverem primeiro que tudo recebido no peito uma pequena pancada da mão do alcaide do santo officio, para denotar que eram por elles abandonados.

Grande bondade da inquisição de interceder por esta forma pelos culpados,! Extrema condescendencia

---

(a) A *historia* das inquisições deixou em meio esta formula inquisitorial findando-a aqui.

do magistrado secular preferindo agradar á inquisição em fazer queimar as suas victimas até a medula dos ossos, do que de usar do poder, que tinha, de derramar o seu sangue (a).

Assim terminou para nós a celebre cerimonia do *auto da fé*, e em quanto esses miseraveis foram conduzidos á margem do rio (b), aonde se haviam já reunido o v. rei e a sua corte, e onde estavam já preparadas do dia antecedente as fogueiras, em que haviam de ser immolados, fomos nós outros reconduzidos aos carcereiros da inquisição pelos nossos padrinhos, sem observar no regresso ordem alguma.

Com quanto pois não prezenciei a execução destes infelizes, assim abandonados, pelo santo officio, como fui plenamente informado por pessoas, que muitas vezes assistiram a semelhantes, actos referirei em poucas palavras as formalidades, que nisto se observam.

Logo que os réos chegam ao lugar, onde se acham reunidos os juizes seculares, perguntam-lhes estes a religião, em que querem morrer, sem se informarem de modo algum dos seus processos, que suppoem perfeitamente bem instruidos, e elles justissimamente condemnados; visto não se duvidar de forma alguma da infallibilidade da inquisição.

Apenas elles tem respondido a esta unica pergunta,

---

(a) A *historia* das inquisições ommitiu este paragrapho inteiro.

(b) E' o rio que banha a velha cidade, e tambem a nova, e se denomina *Mandovy*.

Se apossa delles o carrasco, e os atá em póstes sobre a pyra, onde são primeiramente garrotados, se morrem christãos, e queimados vivos, se persistem no judaismo ou na heresia, o que succede tão poucas vezes que apenas se vê um destes exemplos, em quatro autos da fé, sem embargo de serem raros os, em que se não queime bom numero delles ( a ).

No dia immediato ao da execução se levam ás egrejas dos dominicanos os retratos dos victimados, constando somente das suas cabeças, representadas ao natural, e postas sobre tições accessos, o seu nome, por baixo, o de seu pai, o da sua patria, a qualidade do crime, pelo qual foram justicados, e finalmente o anno, o mez, e o dia da sua execução.

Se o executado for duas vezes incurso no mesmo crime, põe-se-lhe por baixo do retrato a seguinte inscripção.—*Morreu queimado, por herege relapso*—Se o for uma só vez, e persistir no supposto erro, diz-se-lhe—*por herege contumaz*—Mas como este caso é mui raro, tambem são raros os retratos com esta inscrip-

---

( a ) Segundo a *Historia dos principaes actos e procedimentos da inquisição em Portugal*, publicada em Lisboa em 1845 fizeram-se em Goa desde 1600 até 1773 ; 71 autos da fé, e da maior parte delles não constando o numero dos *penitenciados* e *relaxados*, só dos poucos, de que ha noticia, sobe o numero dos primeiros a 4.046, sendo 3.034 homens e 112 mulheres, e 121 dos segundos, sendo 57 *relaxados em carne*, 101 homens e 16 mulheres, e 64 *relaxados em estatua*, 56 homens e 8 mulheres.

ção. Finalmente accusado uma vez, se insistir que é innocente, e que é christão catholico romano até a sua morte, leva o seguinte=*Morreu queimado, por herge convicto negativo*, e destes ha um grande numero.

Ora pode-se ter como certo que de cem *negativos* noventa e nove são innocentes dos crimes, que negam, mas tem o merecimento de preferirem antes morrer que mentir, confessando-se culpados de um crime, que não commetteram, pois não é possivel que um homem certo de salvar a vida se confessar, persista em negar, e queira antes ser queimado que confessar uma verdade, cuja confissão o livra da morte.

Estas horriveis pinturas são depositadas sobre a nave, e por cima da porta principal da igreja, como outros tantos tropheos brilhantes, consagrados á gloria do santo officio, e quando esta face da igreja está assim ornada, se põe tambem nos lados perto da porta.

Os que tem estado em Lisboa na grande igreja dos dominicanos, que não dista muito da inquisição, ali terão visto muitos centenaes destas lugubres pinturas (a).

#### Additamento do traductor aos capitulos 24 a 28.

Na historia da inquisição de Portugal e suas conquistas de frei Pedro Monteiro, inserta na *collecção dos Docum. e Mem. da academia real da historia*

---

(a) Falla-se aqui da igreja que existia antes do terremoto.

portugueza, tom. 3.º pag. 390 a 397, anno 1723, achamos tão minuciosas descripções do estandarte de S. Pedro martir; da cerimonia e forma geral, que se seguia na procissão do auto da fé; e da medalha, de que usavam os familiares do santo officio, que não pudemos resistir ao desejo de trazel-as para aqui, ainda que resumindo em algumas partes, como noticias complementares das que nos dá o Dellon nos capitulos respectivos.

*Descripção do estandarte de S. Pedro martir.*

O estandarte ou pendão do santo officio se forma de duas varas em forma da cruz, cubertas de prata lavrada; em cima da hastea tem uma esfera, e sobre esta uma cruz floreteada nos cantos, que são as armas do patriarcha S. Domingos; o panno do pendão é damasco encarnado, franjado de ouro, abrindo do meio para baixo em duas pontas, que terminam em duas borlas do mesmo; o do meio no mais alto delle descem dous cordões, que terminam em outras duas.

Neste panno, de uma parte está uma grande tarja, no meio della a imagem de S. Pedro—*Pro santo uumere martirii palmam meruit obtinere*, logo abaixo, da parte direita, uma tiara sobre 2 chaves, armas da igreja, por ser sugeito immediatamente só ao papa; da parte esquerda, em correspondencia as armas reaes, porque os reis são seus protectores; no meio destas em lugar mais abaixo ficam as de S. Domingos.



Da outra parte do panno ha outra tarja ; no meio della ficam as armas da inquisição, que são uma cruz, e desta ao lado direito uma oliveira, por cima della esta letra=*Misericordia*—, e ao esquerdo uma espada com outra tambem por cima que diz=*Justitia*— no circulo da tarja a letra do psalmo —*Exurge domine, judica causam tuam*—As armas da egreja, as do reino, e as do S. Domingos nos mesmos lugares que da outra. Tudo é bordado alto de ouro.

Este pendão nas funcções publicas leva sempre o provincial da ordem dos pregadores, ou o prior do seu convento. Nas duas pontas delle e nos dous cordões pegão 4 qualificadores religiosos da mesma ordem, na procissão de S. Pedro martir. Porém na do *auto da fé* pegão 2 familiares da 1.<sup>a</sup> nobreza nas pontas e 2 qualificadores dominicanos nos cordões. Em 2 occasiões somente sae este tribunal fora, debaixo deste pendão, nos autos da fé, e na festa de S. Pedro martir.

### *Descripção da Procissão do auto da fé.*

A forma com que saé esta procissão é a seguinte. Vão adiante 2 familiares, que serviram de procuradores, áquelle anno ; logo o dito pendão, que levam as pessoas referidas ; segue a communitade dos religiosos do S. Domingos ; depois a cruz da irmandade de S. Jorge com seus irmãos, que tem lugar neste congresso por ser o santo, aquem servem, defensor do reino ; depois o alcaide dos carcereos secretos com sua vara de meirinho, immediatamente os

reos, cada um entre 2 familiares ; vão primeiro os homens por esta ordem : em 1.º lugar os que não abjuram, nem levam habito, vg. os comprehendidos no crime de sodomia (a). Depois os que abjuram de leve v. g. por casar 2 vezes, logo os que abjuram de vehemente, que são os que negão haver commettido a culpa, por que foram presos, e a prova que tiveram contra si, não foi bastante para se lhe pôr a pena ordinaria, que se dá ao herege negativo. A estes não se confiscão os bens, somente pagão os gastos, e se lhe dá o castigo proporcionado á culpa, e a prova que nella tiveram, segundo a disposição do direito. Seguem-se os que abjurão em forma por judaismo. Estes levão sambenito. Se algum destes reos confessou, já depois de se lhe dar noticia no carcere, de que na meza do santo officio se tinha julgado a sua culpa por provada, e que se tinha feito assento de o relaxarem á justiça secular, admitte-se-lhe a confissão, mas quando saé, já vem atraz dos mais, vestido em uma samarra com insignias do fogo e com outras penas maiores que os outros.

Depois de acabados todos os réos, seguem-se as mulheres pela mesma ordem acima (b). Da mesma sorte

---

(a) No livro 1.º das copias das ordens regias, que existe na secretaria do governo a fol. 15 v. se acham registadas duas leis d'el-rei D. Sebastião, uma de 9 de março de 1571, fulminando penas severissenas contra o peccado de *sodomia*, e outra de junho do mesmo anno, prohibindo os livros dos *hereges e suas defezas*.

(b) Veja-se a nota (a) da pag. 150.

levam sambenito todas as que abjuram em forma por judaismo. E' o sambenito uma veste de baeta amarella, que, lançada pela cabeça, lhe desce do pescoço até abaixo da cintura, de uma e outra parte, e de ambas assenta sobre este panno uma cruz em forma de aspa, esta é da côr vermelha. Chama-se *sambenito*, conforme os escritores antigos, e com elles Paramo<sup>k</sup>. 1. tit. 2 cap. 5. or. 12 tit. 3. cap. 11, e outros, porque aos que na primitiva igreja commettiam delicto, digno de penitencia publica, se mandava usar veste de sacco; e porque a benziam com particular oração os sacerdotes, era seu nome *saccus benedictus*. A força da antiguidade foi comendo e encurtando o nome. A aspa foi o instrumento do martirio do glorioso apostolo, santo André, que foi o 1.º da nação hebreia, que Jesus Christo com a sua doutrina converteu á fé, por onde santo Thomas lhe chamou o primeiro christão—*Andreas fuit primus christianus*,—e cuido que por esta razão põe este tribunal a aspa aos que da mesma nação se reconcilam com a igreja.

Depois das pessoas de um e outro sexo, que vão sambenitadas, ou com samarras, e insignias de fogo, vai um guarda de carceres. Segue-se logo a cruz dos clérigos do hospital real, acompanhada dos mesmos com suas sobrepelizes. No fim destes vai o capellão das escolas geraes (que são os carceres da penitencia) com a sagrada imagem de Christo crucificado, que acompanhão seis familiares com tochas azezas, tres dos quaes são sempre cavalheiros titulares. (Esta sagra-

da imagem vai neste lugar, se ha alguns réos relaxados á justiça secular, levam-na voltada para elles. Quando porem os não ha, vão os clérigos do hospital com a sua cruz adiante de todos os réos, logo depois dos irmãos de S. Jorge, que dissemos acima, e o padre, que leva a sagrada imagem, acompanhada dos seis familiares, da mesma sorte vai adiante delles ). Seguem-se os *relaxados*; em primeiro lugar algum homem ( se o ha ), depois mulheres. Destes vão em primeiro lugar os que foram relaxados por *diminutos* ou *negativos*, depois os *relapsos*, e ultimamente os *profitentes* de algum erro contra a fé, quando nelle continuão pertinazes. Todos estes *relaxados* vão com as mãos presas debaixo das samarras, e estas pintadas de chammas, entre estas o retrato do mesmo reo, que se é profitente, leva junto a elle pintadas horriveis figuras do demonio. A cada um destes acompanhão dous religiosos da companhia, exortando-os a bem morrer.

Por esta ordem caminhão todos com vagar ao lugar do tablado, a onde a todos se lhe hão de ler as culpas. Este cadafalso se fazia antigamente no terreiro do Paço. Depois se fez alguns annos junto ao da inquisição, alguma vez no adro da egreja de S. Domingos, e hoje dentro da mesma egreja. Quando se fazia no Terreiro do Paço, a tempo que os reos la chegavão, partia o inquisidor geral do seu paço a cavallo, acompanhado de todos os ministros deste tribunal, montados na mesma forma. Porém hoje que se faz na igreja de S. Domingos, não assiste o inquisidor geral, nem os

deputados do seu conselho, se não somente os inquisidores e deputados da mesa ordinaria; e esses por ser o caminho de poucos passos, depois dos réos estarem sentados na igreja, vem da inquisição á pé com os mais ministros inferiores.

Principia-se este auto por um sermão ( a ) que faz sempre algum pregador dos que ha mais doutos, cujo argumento é manifestar aos judeos com os lugares da escriptura sagrada do testamento velho, ( que elles admittem ) a verdade da nossa santa fé, particularmente

---

( a ) O sr. Innocencio Francisco da Silva diz a respeito destes sermões o seguinte :

==A collecção completa dos sermões pregados nestas terribes solemnidades dos autos da fé é sobremaneira difficil de reunir, isto é , pelo que diz respeito aos impressos, pois muitos houve que nunca se publicaram pelo prelo, e eu mesmo possuo alguns, que ficaram até hoje ineditos. Como specimen da curiosidade, que poderá interessar a alguns leitores, e principalmente a quem pertenda formar essa collecção, aqui lhe apresentarei a seguinte resenha de todos os conhecidos, isto é, dos annos e locaes, em que foram pregados e dos nomes dos oradores.==

( Aqui vem 26 nomes dos pregadores na inquisição de Lisboa desde 1621 até 1749; —23 na de Coimbra desde 1612 até 1727 ); 17 na de Evora desde 1615 até 1610 ( aliás 1710 ) e dá os seguintes da inquisição de Goa.

1612 Padre Balthazar de Torres Jesuita.

1617 Fre Manoel da Encarnação dominicano ( Pregou na domingo de sexagima 7 de fevereiro ).

a do misterio de santissima trindade, que os ditos judeos hoje não creem- E o ser Christo senhor nosso o verdadeiro Messias, promettido na lei antiga aos santos patriarchas e profetas, e ser verdadeiro Deos e verdadeiro homem, aquem seus antepassados crucificaram. O como na sua morte se acabou a lei antiga, e somente os preceitos do decalogo permanecem della hoje no lei da graça. Algumas vezes se deixa de fazer o sermão, para dar lugar para poderem se ler as culpas de todos os réos no mesmo dia.

Acabado este, se lê o edicto da santa inquisição, em que se manda com pena de excommunhão maior a toda a pessoa, que souber que alguém vive apartado da nossa santa fé, ou que commetteo alguma daquellas culpas, de que este santo tribunal toma conhecimento, o denuncie dentro de tantos dias.

Logo immediatamente se começa a ler do mesmo pulpito as culpas de cada um dos réos, e sua sentença, pela mesma ordem acima dita, com que saíram da inquisição. Vem o réo acompanhado dos 2 familiares,

---

1621 Frei Christovam de Torres?

1635 Frei Gaspar de Amorim, augustiano.

1644 Padre Diogo d'Areda, jesuita.

1672 Frei Antonio Pereira, dominicano, que o pregou a 27 de março do mesmo anno, e foi impresso em Lisboa por Miguel Deslandes, 1685.

O sr. Innocencio diz que, apesar de apuradas diligencias suas, só poudes ajuntar e possui até 1858 em que publicou o 1.º volume, trinta sermões dos autos da fé.

que lhe assistem, ou villas em pé com as mãos levantadas, e entre estas uma vela amarella acesa, que todos trazem nas mãos, junto de um altar, que está no meio do tablado em lugar alto, sobre o qual está uma cruz e quatro missaes abertos. Acabando de as ouvir, ajoelha ao pé do altar, e assim fica até fazer a sua abjuração. Principiam-se a ler as culpas, e sentença do segundo, e assim dos mais. A todos os de semelhantes culpas se lhe lê do proprio pulpito a abjuração, que fazem, e penas, a que se sujeitam, se reincidirem nas mesmas, ou em outras semelhantes, e se lhes pergunta, se o promettem assim; ao que respondendo que sim, poem a mão sobre o missal, beijão a cruz, e voltão com os familiares para o lugar, em que antecedentemente estavam sentados.

Depois de lidas as culpas de todos estes réos, e suas sentenças, e feitas as ditas abjurações, o inquisidor da 1.<sup>a</sup> cadeira, revestido de vestimentas sagradas, lhes lê a absolvição da excommunhão maior, em que tinham incorrido pelo crime de heresia, indo no mesmo tempo dois clerigos, tambem revestidos de suas sobrepellizes, tocando-os com umas varas; e assim são recebidos novamente ao gremio da egreja catholica.

Ultimamente se lê os processos e sentenças dos que são á justiça secular relaxados, ou seja em carne, ou seja em estatua, por ser de pessoa, que antes da prisão se ausentou, ou defunta no carcere, cujos ossos são desenterrados e trasidos ao mesmo auto em caixões.

Acabadas de ler, toma logo a justiça secular entrega delles, e das estatuas, e caixões de ossos.

O corregedor do crime da corte recebe da mão do inquisidor da 1.<sup>a</sup> cadeira em carta fechada a sentença destes réos (a). Com ella parte acompanhado de outras justiças, que os levam ao tribunal da relação real, a onde já está o regedor com os desembargadores, que em rasão das culpas, porque foram relaxados, os sentenceão á morte, perguntando primeiro aos ditos réos, em que lei querem morrer. Se dizem que na de Christo, senhor nosso, são sentenceados a que morrão de garrote, e depois de mortos sejam seus corpos queimados. Se dizem que em outra qualquer lei, os sentenceão a que sejam queimados vivos.

Da relação são condusidos pelos ministros da justiça ao lugar do supplicio, aonde se executão as sentenças.

Os réos, que se reconciliaram com a egreja, voltão

---

(a) No anno de 1607 tendo infringido em Goa esta pratica o ouvidor geral do crime, João de Frias Salazar, veio da corte a seguinte carta regia, para que o mesmo ouvidor geral do crime, nos autos da fé, vá do seu assento ao do inquisidor mais antigo receber de sua mão as sentenças dos condemnados.

—Vice-rei, amigo. Eu el-rei vos envio muito saudar. Eu sou informado que no auto da fé, que o anno passado de 607 se celebrou na cidade de Goa, o Licenciado João de Frias Salazar, ouvidor geral do crime, devendo tomar da mão do inquisidor mais antigo os treslados das sentenças dos relaxados á justiça secular para as executar, esperára que o dito inquisidor lhás fosse levar aonde elle estava, e porque



debaixo do pendão da santa inquisição, acompanhados da mesma communidade dos religiosos de S. Domingos e dos familiares, com a mesma ordem, com que vierão, a recolher-se nos carceres do proprio tribunal, donde logo são mudados para as escolas geraes, ou carceres da penitencia; e nelles são instruidos nos misterios da fé, necessarios para salvação de suas almas, e dahi os envião a cumprir as penitencias, que nas suas sentenças lhes foram impostas. Quando escrevermos as vidas dos illustrissimos inquisidores geraes, diremos o numero dos autos, que cada um delles celebrou no seu tempo, o numero das pessoas, que nelles se reconciliaram na egreja, de que não daremos os nomes, por não renovar a mancha de algumas familias, que já esqueceu o tempo, e que com elle se melhoraram. Daremos porém os nomes de todos os que foram relaxados á justiça secular, porque alem destes estarem pintados

---

isto foi grande desordem, e contra o que se costumou sempre, assim nesse estado, como em Portugal, e he alem disto justa e mui devida cousa que em todo o tempo, e principalmente nestes autos se conserve a authoridade do santo officio; hei por bem que em todos os que neste estado se fizerem, vá o ouvidor geral tomar os treslados das ditas sentenças da mão do inquisidor mais antigo, e vos encomendo que assim lho ordeneis, e lhe extranheis da minha parte o passado, e da mesma maneira aos mais desembargadores, que entenderdes que incorreram nisto. Escripta em Madrid a 14 de outubro de 1608. *Rei* - Para o vice-rei da India - (Fol. 94 v. do livro 1.º de copias das ordens regias.)

em lugares publicos é justo castigo da sua culpa o perpetuar-se-lhes na memoria dos homens sua infamia ( a ).

*Descripção da medalhã dos familiares do santo officio.*

Esta medalha foi concedida pelo rei Filipppe 2.<sup>o</sup> com auctoridade apostolica, e do capitulo geral da ordem dos pregadores, celebrado em Valhadolid em os 29 de março de 1605. Tinha uma cruz floreteada, composta de duas cores, branca e preta, e della usavam os familiares nas festas de S. Domingos, como 1.<sup>o</sup> inquisidor geral que houve na egreja; na de S. Pedro martir, como protector da inquisição; na de S. Raimundo, inquisidor geral de toda a Espanha; na solemnidade do corpo de Deus; em todos os autos da fé, e nos 14 dias, que os precedião, destinados para dar publicidade áquella cerimonia; e finalmente quando vão aquelles officiaes proceder á prisão de algum delinquente=

Até aqui frei Pedro Monteiro. A isto accrescentamos nós agora que até o principio do seculo 17.<sup>o</sup> era limitado o numero dos familiares na inquisição de Goa, mas crescendo-o muito por este tempo, queixou-se a sua magestade o vice-rei daquella

---

( a ) Parece que não chegou a publicar-se semelhante obra, em especial, porque o sr. Innocencio a não menciona, quando falla do auctor ( *Diccionario Bibliographico tom. 6.<sup>o</sup> pag. 434* ).

época, D. Jerônimo de Azevedo, d'um tal procedimento dos inquisidores, em seu officio de janeiro de 1616, nos seguintes termos: Também tem os mesmos inquisidores provido grande quantidade de familiares, não havendo até agora, depois que cá está a inquisição, senão um numero mui moderado, com que foi mui bem servida, e estes, que agora se introduziram, andão com seus habitos de ouro de fora (as medallhas), que é couza que tem feito novidade, e que tem grandes inconvenientes em uma terra fronteira, como esta é, porque por este modo ficão todos privilegiados, e não ha quem obedeça, e a principio acudiram a se fazer familiares n'uitis officiaes de vossa magestade, parecendo-lhes que com isto se eximião de haver de dar conta dos erros dos seus officios, diante das justicas de vossa magestade, mas como se desenganaram de que lhes não servia para isto o privilegio, foram acudindo menos. Vossa magestade mandará prover em tudo, como houver que é mais serviço de Deus e seu=( Livro 12 das monções, pag. 233.)

Foi certamente em virtude desta conta do governador, que veio da corte a provisão n.º 43 do anno de 1617, fazendo reparo aos inquisidores, do grande numero de familiares, que admittião naquelle tribunal. Não existindo porém o livro da monção respectivo áquelle anno, que entrou nos sessenta que faltão, não é possível dar aqui a integra, nem o transumpto mais desenvolvido da mesma provisão.

Aproveitamos esta occasião para rectificarmos duas

importantes equivoções involuntarias, que escaparam nas nossas notas ; uma na nota ( a ) da pag. 9, acerca da época dos primeiros 2 autos da fé da inquisição de Goa, que pusemos um seculo depois do seu estabelecimento ; e a 2.ª sobre o 1.º documento da nota ( a ) da pag. 108, que com quanto o tirassemos do livro original, como lá dissemos, e o publicassemos no nosso prospecto no *Boletim do governo* ; achamo-lo com tudo tambem publicado , e antes de nós , pelo sr. conselheiro Rivara no seu *Ensaio historico da lingua concani*, sem nós darmos com a mesma publicação.

A 1.ª das equivoções foi filha do que traz o *Gabinete Litterario das Fontainhas* tom. 3.º pag. 89 e 280; mas como nos parecesse pouco provavel haver o longo intervallo de um seculo, sem haver na inquisição de Goa um só auto da fé, procurámos e encontrámos posteriormente numerosos documentos, impressos e manuscritos, dois dos quaes impressos , e um manuscrito já estão a fol. 160, 167, e 170 em notas.

Além dos autos da fé referidos atraz, tambem depa-  
rámos no livro de monções a fol. 157 com uma relação de despesas feitas nos autos da fé dos annos de 1681, 83, 85, 87, e no de 83 o seguinte curioso desenvolvi-  
mento=Gastaram-se 288:0:45 nos vestidos dos penitentes, feitiços, insignias, habitos, pintores, doces para a comida dos lentes ( leitores dos processos ? ) e outras despesas e tambem=; se lê na *Descripção das fortalezas da India*, por Antonio Bocarro, (de que nos dá noticia o sr. conselheiro Rivara no *Calalogo dos manuscriptos da*

*bibliotheca publica eborensis* a pag. 303) que ha naquelle livro —Um titulo das merces, que os inquisidores e mais officiaes do santo officio de Goa tinham cada vez que fizessem auto da fé.—

E por ultimo declaramos aqui quenos escapou citar o Ensaio sobre a historia da legis. de Coelho da Rocha, o Diccionario de Bergier, e o compendio da historia de Doria, no fim das 1.<sup>as</sup> tres notas da pag. 1. e 2, das quaes obras extrahimos as mesmas notas, e sanando tudo por uma vez, accrescentamos tambem que a *Historia* das inquisições, citada na nota (a) pag. 9, alem das 7 estampas, que lá dissemos, traz uma ultima, que tem por titulo=Filippe III, rei d' Hespanha.—

## CAPITULO 29.º.

**Minha despedida da inquisição, somos levados á uma casa na cidade para se nos instruir por algum tempo.**

Ao voltar do auto da fé, achei-me tão cansado e abatido que não tinha menos pressa em entrar na prisão, para ali descansar do que tivera nos dias antecedentes, para me ver fora della.

O meu padrinho acompanhou-me até a sala, e o alcaide levando-me á galeria, deixou-me ahi ficar, até virem os mais companheiros; deitei-me logo no meu leito, ansiando a cea, que não passou d'um pão e figos por que a occupação do dia privára de cosinhar. Na noi-

te, não deixei de dormir melhor que em todo o tempo da minha prisão, e quando aguardava a appareção da manhã, para ver o que de mim fazião, veio o alcaide ás seis horas pedir-me o habito, que eu vestira na procissão, o qual de boa vontade lhe entreguei, e querendo dar-lhe tambem o *sambenito*, não quiz recebê-lo, dizendo-me que o devia vestir, principalmente nos domingos e dias santos, até cumprir de todo a minha sentença.

Veio o meu almoço pelas sete horas, e pouco depois recebi o aviso para emmalhar o meu fato, e estar prestes a sair, quando me viessem chamar. Obedeci a esta ultima ordem com grande diligencia. A's nove horas abriu-me a porta um guarda, que me ordenou pegasse do meu fato, e o seguiu-se até ao salão, onde já estava a maior parte dos presos.

Pouco depois vi entrar uns vinte dos meos companheiros, que no dia antecedente tinham sido condemnados a açoutes, e vinhão então de os receber da mão do carrasco por todas as ruas da cidade; e estando assim juntos appareceo o inquisidor, perante o qual nos pusemos, todos de joelhos para receber a sua benção, depois de havermos beijado o chão a seus pés. Ordenou-se depois aos naturaes, que pouco ou nenhum fato tinham, que carregassem com o dos brancos. Os presos, que não eram christãos, foram logo mandados para os lugares declarados em suas sentenças; uns para degredo, outros para as galés, ou á *casa da pólvora*; e os que eram christãos, brancos ou naturaes, foram recolhidos

á uma casa da cidade, alugada de proposito, para ali serem instruidos por algum tempo.

Nas salas e galerias desta caza foram accomodados os naturaes, e a nós outros, que eramos brancos, deo-se-nos um quarto separado, onde nos fechavão de noute, deixando-nos de dia a liberdade de andarmos por toda a caza, e fallarmos uns com os outros, ou com quem vinha de fora visitar-nos. Todos os dias se fazião duas explicações do cathecismo, uma para os naturaes, e outra para os brancos; e tambem todos os dias se celebrava missa, á qual assistiamos, e tambem á oração, que havia de manhã e de tarde.

Em quanto estive nesta casa fui visitado por um religioso dominicano, meo amigo e conhecido de Damão, onde fôra prior. Este bom padre, acabrunhado pelas suas molestias e annos, apenas soube da minha saída, metteo-se n'um palanquim para me vir ver. Lamentou a minha triste sorte, e abraçando-me ternamente, affirmou-me que muito temera por mim; que muitas vezes se informára do estado da minha saude, e do meu processo com o padre procurador dos presos, que era seu amigo, e religioso da sua mesma ordem; que todavia estivera muito tempo sem poder ter resposta alguma; e finalmente disse-me que depois de muitas instancias tudo quanto pudêra saber a meo respeito, era que eu vivia ainda.

Não me foi de pouco alivio a presença deste religioso, e a necessidade, em que me via de deixar as Indias nos causava a ambos um sentimento quasi igoal. Elle ainda

me veio visitar muitas vezes; convidou-me a que voltasse ás Indias, logo que obtivesse a liberdade, offerecendo-me nessa occasião varias provisões para a longa viagem, que tinha de fazer, as quaes o meu estado de necessidade me não permittiam esperar de outra parte.

### CAPITULO 30.º

**Ainda mais uma vez sou levado á inquisição,  
para receber as penitencias, que me  
foram impostas.**

Depois de havermos estado nesta casa da cidade até 23 de janeiro (de 1676) voltámos novamente á casa da inquisição, onde fomos chamados cada um por sua vez á mesa do santo officio, para recebermos das mãos do inquisidor um papel, que continha as penitencias, a que lhe approuve condemnar-nos. Logo que ali entrei me fiseram pôr de joelhos, havendo primeiramente posto as mãos sobre os evangelhos, e promettido guardar um inviolavel segredo em todas as cousas, que se tinham passado, e de que tivera conhecimento durante a minha prisão.

Recebi depois da mão do meo juiz um papel escripto por elle, contendo as penitencias, que me eram impostas. E como o lembrete não he longo, julguei bom transcrevel-o aqui *ipsis verbis* em francez, como estava em portuguez (a).

---

(a) Como o auctor traduziu o lembrete em francez, nós



*Lista das penitencias que deve cumprir F.*

1.º Nos tres annos consecutivos se confessará e comungará, no 1.º todos os mezes; e nos dous seguintes pelas festas da paschoa, do pentecostes, do natal, e da assumção da virgem santissima.

2.º Ouvirá missa e sermão, todos os domingos e dias santos, se lhe fôr possível.

3.º Nos ditos tres annos recitará diariamente cinco vezes o padre nosso e ave maria, em honra das cinco chagas de nosso senhor Jesus Christo.

4.º Não contrahirá amisade, nem commercio algum particular com hereges ou pessoas, cuja fé seja suspeita, que possam prejudicar a sua salvação.

5.º Em fim guardará um rigoroso segredo em tudo quanto vio, disse, ou ouviu, ou se tratou com elle tanto na mesa, como nos outros lugares do santo officio.

Assignado

*Francisco Delgado e Mattos.*

A'vista destes canones penitenciaes, quem poderá dizer que a inquisição é nimamente severa!

Tendo recebido este escripto beijei o chão, e tornei para sala a esperar que se fizesse o mesmo aos outros. A'sahida nos separaram, e não sei que foi feito da maior parte dos meus companheiros, nem para onde os mandaram; pois apenas ficamos doze, que fomos conduzidos

---

agora convertemol-o novamente em portuguez tambem *ipsis verbis*.

ão aljube, onde eu havia já passado uma noite, quando cheguei a Goa, antes de entrar na inquisição. Neste lugar estive até o dia 25, em que appareceu um official do santo officio, que me fez deitar ferros aos pés, e conduzio-me a um navio, que estava ancorado na barra, prestes a dar á vela para Portugal.

### CAPITULO 31.º (a).

**Algumas advertencias sobre tudo que até aqui se acha referido.**

Antes de continuar na narração das minhas aventuras julgo caberem aqui algumas reflexões a proposito do que levo atraz referido.

Começarei pela consideração das principaes injustiças, que me fizeram na inquisição—A 1.ª foi a traição do commissario, que depois de ouvir a minha espantanea declaração a respeito do que eu dissera do santo officio, aconselhou-me tão pouco sinceramente, e procedeo á minha prisão, para satisfazer á paixão do capitão infringindo a regra do tribunal que dispõe d'outro modo contra quem livremente se accusa antes de ser preso. Bem que o mesmo commissario dissera, para se resalvar, que a minha accusação não fora formal, mas bem se vê que é este um subterfugio inadmissivel, por que elle, a ser sincero, devia ensinar-me a forma. Eu

---

(a) A historia das inquisições supprime tambem este capitulo inteiro.

era moço, e estrangeiro, e ter-lhe-ia logo satisfeito, assim que m'a declarasse ; mas o padre queria esse miseravel pretexto para agradar ao capitão.

O 2.º motivo que tenho de queixa contra esse commissario, é o ter-me feito demorar maliciosamente em Damão até o mez de janeiro, porque se me enviara a Goa, logo depois de preso, o meo processo teria sido examinado e resolvido até o fim de novembro, e eu sairia no auto da fé de dezembro do mesmo anno, mas elle addiando a minha partida para além desse auto, foi o causal de eu jazer nos cárceres do santo officio por dous annos, mais do que estaria ; por quanto só nos autos da fé saem os presos da inquisição, e estes fazendo-se de 2 em 2 ou 3 em 3 annos, são dobradamente infelizes os que entram nella, apenas que os carceres se despejam, porque tem de esperar até haver numero sufficiente de pessoas para tornar o auto da fé mais pomposo.

O 3.º motivo que me assiste contra a inquisição é a recusa que me fez o inquisidor na minha terceira audiencia, de aceitar a confissão que fizera a respeito do que eu proferira contra o tribunal, e a injustiça com que negou esse facto, para depois de longo tempo fazer disto um grande crime. Foi esta uma das cousas que mais me affligio na prisão, e um dos mais fortes motivos de queixa contra esses senhores.

Posso ainda queixar-me com justiça d'uma outra cousa. Querendo o inquisidor armar-me um novo laço, na occasião em que fui accusar-me espontanea-

mente contra o que dissera da inquisição, e do que muito antes acontecera ao padre Ephraim de Nevers, perguntou-me, se eu queria defender os erros desse religioso ; mas eu tão promptamente lhe respondi que não pertendia defender ninguém, porque mal me custava defender-me a mim mesmo, embora eu soubesse com certeza que a innocencia do padre fora plenamente reconhecida, e fora só victima de um acto de inveja.

Tenho tambem, como me parece, toda a razão de crer que houve intenção de agradar tanto ao v. rei como ao capitão de Damão , seo primo, enviando-me para Portugal , porque de mais de 200 presos, que comigo saíram da inquisição, fui eu o unico, a quem obrigaram a deixar a India para regressar para Europa.

A crueldade dos guardas, que muitas vezes me maltrataram de palavra e açoutes, para me obrigarem a comer contra a minha vontade, e medicar-me, quando enfermo , merece tambem na minha opinião que se faça algum reparo, porque com quanto lhes cumpria obrigar os presos a alimentarem-se e medicarem-se, podiam ter praticado comigo o mesmo, que praticaram com outros enfermos, que não foram chibitados, nem insultados, para lhes dar caldos e remedios.

Accrescentarei ainda que a inquisição concede algumas vezes salvos-conductos, a quem estando em lugar seguro queira vir accusar-se, todavia não é muito prudente fiar-se nelles, porque ella não faz

grande escrupulo de faltar á palavra dada, e quando quer, acha pretextos para o cohonestar.

O seguinte facto provará a minha asserção.

Conhecera eu em Surrate um frade dominicano, chamado frei Jacintho, que por muitos annos largando o habito, e o convento, vivia ahi uma vida dissoluta e escandalosa; aconteeo porém que pelo tempo se finasse a mulher que amava, e de quem tivera muitos filhos, e esta perda chamou-o á razão, e o resolveo a mudar de vida, regressando para o seu convento de Baçaim, mas porque os portuguezes, e sobre tudo os ecclesiasticos, que por muito tempo assistiram entre os infieis, são obrigados, voltando á terra portugueza, apresentar-se á inquisição, e fazerem nella uma declaração exacta do modo como viveram, pena de serem presos, este religioso, a quem a consciencia accusava o seu passado, escreveu de Surrate ao inquisidor de Goa, para lhe dar o salvo-conducto do tribunal, e munido d'elle vir a Goa apresentar-se, e accusar-se a si proprio, o que lhe foi permittido.

Estribado neste fraco seguro foi a Baçaim, onde não podendo reentrar no convento, sem ser absolto pela inquisição, teve de ir a Goa, onde se apresentou á mesa, foi presente a muitas audiencias, e por fim prestado sufficiente exame, foi absolto, remettido ao vigario geral da ordem, que o restituiu ao habito, e o restabeleceu nas funcções de confessor e pregador.

Este religioso, que julgava seos negocios terminados, e prestes a partir para Baçaim ao seu convento

primitivo, estando a embarcar-se n'uma galiota, foi preso e mettido nos carceres da inquisição, que se facilmente o absolvera, era para lhe armar este novo laço, e não se dizer que faltára á sua palavra, e á fé do salvo-conducto concedido, pois que fizeram correr o boato, que depois de absolto o mesmo frade, a inquisição descobrira crimes, de que elle se não accusára.

Este infeliz, que fora preso poucos dias depois de mim, ainda lá o deixei á minha saída, porque nem appareceu no auto da fé, nem se leu o seu processo, o que se teria feito, se fallecesse na prisão. Assim parece provavel que tenha ficado á espera d'outro auto da fé.

Este facto que me foi narrado por outro religioso da mesma ordem, que me visitou á minha saída, deve servir de exemplo e lição aos que viajam e residem nos paizes, onde se acha estabelecida a inquisição, não só para se acautelarem das palavras e actos, mas até dos salvos-conductos, com que os inquisidores, ou seus commissarios queiram garantil-os, por menor motivo de desconfiança, que haja contra elles.

## CAPITULO 32.

### Historia de José Pereira de Menezes.

Como nada instrue melhor que o exemplo, vou descrever succintamente o successo que se deu n'um fidalgo mui notavel de Goa, José Pereira de Menezes,

que sendo capitão general das armadas do rei de Portugal nas Indias, recebeo ordens do governador de Goa, na falta do vice-rei, de ir soccorrer com os seus navios a cidade de Dio, sitiada pelos arabios.

Este general partio effectivamente, e chegando a Baçaim, por ventos que sopraram contrarios, deteve-se ahi mais tempo do que queria. Neste entremetentes o inimigo toma a praça; dá-lhe saque; e se retira, carregado de despojos, antes da chegada do soccorro. O general, que chegára tarde ao seu destino, deo algumas ordens, que lhe pareceram opportunas, e regressou a Goa, onde apenas chegado foi preso por ordem do governador que então era, Antonio de Mello e Castro, seu inimigo fidalgo, que o metteo em processo, e porque nem os governadores, nem mesmo os vice-reis, tem o poder de mandar enforçar os fidalgos, sem ordem expressa da côrte, Antonio de Mello, não podendo livrar-se por esta forma do seu inimigo, fel-o condemnar a pena mais infamante que a mesma morte, que foi ser conduzido pelas principaes ruas da cidade pela mão do algoz, com baraço ao pescoço, uma roca á cinta, e um pregoeiro, que ia adiante, bradando em voz alta — *Esta justiça se faz por ordem d'el-re: na pessoa deste criminoso, accusado e convencido de cobarde e traidor.*

Esta cruel sentença se cumprio, a despeito das sollicitações dos amigos do infeliz fidalgo, que depois de ser assim levado processionalmente, e d'um modo tão

indigno, foi mettido no carcere da inquisição, que tomou posse delle, e o levou ao seo tribunal (a).

Este ultimo accidente surprehendeo toda agente que sabia que Pereira não podia ser accusado de judaismo, por não ser *christão novo*, e de mais.

---

(a) A *Historia das inquisições* serve-se de quasi todos os exemplos, que Dellon traz no seo livrinho, e os narra como seos. Accrescenta no do padre Ephraim certas circumstancias, que escaparam a Dellon, de que já fallamos na nota a pag. 21. Entra depois no caso de José Pereira de Menezes dando lhe *Dom*, que não teve, e não fallando no successo de Dio. Eis como começa:

— Por este exemplo de um homem (o padre Ephraim) longo tempo preso por uma emulação de commercio entre duas nações, e a que elle era bem estranho, pois se não occupava senão dos interesses da religião julgo util citar ainda outros para provar que a inquisição favorecia as vinganças pessoaes, e que o perdão das injurias, tão recomendado no evangelho, era um precedente, que ella totalmente desprezava, a menos que alguma razão maior a não forçasse a dar-lhe alguma attenção,

D. José Pereira de Menezes, capitão general das armadas do rei de Portugal e commandante das suas forças maritimas na India, pertencia a uma das mais illustres casas de Goa. Havia tido na sua mocidade uma desavença com outro cavalheiro, a qual se havia terminado, e ambos se tinham reconciliado, mas esta reconciliação não tinha sido sincera senão da parte de Pereira, e o seo inimigo conservou por espaço de 20 annos o desejo de se vingar etc.



vivera sempre sem macula na sua conducta como homem de bem ; esperava portanto com impaciencia o proximo auto da fé, para ver o exito deste negocio, mas tendo-se verificado o auto, no fim d'um anno, e não apparecendo nem o fidalgo nem o seo processo, ficaram todos pasmados.

Note-se que José Pereira havia tido longo tempo antes uma desavença com outro fidalgo, que fora seo amigo, a qual se tinha terminado, e ambos se tinham reconciliado, mas esta reconciliação não tinha sido sincera senão da parte do Pereira, e o seo inimigo conservou desejo de se vingar. Chegou finalmente a corromper com dinheiro 5 servos da casa do Pereira, e foi denunciá-lo á inquisição, como culpado de sodomia, citando as 5 testemunhas, que subornara, as quaes são logo ouvidas, recebidas as suas deposições, e Pereira preso com um dos seos pagens. O pagem menos corajoso que seo amo, sabendo da sua prisão, e não duvidando que fosse o crime commum, ameaçado pelos inquisidores com as fogueiras, e receiando ser queimado, como effectivamente seria se negara, não tendo outro meio de salvar a sua vida, senão declarando-se culpado, accusou-se do crime, que não cometera, e deste modo tornou-se septima testemunha contra o seo proprio amo, sendo uma das outras, a sexta, o proprio delator, segundo as regras da inquisição. Esta confissão salvou a vida ao pagem, que saio no 1.º auto da fé degradado para Moçambique. E como Pereira persistia na sua innocencia, condem-

naram-n'ó ás fogueiras, e queimal-o-iam no immediato auto da fé, se pelos continuos e constantes protestos que fazia o réo da mesma sua innocencia não tivessem os seos juizes protrahido a execução da sentença para mais tarde, para ver se o tempo operava nelle a mudança de fazer a sua confissão accusatoria, e tambem elles informarem-se melhor da sua causa : reservaram-n'ó pois até o outro auto da fé, que se fez dali a um anno, achando-se os carceres mais cheios que do costme.

No decurso do anno muitas vezes se fizeram ainda os interrogatorios ao accusador e testemunhas, e inquirio o juiz uma a uma em separado, se na noite em que depunham terem visto o seo amo commetter o detestavel crime de sodomia, havia ou não luar(a), e não sendo concordes nesta circumstancia em as suas respostas, deram-lhe tratos, e ellas então retrataram tudo quanto tinham dito contra seo amo, e assim reconhecida a sua innocencia, esse fidalgo saio absolto no 1.º auto da fé, e os seos accusadores (delator e testemunhas) presos e sentenciados dous annos, depois ao mesmo tempo que eu, sendo as testemunhas falsas condemnadas á galés por 5 annos, e o fidalgo denunciante banido por nove para a costa d'Africa.

He facil de ver que a acareação das testemunhas

---

(a) A *historia das inquisições* calla a essencial circumstancia do luar, por onde se conheceo a falsidade! Em tudo o mais, que omittimos, é conforme.

teria livrado os inquisidores deste embaraço, e ao accusado do perigo de ser sacrificado pela inquisição ao furor e resentimento do seu inimigo, o qual, a meu ver, devia também com os seus cúmplices ser punido com o mesmo género de morte que elles pretendiam dar a um innocente; e não se pode duvidar que esta clemencia do santo officio, assim exercida fora de tempo, haja dado lugar muitas vezes a semelhantes attentados.

*Additamento do traductor ao capitulo 32.*

O antecedente capitulo, que escreveo Dellon, ácerca do capitão-mór Joseph Pereira de Menezes, deo occasião ao sr. conselheiro Rivara de recordar os documentos, que vira no archivo deste governo da India, e fez com effeito com a materia delles *um additamento ao capitulo*, que corrigisse o texto, e desaggravasse a memoria d'um governador, injustamente accusado pela voz publica. Folgamos pois de inserir nesta nossa obra taes documentos e artigos, que não podem deixar de attrahir distincta attenção dos amantes das verdades historicas. E sendo este o *segundo* artigo que aquelle senhor escreve, em reconhecido proveito da obra, impõe-nos a nós o dever de reitterar aqui por esse motivo a nossa confessada gratidão.

O artigo do sr. conselheiro Rivara é o seguinte :  
 —A historia do caso de Joseph Pereira de Menezes, que Dellon recebeo da fama publica em Goa, é diver-

sã daquelle, que nos referem os documentos, que ainda existem.

Convém pois com o que desses documentos se conhece, e com outras noticias, que a historia nos ministra, corrigir a narrativa de Dellon.

Por morte do vice-rei João Nunes da Cunha, conde de S. Vicente, aos 6 de novembro de 1668, succederam em *via* tres governadores, Antonio de Mello de Castro, Manoel Corte Real de Sampayo, e Luiz de Miranda Henriques. Este ultimo estava no Norte ao tempo da abertura da *via*, e falleceo logo depois, em março de 1669, ficando com o governo os outros dous até á chegada do novo vice-rei Luiz de Mendonça Furtado, em maio de 1670.

Apenas aquelles governadores haviam tomado conta do governo, tiveram aviso de que a fortaleza de Dio estava ameaçada da armada dos Arabios, inimigo, que naquelle tempo apparecia todos os annos nos mares da India fazendo presas nos nossos navios, e assolando nossas terras, se se lhe offerecia para isso boa occasião. Achava-se em Baçaim o governador Luiz de Miranda Henriques, e no porto de Damão a armada da *collecta*, de que era capitão mór Joseph Pereira de Menezes, e capitães Manoel Fernandes de Miranda, Pero da Silva Peixoto, Domingos d'Almada, e Antonio Soares de Goes. Chamava-se a esta armada da *collecta*, por ser mantida á custa de uma imposição lançada sobre os mantimentos, que ou da costa do sul, ou da do norte entravam todos os annos

Em Goa, e servia de dar guarda ás casilas, que hiam ás ditas costas a buscar os taes mantimentos. Estando assim em Damão esta armada, achou-se enfermo o capitão-mór Joseph Pereira de Menezes, e mandou ao capitão Manoel Fernandes de Miranda, como cabo maior, com a dita armada em companhia da casila a Cambaya a carregar de mantimentos. Chegando a armada a Sually, barra de Surrate, chegou logo apoz ella aviso do capitão-mór Joseph Pereira de Menezes, para que voltasse afim de hir soccorrer Dio, ameaçada dos Arabios, segundo a carta, que o dito capitão-mór tivera do capitão de Dio, João de Sequeira de Faria, e do governador do Estado Luiz de Miranda Henriques, que se achava em Baçaim, como fica dito. Os outros dous governadores queixaram-se depois da morte de Luiz de Miranda de que elle não fora tão diligente em mandar o soccorro a Dio, como elles de Goa o haviam ordenado. Não podemos hoje saber até que ponto seja justo este queixume dos governadores. Qualquer que fosse porém o procedimento do governador Luiz de Miranda, pouco importa para o que temos a dizer do capitão mór Joseph Pereira de Menezes. Parece que a enfermidade deste era leve, porque logo que a armada voltou a Damão, apparelhado de mantimentos, polvora, e munições, partio a 25 de Dezembro de 1668, e chegou á ponta de Nauabandel á vista de Dio a 27 do mesmo mez. Haviam já os Arabios entrado na ilha, e accomettido a cidade. Avistada a armada, deram da fortaleza signal

com um tiro de peça, de que podia entrar por estar a barra desimpedida; mas o capitão mór chamando a conselho os mais capitães resolveo não entrar, antes afastar-se mais, e ir surgir a Madrefaval. Ahí congregou novo conselho, em que assentaram que visto terem os navios mal aparelhados assim de gente como do mais, se não podia soccorrer a fortaleza sem grande perigo; sendo que depois se soube que o inimigo vendo a nossa armada, se dispunha para fugir.

De Madrefaval despedio o capitão mór a Dio um patamar ou correio para saber o que na fortaleza se passava; mas não esperou alli pela resposta, e levando-se, se foi pela costa abaixo, e no dia seguinte tornou a surgir. E havendo que não vinha resposta, tornou a chamar a conselho os capitães, que assentaram que fosse a armada fazendo a derrota na volta de Goga a buscar a cafila, visto se não poder descobrir meio algum de poderem entrar na dita fortaleza de Dio; e assim se foram navegando sem levar faróes accesos, nem esperar pelo patamar que lhes trouxesse novas de Dio. Chegaram a Goga, e ahí se detiveram alguns dias tratando de suas mercadorias; em quanto os Arabios saqueavam á sua vontade a fortaleza de Dio, então a mais opulenta das nossas fortalezas da India, e se saíam sãos e salvos com toda a presa.

Deste successo se tirou devassa em Goa, e processada a causa, foram os capitães da armada sentenciados (segundo a jurisprudencia do tempo) pelos dous

governadores do Estado Antonio de Mello de Castro, e Manoel Corte Real de Sampayo, a 19 de junho de 1669 na forma seguinte. O capitão-mór Joseph Pereira de Menezes a que com baraço e pregão fosse levado pelas ruas publicas, com uma roca na cinta, e fosse degradado para a fortaleza de Mombaça; que se pozesse verba em seu titulo para nunca mais poder continuar no serviço de Sua Magestade, e que tendo mercês do mesmo senhor, as não podesse por si, nem outrem por elle requerer. Declarava ainda a sentença que se lhe não dava a pena de morte, que tão atroz caso merecia, por ser cavalleiro do habito de Christo, e não haver ordens de Sua Magestade para o poderem fazer. E finalmente mandavam que seos bens fossem confiscados.

Pero da Silva Peixoto, e Antonio Soares de Goes, foram condemnados a degredo por tempo de cinco annos para Mombaça, na perda das mercês e serviços que tivessem; e sendo achados fora do degredo, serem presos, e morrerem morte natural conforme suas qualidades.

Manoel Fernandes de Miranda e Domingos d'Almada a serem degradados para o Morro de Chaul por dous annos, aonde serviriam sem soldo; e sendo achados fora do seo degredo, seriam presos, e morreriam morte natural. Estes ultimos capitães tiveram penas menores, visto a pouca prova que contra elles resultava, por irém algumas vezes advertir ao dito

capitão-mór que fosse soccorrer a fortaleza para onde fora mandado.

Sobre a sentença de Joseph Pereira de Menezes representou a Mesa da segunda instancia (tribunal especial para processar as causas dos cavalleiros das ordens militares) aos governadores do estado que não cabia n' um cavalleiro, como o dito Joseph Pereira era, professo na ordem de Christo, a pena do baraço e pregão, por ser vil e ignominioza, e por isso allegavam as leis e doutores. A Mesa da 2.<sup>a</sup> instancia era composta do inquisidor Francisco Delgado e Mattos, tão fallado na narrativa de Dellon, Frei Thomas de Macedo, e Fr. Antonio de S. Phelippe. Os governadores, attendendo a esta representação, por outra sua sentença, de 21 de junho de 1669, commutaram a pena do baraço em cadeia no pé; e tambem relevaram o réo do perdimento dos seus bens.

Tal he a historia do caso, segundo no-la referem os documentos. Não sabemos se o governador Antonio de Mello de Castro era, como diz Dellon, inimigo jurado de Joseph Pereira de Menezes : mas ainda que o fosse, parece-nos que se lhe não deve imputar tanta culpa, como quer Dellon, se considerarmos a substancia do caso, a condemnação dos outros capitães, mormente que Antonio de Mello tinha por collega outro governador de igual poder ao seu, que todavia foi conforme em todas as partes da sentença : accrescendo que a Mesa da 2.<sup>a</sup> instancia, composta de ecclesiasticos, aliás cestumados a resistir ao poder civil, não achou mais mate-



ria para embargos, senão o *baraço* e *pregão*, e isso só com o fundamento dos privilegios da nobreza.

Se os factos referidos na sentença são verdadeiros, (e não temos motivo para julgar o contrario) a sentença não se pode taxar de injusta ou apaixonada, salvo na circumstancia da roca na cinta, que bem se pode dispensar.

Em quanto ao que depois da condemnação civil succedeo a Joseph Pereira de Menezes da parte da inquisição, nada mais sabemos do que o que nos deixou em memoria a narrativa de Dellon. E nesta parte nos parece que o medico Francez andou melhor informado do que no que alcançara sobre os successos da armada.

Só temos a observar que da leitura de Dellon parece que o degredo de Joseph Pereira de Menezes para Africa fora resultado da sentença do santo officio, sendo que o mesmo Dellon confessa que elle fora absolto neste tribunal. E para mais cabal informação deste notavel caso aqui pomos os documentos, que o tempo salvou.

Carta dos governadores do Estado a S. Magestade.

Senhor—Na monção do anno passado demos conta a V. A. da entrada do Arabio na Ilha de Dio, e do cuidado e presteza com que ao primeiro aviso lhe mandamos soccorro, que chegara a muito bom tempo, se não achára em Baçaim o governador Luiz de Miranda Henriques, que por fazer alguma detença, foi causâ de

se malograr nosso desvelo, chegando a Dio, a tempo que o inimigo era já retirado, servindo somente sua ida de ser testemunha de vista da destruição, incendio dos templos sagrados, e da ruina e assolação da cidade. A conta, que V. A. lhe pudera pedir da omissão, a terá dado já á divina magestade, por haver fallecido em março do anno passado de 669.

Mandámos proceder contra algumas pessoas, que notoriamente procederam mal nessa occasião; entre estas foi Joseph Pereira de Menezes, capitão-mór da armada da collecta, que saindo de Damão a soccorrer Dio, estando já á vista da fortaleza, e chamado com sinaes de algumas peças de artilheria, se retirou infamemente a tempo que o inimigo com a sua vista tratava de fugir, não tendo até áquelle tempo feito damno consideravel. Preso, e processada sua culpa e dos mais capitães de companhia, mandámos executar a sentença contra elles dada, cuja copia e certidão do que precedeo sobre os requerimentos e protestos da mesa da 2.<sup>a</sup> iustancia, por ser o dito Joseph Pereira de Menezes cavalleiro da ordem de Christo, remettemos com esta a V. A.

Este lastimoso successo de Dio nos obrigou a mandar armada a Mascate pera mostrarmos ás nações deste oriente que a desordem e descuido podia somente facilitar ao Arabio a facção que conseguio, pois advertidos os hiamos buscar á sua casa. A falta de tempo, de gente, e de outras muitas cousos difficultava o imaginar-se, quanto mais conseguir-se esta resolução; o empenho porém em que nos achavamos de acudir pela reputação

deste estado, de cujo governo V. A. nos havia encarregado, venceo todos os impossiveis. O successo acreditou o animo de nossa resolução, de que damos conta a V. A. com relação particular. Deos guarde a Catholica Real Pessoa de V. A. muitos annos Góá, 28 de janeiro de 1670. (Seguem as assignaturas dos 2 governadores.)

*Treslado da Sentença que se deo contra Joseph  
Pereira de Menezes, e outros.*

Vistos estes autos que pela qualidade e gravosa delles mandamos se fizessem summarios, e que os réos Joseph Pereira de Menezes, capitão-mór que foi da armada da collecta, e capitães Manoel Fernandes de Miranda, Pero da Silva Peixoto, Domingos d'Almada, Antonio Soares de Góez dissessem de facto e de direito no termo da lei e nos mais que lhe assignámos, papeis e resões juntas ; mostra-se que estando o réo Joseph Pereira de Menezes capitão-mór que foi da armada da collecta, em a cidade de Damão, com os mais réos capitães da sua companhia, ordenára ao cabo da dita armada Manoel Fernandes de Miranda fosse com a cafila, que tinha levado em sua companhia, a Cambaya, por elle o não poder fazer, por estar enfermo, o que o dito cabo fizera, e partindo-se com ella para o dito porto, chegando além Suallim, tivera aviso do dito capitão-mór voltasse com a dita armada pelo castellão

da fortaleza de Dio João de Sequeira de Faria lhe pedir por carta o soccorresse, por estar ameaçado do inimigo arabio, por avisos que havia tido, no qual tempo tivera o dito réo capitão mór outra carta do governador do dito senhor Luiz de Miranda Henriques, por se achar na cidade de Baçaim, em que lhe ordenava fosse com a sua armada em direitura á fortaleza de Dio a soccorrer aquella praça, por se achar com o inimigo arabio com quatorze barcos avisinhados, e fosse com toda a cautella e vigilancia que se requeria, o que o dito réo fizera, e aparelhado do que a dita armada carecia, assim de mantimentos pera os soldados, como de polvora e munições, partira com os mais réos aos vinte e cinco de dezembro de 668, aonde chegara aos 27 do mesmo mez, e entrando pela barra dentro com vento em pópa e maré, achando-a livre e desimpedida pelo inimigo arabio a não ter cercada, chegára o réo com os mais réos á ponta de Nauabandel e descobrindo a dita fortaleza e suas torres e povoação, que estava lançando de si muito fogo, lhe atiraram da dita fortaleza com uma peça, sinal que o dito réo e mais réos podião livremente e sem perigo entrar para a dita fortaleza, o fizera pelo contrario, e metendo góes ( sic ) se fora o dito réo com os réos arribando pera Madrefaval, aonde surgiram, e depois de surtos chamara o réo a conselho pondo uma bandeira branca, aos mais réos, que assentaram que visto os ditos navios irem mal aparelhados assim da gente como do mais, não podião os ditos réos soccorrer a dita fortaleza de Dio sem grande

perigo, o que mandasse uma carta ao dito castellão de Dio, em que lhe desse conta de tudo, e que o avisasse do que passava; o que o dito réo capitão mór fizera por um patamar, que havia levado em sua companhia de Damão, a quem ordenara o ficava esperando no dito lugar, prometendo-lhe vinte xeralins, se lhe trouxesse a resposta da dita carta. Ve-se que sendo partido o dito patamar, o réo com os mais réos se levaram de noute do lugar, aonde estavam surtos, e se foram pela costa abaixo, e tornando a surgir o dia seguinte, esperaram pelo dito patamar, havendo o dito réo capitão mór que não vinha com a resposta, tornara a chamar segunda vez os ditos réos a conselho, no qual assentaram que o dito réo fosse fazendo sua viagem para Goga a buscar a dita cafila, visto se não poder buscar meio algum pera poderem entrar na dita fortaleza de Dio, com a qual resolução foi-se o réo com os ditos réos fazendo sua viagem sem em toda ella levar farol acceso, nem esperar pelo dito patamar, que lhe trouxesse a resposta da carta, que tinha mandado ao dito castellão de Dio, no em que o dito réo e os mais réos ficaram faltando com sua obrigação, hindo-se para Goga, aondo se detiverão tres ou quatro dias tratando de suas mercancias, deixando de soccorrer a dita fortaleza, pera onde tinham hido e erão mandados, tendo-a avistado, estando a barra desimpedida, pela qual falta recebera S. Magestade tão grande perda, e seos vasallos e a nação portugueza tanta afronta, sendo os réos causa total de tão grande ruina, e a dita fortaleza

poder ser tomada pelo inimigo arabio, que estava dentro nella com grande copia de gente de armas, podendo ser soccorrida pelos ditos réos sem nenhum perigo e damno, e as armas do mesmo senhor poderem ter um glorioso successo com sua entrada; o que tudo por nós visto, e as rezões dos réos, e como conforme a direito sendo os ditos réos mandados a soccorrer a dita fortaleza de Dio, debaixo de todo o risco, por assim se entender a carta do Governador do dito senhor, por estar o inimigo arabio dentro nella, tendo queimado sua povoação, templos, e edificios, estando a barra livre e desimpedida o deixarão de fazer, hiado-sé embora por seus conselhos e pareceres, deixando a dita praça em manifesto perigo, só a fim de tratarem de suas mercancias, como o fizerão, não os obrigando a peça que da dita fortaleza se lhe tinha atirado, demonstrando-lhe por ella a necessidade e aperto, em que estava a dita fortaleza, a tomaram os réos em contrario por motivo ser o chamado por ella retirada, sendo causa do damno e ruina que a dita fortaleza teve, os réos deixando exposta a dita fortaleza a poder ser tomada pelo dito inimigo arabio; condemnamos aos réos, a saber, Joseph Pereira de Menezes, que com barão e pregão seja levado pelas ruas publicas com uma roqua na cinta, e que vá degradado por tempo de dez annos para a fortaleza de Mombaca, e que se lhe ponha verba em seu titulo para nunca mais poder continuar no serviço da Sua Magestade, e que tendo mercês do mesmo senhor, as não possa por si, nem outrem por

elle requerel-as, e que se lhe não dá a pena de morte, que tão atroz caso merecia, por ser cavalleiro do habito de Christo, e não haver ordens do dito senhor pera o podermos fazer, e sejam seos bens confiscados pera a corôa do fisco real ; e a Pero da Silva Peixoto, e Antonio Soares de Goes, que vão degradados por tempo de cinco annos pera a fortaleza de Mombaça, e que tendo tambem merces do dito senhor lhes não valerão, nem poderão usar dellas em tempo algum, e percam os serviços que tiverem feitos, pondo-se verba em seos titulos, e que sendo achados fora do dito degredo, sejam presos, e morram morte natural, conforme suas callidades, visto a culpa que resulta contra elles da dita devassa ; e a Manoel Fernan tes de Miranda, e a Domingos d'Almada, que vão degradados pera o Morro da fortaleza de Chaul por tempo de dous annos, aonde servirão ao dito senhor sem soldo, e se não sairão da dita praça durante seo degredo, e sendo achados fora della, sejam presos, e morram morte natural, visto a pouca prova que resulta contra elles, por irem algumas vezes advertir ao dito capitão mór fosse soccorrer a dita fortaleza de Dio, para onde fora mandado, e paguem as custas destes autos. Goa, de junho 19 de 669. E esta sentença se registará na matricula geral para a todo o tempo constar o que por ella mandamos.—*Antonio de Mello de Castro*—*Manoel Corte Real de Simpayo*.—Tanguim (*sic*) accessor, Luiz Monteiro da Costa.

*Treslado da sentença que se deo sobre os embargos  
com que veio Joseph Pereira de Menezes,  
e os mais réos.*

Sem embargo dos embargos do embargante Joseph Pereira de Menezes, que não recebemos, por não serem de receber, se cumpra a sentença embargada como nella se contém, com declaração que não terá effeito o perdimento nos seos bens, e no que toca aos embargos dos mais réos capitães se cumpra tambem a sentença embargada ; e no que toca a Pero da Silva Peixoto e Antonio Soares de Goes se ponha verba em seos titulos para não poderem requerer os ditos serviços sem ordem expressa de S. Magestade. Goa de junho 21 de 669. E em lugar de baração levará cadêa no pé.—*Mello —Côrte Real—Tanguim (sic) accessor, Monteiro.*

O qual treslado de uma e outra sentença vai aquí tresladado bem e fielmente, sem accrescentar nem diminuir cousa que duvida faça das proprias dadas na devassa, que se tirou contra Joseph Pereira de Menezes e os mais contheudos nas ditas sentenças, a que me reporto, que fica em meo cartorio, e este passei por uma portaria dos governadores deste estado da India, que fica junta aos ditos autos, e concertei este treslado com o escrivão companheiro Vicente d'Almeida, que vai comigo abaixo assignado. Goa 20 de janeiro de 670. Deste nada, por ser *ex officio* da justiça. Ma-



noel Lopes Ramalho o fiz escrever, o subscrevi, e assignei.—*Manoel Lopes Ramalho*.—No concerto—Vicente de Almeida.

Representação da Mesa da 2.<sup>a</sup> Instancia.

Senhores—Representou a esta mesa Joseph Pereira de Menezes, cavalleiro professo da ordem de Christo, como v. s.<sup>as</sup> pelo caso de Dio o havião sentenciado entre outras penas na de baraço e pregão pelas ruas desta cidade, e posto que seu delicto mereça ainda maior castigo, somos obrigados pelo que as Ordens padecem nesta pena de ignominia, a representarmos a v. s.<sup>as</sup> com o respeito devido a suas pessoas, e ao lugar que occupão, como não cabe em cavalleiro nenhum esta pena, nem nelle pelo delicto que commetteo.

Pelas definições da Ord. 3 p. tt.<sup>o</sup> 6, § 2 está disposto que havendo algum cavalleiro de ser sentenceado em pena de degredo pelo delicto que commetter, lhe não seja dado pregão nem em audiencia nem pela cidade, ou lugar em que estiver preso, porque o pregão inclue infamia, e o cavalleiro fica com o habito, não convém á honra da ordem, salvo nos casos exceptuados, havendo para isso Breve de Sua Santidade. O caso deste cavalleiro não é dos exceptuados, posto que caminhava para crime de Lesa Magestade da segunda cabeça, perdendo-se a praça, e como ella se não perdeo, não é exceptuado, nem o cavalleiro pela não socorrer ficou merecendo a pena de baraço e pregão que

só ficava sendo condigna a seu delicto, perdida ella, em caso que se lhe pudesse dar na India, aonde não ha Breve pera lhe poder ser imposta.

Corrobora-se esta verdade com a Ord. de Reino L.º 5. tit. 139, no princ.; aonde se numerão as pessoas exceptuadas de padecerem pena vil por seus delictos, e entre ellas os collaços dos cavalleiros, pilotos, e pagens de fidalgos etc. e parece que com maior razão devem os cavalleiros não padecer esta infamia, pois se inzentão della seus collaços por favor e privilegio tacitamente concedido aos mesmos cavalleiros, e expressamente da pena de tormento isenta aos cavalleiros a Ord. livro 5. n.º 134, fin, que é menos vil e infame que a do barão e pregão, e necessariamente havemos de entender que o privilegio que isenta o cavalleiro da menor infamia, a *fortiori parte* o isenta da maior. Donde isentado do tormento pela Ord. allegada o fica também do barão e pregão, pois o isenta delle expressamente a definição referida.

E se considerarmos ao cavalleiro, não como tal, se não como pessoa nobre, também conforme o direito não pode padecer pena vil; Barb. *in remis. ad Ord.* l.º 5. tit. 139. § 1. Tiraquelo *de nobilit.* c. 20. n. 108. Jul. Claro l.º 5. § fin. q.º 60 n. 34. Bartol *in l. ea § servi, Digest. de pœnis*, et in *l. defensorem. § pœn. militum. Digest. re militari*, e é commua opinião de todos os Doutores. Ultimamente pelos postos da guerra, assim como pelas riquezas se adquire também nobreza; Tiraq. *de nobilit.* cap. 25, Flamin. *de resignatione*.

l.º 3. 9. e l. n.º 150. Rasão porque os capitães cavalleiros também não podem ser condemnados a padecer pena vil, e de infamia, expressamente o diz Jul. Claro l.º 5. § fin. q.º 64. n 18.

O que suposto representamos em ultimo lugar a v. s.ª a obrigação que tem, por cavalleiros da mesma ordem, e por governadores deste estado com vezes de Grão mestre, de defenderem as ordens e o privilegio concedido aos professos della, e esperamos da conhecida justiça de v. s.ª a façam a este cavalleiro comutando-lhe a pena do barão e pregão em outra, que todas (exceptuada esta) são condignas a seo delicto, porque toda a razão e justiça pede que quem commetteo a culpa padeça a pena. Goa em Mesa da 2.ª Instancia, 21 de junho de 1669.—*Francisco Delgalo e Mattos.*—*Frei Thomé de Macedo.*—*Frei Antonio do S. Philippe.*

*Minuta da resposta dos Governadores à Mesa da  
2.ª Instancia.*

Vimos a carta que nos escreveo a Mesa da 2.ª Instancia, e considerada a materia que nella se contém, mandamos prover minorando a pena do barão, que na sentença se havia posto, com que nos pareceo se guardaria o que a lei dispõe.

( Livro das *Monções* n.º 34, fol. 300 )

*J. H. da Cunha Rivara.*

CAPITULO 33.

**Do destino, que levaram algumas pessoas, que  
comigo saíram no auto da fé.**

Dous fidalgos moços casados nos arrebaldes de Baçaim, que serviam ao rei de Portugal nas suas armadas, protegeram um soldado portuguez, tambem moço, que estava empregado no seo serviço. Estes cavalleiros achando-se em Goa no fim da campapha, e desejando ir passar a Baçaim o tempo das chuvas, que nas Indias chamam *inverno*, largaram o soldado em Goa, onde elle pretextára tratar de seos negocios para demora dê mais alguns dias. O soldado, logo depois da partida dos seos amos, e dous dias apoz o seo casamento, saio de Goa a Baçaim, onde chegou quatro dias depois de seos amos lá estarem, e nada lhes disse do que fizera na sua ausencia. Passado pouco tempo, offereceo-se-lhe um bom arranjo, que querendo aproveitar, casou-se pela segunda vez, e pediu aos fidalgos para virem depôr perante o parochio sobre o seo estado de solteiro, o que estes fizeram, nunca imaginando que já elle o deixára de ser.

Pouco depois do seo segundo casamento quiz este criado ir visitar a sua primeira mulher, que habitára em Goa, onde acompanhado do irmão da segunda, soube este do primeiro matrimonio, e foi denunciá-lo á inquisição.

Este tribunal fel-o immediatamente prender, e sa-

bendo que os fidalgos eram testemunhas da sua justificação, ordenou ao commissario de Baçaim para também os apprehender; e estes mancebos mais infelizes que culpados foram levados á Goa com ferros aos pés, mettidos nos carceres do santo officio, onde ficaram dezoito mezes; no fim dos quaes no auto da fé foram condemnados a degredo de tres annos para a costa de Africa, e o bigamo também degradado para a mesma costa por sete annos, depois dos quaes elle devia voltar á convivencia da sua primeira mulher.

Um destes dous fidalgos era da raça de christão novo, e como se suppõe sempre serem elles máos christãos, perguntaram-lhe os inquisidores na audiencia se elle não era judeo, e se nada sabia da lei de Moises. O pobre homem confuso com taes perguntas; receiando que a desdita do seo nascimento chamasse sobre elle nesta conjunctura maior desgraça, e por outra parte não sendo muito instruido na religião christã, e crendo sair-se o melhor possivel para a sua justificação blasfemou contra Moises; e disse que nada tinha com elle, e absolutamente o não conhecia, evasiva esta, que os seus juizes acharam em verdade mui chistosa.

Entre os que saíram no auto da fé notei um que trazia mordaga na boca ligada ás orelhas com umas fivellas; e soube pela leitura do seo processo que esta pena lhe fora imposta por ter blasfemado muitas vezes por brincadeira; e como blasfemo além da vergonha de apparecer com esse apparato foi ainda condemnado em cinco annos de degredo.

## CAPITULO 34.º ( a ).

**Partida de Goa : chegada ao Brazil , e depois a Lisboa.**

Calçado de ferros, como já disse, fui conduzido a uma náó, que estava na barra, prestes a velejar para Portugal; e logo que ali cheguei, fui entregue ao capitão, que se encarregou de mim, e se obrigou, no caso que eu vivesse, a appresentar-me na inquisição de Lisboa, e recebidos os ultimos despachos o navio deo á vela a 27 de janeiro de 1676, e no mesmo dia me tiraram os ferros.

A nossa viagem foi felicissima até o Brasil, onde aportamos em maio; logo que surgimos na *Bahia de todos os santos* o mestre, que me guardava, me desembarcou comsigo, levou-me ao palacio do governador, e dali á cadêa publica, onde fiquei a cargo do respectivo carcereiro. Em quanto esteve o navio surto, morei na cadêa, e pelo empenho de alguns amigos, que ganhei em terra, se me concedeo licença para sair della durante o dia, e recolher-me á noute.

A cadêa da Bahia é mais limpa que todas as que até então vira, salvo as do santo officio. Além dos lugares baixos, soffrivelmente limpos e allumiados, ha no sobrado muitas cellas para presos menos culpados,

---

( a ) A *historia das inquisições* supprime este capitulo do.

ou mais abastados, e melhor recommendados; tem sua capella para missa aos domingos e dias santos, e ha um grande numero de caritativos da cidade, que esmolão os presos indigentes.

No principio de setembro reembarcamos com destino para Lisboa, mas esta viagem não nos foi tão bonnançosa, como fora a da India para o Brasil.

Contarei um caso, que se deo nesta viagem, que achei digno de especial menção. Aproximando-me eu um dia á sagrada mesa da communhão, o sacerdote, que m'a dava, frade franciscano de observancia, notou que eu baixára os olhos, em quanto elle dizia—*Domine non sum dignus*—e com quanto em mim fora esse um signal de reverencia, o padre, que tinha pessimo conceito de mim, pelo facto de eu ter estado na inquisição, interpretou tão mal este meo acto de humildade, que reprehendeo-me porisso por alguns dias, e disse-me que não lhe restava duvida que eu ainda era herege, porque nem me dignára lançar vista no senhor, quando me fôra apresentada a communhão.

Julguem os leitores quão temerario juizo foi esse que o religioso fez de mim, em uma tal conjunctura; e advertam que por mais que eu procurei justificarme e explicar-lhe o meo intento, declarou-me até o fim que depois de eu praticar uma acção semelhante não podia ter melhor opinião de mim!

Como não pertendo fallar aqui senão só o que toca á inquisição, passarei em claro tudo o mais que me

procedeo durante a viagem, declarando só em summa que passamos infinidade de trabalhos e revezes particulares, de que tambem fui victima, chegamos finalmente á Lisboa aos 16 de dezembro no 11.º mez da nossa saída de Goa.



### CAPITULO 35.º ( a ).

#### Mandam-me para as galés—Descripção deste lugar.

Mal que surgimos no Tejo, o capitão participou á inquisição da cidade a minha chegada. Fui a ella conduzido no dia seguinte e de lá, por ordem dos inquisidores, que nem ao menos se dignaram ver-me, me levaram á prisão que se chama *galé*, e tem este nome, porque não havendo galés em Portugal, são para lá mandados ( b ) os que o santo officio ou a justiça secular condemnam a esta pena. Logo que ali che-

---

( a ) A *historia* das inquisições liga o fio da narração do fim do cap. 30 com o principio deste capitulo. Dellon na sua descripção intermeou os factos que ouvira em Goa, quando saio desta cidade, e rematou o livrinho com outros, que soubera em Portugal, quando esteve na galé de Lisboa, ; mas o auctor da *historia* resumio e deo a tudo isto outra forma que melhor lhe pareceo, alterando a obra de Dellon desaperebidamente e sem dar satisfação.

( b ) Exprime-se aqui o auctor d'um modo confuso e até contradictorio. Parece que elle quer diser—chama-se *galé*,



guei me lançaram uma corrente ao pé, a qual ligaram também por um pé a um portuguez, que se livrara de fogueira com a sua confissão na véspera do dia, em que seria queimado pela inquisição.

Todos os criminosos, que existem nesta *galé* estão acorrentados 2 a 2 por um pé somente, e com uma corrente de ferro de oito pés de cumprimento, que os presos pouco mais ou menos suspendem n'um gancho, que trazem á cintura, de sorte que fica ainda o cumprimento de tres pés entre os dous presos.

Estes forçados vão trabalhar todos os dias aos arsenaes. Empregam-se ordinariamente em conduzir madeira para os estaleiros, em descarregar os navios, acarretar pedra e areia para lastro, agua e viveres para as viagens; desfiam estopa; e finalmente fazem todo o serviço, em que se julga conveniente empregar-os a bem da nação por mais grosseiro e desprezível que seja.

Nestes forçados entra toda a casta de gente, a saber os condemnados pela inquisição, pelos juizes seculares, os escravos transfugas e incorrigíveis, que os senhores para ali mandam para castigar e fazer entrar nos seus deveres, os turcos aprisionados em corsarios de Barbaria; e todos, seja qual for a sua procedencia, são indistinctamente empregados em trabalhos vergonhosos e peniveis, quando não possam abrandar a crueldade

sem embargo de as não haver já em Portugal, e a ella são enviados etc. *A historia das inquisições* supprime aqui algumas linhas do original.

dos officiaes que os conduzem, dando-lhes alguma peita de tempos a tempos.

Esta galé construida á borda do rio tem 2 grandes salas, uma baixa e outra alta, que ambas ordinariamente estão cheias de forçados, que lá dormem em esteiras sobre tarimbas. A todos se rapa a cabeça e a barba, uma vez por mez, trazem as vestias e barretes de pano azul e um capote de pano grosso pardo com que igualmente se cobrem de noute. Este é todo o vestuario, que lhes dá o rei de 6 em 6 mezes, além de 2 camisas de panno grosso.

A cada um se fornece diariamente arratel e meio de biscoito, duro e negro, e 6 arrateis de carne salgada por mez,— um alqueire de ervilhas, lentilhas ou favas, de que podem dispor como quizerem. Os que recebem algum soccorro d'outra parte vendem ordinariamente estes generos, para comprar alguma cousa melhor, segundo suas posses. A nenhum delles se dá vinho, e quem o quizer, bebe-o comprado á sua cûsta.

Todos os dias, de madrugada, excepto os de festa, são conduzidos ao arsenal, que dista da galé quasi meia legoa: ali trabalham sem descanso até ás 11 no que se julga conveniente empregal-os; suspendem então o trabalho até 1 da tarde, e neste intervallo podem comer ou dormir. A' 1 em ponto tornam ao trabalho, que dura até á noute, e então são reconduzidos á galé.

Ha nesta morada uma capella, onde se diz missa todos os domingos e dias santos, e aonde varios ec-

clesiásticos caridosos vão muitas vezes cathequisar e exhortar os presos.

A fora os alimentos, que o rei fornece a estes desgraçados, recebem também frequentes esmolas, de sorte que ninguém soffre ali verdadeira penuria. Quando adoeceem tem medicos e cirurgiões; e se perigarem suas vidas dão-se-lhes pontualmente todos os sacramentos, e não lhes falta soccorro algum espiritual. Se algum delles delinquir é cruelissimamente açoitado. Extendem-no de bruços no chão, e em quanto dous homens o segurarão nesta postura, um terceiro o açoitaa asperamente com uma grossa corda breada, que de ordinario lhe leva consideraveis pedaços de carne.

Mais d'uma vez fui testemunha ocular de alguns destes infelizes, que depois de assim flagellados, vão-se na necessidáde de receberem profundas incisões, as quaes degeneravam em ulceras terriveis e difficeis de curar, e os tornavam por longo tempo estropeados, e incapases do trabalho.

Quando o forçado tem de ir para a cidade para algum negócio seo, deixam-no ir sem companheiro, pagando com tudo um vigia que lhe dão, e que o segue a toda a parte. Neste caso elle leva só a corrente, a qual, como é muito cumprida, faz passar por cima dos hombros, deixando-a pendurada por diante ou por traz, segundo lhe fica mais commodo.

## CAPITULO 36.º

Muitas vezes requeira á inquisição a minha liberdade, e finalmente a obtenho.

No dia immediato ao da minha chegada á galé, fui rapado, vestido, e empregado no trabalho, como os outros forçados, mas por mais penosa que fosse essa vida, todavia a liberdade, que tinha, de ver e fallar com todos, me tornava muito menos aborrecida que as horrosas solidões do santo officio.

Segundo a clausula da sentença, dada contra mim pela inquisição de Goa, devia passar 5 annos nesse duro captiveiro, nem esperava merecer perdão algum como homem, que ousára temerariamente invectivar contra a inquisição, e contra a sua pretendida infallibilidade; todavia o desejo, que todos naturalmente tem, de ver acabado o seu estado de miseria, me fez pensar nos meios de obter a minha liberdade mais cedo do que se julgava possível.

Informe-me pois se havia em Lisboa algum francez, que me pudesse valer para a execução do projecto, que meditára, e sabendo que Mr. . . . 1.º medico da rainha de Portugal (a) não só gosava de bons creditos para com ella, mas até era respeitado e bemquisto

---

(a) Era D. Maria Francisca Izabel de Saboia mulher que fora de D. Affonso 6.º e agora cazada com o Principe D. Pedro, Regente do Reino.

de toda a corte; me dirigi a elle, e lhe roguei quizesse conceder-me a sua protecção. Fel-o elle pelo modo mais civil e attencioso, que eu podia desejar, offerecendo-me não só o seu valimento no que d'elle dependesse, mas até a sua bolça e meza, e me fez muitas vezes a honra de me admitir a esta, mesmo com a corrente, que me prendia, sem que o traje de forçado lhe repugnasse, e me tornasse a seus olhos desprezível. Também teve a bondade de me ir visitar á prisão, e consolar-me, quando as suas occupações lho permittião.

Escrevi depois para França aos meos parentes, participando-lhes o estado miseravel, a que estava reduzido ha tão longo tempo, a fim de que elles por si ou por seus amigos mettessem por empenho com a rainha de Portugal que eu esperava fazer interessar por mim.

Não posso aqui ommittir que a liberdade que obtive não foi por effeito da poderosa protecção de *monseigneur* .... valeo-me pois muito a intervenção de *monseigneur* ... cavalleiro generoso e bemfazejo, o qual sabendo que elle se inclinava por minha liberdade redobrou o seu empenho, para que a minha soltura fosse o mais depressa possível.

Por conselho pois desse cavalleiro, dirigi aos inquisidores um extenso requerimento, em que lhes expunha todas as causas da minha prisão, e lhes supplicava em conclusão quisessem moderar o excessivo rigor, que eu pretendia ter-se praticado comigo nas Indias. Este requerimento não teve despacho, nem os posteriores, tres ou quatro, que fiz em menos de dous mezes; por

motivo de estar vago o cargo de inquisidor geral, e não haver ainda tomado posse d'elle D. Verissimo de Alencastre arcebispo de Braga, depois de Lisboa, e hoje cardeal, que fora provido de ha pouco. (a)

Este prelado, por cuja vinda fazia incessantes votos, depois que soube que só d'elle me viria o remedio ao meo mal, chegou finalmente a Lisboa perto da semana santa, mas como neste tempo ha ferias nos tribunaes, foi necessario, esperar e revestir-me de paciencia até depois do domingo da paschoela.

Logo que o inquisidor geral entrou no exercicio do lugar apresentei novo requerimento, que foi lido no conselho geral, mas tudo o que elle produziu foi dizer D. Verissimo, depois de o ter ouvido ler, que elle não podia julgar crível nem veridica a minha exposição, por lhe parecer impossivel que a inquisição de Goa condemnasse um homem a cinco annos de galés por motivos de tão pequena monta.

Esta resposta, logo que eu a soube, alegrou-me tanto mais, quanto me asseguraram todos á uma que o prelado com quem tinha de tratar, era igualmente nobre, sabio e generoso, o que me determinou a dirigir-lhe

---

(a) D. Verissimo de Alencastre foi inquisidor em Évora, depois mudado para Lisboa em 7 de julho de 1660.— Foi deputado e promotor na mesma cidade, do conselho geral, Semilher da Cortina, arcebispo de Braga, inquisidor geral, do conselho d'estado, e cardeal da santa egreja de Roma. (Frei Pedro Menteiro).

nova supplica, pedindo que se dignasse mandar ler o meo processo ( a ), a fim de que com esta leitura se pudesse convencer que eu nada tinha avançado que não fosse inteiramente conforme á verdade.

Este pedido teve grandes difficuldades no conselho ; ninguém queria consentir na revisão, que eu pedira, do meo processo, e a rasão, que allegavam, era que sendo soberanos todos os tribunaes da inquisição, e não havendo appellação d'uns para os outros, era de certo modo attentar contra a authoridade do de Goa, o querer reformar em Lisboa as suas sentenças.

Não teria pois eu já mais obtido o que desejava, se o inquisidor geral não fora tão fortemente solicitado em meo favor, e finalmente depois de mui instado, se dobrou ás sollicitações de muitas pessoas de qualidade, e principalmente pela propria sobrinha d'elle, a condeça de Figueiró, que tinha em sua particular affeição o 1.º medico da rainha, que tambem era o seõ.

Fez pois D. Verissimo ler em sua presença todo o processo, e tendo-se plenamente convencido que eu não dissera falsidade alguma, e reconhecendo por outra parte a injustiça e ignorancia dos que me haviam condemnado, debaixo do especioso pretexto da minha má intenção, ordenou que eu fosse logo posto em liberdade,

---

( a ) Este processo deve estar até hoje guardado no archivo da torre de tomo, onde os curiosos de Lisboa podem verificar todas as circumstancias relativas á presente narração.

e para este fim escreveu elle mesmo no proprio requerimento—*Seja salta como pede, e se vá para França.*

## CAPITULO 37.

*Minha saída de Lisboa, e chegada a França.*

Conseguido este despacho do inquisidor geral dado na reunião do conselho geral, que faz suas sessões só de oito ou de quinze em quinze dias ; foi remettido á meza do santo officio, onde se costuma dar audiência duas vezes ao dia ; os inquisidores deste tribunal expediram logo um familiar, para me avisar que da sua parte estava perdoado, que se me concedia liberdade, ou soltura; que procurasse um navio, que fosse para França, que o participasse a inquisição ; e que tratasse de me embarcar logo.

Em o 1.º de junho recebi esta boa nova, cheio de tanta alegria, que é impossível que possam imaginar aquelles, que nunca foram captivos, mas esta diminuiu muito, quando reflecti na difficuldade, que teria em achar navio e ajustar a minha passagem, em quanto me não visse em plena liberdade. Representei pois no dia seguinte aos inquisidores por uma memoria, que lhes fiz entregar, a mesma difficuldade, porque a não ser por mim, não tinha outro meio de saber n'uma tão vasta cidade, como Lisboa, o movimento do porto, ou a entrada ou saída dos navios, se eu ou alguém por mim não fosse indagar, para o saber.



Os senhores da mesa, que mal e rigorosamente tinham interpretado as palavras de que se servira o inquisidor geral, para me conceder a soltura, pondo no meo requerimento—*que seja solto, como pede, e se vá para França*,—explicando o que era um excesso de favor, como uma obrigação rigorosa e absoluta de me embarcar (a), despacharam o meo memorial—que seria deferido o meo pedido, dando um fiador, que respondesse que eu me não demoraria em Lisboa, senão o tempo preciso para na 1.<sup>a</sup> oportunidade sair daquelle cidade (b). Esta resposta deo-se-me em 28 de junho, e eu immediatamente fui ao encontro de mr. .... (c) e roguei-lhe que fizesse concluir o favor, que tivera mr. a bondade de começar.

Por motivos urgentes deixou elle de no mesmo dia ir á inquisição, mas comparecendo ali na manhã do dia immediato ao de S. Pedro e ultimo de junho de 1677, assignou um auto de fiança, pelo qual se obrigava a pagar uma multa de 400 escudos, se eu não saísse de Lisboa dentro de tres mezes o mais tardar. Na tarde deste mesmo dia enviaram os inquisidores a galé um familiar, que me fez tirar a minha cadea e me conduzio á inquisição. Chegando ali fui chamado

---

(a) Aqui a *historia das inquisições* ommitte algumas linhas do original.

(b) Aqui accrescenta algumas linhas.

(c) A *historia das inquisições* chama a este medico Mr. Fabre.

á audiencia, onde um destes senhores me perguntou, se conhecia o medico da rainha, e tendo-lhe eu dito que sim, me disse de pois que elle ficara por meo fiador, e que eu devia sair quanto antes; que o santo officio me perdoava, e que desde aquelle momento podia ir com toda a liberdade, para onde quizesse. Fazendo-me então signal para me retirar, respondi-lhe com uma profunda reverencia, e deste modo livre-me inteiramente do tiranico jugo da inquisição, debaixo do rigor da qual tinha gemido perto de quatro annos contando do dia da minha prisão, que foi a 24 de agosto de 1673, até 30 de junho de 1677.

Logo que puz os pés fora desta terrivel caza, dirigi-me eu á primeira igreja proxima, que encontrei, a dar graças a Deus e á santa virgem pela soltura, que acabava de obter; e fui depois a caza de mr. . . . que vendo-me solto me abraçou, chorando de alegria. Despedindo-me do meo bemfeitor voltei pela tarde novamente á galé para fazer as minhas ultimas despedidas aos meos infelizes companheiros do infortunio, e arrecadar o pouco fato que ahi me restava. (a)

Informei-me com toda a possivel diligencia; quando partiria um navio para França, tendo eu muito mais desejo de me livrar do poder dos inquisidores, do que tinham estes senhores de me ver fora de Portugal, e felizmente em pouco tempo encontrei um navio, em que me embarquei, e apoz ligeiros incommodos in-

---

(a) Aqui termina a *historia das inquisições* a narração de Dellon.

separaveis da viagem tive a ventura de chegar a minha patria em perfeito estado de sande.

### CAPITULO 38.º (a).

**Historia d'um fidalgo, que revela o espirito, que predomina no santo officio.**

Terminarei esta narração da inquisição de Goa, com a noticia do que soube que acontecera a duas pessoas, que conheci nas galés de Lisboa, achando-se ahi antes de mim, continuaram a jazer ainda na minha saida, e com as quaes tive conferencias particulares sobre os nossos negocios mutuos.

O primeiro destes dous infelizes fidalgos era major d'um regimento, quando foi preso. Sendo da raça de *christão novo*, e accusado de ter judaisado pelos

---

(a) Narrado o caso de José Pereira de Menezes a *historia das inquisições* passa ao de que trata este capitulo com o seguinte aditamento seo.

==Mas despojemol-o ( o Pereira ) de tudo o que militou a seo respeito neste desastroso negoci-o; encaremol-o como um homem de uma condição ordinaria; admittamos por um pouco que os inquisidores usassem a seo respeito daquella indifferença, com que tratavam communmente os accusados; supponhâmos em fim que houvessem persistido em suas primeiras prevenções, cujo resultado tinha sido condemnal-o a ser queimado, é evidente que elle ficaria perdido. Ah! e quantos innocentes tem estado neste caso!

que provavelmente não puderam salvar as suas vidas, senão declarando-se réos do mesmo crime, e indicando muitos innocentes, para esforçar-se a encontrar testemunhas, que era preciso elle adivinhar.

Este pobre official assim accusado, encarcerado no santo officio, perguntado muitas vezes para se ouvir da propria boca d'elle a sua accusação, não a tendo confessado, porque elle mesmo a ignorava, finalmente se lhe declarou, passados dous annos de preso, que elle era accusado e convencido em boa forma de ser *judaeo apostata*; crime, que elle negou pertinazmente, protestando que sempre fora christão, e negando uma por uma as accusações, que lhe eram feitas; empregaram esforços possiveis para obrigar-o a confessar; prometteram-lhe a vida e a restituição dos seus bens; intimidaram-o depois com a ameaça d'uma morte cruel na fogueira, mas nada abalou a constancia deste fi-

---

Citemos alguns exemplos destes desgraçados que a firmeza da innocencia acompanhou até ao ultimo momento, e que a inquisição, ainda que convencida de que não eram culpados, condemnou por pertinacia, por orgulho, e por não convir que os fizera prender injustamente.

Um major do exercito de Portugal, homem de honra, bravo official, geralmente estimado por sua conducta civil e militar manda um dia castigar um soldado do seu corpo. Este soldado vingativo o denuncia á inquisição. He preso o major etc. (No mais resume o que diz Dellon e supprime 4 linhas do original, em que elle refere ao seu proprio testemunho.)

dalgo, que ousadamente declarou a seos juizes que antes queria morrer innocente, do que viver, praticando uma fraqueza que o infamasse para sempre. O duque do Aveiro, então inquisidor geral, que desejava ardentemente salvar este bom fidalgo, o exhortou fortemente, para que se servisse dos meios, que se lhe offereciam, para se livrar do seo supplicio, e como o accusado mostrava constante resolução de não querer infamar-se, confessando crimes, que não commettera, o inquisidor geral, despeitado de tanta obstinação, chegou até a dizer-lhe o seguinte — *Cuidais que haveis de ganhar? O que vale tanto como dizer, que pertendeis fazer; cuidais em desmentir-nos?* Dito isto retirou-se, deixando ao preso tempo para pensar no que devia fazer.

As palavras deste juiz tem um sentido muito extranho, e dão lugar a reflexões, que não honram nem a elle, nem ao tribunal, porque o seo dito importa mais ou menos o seguinte — *Nós vos faremos antes queimar, como culpado, do que deixar crer que vos tinha mos preso, sendo innocente.*

Em fim chegado o tempo do auto da fé, depois de tres annos de prisão, o nosso major ouviu pronunciar a sentença da sua morte, e teve um confessor para se dispor para ella.

Então este fidalgo, que se mostrára tão firme, abalou-se por se aproximar o apparelho do supplicio e cedeo, confessando na vespera da cerimonia tudo quanto lhe perguntaram, ainda que fosse mentira, e appa-

receo no auto da fé com uma das samarras, cheia de pinturas de fogo com chammas viradas para baixo, o que em portuguez chamam *fogo revolto*, para fazer ver que esse réo por sua confissão, embora tardia, tinha evitado a morte, a que fora justamente condemnado, e por sentença da inquisição, além de lhe serem confiscados os seos bens, foi mandado por cinco annos para as de galés, mais de dous dos quaes já tinha passado, quando eu cheguei, e é neste lugar é d'elle mesmo que eu soube o que acabo de referir.

### CAPITULO 39.º (a)

#### Outra historia.

Um fidalgo da 1.ª ordem de Portugal, christão novo, homem riquissimo, chamado Luiz Pessoa Dessa, tendo sido muitas vezes accusado criminalmente no juizo secular, tinha tambem attraído contra si o odio de muita gente, que não achando melhor meio de se vingar d'elle, o denunciou ao santo officio, como quem fazia profissão secreta do judaísmo, conjunctamente com a sua familia, de modo que n'um mesmo dia elle, sua mulher, filha, e dous filhos, e alguns outros parentes seos, que moravam na mesma casa, foram presos e mettidos nos carceres da inquisição de Coimbra.

(a) A historia das inquisições faz o mesmo neste capitulo.

Luiz Pessoa foi o primeiro interrogado, para d'elle se saber o rol dos seus haveres, dos quaes só os bens immoveis lhe produziam 30 mil libras de renda, que junto com os moveis foram sequestrados pelo santo officio. Obrigaram-no a descóbrir a causa da sua prisão, que elle não fez pelo ignorar; e baldados todos os esforços, com que a inquisição costuma sacar dos accusados a confissão de seus crimes, e decorridos quasi tres annos de prisão, se declarou a Luiz Pessoa as suas accusações e a conclusão de morte, tiradas pelo promotor, se não se resolvesse a confessar; mas elle, antes de se accusar, procurou justificar que eram falsos todos os crimes, e refutando-os com boas razões pediu que fizesse d'elle conhecidas as testemunhas, que depunham contra elle, e prometteo convencel-as facilmente de falsarias, fornecendo muitos outros meios aos seus juizes, para reconhecerem a sua innocencia, quando houvessem de os empregar, mas os inquisidores, sem se importarem com cousa alguma de defesa, e vendo a tenacidade da negação o condemnaram ás fogueiras, e lhe intimaram a sentença formalmente 15 dias antes da sua saida.

O duque de Cadaval estimava Luiz Pessoa, porque era seu compadre, e tinha intima amisade com o duque de Aveiro, de quem por vezes particularmente se informára do estado do processo daquelle fidalgo; tendo pois sabido d'elle mesmo que era inevitavel a sua morte de fogo, se não confessasse antes da saida a culpa, de que fora sufficientemente convencido, segundo as

maximas do santo officio, vio-se em terrivel embarço.

Elle tomaria fallar ou mandar fallar ao infeliz fidalgo para o levar a salvár a sua vida por qualquer preço que fosse, mas não lhe sendo isto possivel lançou por fim mão d'um meio tão singular que não se deo outro igual com mais pessoa alguma em Portugal.

Foi pois certificar-se do inquisidor geral, se elle reduzindo Luiz Pessoa a confessar o crime, mesmo depois da sua saída no auto da fé, não o faria morrer, embora fosse isto directamente contra as leis do tribunal; e obtendo a sua affirmativa fez partir de Lisboa para Coimbra alguns amigos communs d'elle e de Luiz Pessoa, justamente no dia da celebração do auto da fé, os quaes tendo-se postado na porta da inquisição, quando começou a procissão do auto da fé, se acercaram do seu infeliz amigo, logo que nella o viram apparecer.

Como elle estava condemnado á fogueira, estava ella já prompta; o réo trazia uma carocha e uma samarra pintada de demonios e tições accesos; o seu retrato era representado ao natural por diante, e por traz sobre labaredas; tinha a sentença escripta por baixo, e ao lado o confessor. Mal que os seus amigos o viram, banhados em lagrimas se lançaram ao seu collo, pedindo-lhe, em nome do duque de Cadaval, e por tudo quanto havia de mais sagrado que eu fuisse de salvar a vida; deram-lhe certeza que não seria queimado, se confessasse seu crime, e lhe mostraram que



a perda dos seus bens o não devia affligir, por que o duque lhe mandava assegurar da sua parte que de tudo ficaria provido e satisfeito.

Nem estas razões, nem as lagrimas e empenhos desses generosos amigos puderam abalar o animo de Luiz Pessoa, que continuava a bradar em voz alta que elle fora sempre christão, e como tal queria morrer; e tudo quanto se lhe imputava eram forjas inventadas por seus inimigos, para se vingarem, e aceitas pelo santo officio, para se aproveitar dos seus bens.

Tendo a procissão do auto da fé chegado á igreja destinada para a cerimonia, houve o sermão; leram-se processos dos salvados, e á noite começou-se a leitura dos processos, dos que deviam ser queimados. Os emissarios do duque de Cadaval redobraram então as suas instancias, e por fim reduziram o seu amigo a pedir audiencia.

Levantou-se pois Luiz Pessoa, e disse ao ir—*Lá vamos pois confessar falsidades para fazer a vontade dos nossos amigos.*—Deo-se-lhe audiencia, e o tornaram a conduzir á prisão, mas findo o auto da fé, quando foi chamado á mesa, para fazer a sua confissão, teve muita magoa de ter-se resolvido a isto, e muitas vezes esteve a ponto de lhe ser confirmada a sua sentença, sem esperança alguma de misericordia, comtudo declarou finalmente o que elles quizeram, e assignou a sua confissão.

Passados 2 annos depois da sua primeira saída foi mandado a Evora, onde appareceu no auto da fé tra-

zendo uma samarra com o fogo revoltó, e depois de ter jazido 5 annos nos cárceres da inquisição foi ainda condemnado ás galés por outros 5 annos, e para lá foi desde o dia seguinte, onde eu o conheci, e soube delle detalhadamente a historia do seo caso.

Este infeliz fidalgo, que me pareceo homem muito honesto e soffrivel christão, soube depois da sua saída da prisão, que lhe tinham morrido sua mulher e filha no carcere, pouco depois de ser elle preso, e que seos 2 filhos meões constantes, que elle accusando-se a si proprios tinham saído, havia já algum tempo, sendo condemnados para degredo de 10 annos para o Algarve; quanto a elle, só anciava o momento de ficar na sua liberdade, logo que eu fui, e o seo intuito era deixar Portugal no mesmo momento da sua soltura, para ir passar os seos restantes dias em algum paiz, onde não houvesse o tribunal da *santa inquisição*.

**FIM.**

# APPENDICE

DO

TRADUCTOR.

O que o doutor Claudio Buchanan escreveo sobre Goa e sua inquisição faz um excellente appendice á obra de Dellon ; porque ambos tratam em especial do mesmo objecto=a inquisição desta cidade=.E se Dellon è precioso pela sua antiguidade, Buchanan, posto que moderno, é geralmente ignorado pelos nossos compatriotas, porque tambem publicou o seo artigo n'uma lingua estrangeira ( em inglez ) ; e demais não se dando com elle nem a sombra de despeitado pelos soffrimentos, que experimentasse naquelle tribunal, e referindo-se a uma epoca posterior e moderna, confirma o que Dellon em tempos tão antigos escrevera ; e por este motivo o incorporamos á nossa traducção.

O escripto alludido saio com o titulo de *Christian Researches in Asia*, London. 1811. 8.º e nelle a pag. 157 e seguintes estam as memorias, que em Goa escreveo o seo auctor em janeiro de 1808, vesperras da extincção total da inquisição Goana.

Esta parte da obra de Buchanan já fora vertida em portuguez no jornal tambem intitulado=

*Portuguez*—e publicado em Londres; mas como ahi a traducção anda mui incorrecta, julgámos conveniente fazer outra de novo á vista do original, de que felizmente temos um exemplar em Goa. Diz assim Buchanan:

Goa, convento dos Agostinhos, 23 de janeiro de 1808.

Chegado a Goa, fui recebido em casa do capitão Schuyler, residente britânico. A força britânica, que aqui está, é commandada pelo coronel Adams, do regimento 78.º de S. M. com o qual coronel eu tinha tomado muito conhecimento em Bengala (a). Ao outro dia fui apresentado por estes personagens ao vice-rei de Goa, o conde de Cabral (b). Declarei a sua excellencia o meo desejo de ir á cidade velha de

---

(a) Os fortes do porto de Goa eram então occupados pelas tropas britannicas (dous regimentos reaes, e dous regimentos de infantaria natural) para impedir que caissem nas mãos dos francezes. (Nota da obra ingleza).

A cerca desta força, do residente britânico etc. lea-se o officio do conde de Sarzedas a pag. 178 do vol. III. do *Bosquejo das posses. port. no oriente* do sr. J. P. Celestino Soares—1853. (Nota do traductor).

(b) O auctor está equivocado, A este tempo era vice-rei o conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena. Confundio o titulo deste conde com o appellido do governador antecedente, Francisco Antonio da Veiga Cabral, o qual es-

Goa ( a ) , ( onde está a inquisição ) ao que elle cortesmente accedeo. O major Pereira, pertencente ao estado portuguez, que estava presente, e para quem eu havia trazido cartas de recommendação de Bengala, offereceó-se a acompanhar-me até á cidade, e apresentar-me ao arcebispo de Goa, primaz do oriente.

Communiquei ao coronel Adams e ao residente britanico o meo intento de averiguar o estado da inquisição. Informaram-me elles que eu não poderia levar ao cabo o meo intento sem difficuldade, por quanto tudo o que toca á inquisição era dirigido debaixo do maior segredo, de sorte que até os mais respeitaveis portuguezes seculares ignoravam o seo procedimento; e que, se os padres chegassem a descobrir o meo objecto, o seo excessivo ciume e susto seria obstaculo a que elles tratassem comigo, ou satisfizessem ás minhas perguntas sobre qualquer assumpto.

---

tava muito na lembrança dos inglezes. ( Nota do traductor ).

( a ) Ha Goa a velha; e Goa a nova. A cidade velha está oito milhas distante da nova pelo rio acima. O vice-rei e os principaes moradores portuguezes residem em Nova-Goa, que é na foz do rio, para dentro dos fortes do porto. A cidade velha, onde está a inquisição e as igrejas, está agora quasi inteiramente deserta de portuguezes seculares, e é habitada só dos ecclesiasticos. A insalubridade do lugar, e o predominio dos padres são as causas allegadas para o abandono da antiga cidade. ( Nota da obra ingleza. ).

Recebendo este aviso, fiquei entendendo que seria mister proceder cautellosamente. E de feito eu estava para visitar uma republica sacerdotal, cujo dominio durava quasi ha tres seculos, cujo mister era perseguir hereges, e especialmente os pregadores da heresia ; e de cuja auctoridade e sentenças não havia appellação na India ( a ).

Aconteceo que o tenente Kempthorne, commandantado brigue *Diana* de S. M. , meu parente remoto, estivesse a este tempo no porto de Goa. Quando soube que eu intentava visitar a antiga cidade offereceo-se para me acompanhar ; e igualmente o fez o capitão Stirling, do regimento 84.º de S. M. que agora está aquartellado nas fortalezas.

Fomos rio acima no escaler do residente britanico, acompanhados do major Pereira, que por trinta annos de residencia no paiz estava bem habilitado para nos dar informação das circumstancias locaes. Delle soube que havia mais de duzentas egrejas e capellas

---

( a ) Fui informado que o vice-rei de Goa não tinha auctoridade sobre a inquisição , e que elle mesmo era sujeito á sua censura. Se o governo britanico , por exemplo, tivesse de propôr alguma queixa contra a inquisição ao governo portuguez de Goa, não podia obter despacho. Pela propria constituição da inquisição, não ha poder na India que possa invadir a sua jurisdicção, ou ainda fazer-lhe perguntas sobre qualque objecto. ( Nota da obra ingleza ).

na provincia de Goa ( a ), e passante de dous mil

(a) Em 1808 em todo o ertado de Goa tinhamos 87 igrejas parochiaes afora os conventos, que enumerámos em outra parte, e as capellas, cuja nota não nos foi possivel alcançar.

Nas Ilhas de Goa 36 igrejas, a saber :—1 Sé Prima-cial, 2 Collegiada da Luz, 3 Dita do Rozario, 4 S. Pedro, 5 Ribandar, 6 Santa Barbara, 7 Pangim, 8 Santa Ignez, 9 Taleigão, 10 Santa Cruz, 11 Bambolim. 12 Siridão, 13 Curca, 14 Santa Anna, 15 Moulá, 16 S. Simão, 17 Batim, 18 Goa-Velha, 19 S. Lourenço, 20 Neurá, 21 Mandur, 22 Azossim, 23 Carambolim, 24 Corlim, 25 S. Thomé, 26 S. Thiago, 27 S. Braz, 28 Santa Luzia. 29 S. José, 30 Santo Estevam, 31 Naroá, 32 S. S. Mathias, 33 Piedade, 34 Graça, 35 S. Bartholomeo, 36 Mercês. Destas hoje não existem a collegiada da Luz, a igreja de S. Thiago, a de S. José, S. Thomé, Santa Barbara Moulá, e S. Simão.

Em Salcete, 27 igrejas, a saber :—1 Cortalim, 2 Sañ-coale, 3 Chicalim, 4 Mormugão, 5 Velção, 6 S. Thomé 7 Verná, 8 Majordá, 9 Betalbatim, 10 Colvá, 11 Benau-lim, 12 Seraulim, 13 Margão, 14 Navelim, 15 Varcá, 16 Orlim, 17 Carmoná, 18 Assolná, 19 Velim, 20 Cuncolim, 21 Chinchinim, 22 Chandor, 23 Macazana, 24 Curtorim, 25 Rachol, 26 Raia, 27 Loutolim.

Todas estas existem, e accresceram a de S. José do Areal fabricada pelo arcebispo S. Galdino á sua custa, e a de S. Jacintho, que em 1853 no governo do Visconde de Ourem se elevou á igreja, de capella que d'antes era.

As de Bardez eram 24, e são as seguintes :—1 Penha de França, 2 Soccorro, 3 Salvador do Mundo, 4 Pomburpá, 5 Aldoná, 6 Nachinolá, 7 Uccassaim, 8 Moirá, 9 Tivim, 10

padres (a).

Como chegámos á cidade passado o meio dia ( b ), achámos todas as egrejas fechadas, mas disseram-nos

Revorá, 11 Covale, 12 Mapuçá, 13 Oxel, 14 Siolim, 15 Anjuna, 16 Parrá, 17 Gurim, 18 Nagoá, 19 Calangute, 20 Candolim, 21 Linhares, 22 Neral, 23 Pilerne, 24 Reis-Magos. Todas existem, e accresceram a de Assonorá fabricada em 1810, e Assagão, que de capella que era foi elevada a igreja em 1813.

As das Novas-Conquistas são 7, e todas novas, a saber na 1.ª Divisão, Caçabé de Perném, na 2.ª Sanquelim e Bicholim, na 3.ª Orgão, Queulá e Sirodá, e na 4.ª Quepém. ( Nota do traductor ).

( a ) O n.º dos sacerdotes parece exagerado que em 1808 fosse 2000, pois em 1817 eram só 681. Só se contava os religiosos, cuja nota não temos, mas nem mesmo assim daria aquella conta. A nota dos ecclesiasticos seculares de 1817 é a seguinte :

	Sacerdotes	Diaconos	Subdiaconos	Minoristas.
Mhas. . .	138	5	2	34
Salcete .	347	20	24	144
Bardez .	196	9	14	83
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	681	34	40	261

( Nota do traductor ).

( b ) Entrámos na cidade pela porta contigua ao palacio, sobre a qual está a estatua de Vasco da Gama, o primeiro que descobrio a India aos olhos da Europa. Eu havia visto em Calicut, poucas semanas antes, as ruinas do palacio do Samorim, onde Vasco da Gama foi a primeira vez recebido. O Samorim foi o primeiro principe natural



que seriam novamente abertas pela volta das duas horas. Annunciei ao major Pereira a minha intenção de ficar na antiga cidade por alguns dias, e que lhe ficaria muito obrigado se me arranjasse lugar onde me alojasse. Elle pareceo surpreso desta resolução, e observou que seria difficil que eu pudesse obter agasalho em qualquer das egrejas ou conventos, e que não havia casas particulares onde fosse recebido. Respon-di que eu dormiria em qualquer parte, que tra-zia dous criados, e uma cama de viagem. Quando elle percebeo que o meo intento era serio, deo or-dem a um empregado civil para despejar um quarto n'uma casa que ha muito que não era habitada, e que então servia de armazem da fazendas. A este tempo as cousas apresentavam mui sombrio aspecto, e tive pensamentos de voltar com meos companheiros deste inhospito lugar. No entretanto haviamos entrado no quarto que atraz digo, para tomar alguma refeição, em quanto o major Pereira hia procurar alguns de seos amigos. Durante este intervallo communiquei ao tenente Kempthorne o objecto da minha visita. Tinha no bolso a *Relação da inquisição de Goa* de Dellon

---

contra quem os europeos fizeram guerra. O imperio do Sa-morim acabou, e dos seos conquistadores acabou tam-bem, e agora é a imperial Gnam Bretanha que exerce o domínio. Oxalá que a imperial Gran Bretanha esteja apa-relhada para dar boa conta de sua administração, quando chegar a vez de lhe ser dito—tu não serás d'ora avante ad-ministradora.—(Nota da obra ingleza ).

( a ) e mencionei alguns particulares da obra. Em quanto conversavamos neste assumpto, começou a tanger o sino grande, aquelle mesmo que Dellon diz que tange sempre ante manhã em dia de auto da fé. Não fiz pergunta alguma á gente do povo ácerca da inquisição, mas mr. Kempthorne as fez por mim, e logo descobrio que a casa do santo officio era proxima daquella onde nós estavamos. Os meos companheiros ebegaram á janella para ver o horrivel edificio, e eu notei a indignação de homens livres e illustrados que reluzia no rosto dos dous officiaes britanicos em quanto contemplavam o lugar onde em outro tempo compatriotas seos haviam sido condemnados ás chamas, e onde elles proprios podiam de repente ser arrastados, sem possibilidade de redempção.

A's duas horas saimos para ver as igrejas, que então estavam abertas para os officios da tarde. porque ha alli cada dia regularmente missas ( b ), e os sinos começam a atroar os ouvidos por toda á parte.

A magnificencia das igrejas de Goa excedeo muito toda a ideia que eu havia formado pelas descripções

( a ) Monsieur Dellon, medico, esteve preso nos carcerees da inquisição de Goa por dous annos, e saio em um auto da fé, em que foram queimados alguns hereges, e onde elle hia descalço. Depois de solto escreveu a historia da sua prisão. As suas descripções são em geral mui exactas. ( Nota da obra ingleza ).

( b ) O auctor como protestante persuadio-se que havia tambem missa á tarde. ( Nota do traductor ).

que d'antès vira Goa é propriamente a cidade das igrejas, e a riqueza das provincias parece ter sido despendida na erecção dellas. Os antigos especimens de architectura em Goa leyam muita vantagem a tudo quanto tem sido tentado nos modernos tempos em outra qualquer parte do oriente, assim em grandeza como em gosto. A capella do palacio é edificada pelo plano de S. Pedro em Roma, e diz-se ser exacta imitação daquelle modello de architectura (a). A igreja de S. Domingos, fundador da inquisição, é decorada com pinturas de mestres italianos. S. Francisco Xavier jaz encerrado n'um monumento de exquisita arte, e o seu caixão é ornado de prata e pedras preciosas. A cathedra de Goa é digna de uma das principaes cidades da Europa; e a igreja e convento de Santo Agostinho (em que eu agora assisto) é um nobre agregado de edificios, situados n'uma eminencia, que faz magnifica apparencia de longe (b).

---

(a) Ao auctor pareceo que a igreja do convento de S. Caetano era capella do palacio. Como o convento era mistico com o palacio, este engano é desculpavel n'um viajante que passa apressadamente por um lugar desconhecido. (Nota do traductor).

(b) As igrejas, capellas, e mais edificios que em 1808 existiam na cidade velha de Goa, e hoje em pó ou já demolidos, são os seguintes.

1.º A cathedra, existe em bom estado, 2.º O palacio archiepiscopal, idem, 3.º O arsenal, idem, 4.º A igreja e convento de S. Francisco, ainda existem, mas a igreja está pro-

Mas que contraste a toda grandeza das igrejas faz

lançada; o actual administrador é um cônego da Sé. 5.ª A igreja e convento de São Caetano, ambos hoje em perfeito estado de conservação, servindo o convento de palácio para residência dos governadores, quando vão às festividades. 6.ª A igreja e convento de S. Domingos; foi o 1.º convento, que depois da extinção foi demolida no anno de 1841, por ordem do governador Lopes de Lima, e parte das suas materias foram passadas para Quem para cargo empregados nos quartéis, que ali se construíam daquelle anno. 7.ª A igreja e convento de Santo Agostinho, Carecendo de alguns concertos os estabelecimentos da Misericordia, e tendo a reputação de salubre este convento, julgou-se conveniente mudar para elle os ditos estabelecimentos, o que effectivamente se fez no seguinte anno da extinção, 1836. Não podendo porém a Misericordia segurar a conservação daquelle sumptuoso edificio, que demandava enormes despezas, mudou os seus estabelecimentos para o convento das carmelitas em Chimbél no anno de 1841 (onde ainda existem) e nos annos 42 a 43 foi demolida o edificio, restando hoje apenas a monumental torre da igreja. 8.ª A igreja e convento da Santa Cruz dos milagres dos padres da congregação do oratorio de S. Philippe Nery, foi demolida no 1.º governo do sr. conselheiro José Ferreira Pestana. 9.ª A igreja e convento do Carmo, dos carmelitas descalços em seu principio, no depois dos padres da dita congregação do Oratorio, demolida no governo do visconde d'Ourem (1851 a 56). 10.ª A igreja e convento de Santa Monica, ainda existe, e lá vivem apenas 3 ou 4 freiras, e algumas dezenas de criadas. 11.ª O collegio

o culto que nelleas se offerece. Tenho assistido: ao

da Populo, pertencente aos Agostinhos, demolido no 1.º governo do sr. Conselheiro Pestana; (1844 a 50); 12.º O collegio de S.º Thomaz de Aquino; dos dominicos, demolido no mesmo governo do sr. Pestana. 13.º O convento e igreja de S. Baventura, em conservação; é hoje administrador um egresso da Madre de Deos; e serve o edificio de quartelamento militar. 14.º A igreja e casa Professa do Bom-Jesus; foi reformado o tecto da igreja no anno de 1868, no governo do bonde de Torres-Novas. A reforma do tecto da igreja do Bom-Jesus custou 49.966:4:15 reis; as hatastradas e augmento do forro da parede do frontispicio da capella-mór, 5830 xerafins, e a pintura e douração dos relevos do frontispicio da mesma capella-mór 7990 xerafins — tudo 63.806:4:15 xerafins. 15.º A capella real de Santo Antonio de Padua, em pé, mas em mau estado de conservação, e ameaça prompta ruina. 16.º A capella de Santa Catharina em bom estado de conservação; está a cargo do cabido; 17.º A Capella de Nossa Senhora do Monte, idem; e administrador um capellão da Sé. 18.º A igreja da santa casa de Misericordia, com as accomodações annexas para a sua secretaria, sala das sessões, e diversas outras officinas; e os recolhimentos de Nossa Senhora da Serra, e de Santa Maria Magdalena com as respectivas igrejas. A ruina destes edificios começada em 1836 concluiu-se em 1841, que é quando se mudaram para Chãmbel. A Igreja de Nossa Senhora da Serra, passou a ser o cemiterio da Sé Primacial; está sem tecto, e com novo frontispicio, por ter desabado o antigo. 19.º Os paços do antigo senado da Camara; ha vestigios. Extincto o senado, a camara municipal das Ilhas,

offícios em uma ou outra capella todos os dias desde

que o substituiu, transferio para Pangim o local das suas sessões no mesmo anno da extincção por ordem do governo provisório em 1835. Dez annos depois, ( 1845 ) voltou aos mesmos paços, e demorando-se apenas um anno, se viu na necessidade de abandonalos pela ruina que elles ameaçavam, mudando-se novamente para Pangim, até que por ordem do conde de Torres-Novas ella fabricou nesta cidade o grandioso edificio, ( que hoje se vê na praça das Flores ) onde se accommodam a camara municipal, a egreja, e a administração do concelho das Ilhas. Tem custado até hoje 43 mil xerafins. Começado o edificio em 29 de abril de 1858 concluiu-se em 1866. 20.ª Igreja do Rozario, e a Igreja de Santa Luzia, freguesia do tempo do 1.º bispo D. João d'Albuquerque, ainda existem. 21.ª A igreja e convento da Madre de Deos, situado m. Daugim. O tecto da igreja deste convento foi apeado pelos operarios do Arsenal em agosto de 1853, e posteriormente até 1855, se procedeu á demolição de diversas outras partes do edificio, que estavam em maior ou menor estado de ruina. Conserva-se todavia um resto soffrivel, que é entretido pela fazenda publica, na qual ainda sustenta um padre administrador para o mesmo convento, que hoje é um capellão da Sé. 22.ª A igreja e convento de S. João de Deos. Quando a santa casa da Misericordia e seus recolhimentos se mudaram para o convento de Santo Agostinho, o convento de S. João de Deos servio de hospital dos pobres da mesma santa casa. Em 1844 o mosteiro de Santa Monica o arsematou perante a junta da fazenda publica para a habitação dos seus capellães, confessores, e outros empregados,

que cheguei, e raras vezes vejo alguém a orar além

e em 1850 fez apear o tecto da igreja, porque carecia de reformas importantes, todavia o resto do edificio até hoje continua em soffrivel estado. 22.º O aljube ou prisão ecclesiastica, demolido. 23.º a casa da inquisição, de que hoje apenas existem alguns vestigios. 24.º casa da Bulla da crusada, ainda em pé. 25.º o palacio dos vice-reis, de que restam levisimos vestigios. 26.º A casa do estanco dos tabacos, nenhuns vestigios restam. 27.º O collegio de S. Roque, levisimos vestigios. 28.º A igreja de Nossa Senhora da Luz, freguezia do tempo do bispo D. João de Albuquerque, idem. 29.º A igreja da Trindade, nenhum vestigio. 30.º A de Santo Aleixo, idem. 31.º A casa da alfandega, idem. 32.º O açougue no pelourinho velho, idem. 33. O collegio e igreja de S. Paulo, ruinas. 34.º A capella do palacio, idem. 35. O tronco ou cadêa, idem. 36.º O hospital de S. Lazaro, idem. 37. Hospital real, idem. 38. Casa da Relação, da Chancellaria, e seus cartorios, idem. 39.º Contadoria da fazenda e repartições annexas, idem.

Entre os conventos que existiam em 1808 o maior era o de Santa Monica; o 2.º de Santo Agostinho; o 3.º o de S. Domingos; o 4.º de S. Francisco; o 5.º o da Madre de Deos; o 6.º o da Congregação da Santa Cruz dos Milagres; o 7.º o de São Caetano; 8.º o do Carmo; 9.º S. Thomas; 10.º S. João de Deos.

Os frades dominicanos tinham 10 conventos, 3 em Goa, o convento de S. Domingos, collegio de S. Thomaz, e convento de Santa Barbara, e 7 fora de Goa, a saber, em Damão, Dio, Macão, Moçambique, Sena, hospicio dos Santos Reis-Magos em Quilimane, além das missões da Africa, Solor e Timor, que eram exclusivamente suas.

dos ecclesiasticos. Duas fileiras de padres naturaes, de joelhos ordenadamente diante do altar, vestidos

Os Agostinhos tambem tinham tres conventos em Goa, a saber, convento de Nossa Senhora da Graça, collegio de Nossa Senhora de Populo, que lhe era ligado por meio de um arco, e igreja de Santo Antonio, e fora de Goa tinham Nossa Senhora da Graça em Damão, hospicio de Nossa Senhora de Esperança em Dio, convento de Nossa Senhora de Graça e capella da Nossa Senhora da Penha em Macão, hospicio de Santa Rita em Madrastra, Nossa Senhora do Rozario de Uguly em Bengala, além das missões de Bengala e Costa de Coromandel.

Os franciscanos observantes tinham o convento de S. Francisco, collegio de S. Boaventura, e Hospicio de Nossa Senhora da Saude em Guirim de Bardez, além das missões da Ilha de Salcete e Bombaim, que perderam no seculo passado.

Os da Madre de Deos tinham o convento da Madre de Deos em Daugim, convento de Nossa Senhora do Cabo, que é hoje dado aos governadores para sua casa de campo, de Nossa Senhora do Pilar, que ainda existe em soffrivel estado de conservação. Fora de Goa convento de S. Francisco, em Damão, convento do Nossa Senhora dos Anjos em Dio, outro da mesma Senhora em Macão.

Os de S. João de Deos tinham seo convento em Goa, e outros com hospitaes militares em Damão, Dio e Moçambique.

Theatinos tinham um convento em Goa e uma capella em S. Mathias, que está demolida além das missões de Massulipatão e Golconda.



de grosseiros habitos pretos, de apparencia doentia, e semblante de ociosos, celebram alli cada dia suas laboriosas missas, parecendo deslembados de qualquer outro dever ou obrigação da vida.

Estava o dia já quasi no cabo, e os meos companheiros dispunham-se para se separar de mim. Em quanto eu estava considerando se havia de voltar com elles, o major Pereira me disse que queria primeiramente apresentar-me a um padre, que exercia um alto cargo, e era dos mais instruidos da terra; e nesse intento fomos ao convento dos Agostinhos, onde fui apresentado ao padre Fr. José das Dores, homem adiantado em annos, de rosto pallido, olhos penetrantes, mas de mui respeitavel presença, e dotado de grande fluencia no fallar, e urbanidade no trato. A primeira vista pareceo-me um daquelles agudos, e mui prudentes, instruidos e respeitaveis Jesuitas Italianos, alguns dos quaes se acham ainda desde a extincção da ordem, repousando em tranquilla obscuridade em diversas partes do oriente. Depois de meia

---

Carmelitas Descalços (os novos) o seo convento em Goa, além da missão do Balagate.

Congregados tinham a casa da cruz dos Milagres, e Nossa Senhora do Carmo, além da sua missão da Ilha de Ceilão. Depois de arruinado o convento a cruz dos Milagres foi passada para a Sé Primacial, e collocada n'uma das suas capellas no 1.º governo do sr. Pestana. (Nota do traductor).

hora de conversação em latim, durante a qual elle tocou rapidamente varios assumptos, e perguntou por alguns homens doutos da sua propria igreja, a quem eu nas minhas viagens havia visitado, polidamente me convidou a ficar alli com elle durante a minha estada na antiga cidade de Goa. Foi para mim sobremaneira agradavel este inesperado convite, mas o tenente Kempthorne não gostou de medeixar nas mãos do *inquisidor*; porque, julgue-se da nossa surpresa, quando descobrimos que o douto padre, em cujos aposentos estavamos, era um dos inquisidores do santo officio, segundo membro daquelle augusto tribunal, mas o primeiro e mais activo agente nos negocios daquelle casa. Foi-me assignalada residencia no collegio contiguo a convento ( a ), junto dos aposentos do proprio inquisidor; e aqui estou ha já quatro dias na propria fonte de informações no que toca aos assumptos que eu desejava investigar. Almoço e janto com o inquisidor quasi todos os dias, e elle ordinariamente passa as tardes no meu quarto. Como elle julga que as minhas investigações são principalmente de natureza litteraria, é perfeitamente sincero e communicativo sobre todos os objectos.

Ao seguinte dia depois da minha chegada foi apresentado pelo meo sabio conductor ao arcebispo de Goa ( b ). Achamo-lo lendo as cartas de S. Francisco

---

( a ) Era o collegio de Populo.

( b ) O sabio arcebispo D. frei Manoel de S. Catharina.

Xavier em latim. Notando eu a longa duração da cidade de Goa, em quanto outras cidades dos europeos na India haviam sido atenuadas pelas guerras ou revoluções, o arcebispo observou que a conservação de Goa era devida ás orações de São Francisco Xavier. O inquisidor olhou para mim a ver o que pensava eu daquella opinião. Eu confessei que Xavier era considerado pelos homens doutos entre os inglezes como um grande homem, que o que elle escreveo o manifesta ser homem instruido, de genio original, e grande força de animo, mas o que outros tem escripto d'elle e acerca d'elle, deslustra a sua fama, porque o fazem inventor de fabulas. O arcebispo mostrou estar conforme. Depois conduzio-me á sua capella particular, quo é decorada com imagens de prata, e dalli me levou á livraria archiepiscopal, que possui uma valiosa collecção de livros. Quando tornei ao convento de volta da casa do arcebispo, observei entre as pinturas do claustro o retrato do famoso D. Fr. Aleixo de Menezes, arcebispo de Goa, que congregou o Synodo de Diamper, junto a Cochim, no anno de 1599, e queimou os livros dos christãos Syriacos. Do letreiro que tinha em baixo do retrato fiquei sabendo que elle era tambem o fundador da magnifica igreja e convento, em que eu agora assisto.

No mesmo dia fui convidado para jantar com o primeiro inquisidor, na sua casa de campo. Acompanhou-me o segundo inquisidor, e alli achámos uma respeitavel companhia de ecclesiasticos, e um sumptuo-

só banquete. Na livraria do primeiro inquisidor vi um registo contendo a nota do estado actual da inquisição de Goa, e a lista de todos os seus empregados. Perguntando eu ao primeiro inquisidor se o estabelecimento era agora tão amplo como antigamente, respondeu que era quasi o mesmo. Até aqui pouco tenho fallado a qualquer pessoa ácerca da inquisição, mas indirectamente tenho colhido muitas informações, não só dos proprios inquisidores, mas de alguns padres, a quem tenho visitado nos seus respectivos conventos, e particularmente de um frade franciscano, que tem assistido a muitos autos da fé.

**Goa, convento dos Agostinhos, 26 de janeiro  
de 1808.**

Domingo depois dos officios divinos, a que assisti, puzemo-nos a ver ambos juntos a resa, e as lições da escriptura pertencentes ao dia, o que nos levou a uma discussão acerca de algumas das doutrinas do christianismo. Lemos o 3.º capitulo do evangelho de S. João, na vulgata latina. Perguntei ao inquisidor se elle acreditava na influencia do espirito, de que alli se falla. Elle distinctamente o admittio; todavia o entendeo em certo sentido obscuro conjunctamente com a agua. Eu observei que a agua era meramente um emblema dos effeitos purificantes do espirito, e não podia ser senão emblema. Attentámos depois na expressão de S. João em sua primeira Epistola—Este

é Jesus Christo, que veio pela agua e pelo sangue, não pela agua só, mas pela agua e pelo sangue — o sangue para expiar o peccado, e a agua para purificar o coração: justificação e sanctificação, as quaes ambas foram expressas no mesmo momento sobre a cruz. O inquisidor tratou este assumpto. Por uma facil transição passámos á importancia da propria biblia para illuminar os sacerdotes e o povo. Disse-lhe eu que depois de contemplar os collegios e escholas, parecia-me haver alli um eclipse total de luz escriptural. Elle confessou que a religião e a instrucção estavam verdadeiramente em um estado decadente. Visitei as escholas theologicas, e em todas ellas exprimi a minha surpresa aos mestres perante os discipulos, da ausencia da biblia, e quasi total falta de referencia a ella. Elles desculpavam-se com o costume da terra, e escassez de exemplares do proprio livro. Alguns padres mais mancebos vieram depois ter comigo, desejando saber os meios por onde poderiam obter exemplares. Esta busca de biblias era como um raio de esperanza caindo nas paredes da inquisição.

Passo ás vezes uma hora na espaçosa livraria do convento dos Agostinhos, e parece-me que de improviso me vejo transportado a uma das livrarias de Cambridge. Ha aqui livros mui raros, mas são principalmente theologicos, e quasi todos do 16.º seculo. Ha poucos classicos, e ainda não vi um exemplar das escripturas originaes em hebraico ou em grego.

**Goa, convento dos Agostinhos, 27 de janeiro  
de 1808.**

Nã manhã do segundo dia depois da minha chegada fui surprehendido pelo inquisidor, cujo hospede sou, entrando no meo aposento vestido de habitos pretos desde a cabeça até aos pés, sendo que o usual vestuario da ordem é branco ( a ). Disse-me que hia para o tribunal do santo officio. „ Parece-me, padre ( lhe disse eu ) que vosso augusto cargo vos não occupa muito tempo „ . „ Muito ( me respondeo elle ); o tribunal reune-se tres ou quatro dias por semana. „

Durante alguns dias estive considerando se mostraria o livro de Dellon ao inquisidor ; porque se eu pudesse conseguir que elle notasse os factos que o livro narra, chegaria por meio de comparação a conhecer o exacto estado da inquisição no tempo presente. De tarde veio o inquisidor na forma do costume passar uma hora no meo quarto. Depois de alguma conversação peguei da penna para escrever algumas notas no meo diario ; e como para o entreter, em quanto eu escrevia, tomei o livro de Dellon, que com outros estava sobre a mesa, e entregando-lho, perguntei-lhe se já o havia visto. Era o livro escripto em francez, lingua, que elle entendia bem. *Relation de l'Inquisition de*

---

( a ) Os frades Agostinhos calçados, ou Gracianos tinham dous habitos. O branco para uso domestico, e actos communs ; o preto para actos de cerimonia dentro e fora de casa. ( Nota do traductor ).

**Goa**, pronunciou elle com voz clara e pausada. Nunca o havia visto, e começou a ler com avidez. Não passou muito avante, que não desse evidentes signaes de impaciencia. Virou rapidamente as folhas até ao meio do livro, e dalli até ao fim, e depois tornou ao principio a procurar o indice dos capitulos, como para se certificar de toda a extensão do mal. Passado isto dispoz-se a ler, em quanto eu continuava a escrever. Foi virando as paginas com rapidez, e quando chegou a certo lugar, exclamou com accento italiano, *Mendacium, Mendacium* ( a ). Pedilhe que notas-se os lugares onde se faltava á verdade, para depois os discutirmos, porque eu tinha outros livros sobre o mesmo assumpto. „ Outros livros ! „ disse elle ; e olhou attentamente para os que estavam sobre a mesa. Continuou a ler até ao tempo de se recolher, e então me pedio lhe deixasse levar o livro.

Nessa noute succedeo um caso que me causou o primeiro susto em Goa. Os meos creados dormiam á porta do meo quarto no longo corredor, que dá serventia para todas as cellas, e não mui distante dos creados do convento. Pela volta da meia noute fui acordado por altos gritos e expressões de terror, que vinham do corredor. No primeiro momento de surpresa en-

---

( a ) A pronunciação do latim pelos portuguezes é mui diversa da que usam os italianos ; e na palavra aqui citada ainda mais se distingue uma e outra pronunciação no modo porque se fere o *c* da syllaba *ci*. (Nota do traductor).

tendi que seriam os aguasis do santo officio, que vinham buscar os meos creados presos para a inquisição. Mas saindo do quarto vi os meos creados de pé á porta, e a pessoa que havia causado o barulho (um rapaz de quatorze annos pouco mais ou menos) a pequena distancia cercado de alguns padres, que haviam saído das cellas quando ouviram a bulha. O rapaz disse que havia visto um spectro, e custou muito a socega-lo, e faze-lo calar. No dia seguinte ao almoço o inquisidor explicou o successo, e disse que o medo do rapaz procedera de um phantasma da imaginação (*phantasma animi*).

Depois do almoço tornamos a tratar o assumpto da inquisição. O inquisidor admittio que as descripções que Dellon faz dos carceres, do tormento, do modo do julgamento, e do auto da fé, eram em geral exactas: mas disse que o escriptor julgava falsamente dos motivos dos inquisidores, e mui descaridosamente do character da santa igreja; e eu admitti que sob a pressão de seos padecimentos pessoaes, podia ser que assim fosse. O inquisidor estava ancioso por saber se o livro de Dellon havia corrido mui extensamente na Europa. Eu disse-lhe que Picart havia publicado ao mundo extractos delle na sua celebre obra intitulada=Cerimonias Religiosas=acrescentando-lhe estampas representando os tormentos, e as queimas nos autos da fé. Disse mais que hoje geralmente se acreditava na Europa que aquellas crueldades já não existiam, e que a propria inquisição havia sido to-



talmente supprimida; mas que eu conhæcia agora que não era assim ( a ), Elle então começou um grave

---

( a ) Na materia da intolerancia, assim como em outros vicios, cada um se julga innocente em quanto accusa os outros. Ao auctor, como protestante, parecia-lhe que só entre os catholicos havia que condemnar aquelle erro. Convem porém aqui lembrar o que um mui avisado auctor protestante ( *History of Civilisation in England*, by Henry Thomas Buckle, Tom. 2.º London 1861 ) escreve tratando da intolerancia do clero protestante presbyteriano de Escocia. Diz assim a pag. 405. =,, Os protestantes em geral são excessivamente dispostos a suppor que ha no seu credo alguma cousa que os protege contra aquellas damnosas extravagancias, que tem sido, e até certo ponto ainda são, praticadas na igreja catholica. Nunca houve maior erro. Só ha alguma protecção contra a tirannia de qualquer classe, e é dar a essa classe mui pouco poder. Quaesquer que sejam as pretenções de uma corporação ; por mais suave que seja a sua linguagem; e plausiveis os seus propositos, abusará por certo do poder, se lho conferirem grande. A historia inteira do mundo não offerece exemplo em contrario. Nos paizes catholicos, excepto só a França , o clero tem mais auctoridade que nos paizes protestantes. Por tanto nos paizes catholicos causa mais detrimento do que nos protestantes, e seus intuitos particulares são desenvolvidos com maior liberdade. A differença depende não da natureza do seu credo, mas do poder da classe. Isto é bem manifesto na Escocia, aonde o clero, sendo supremo, imitou, sem embargo de ser protestante , as doutrinas aseticas, anti-sociaes, e crueis, que na igreja catholica deram

discurso para mostrar que a inquisição estava mudada em algumas cousas, e que os seus terrores estavam mitigados.

Eu já tinha descoberto em documentos manuscritos ou impressos, que a inquisição de Goa fora suprimida por alvará real no anno de 1775, e restabelecida em 1779. O frade franciscano atrás referido assistio aos autos da fé annuaes de 1770 a 1775. » Foi a humanidade e grande misericórdia de um bom

---

origem aos conventos, jejuns, macerações, e outras praticas semelhantes.==,,

E a pag. 405.==,, Quando a igreja escocesa estava no auge do seu poder, em vão buscamos na historia outra instituição, que possa competir com ella, excepto a inquisição de Hespanha. Entre as duas ha uma estreita e intima analogia. Ambas eram intolerantes, ambas crueis, ambas declaravam guerra ás mais estimaveis qualidades da natureza humana, e ambas destruiam todos os vestigios da liberdade religiosa.==»

E na resenha historica, que lhe serve de base ás conclusões, que acabamos de ver, escreve (a pag. 394)=,, Os tribunaes arbitrarios e irresponsaveis (*Kirk Sessions*), que se erigiram em todo o ambito da Escocia, uniram o poder executivo ao legislativo, e exerceram ao mesmo tempo as funções de ambos. Declarando que certos actos se não deviam praticar, tomaram a lei em suas mãos, e puniram os que os haviam commettido. Segundo os principios desta nova jurisprudencia, cujo auctor era o clero, commettia peccado um escocês em viajar n'um paiz catholico.

rei ( dizia o velho padre ) que abolio a inquisição. ,, Mas immediatamente depois da sua morte o poder do clero adquirio preponderancia no governo da rainha ( a ) , e o tribunal foi restabelecido depois de um incruento intervallo de cinco annos. Desde então continuou em exercicio. Na restauração de 1779 ficou sujeito a certas restricções, de que as principaes são as duas seguintes : ser mister maior numero de testemunhas do que era d'antes para condemnar o réo ; e que os autos da fé senão fizessem em publico, mas que

---

Assim um homem chamado Alexandre Laurie foi citado perante a *Kirk Session* de Perth, e sendo inquirido pelo ministro, se quando pela ultima vez que saira fora do reino, estivera em Espanha, respondeu que estivera em Portugal, mas que nunca fora á missa, nem fizera reverencia a procissão alguma, e que ninguem lhe perguntára nada acerca da sua religião. Todavia foi censurado, e a *Kirk Session* o admoestou para que não tornasse outra vez a andar por paizes estrangeiros, que não fossem da religião reformada.==, Outra vez declarou o mesmo clero escossez que incorriam em perigo de suas almas os mercadores que viajassem em Espanha, e em nome de Deos os avisou de que se abstivessem disso. Declararam tambem que peccava o estalajadeiro escossez que dava pousada a um catholico, e o que é mais, o clero escossez excommungou o catholico ! ( Nota do traductor ).

( a ) *Da rainha viuva*, escreve o auctor, sem reflectir que era a rainha reinante D. Maria I, filha d'el-rei D. José, quem succedeo no governo. ( Nota do traductor ).

as sentenças do tribunal fossem executadas privadamente dentro da casa da inquisição.

Neste particular a constituição da inquisição reformada é mais reprehensível que a antiga, porque, segundo a expressão do velho padre „ *Nunc sigillum non revelat inquisitio* „, Antigamente os amigos dos infelizes, que eram mettidos naquellas prisões, tinham a melancholica satisfação de os ver uma vez no anno saindo na procissão do auto da fé ( a ), ou se eram condemnados á morte, assistiam-lhe a ella, e tomavam dó pelos mortos; mas agora não tem meio de saber por annos e annos se elles são vivos ou mortos. O intuito deste novo modo de proceder ás escondidas parece ser preservar o poder da inquisição. e ao mesmo tempo atenuar o odio publico dos seos procedimentos em presença da dominação e civilisação britanica ( b ).

---

( a ) Outro equivoco do auctor ; persuadir-se que todos os presos do santo officio saiam cada anno nos autos da fé ; sendo que só saiam os que haviam sido sentenciados. ( Nota do traductor ).

( b ) Tambem aqui não alcançou Buchanan toda a verdade. A reforma dos regimentos da inquisição, e a mitigação de seos rigores é do tempo do marquez de Pombal, e commum a todas as inquisições, assim ás de Portugal como à de Goa, na qual estavam em pratica quando foi abolida em 1774 ( e não em 1775 ). Pela sua restauração em 1779 continuaram em vigor os mesmos regimentos do marquez de Pombal. Os autos da fé publicos não foram prohibidos nesses regimentos, mas como os inquisidores em virtude delles mui raras vezes relaxavam os pre-

Perguntei ao padre a sua opinião acerca da natureza e frequencia dos castigos á portas fechadas, ao que respondeu que elle não tinha meios certos de responder satisfactoriamente; que tudo quanto alli se passava era declarado *sacrum et secretum*; mas que uma cousa sabia elle de certo, e era haver sempre presos nos carceres; que alguns delles saiam livres depois de longo encerramento, mas que nunca diziam cousa alguma do que lá haviam passado. Acrescentou que de todas as pessoas que conhecera, que dalli saíram livres, nenhuma deixava de dar demonstração daquillo que se podia chamar « *a marca de santo officio* » isto é, que nenhuma deixava de manifestar na solemnidade do seu porte, ou em suas particulares maneiras, ou no terror que tinha dos padres, que havia jazido naquelle terrivel lugar.

---

sos ao braço secular, e não havia por consequencia execuções capitaes, foi-se estabelecendo o estilo de se fazerem autos particulares dentro da casa da inquisição. Buchanan, pouco informado de todas estas cousas, julgou que a reforma dos regimentos era especial á inquisição de Goa, que essa reforma começara com a restauração da dita inquisição em 1779, e fora devida ao respeito que nós tínhamos pelo poder visinho dos inglezes; quando é certo que sendo essas reformas do tempo do marquez de Pombal, bem pouco se importava elle com os inglezes quando as decretou em nome d'el-rei D. José. Com isto que aqui dizemos mais bem informados, temos por explicado e rectificado o que dissemos na nota a pag. 6. e no *additamento* a pag. 66. ( Nota do traductor ).

O principal argumento do inquisidor para provar o melhoramento da inquisição eram a superior *humanidade* dos inquisidores. Eu observei que não duvidava da humanidade dos actuaes ministros da inquisição; mas de que servia a humanidade n'um inquisidor, se elle havia de proferir a sentença na forma das leis do tribunal, que eram assaz notorias; que um *herege relapso* devia ser queimado, ou encerrado toda a vida n'um carcere, quer o inquisidor fosse humano, quer não. Mas se vós (acrescentei eu) quizerdes satisfazer completamente o meo animo neste assumpto, mostrai-me a inquisição. Respondeo-me o inquisidor que não era permittido a pessoa alguma ver a inquisição. Ao que eu repliquei que o meo caso era especial; que o character da inquisição, e a conveniencia de sua ulterior conservação tinham sido postas em questão, que eu mesmo já havia escripto sobre a civilisação da Índia, e talvez ainda publicasse mais alguma cousa sobre aquelle objecto, e que se não devia esperar que eu passasse em silencio a inquisição, sabendo o que sabia de seos procedimentos; e ao mesmo tempo eu não desejava asseverar um só facto sem a authoridade d'elle inquisidor, ou ao menos sem que elle admitisse a sua verdade. Acrescentei que elle proprio havia tido a bondade de praticar comigo mui largamente sobre esse objecto; e que em todos os nossos debates me parecia que ambos havíamos sido movidos por boas intenções. O semblante do inquisidor evidentemente se alterou ao ouvir esta minha proposta, e nunca depois

recobrou totalmente a sua costumada franqueza e placidez. Todavia depois de alguma hesitação, disse-me que ao seguinte dia me levaria consigo á inquisição. Não fiquei pouco maravilhado desta annuencia do inquisidor, mas não alcancei qual era seo intento.

Goa, convento dos Agostinhos, 28 de janeiro  
de 1808.

Quando sahi da fortaleza para vir ver a inquisição, o coronel Adams pedio-me que lhe escrevesse, e accrescentou em forma joco-seria „ Se não tiver novas vossas em tres dias, marcharei com o 78.º e tomarei de assalto a inquisição. „ Prometti pois escrever; mas tendo sido tão bem tratado pelo inquisidor, esqueci-me do que promettera. Consequentemente ante-hontem fui surprehendido pela visita do major Braamcamp, ajudante d'ordens do vice-rei, trazendo uma carta do coronel Adams, e um recado do mesmo vice-rei, propondo-me que voltasse todas as tardes a dormir á fortaleza, por causa da *insalubridade* de Goa.

Esta manhã depois do almoço o meo patrão foi vestir-se para ir para o santo officio, e logo voltou prompto para sair. Disse que iria meia hora antes do tempo costumado a fim de me mostrar a inquisição. Pareceo-me que o seo semblante era mais severo que o ordinario, e que seus servidores não eram tão civis como de antes. O certo é que a scena da meia noite ainda estava presente a meo animo. A inquisição

disto um quarto de milha do convento; e fomos alli nas nossas machillas (a). Chegadas ao sitio, disse-me o inquisidor quando sabiamos a escada, que esperava que eu me desse por satisfeito com uma rapida vista da inquisição, e que eu me devia retirar logo que elle manifestasse esse desejo. Tomei isto por bom agouro, e segui o meo conductor com bastante confiança.

Levou-me primeiramente á salla grande da inquisição. Fomos esperados á porta por certo numero de pessoas bem trajadas, que, segundo depois soube, eram os familiares e officiaes do santo officio (b). Fizeram mui profunda reverencia ao inquisidor, e olharam com surpresa para mim. A salla grande é o lugar onde os presos são postos em ordem para a pro-

---

(a.) A *machilla* é uma especie de palanquim usado em Goa. He meramente um panno de lona suspenso de um bambú, que é levado á cabeça de quatro homens. Algumas vezes um peão corre adiante, levando um bordão na mão, no qual vão presos alguns guisos, que tocam com o movimento da carreira do peão acompanhando os portadores. (Nota da obra ingleza). Hoje as *machillas* são feitas em forma da cadeirinha, e já não usam o panno de lona nem as acompanha o peão com guisos.

(b.) O auctor não sabia exactamente o que eram os *Familiares* do santo officio. Pareceo-lhe que eram os officiaes do serviço ordinario, e não pessoas de fora, que só serviam em casos especiaes e extraordinarios. (Nota do traductor).



cissão do auto da fê. Na procissão descripta por Dellen, na qual elle saio descalço, e revestido de hábitos pintados, havia mais de cento e cincoenta presos. Atravessei esta salla varias vezes a passo lento, reflectindo nas antigas scenas, que alli eram passadas, e o inquisidor me acompanhava a meo lado em silencio. Meditei na sorte de muitos meos semelhantes, que haviam passado por aquelle lugar, condemnados por um tribunal de outros peccadores como elles, a serem seus corpos entregues ás chammas, e suas almas á perdição. Então pude deixar de lhe dizer, „ Não desejaria a santa igreja em sua misericordia possuir outra vez aquellas almas para lhes conceder mais uma pouca de provação? „ O inquisidor nada respondeo, mas fez-me signal para que o seguisse a uma porta, que estava no fundo da salla. Por esta porta me conduzio a alguns pequenos quartos, e daqui aos espaçosos aposentos do primeiro inquisidor. Corridos estes, tornou a levar-me á salla grande, e então percebi que elle desejava que eu me ausentasse. Mas todavia disse-lhe, „ Agora, padre, levai-me lá abaixo aos carceres. Preciso ver os presos. „ Não; me respondeo elle, isso não pode ser. Comecei então a desconfiar que a tenção do inquisidor fora desde o principio, mostrar-me só certa parte da inquisição, nà esperanza de satisfazer a minhas investigações de forma geral. Instei com elle apertadamente, mas elle firmemente resistiu, e pareceo até offender-se, ou antes, inquietar-se com minha importunidade. Claramente pois lhe

manifestei que o unico modo de justificar suas proprias asserções e argumentos relativamente ao presente estado da inquisição, era mostrar-me os presos. Que eu queria descrever só o que vira, mas que assim o negocio ficava em temerosa obscuridade. „ Levai-me lá abaixo, repeti eu, ao interior da casa, e deixai-me ver os duzentos carcereiros, de dez pés em quadrado, descriptos por vossos antigos presos. Deixai-me contar o numero de vossos actuaes presos, e conversar com elles. Careço de ver se ha ali alguns subditos do governo britanico, a quem nós devamos protecção. Careço de perguntar-lhes ha quanto tempo alli estão ; ha quanto tempo estão privados de ver a luz do sol, e se ainda esperam tornar a vê-la. Mostrai-me a casa do tormento ; e declarai-me que modos de execução, ou de castigo são ora praticados dentro das paredes da inquisição em vez de o serem em auto publico da fé. Se, depois de tudo quanto tem passado, vós, padre, resistis a este rasoavel pedido, ficarei justificado de crer que vós temeis expór o estado real da inquisição na India „ A estas observações o inquisidor não deo resposta ; mas parecia impaciente por me ver ausentar. „ Meo bom padre, continuei eu, estou para me despedir de vós, e agradecer-vós vossa attenciosa hospedagem ( havia antes sido ajustado que eu faria as ultimas despedidas á porta da inquisição, depois de ter visto o interior ) e eu desejo preservar sempre no meo animo um favoravel sentimento de vossa benignidade e candura. Dizeis que

não podeis mostrar-me os presos e os carcereiros ; tende pois a bondade de me responder meramente a esta pergunta, porque darei credito a vossa palavra :— quantos presos ha agora lá em baixo nos carcereiros da inquisição ? „ O inquisidor respondeo „ Não posso responder a essa pergunta „ Ditas estas palavras, caminhei apressadamente para a porta, e despedi-me delle. Apertámos as mãos com tanta cordialidade quanta neste momento podiamos sentir, e parece-me que ambos nós eramos contristados de que a nossa despedida tivesse lugar com tão carregados semblantes.

Da inquisição fui ao logar da queima, no campo de São Lazaro, á borda do rio, onde as victimas são levadas á queima no auto da fé ( a ). He contiguo ao palacio, para que o vice-rei e sua côrte possam assistir á execução, por quanto foi sempre politica da inquisição dar demonstração de que estas execuções espirituaes eram obra do estado. Um padre velho, que me acompanhava, me indicou aquelle lugar, e me descreveo a scena. Ao passar por aquelle melancolico campo, pensei na differença que havia entre a pura e benigna doutrina, que foi primeiramente prégada na India na idade apostolica, e aquelle sanguinario codigo, que apoz uma longa noute de trevas, foi annunciado nella sob o mesmo nome ! e ponderei na

---

( a ) Todos sabem que o *campo de S. Lazaro* não era á borda do rio, mas nos arrabaldes da cidade, da parte do campo. Foi engano do auctor suppô-lo á borda do rio. ( Nota do traductor ).

mysteriosa dispensação, que permittio aos ministros da inquisição, com seos tormentos e chammas, que visitassem estas terras antes dos arautos do evangelho de paz ( a ). Mas a mais penosa reflexão foi que este tribunal existisse não refreado pela visinhança da humanidade e dominio britanico ( b ).

Não estava eu satisfeito com o que tinha visto e dito na inquisição, e determinei voltar lá. Os inquisidores estavam então em sessão do tribunal, e eu achei uma desculpa para voltar, que era receber do primeiro inquisidor uma carta para o residente britanico em Travancor ( c ) em resposta de outra daquelle official. Quando cheguei novamente á inquisição, e subi as escadas, os porteiros olharam para mim com desconfiança ; mas deixaram-me passar, suppondo que eu voltava com licença ou a chamado do inquisidor. Entrei na salla grande, e fiquei mesmo fronteiro ao tribunal da inquisição, descripto por Dellon, onde está o grande crucifixo. Sentei-me n'um banco, e escrevi uns apontamentos, e pedi a um dos servos da casa que

---

( a ) Quer significar os ministros protestantes, seos collegas. ( Nota do traductor ).

( b ) Temos visto na *nota* de pag. 251, e poderíamos ainda mostrar mais largamente que a Gram Bretanha tinha ainda muita intolerancia que refrear em sua propria casa antes de entrar pela alheia. ( Nota do traductor ).

( c ) O coronel Macaulay, que agora está em Inglaterra. ( Nota do auctor ).

levasse o papel em meo nome ao inquisidor. Quando caminhava pela salla vi uma pobre mulher zentada de cocoras n'um banco junto á parede, e parecia estar mui desolada. Apertou as suas mãos quando eu passei, e deitou-me um olhar que bem exprimia a sua desventura. Esta vista fez-me enregelar os espiritos. Os officiaes da casa me disseram que ella estava esperando ser chamada perante o tribunal da inquisição. Em quanto eu estava fazendo perguntas á mulher acerca do seo crime ( a ), appareceo o segundo inquisidor em evidente inquietação, e quasi a queixar-se da minha intrusão; mas informei-o que havia vindo por causa da carta do primeiro inquisidor. Disse-me que a mandaria depois, e conduzio-me apressadamente até á porta. Quando passamos pela pobre mulher, apontei para ella, e disse ao inquisidor com alguma emphase „ olhai, padre, eis outra victima da santa inquisição ! „ Elle não deo resposta. Quando chegámos ao topo da grande escada, fez uma cortezia, e eu a minha ultima despedida a fr. José das Dores, sem proferir palavra.

---

### **FIM.**

( a ) Quem sabe se a mulher seria apenas chamada para testemunha ? He o que parece, pois estava esperando na salla da entrada. ( Nota do traductor ).



## DOCUMENTOS ( a ).

### NUMERO 1.

Carta do marquez de Tombal ao governador e capitão general da India, D. José Pedro da Câmara ordenando-lhe a extincção da inquisição de Goa ; datada de 10 de fevereiro de 1774.

El-rei meo senhor manda remetter a v. s.<sup>a</sup> as duas provisões inclusas do em.<sup>mo</sup> e revd.<sup>o</sup> cardeal inquisidor geral: contendo uma dellas a extincção da inquisição de Goa com os justissimos motivos qualificados, e approvados pela real authoridade. E contendo a segunda as consequentes ordens, para que, depois que for lida a sobredita primeira provisão, sejam soltos todos os presos, que se acharem reclusos nos carceres ainda que se achem julgados ; sejam os processos delles ( pendentes ou sentenciados ) encaixotados e remettidos; sejam entregues na junta da real fazenda todas as scmmas de dinheiros, que se acharem nos cofres do secreto, cu do fisco; sejam entregues a v. s.<sup>a</sup> todos os moveis pertencentes á dita inquisição extincta, e das mais casas a ella annexas sem reserva alguma ; e sejam entregues ao commissario novamente criado por sua eminencia na cidade de Goa todos os livros, autos, e papeis, que antes se guardaram no archivo, ou cartorio da sobredita inquisição.

Ambas as referidas provisões serão por v. s.<sup>a</sup> conservadas no mais inviolavel segredo em quanto não tiver estabelecido a authoridade do seo governo, para fazer respeitar as suas disposições e ordens : isto é, com os efficases meios

---

( a ) São os documentos alludidos no fim da nota ( a ) da pag. 3

ordenados por sua magestade nas instrucções firmadas pela real mão no mesmo dia de hoje dez do corrente mez ; e com as outras prevenções que tenho participado a v. s.<sup>a</sup> pela secretissima carta que lhe acabo de expedir na mesma data desta.

Porém logo que v. s.<sup>a</sup> se achar assim estabelecido, ordenará ao ouvidor geral: Que presentando-se na sala da inquisição em hora que os ministros della se achem congregados ; faça saber á mesa, que tem negocio importante que lhe comunicar da parte de el-rei e da do em.<sup>m.</sup> e rm.<sup>o</sup> cardeal inquisidor geral.

E que logo que chegar a referida mesa lhe intime=  
*Que a sua commissão consiste em apresentar nella as ditas provisões, em cobrar recibo em authentica forma, de que foram entregues ; e em lhe declarar que tem todas as ordens necessarias de concorrer para a execução das mesmas provisões com tudo o que couber na sua jurisdicção etc.*

No caso, em que aquelles ministros ( pouco costumadas a obedecer, sendo pelo contrario a illudirem com pretextos as ordens, que vão deste longe de Portugal ) pertendam metter tempo em meio debaixo de protestos, e de replicas ; ou de outras semelhantes delongas ; lhe responderá logo o dito ouvidor : *Que v. s.<sup>a</sup> tem ordens positivas de fazer prompta e effectiva a execução das ditas provisões sem admittir requerimento algum, que possa dilatala.* E no outro caso pouco esperavel de mostrarem ainda renitencia ; lhes intimará o mesmo ouvidor significantemente que considerem, que logo que isto chegar á presença de v. s.<sup>a</sup>, os mandará tratar como rebeldes a el-rei e ao em.<sup>m.</sup> e revd.<sup>o</sup> cardeal inquisidor geral : E que serão como taes



reclusos e remettidos pelo primeiro navio à presença da sua magestade, e de sua eminencia. O que tudo v. s.<sup>a</sup> executará oportunamente conforme as diversas circumstancias dos factos o forem indicando.

Em effeito da segunda das ditas provisões ; fazendo v. s.<sup>a</sup> entrar no cofre da junta da fazenda real as sommas, que se acharem nos do secreto, e fisco, mandará transportar tudo o que forem moveis para o palacio do governo. Ao qual o dito senhor faz mercê de todos os sobreditos moveis para nelle ficarem servindo com os usos, a que mais propriamente poderem applicar-se.

O emm.<sup>o</sup> e revd.<sup>o</sup> cardeal inquisidor geral nomeou um commissario do santo officio na cidade de Goa. E s. magestade é servido que v. s.<sup>a</sup> o auxilie em tudo o que couber na possibilidade, e elle representar a v. s.<sup>a</sup>, a quem previno que havendo a provisão do dito commissario sido confiada ao reverendo arcebispo ; o deve v. s.<sup>a</sup> acautellar secretissimamente, para que recate a mesma provisão no mais profundo e impenetravel segredo, em quanto v. s.<sup>a</sup> lhe não disser que pode entregal-a ao nomeado para exercitar a jurisdicção, que ella lhe confere.

Deos guarde a v. s.<sup>a</sup>. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 10 de fevereiro de 1774.—*Marquez de Pombal*—  
Sr. D. José Pedro da Camara. ( *Livro das monções* n.<sup>o</sup> 152, fl. 149 ).

NUMERO 2.

Carta do desembargador ouvidor geral Feliciano Ramos Nobre Mourão ao governador e capitão general, D. José Pedro da Camara sobre a extinção da inquisição de Goa, datada de 22 de fevereiro de 1775.

Illm.º e exm.º sr.—Em execução da ordem de sua magestade e de v. ex.ª fui a mesa do santo officio, apresentei nella as provisões do exm.º e revd.º cardeal inquisidor geral, de que cobrei recibo em authentica forma, que acompanha esta, notado com o n.º 1.º ( a ), e lhe declarei ter todas as ordens necessarias de v. ex.ª de concorrer para a execução das mesmas provisões.

Lidas as ditas provisões na referida mesa, logo lhes deram prompta execução, sem que nella hesitassem, nem por um momento; porque mandaram logo soltar os presos, que se achavam nos carceres, e ainda os da casa de polvorra, como consta dos documentos notados n.º 2.º e 3.º (b).

Fez-se inventario de todos os livros, autos, e processos com os mais papeis, que se guardavam no archivo e cartorio da sobredita inquisição, que se entregaram ao rd.º João

[ a ] O doc. n.º 1.º vai adiante na sua integra.

( b ) O doc. n.º 2 é uma certidão do escrivão interino da ouvidoria geral, Joaquim José da Silva Carneiro, datada de 27 de outubro do mesmo anno 1774, dando os nomes de 6 afañcados [ um padre de Curtorim de Salcete, 3 seculares, e 2 mulheres, todos 5 de Assonorá de Bardez ] cujos termos se averbaram; e de 2 presos Antonio Rodrigues Extremoz, portuguez, natural de Extremoz, e Francisco de Mello casado e morador de Bastorá de Bardez, que elle vio sairem á rua, dos carceres do santo officio.

Nogueira da Cruz, commissario nomeado por s. eminência; como consta das certidões n.º 4.º e 5.º ( a ).

No mesmo dia na minha presença, do escrivão, e thesoureiro da junta da fazenda real, que v. ex.ª mandou para se receber o dinheiro; se abriu o cofre do secreto, contou-se todo o dinheiro, que se remetteo logo no dito cofre para entrar no da dita junta, e se achou a quantia de 22,000 xerafins, como consta da certidão n.º 6.º ( b ).

Abriu-se tambem na mesma sorte no dito dia o cofre do fisco, e se remetteram para o cofre da dita junta a quantia de 2.479:0:07½ em dinheiro, e as peças de ouro, prata, e vidros (*sic*) com tudo o mais, que consta da certidão n.º 7, ( c ) em que muitas partes tem direito.

O doc. n.º 3 é a lista nominal dos presos, que se achavam na prisão da casa de pólvora, sendo *depositados* 5 [ 2 homens e 3 mulheres ] e *degradados* 26 [ 16 homens e 10 mulheres ]. E' referendada pelo escrivão Manoel Caetano Gonçalves, e datada de 26 de outubro de 1774.

[ a ] O doc. n.º 4 é certidão referendada pelo commissario, João Nogueira da Cruz, e datada de 26 de outubro de 1774, certificando estar entregue de um caixote, em que se metteram os processos não findos com o seo inventario.

O n.º 5 é outra certidão da entrega de 13 caixões com papeis e livros do archivo do santo officio: é assignada pelo mesmo commissario, e datada de 3 de fevereiro de 1775.

[ b ] O doc. 6.º é certidão do escripturario da contadoria geral, de ter receiptado 22:000 xerafins, que se recebeu do padre Thomé da Costa, thezoureiro do santo officio. Traz a data de 17 de fevereiro de 1775.

{ c } O doc. 7.º é outra certidão de receita de 2,479:0:07- e enumera os trastes de ouro, prata, e pedraria, que se recolheram. Não vale a pena mencionar os cravos, botões, e outras quinquilharias, que a certidão declara por miudo. E' data da de 21 de fevereiro de 1775.

Fiz inventario de todos os moveis pertencentes á dita inquisição, e mais casas annexas, como se vê do documento n.º 8.º (a). V. ex.ª mandará o que for servido.

Deos guarde a v. ex.ª muitos annos, 22 de fevereiro de 1775.—Ilhm.º e extm.º sr. D. José Pedro da Camara.—O desembargador ouvidor geral do estado, *Feliciano Ramos Nobre Mourão*. ( *Livro das monções* n.º 152, fl. 151 ).

[a] O doc. 8.º é o inventario de todo o movel, que se achou nas casas, salas, e carceres do tribunal do santo officio, que mandou fazer na sua presença o desembargador Feliciano Ramos Nobre Mourão. Contém, 1.º o movel da *sala da audiencia e despacho*, em que de mais precioso havia só 6 eserivaninhas de prata, cada uma com 4 tinteiros e duas campainhas de prata, e um missal forrado de veludo com broche de prata, das quaes, duas eserivaninhas, e o missal hoje existem na secretaria do governo geral. 2.º Na *casa da primeira audiencia*, nada de notavel. 3.º Na *segunda casa de audiencia*, existia a livraria com 52 obras, que vem relacionadas *nominatim*; são pela maior parte da profissão do tribunal. 3.º Na *Saleta* nada. 4.º Na *capella* os respectivos utensilios de prata. 5.º Dentro das *casas dos carceres* além dos trastes de cobre, ferro, latão, e pão, encontraram-se 60 camisas brancas grossas, que serviam para os réos, 61 calções cumpridos de linha grossa de Balagarte, que serviam para os mesmos réos, 60 cutões da mesma linha para os ditos réos, 57 calções azues grossos de amadabá, 37 habitos de mulheres de panno azul de amadabá, 31 toucados brancos grossos. E nos mesmos carceres existiam para o serviço 3 negras velhas por nome Maxima. Catharina aleijada de uma perna, e Quiteria cêga de um olho. 6.º Na *sala grande* nada de notavel. 7.º Na *casa do secreto* da 1.ª audiencia, tambem nada de notavel.

NUMERO 3. (a).

Recibo da entrega de duas provisões da extincção da inquisição de Goa, lavrado em 26 de outubro de 1774.

Aos 26 dias do mez de outubro de 1774 annos nesta cidade de Goa na casa do despacho da santa inquisição, estando ali o inquisidor da terceira cadeira, Jose Antonio Ribeiro da Motta, e não assistiram os mais por estarem impedidos, e tambem estando presentes os padres-mestres deputados frei Sebastião do Rozario, frei Valerio da Purificação, frei Theodoro de Santa Maria, frei José de S. Joaquim, frei Manoel de S. Thomas, e o promotor della Melchior Antonio Cabeça, estando todos congregados, fez saber o desembargador ouvidor geral do estado a esta mesa que tinha negocio importante que lhe communicar da parte de el-rei nosso senhor, e da do em.<sup>mo</sup> e revd.<sup>o</sup> sr. cardeal inquisidor geral; e chegando a esta dita mesa o dito desembargador ouvidor geral, nella apresentou uma carta do dito em.<sup>mo</sup> e revd.<sup>o</sup> sr. cardeal inquisidor geral, que continha dentro duas provisões de s. eminencia por elle assignadas, uma da data de 20 de janeiro deste anno, e outra da data de 8 de fevereiro tambem do mesmo anno, pelas quaes se extingue esta dita inquisição de Goa, e se dão varias providencias, que se devem executar em consequencia da dita extincção; e para constar mandaram passar este recibo em authentica forma de como foram entregues as ditas duas provisões de sua eminencia por mim notario Pedro Antonio Correa, em que me assignei com o dito inquisidor e deputados, dia, mez,

---

[ a ] E o doc. n.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup> da nota [ a ] de pag 268.

e era ut supra.—*José Antonio Ribeiro da Motta*.—*Frei Sebastião do Rozario*—*Frei Valerio da Purificação*—*Frei Theodoro de Santa Maria*—*Frei José de S. Joaquim*—*Frei Melchior Antonio Cabeça*—*Frei Manoel de Santo Thomaz*—*Padre Antonio Correa*. ( Livro 152, fl. 152 ).

#### NUMERO 4.

Resposta do marquez de Pombal depois de ser sahedor da extincção da inquisição de Goa ; datada de 12 de janeiro de 1776.

Recebi a carta de v. s.<sup>a</sup> datada de 2 de março do anno proximo passado, em que me participa a execução que deo ás reaes determinações de s. magestade procedendo logo na extincção da inquisição dessa cidade, e de fazer entrar no cofre da junta da fazenda real da mesma as sommas que se achassem nos do secreto e fisco, como consta dos documentos inclusos na dita carta, e do mais que se insinuava a v. s.<sup>a</sup> na carta que se lhe dirigio ; no que fico de acordo, recomendando muito a v. s.<sup>a</sup> a execução das ordens de s. magestade.—Deos guarde a v. s.<sup>a</sup> Lisboa, 12 de janeiro de 1776.—*Marquez de Pombal*—*Sr. D. José Pedro da Camara*. ( fl. 679 do Livro 157 ).

#### NUMERO 5.

Carta regia nomeando presidente secular ao tribunal da inquisição de Goa [ a ] datada de 3 de junho de 1809.

Antonio Gomes Pereira da Silva, chanceller da relação de Goa. Amigo. Eu o principe regente vos envio muito sau-

---

( a ) Por officio da côrte n.º 28 referendado pelo conde de Anadia, e dirigido ao v. rei conde de Sarzedas, se remetteo

dar. Constando veridicamente na minha real presença os inconvenientes que devem necessariamente resultar para a conservação da nossa santa religião nesses meos estados da India, da nimia relaxação de alguns dos deputados do tribunal da inquisição, aos quaes se pode obstar com a nomeação de um presidente secular, ornado de virtudes e das mais partes que o façam apto para fazer observar com espirito evangelico o regimento daquelle tribunal em proveito da igreja e do estado, e sem alteração do socego dos meos vassallos pacificos de crença differente. E conhecendo a obrigação que me incumbe, como pai de meos vassallos, protector da igreja e defensor da fé, de acudir com remedio opportuno e efficaz aos gravissimos damnos, que já se padecem por effeito da causa acima apontada, e de remover a occasião de se reproduzirem e aggravarem. E confiando que desempenhareis o conceito que me mereceis sendo o instrumento da emenda da relaxação acima ponderada e dos abusos subsequentes de authoridade tão prejudiciaes aos verdadeiros interesses da religião e do estado: hei por bem, em quanto não sou servido dar outras providencias decisivas e permanentes, nomear-vos, como por esta vos nomeio, 1.º presidente do tribunal da inquisição de Goa, e conferir-vos a jurisdicção de regular, á maneira dos presidentes dos meos outros tribunaes, a economia e policia internas do sobredito tribunal da inquisição desse estado; concedendo-vos, como com effeito vos concedo, a prerogativa de invalidar qualquer sentença, ordem ou mandato de mes-

---

a carta regia dirigida ao chanceller da relação, ordenando-se ao dito vice-rei que a comprisse na parte que lhe tocava a respeito da presidencia do tribunal da inquisição dada ao referido chanceller.

mo tribunal pela simples ausencia da vossa assignatura ou firma, a qual mando e quero que seja essencialmente necessaria para que tenham validade todos e quaesquer actos do referido tribunal da inquisição ; os quaes ficarão por consequencia nullos e de nenhum effeito todas as vezes que lhes faltar aquella indispensavel e essencial solemnidade. E ao vice-rei e capitão general de mar e terra dos estados da India mando participar por copia esta minha carta regia, não só para que elle fique na intelligencia do seo contexto, mas para que vos mande dar posse da sobredita presidencia com as formalidades do estilo. O que me pareceo participar-vos para que tenhaes entendido e cumpraes tudo quanto por esta vos é ordenado. Escrita no palacio do Rio de Janeiro em 29 de maio de 1809.—Principe. Secretaria de estado em 3 de junho de 1809.—*José Manoel Placido de Moraes (a)*.

#### NUMERO 6.

Carta regia datada de 16 de junho de 1812 ordenando pela 2.<sup>a</sup> vez total extincção da inquisição de Goa.

N.º 315.—Conde de Sarzedas, vice-rei e capitão general de mar e terra do estado da India. Amigo. Eu o principe regente vos envio muito saudar como aquelle, que amo. Tendo manifestado em todas as minhas reaes disposições, e particularmente naquellas promulgadas depois que transferi a minha augusta residencia para esta cõrte do

---

[a] Esta ordem participou o v. rei á cõrte por seo officio n.º 28 de 9 de dezembro que fora cumprida por elle pela parte que lhe tocava investindo da posse da presidencia o dito chanceller [ Livro 189, fl. 158 ].



Rio de Janeiro, quaes são os meos reaes desejos, e intenções de promover a prosperidade, e engrandecimento desse estado da India, que o successivo tracto dos tempos, e alguns desastrosos acontecimentos haviam feito tão sensível, e lastimosamente decahir daquella primitiva grandesa, e esplendor, com que alli se fixou a gloria do nome portuguez, não havendo eu omitido para reanimar a industria, commercio, e navegação daquella parte dos meos reaes dominios todas as providencias, liberalidades, e isenções que me tem parecido conducentes a verificar tão importante projecto: Hei determinado auxiliar ainda o effeito destas beneficas disposições, procurando obter o necessario accrescimo de população, e industria daquelle paiz, mediante a remoção daquelles obstaculos, que parecem ter desviado ate agora dalli o desejado concurso, e estabelecimento de povos de differentes seitas, e nações, a quem ainda intimida a idéa pavorosa dos antigos procedimentos com que a inquisição de Goa atterrou as gentes da India, pelos rigores praticados no exercicio de suas funcções, tão contrarios ao verdadeiro espirito da sua instituição, como oppostos ás pias intenções de meos augustos e reaes progenitores. Pelo que unindo-me aos principios de bem entendida politica, com que o senhor rei Dom José meo senhor e avô, que sancta gloria haja, adoptou o arbitrio de mandar abolir no anno de mil setecentos e setenta e quatro o tribunal da inquisição de Goa; e havendo cessado os motivos, e considerações, que poucos annos depois aconselharam a necessidade do restabelecimento daquelle tribunal; sou ora servido extingui-lo para sempre, e declarar, como por esta declaro, que nos meos estados da India será reconhecida a tolerancia de todos os cultos de seos differentes habi-

tantes, contra os quaes prohibo que se commettam quaesquer actos violentos, pelo exercicio de suas seitas, praticando-se nesta parte aquillo que observam as nações mais civilisadas, e que procuram com esta tolerancia o engrandecimento do seo paiz, ficando com tudo entendido que na publicidade da profissão dos cultos gentilicos haja aquelle recato que exige o respeito, e veneração devidos a nossa sancta fé catholica romana, como a unica religião dominante do reino de Portugal, que me proponho guardar inviolavel em toda a sua pureza, e decoro. O que me pareceo participar-vos para vossa intelligencia e sua devida, e immediata execução. Escripta no palacio do Rio de Janeiro em desaseis de junho de mil oitocentos e doze.==  
Principe—Para o *Conde de Sarzedas*. ( Livro 192 das monções fl. 290 ).

#### NUMERO 7.

Resposta do vice-rei conde de Sarzedas de 20 de dezembro de 1812 dando parte da extincção total da inquisição de Goa.

N.º 67.—Ilm.º e exm.º sr.—Accuso recebida a carta regia de 16 de junho de 1812 n.º 315, pela qual sua alteza real, o principe regente nosso senhor, em virtude dos justos fundamentos nella expendidos, foi servido extinguir o tribunal da inquisição de Goa, e declarar que nos seos estados da India será reconhecida a tolerancia de todos os cultos de seos differentes habitantes, contra os quaes prohibe que se comettam quaesquer actos violentos pelo exercicio de suas seitas, praticando-se nesta parte aquillo que observam as nações mais civilisadas, e que procuram com esta tolerancia o engrandecimento do seo paiz ; ficando

com tudo entendido, que na publicidade da profissão dos cultos gentílicos haja aquelle recato, que exige o respeito e veneração devidos a nossa santa fé catholica romana como a unica religião dominante do reino de Portugal, que sua alteza real se propõe guardar inviolavelmente em toda a sua pureza e decôro.

Logo que recebi esta real ordem, expedi o officio n.º 1.º ao chanceller do estado para elle pôr em execução quanto sua alteza real acabava de determinar; e como era preciso dar mais algumas providencias relativas a objectos annexos á extincção da inquisição, não tendo eu recebido ordem alguma a este respeito, me regulei em tudo pelas ordens que aqui achei, vindas de Lisboa em 1774, quando naquelle anno se extinguiu aquelle tribunal, que remetto por copia n.º 2.º.

O mencionado chanceller executou quanto lhe ordenei com aquella promptidão, e acerto com que sempre se emprega no real serviço, e me deo a parte, que remetto a v. ex.ª n.º 3.º Sobre os quissitos que elle me fez na mencionada parte respondi com o meo officio n.º 4.º e portarias á elle unidas.

O doc. n.º 5.º é o inventario original que elle me remetteo, ficando aqui outro original de tudo quanto pertencia ao santo officio, e em virtude da real ordem mencionada n.º 2.º mandei vir para este palacio de sua alteza real, que serve para a minha residencia, as cousas, que se mencionam nos mappas e recibos n.ºs 6, 7, e 8, onde ficam servindo até a determinação de sua alteza real. As cousas pertencentes á capella, e um coixinho onde se diz existe o corpo de St. Victor Martir, ficarão na capella real deste palacio, e são os que constam do mappa 6: as que

se encontram no ditz n.º 7.º ficando na secretaria do estado, que são, entre outras pequenas coisas umas escretinhas de prata, onde não havia alguma decote, as quaes já ali tinham servido quando se extinguio a inquisição em 1774, e o mappa n.º 8.º indica algumas cousas que ficarão nas sallas do mesmo palacio. Tudo o mais ordenei ficasse depositado no arsenal real da marinha, até sua alteza real determinar o que for servido, e vem a ser quanto consta do mappa n.º 9.

Pelo dec. n.º 10 verá v. ex.ª, que se achou no cofre do santo officio, e da contaria, que ali havia de S. Pedro Martin, a quantia de 26.452.313, a qual em virtude da mesma real ordem n.º 2.º mandei receber nos cofres da real fazenda, onde se recebeu, e se vê do ditz dec. n.º 10. Os livros da receita e despesa, attinentes áquelles dinheiros, os remetti para a contadaria geral, como consta dos documentos n.º 11 e 12.

Determinei que se fizesse annualmente a festa de S. Pedro Martin, documento n.º 13, por me persuadir não ser da intenção de sua altiza real diminuir em cousa alguma o culto deste santo, e porque para esta festa paga annualmente a cidade de Cincolim, hoje pertencente à casa de Fronteira, a quantia de 600 rrsafms que chega sufficientemente para a sua despesa; desejo com tudo saber qual é a vontade de sua altiza real.

Ao extincto santo officio se daviam algumas quantias de dinheiro; determinei facerem cobradas pela fazenda real, e a seu beneficio, n.º 13.

Pelo dec. n.º 14 se vê que tres negros que haviam para o serviço do palacio da inquisição, se mandei para o serviço da real casa da fabrica de pólvora, onde se acham registadas ao seo almoxarife.

Como se achou ser uma coisa inusitada os papeis que compunham o archivo daquelle tribunal, e que na secretaria do estado não havia lugar onde elles pudessem ser ar-  
rependidos, como eu tinha determinado, ordenei que ficas-  
sem em uma casa do arsenal real, mettidos em grandes sa-  
cos signetados com armas reaes por um inquisidor e fe-  
chada a casa com tres chaves, das quaes eu fiquei com u-  
ma, outra na secretaria, e outra na mão do intendente da  
marinha: pareceo-me justo tomar todas estas providencias  
de cautela com estes papeis, porque existindo nelles, se-  
gundo me dizem, todos os autos do santo officio de Goa  
desde a sua creação, se acaso não se guardassem com to-  
do o cuidado, poderia haver motivo para se diffamarem a-  
inda mesmo falsamente todas as familias do estado, e oca-  
sionarem por esta occasião inimizades e intrigas de qua o paiz  
tanto abunda.

Em 1774 dizem que estes papeis e até a armazém das  
mesmas casas, mesas, cadeiras &c. ficou tudo como dan-  
tes nas mesmas casas do santo officio, entregues os papeis a  
um commissario geral, que veio para este fim nomeado de  
Lisboa, e como agora não ha commissario, dei aos papeis o  
destino que acabo de referir, não me parecendo prudente  
deixal-os nas casas do santo officio, por duas razões: a 1.<sup>a</sup>  
porque assim ficam mais bem guardados, e a 2.<sup>a</sup> porque  
ficando elles ali, e muito mais se as casas ficassem arma-  
das em forma de tribunal, como em 1774, se capacita-  
riam ainda estes povos que a inquisição ternaria a resus-  
citar, como aconteceu em 1778: e eu assentei ser de in-  
tensão de sua altilza real tirar aos povos até o mais peque-  
no genero de desconfiança e vista de quanto são supersti-  
ciosos, e aqui principalmente, e o quanto se persuadem de

argumentos de factos. Será justo que sua alteza real determine o que quer se faça destes immensos processos e papeis, e como eu estou persuadido que não é conveniente que elles torpem a ser vistos por pessoa alguma, parece-me que seria justo mandal-os queimar.

Todos os outros papeis e livros foram remettidos á secretaria do estado, onde estão em caixões signetados por um dos inquisidores com o sello das armas reaes, e consta o n.º de caixões pelo doc. n.º 7. Sua magestade real determinará a seo respeito o que for servido.

Um jogo de ordenações que havia, as mandei ficar para uso da secretaria, por ser cousa muito precisa ali, e que lá não existiam.

As casas pertencentes ao santo officio mandei que se concertassem pelo que pertence aos concertos indispensaveis pela junta da real fazenda n.º 13.

Em Salcete, Bardez, Moçambique, Dio, Damão, e Macão havia commissarios deste extincto tribunal, apesar de não ter havido ordem alguma a seo respeito, assentei que extincto o tribunal que lhes conferia jurisdicção, elles já a não podiam exercer, e portanto lhes dirigi as cartas circulares que remetto por copia n.º 15, e ficaram extinctos. O de Moçambique que não receberá ordem se não para março ou abril, aqui remetteo uma carta ao santo officio, que me foi entregue depois da sua extincção, e a mandei guardar fichada na secretaria na intelligencia de a considerar como nullo, por se achar já acabada a commissão de quem e para quem era dirigida.

Aqui ha um chancellor das 3 ordens militares, e por ordens que parece que existem nos livros do santo officio servia aquellê lugar o inquisidor da 1.ª cadeira: como ago-

ra se acha vago e era preciso dar providencia para se sa-  
larem os provimentos das igrejas e beneficios expedi a por-  
taria por copia n.º 18 nomeando interinamente para aquel-  
le lugar o chanceller do estado, por me parecer ser mais  
proprio ficar tudo unido em uma só chancellaria, e espero  
saber a resolução de sua alteza real.

Os 2 inquisidores e promotor do santo officio, que fica-  
ram extinctos, me apresentaram os requerimentos que po-  
nho na presença de sua alteza real n.ºs 17, 18 e 19. Por  
elles pedem o que v. ex.<sup>a</sup> poderia ver dos mesmos. Eu te-  
nho pensado este negocio, e vendo que estes frades pe-  
los seos serviços merecem alguma contemplação, e que em  
1774 os inquisidores, que aqui havia, foram mandados  
para Portugal, onde foram empregados. E attendendo o es-  
tado da velhice decrepita em que um se acha, e outro não  
menos pelas suas doenças, interpretando a vontade de sua  
alteza real, ordenei que se lhe continuem os seos salarios  
aquelles que recebiam somente pela real fazenda até a re-  
solução de sua alteza real. Elles acham-se ainda pagos até  
o fim do quartel que finda em dezembro, de maneira que  
se a vontade de sua alteza real for que se continuem com  
os seos pagamentos, tenho eu feito bem; e no caso con-  
trario o prejuizo virá a ser somente dos quarteis de ja-  
neiro e junho uma vez que a real resolução pode aqui  
chegar antes do quartel de setembro. Cada um dos inqui-  
sidores percebeo do seo salario por quartel 416:3:20 e  
o promotor 166:3:20. Resta-me fallar, pelo que pertence  
a extinctão da inquisição, unicamente sobre um objecto  
qual é a falta de um ministro para na relação se senten-  
cearem as causas para que se precisam de 6 votos, e que  
por ordem real se suppria chamando um inquisidor. Re-

servo esta materia porém para um officio separado. Deos guarde a v. ex.ª Goa, 20 de dezembro de 1812.—Illm.º e exm.º sr. Conde das Galveas.—*Conde de Sarzedas.*

**Documentos de que faz menção o officio antecedente.**

**1.º**

Officio do conde de Sarzedas ao conselheiro, chanceller do estado, Antonio Gomes Pereira da Silva.

Para cumprida e prompta execução da carta regia de 16 de junho do presente anno, que no seo original remetto inclusa, v. s.ª fará convocar á mesa do santo officio n.º primeiro dia util depois da data desta, todos os ministros daquelle tribunal, onde v. s.ª declarando em o augusto nome de sua alteza real o principe regente nosso senhor que desde esse dia fica o sobredito tribunal extincto para sempre, e como seja preciso occorrer com outras providencias a respeito dos mais objectos relativos á extincção daquelle tribunal, regulando-me em tudo com as reaes ordens expedidas em 10 de fevereiro de 1774, quando naquella epoca foi extincta a mencionada inquisição, nomeio a v. s.ª como o magistrado mais authorisado do estado, para que acompanhado de um ou mais escrivães que escolherá a seo arbitrio, passando ao palacio da extincta inquisição faça soltar todos os presos, que se acharem reclusos nos carceres, ainda que se achem julgados ; sejam os processos delles ( pendentes ou sentenciados ) encaixotados e remettidos á minha presença pela secretaria do estado, onde ficarão em recatado deposito, até a ultima determinação de sua alteza real o principe regente nosso sr. ; faça



entregar a junta da real fazenda todas as sommas de dinheiro, que se acharem nos cofres do secreto ou do fisco, e ser-me-hão entregues todos os moveis pertencentes á dita inquisição extincta e das mais coisas a ella annexas sem reserva alguma com o seo competente inventario ; e todos os livros, autos, e papeis que antes se guardavam no archivo ou cartorio da sobredita inquisição serão outro sim signetados, inventariados, e remettidos á minha presença pela sobredita secretaria do estado. Confio do zelo e reconhecida actividade de v. s.<sup>a</sup> haja de executar quanto sua alteza real soberanamente determina, e eu acabo de lhe ordenar. V. s.<sup>a</sup> restituirá á secretaria do estado a carta regia mencionada, bem como me apresentará o competente recibo das sommas entregues na real fazenda. Deos guarde a v. s.<sup>a</sup>. Pangim, 3 de outubro de 1812—*Conde de Sarmazedas*.—Sr. conselheiro Antonio Gomes Pereira e Silva, chanceller do estado. (fl. 205. do livro 192 ).

O documento 2 está já copiado na sua integra a pag. 265.

### 3.º.

Illm.º e exm.º sr.—No dia de hontem que se contaram 8 do corrente, com aviso anticipado, fui a mesa do santo officio para dar a mais prompta e effectiva execução ás ordens de sua alteza real o principe regente nosso sr., das quaes v. ex.<sup>a</sup> me fez a honra de incumbir-me, e depois de lida em mesa a carta regia que torno a enviar na forma determinada no officio de v. ex.<sup>a</sup> passei a pôr tudo em ordem nos termos no mesmo officio especificados ; que tudo vou fazer presente a v. ex.<sup>a</sup>.

~ Não foi preciso soltar presos, porque nem um só havia nos cárceres do santo officio.

Na casa, de muitos annos a esta parte, não ha cofre de confisco, e só sim um em que se recolhem os rendimentos dos guddões ou armazens e outras officinas, que se costumavam arrendar, e os restos da applicação das obras; e feita a liquidação das despesas diarias e do sustento dos servidores, e tres escravas, que cuidam da guarda, asseio e serviço da casa, e lançada no livro, está prompto para se entregar.

Ha na casa outro cofre, da confraria de S. Pedro Martir, estabelecida no convento de S. Domingos; que sempre foi administrado pelos inquisidores; no qual haverá mil e tantos xerafins, porque nelle se recolhem as contribuições applicadas para a festa do mesmo santo; nos quaes são comprehendidos cem xerafins annuos por vontade e devoção impostos pelos administradores do condado de Cuncolim nas suas rendas, e á mesma confraria pertencem algumas peças e trastes de ornato da capella do mesmo santo, assim como uns bancaes, com que se cobre o pavimento; que tudo constará a v. ex.<sup>a</sup> pelo inventario; sobre o qual v. ex.<sup>a</sup> resolverá o que for mais justo.

No mesmo acto se lembraram os inquisidores que se tinham feito arrematações de algumas obras para reedificação e reparos do edificio; e só restava fazer os balanços e pagar as ultimas partes, e v. ex.<sup>a</sup> determinará se se deverão ullimar pelos inquisidores ou de que modo.

No mesmo dia de hontem se deo principio do inventario de tudo o que ha na casa do santo officio por dois escrivães que me acompanharam, que hoje vão continuar e nos mais dias que forem necessarios, mas será preciso que v. ex.<sup>a</sup> providen-

cie pelo intendente da marinha alguns caixotes para se arranjarem peças, de prata e livros, e outras cousas; assim como embarcações para a occasião de estar tudo prompto para se poder enviar para os destinos por v. ex.<sup>a</sup> ordenados.

Finalmente necessito que v. ex.<sup>a</sup> me determine que destino deve dar ás tres escravas da casa, para logo que se acabe o inventario e se verifique a entrega da casa, sem o que não podem despedir-se os servidores que a guardam.

Fico esperando as resoluções de v. ex.<sup>a</sup> para lhe dar a mais exacta execução com aquelle zelo, e actividade, com que costumo empregar-me no real serviço. Daugim, 9 de outubro de 1812.—O conselheiro chanceller do estado, Antonio Gomes Pereira e Silva. (fl. 295 do livro 192 ).

O n.º 4 é o officio do conde de Sarzedas ao chanceller, datado de 15 de outubro, e registado no respectivo livro de *cartas e ordens*, incluindo suas portarias para recolher no thesouro publico o dinheiro; no arsenal da marinha os caixotes e alfaia; e na fabrica da polvora as 3 negras destinadas para o serviço daquella casa.

O n.º 5.º é o auto e o inventario ou relação dos utensilios que foram depositados no arsenal da marinha, e que é ordenado em artigos, 1.º Fato que existe na *capella da inquisição*; 2.º Trastes que existem na 1.ª *casa da audiencia*; 3.º Trastes que existem na 2.ª *casa da audiencia*; 4.º Do que existe na *casa do despacho*; 5.º Trastes que existem na *saleta*; 6.º Trastes que existem na *sala da entrada*; 7.º Trastes que pertencem a *S.º Pedro martir*; 8.º Trastes que existem na *casa do secreto*; 9.º,

Livros impressos que são os seguintes—Um regimento novo do santo officio da inquisição—3 ditos velhos—2 obras de Carena da santa inquisição—1 tomo de Guerreiro—1 livro de Repertorio por Mendes de Castro—1 collecção das leis sobre os sigillistas—2 tomos da Deducção chronologica—4 Lucerna inquisitorum—Collectorio das bullas a respeito do santo officio—1 livrinho de aforismos. Por esta occasião notaremos que muito maior foi em 1774 a arrecadação dos livros da mesma inquisição e importante em 62 obras, como já se disse, e se vê da seguinte relação—Torresilha vol. 8; Farinaceo vol. 7; frei Antonio do Espirito Santo vol. 3; Tiraquello vol. 5; Menoquio vol. 1; Sanches de matrimonio vol. 2; Valasco em cultuação vol. 1; Barbosa de judicis vol. 1; Escobar de puritate vol. 1;Codigo vol. 1; Digesto vetus vol. 4; Infortiatum vol. 1; Directorium inquisitorum vol. 2; Repertorium inquisitorum, vol. 1; Marta decisões vol. 3; Sales vol. 1; Delrio disquisitiones ( sic ) vol. 1; Sinerta opera vol. 1; Gregorio Lopes vol. 1; Azorio vol. 2; Index dos livros prohibidos vol. 4; Paulo Christiano vol. 4; Benedicto vol. 1; Paramos de origine vol. 1; Sexto decretalium vol. 1; Molina vol. 1; Collectorio das bullas vol. 1; Vanguerve vol. 1; Biblia vol. 1; Torre Blanca vol. 1; Sousa Aforismos vol. 2; Ordenações do reino em 1 vol; Sciencia del confessor, vol. 1; Concilia Navarres. vol. 1; Summa de casos de consciencia vol. 2; Barbosa de canonicis vol. 1; Summa theologica vol. 1; Valle de incantatione vol. 1; De catholica institutione vol. 1; Defensio indiarum vol. 1; Guerreiro de privilegiis vol. 1; Carena vol. 1; Repertorio das ordenações vol. 1; Sanches de cal. vol. 1; livros de letra mourisca vol. 2; Lucerna inquisitorum

vol. 1; um livro grande (in folio) sem titulo; um livro pequeno de meia folha sem titulo; Deducção chronologica e analitica vol. 2; Petição do recurso do procurador da corôa; collecção das leis promulgadas vol. 1; Breviario romano vol. 1. ( Livro n.º 152 fl. 163 e 164 ). 10.º Roupas da serventia dos carcerees e mais trastes de cobre, latão, ferro e pão. Existiam 58 calças cumpridas de riscas pretas e brancas de cadia, das quaes duas ruidas; 58 vestias do mesmo cadia; 49 camisas lisas usadas de porcaló; 11.º trastes de cobre; 12.º ditos de latão; 13.º ditos de ferro, pão e pedras; 14.º Fato que existe na casa da doutrina.

O n.º 6 é a relação dos objectos da Inquisição, que vieram para a capella do palacio do governo, dos quaes além da imagem grande de crúfixo, que existe na sacristia, cremos que tudo o mais se acha consumido ou reformado.

O n.º 7 é a relação dos objectos do mesmo tribunal, que vieram para a secretaria do governo, dos quaes hoje existem 2 escriptas de prata, os 2 sellos, missal, e mais alguns livros.

O n.º 8 é a relação do que veio para o uso do palacio do governo.

O n.º 9 é o que foi mandado para os armazens do arsenal.

O n.º 10 é a certidão da receita de 26.432:2:10 e os mais documentos são tambem poucos valiosos.

NUMERO 8.

Resposta da corte ao conde de Sargedás, datada  
de 27 de setembro de 1813, sobre a extinção  
da inquisição de Goa.

N.º 440.—Ilm.º e exm.º sr.—A' augusta presença de  
sua alteza real o principe regente nosso sr. subiram os of-  
fícios de v. ex.ª debaixo dos n.ºs 9 e 67, o primeiro datado  
de 1.º de fevereiro, e o segundo de 20 de dezembro de  
1812.

No primeiro desses officios, que v. ex.ª escreveo antes  
de ter recebido a carta regia de 16 de junho do mesmo  
anno, se limitava v. ex.ª a requerer uma illucidação sobre  
a extensão dos termos, em que devia ser concedida a livre  
tolerancia dos cultos religiosos, de que fallava o artigo  
23 do tratado de commercio concluido ultimamente com a  
grande Bretanha, mas como posteriormente recebeo v.  
ex.ª a já citada carta regia, fica sendo ocioso entrar na ex-  
plicação daquelles termos, e passarei por tanto a tratar do  
2.º officio, em que v. ex.ª se faz cargo da recepção da-  
quellas ordens.

Vio pois sua alteza real por este officio de v. ex.ª a  
maneira porque v. ex.ª tinha cumprido a referida carta  
regia, e as providencias que julgou a proposito dar em se-  
guimento desta regia disposição : pelo que devo significar a  
v. ex.ª a approvação de sua alteza real em tudo o que v.  
ex.ª praticou a semelhante respeito. Mas como parte destas  
providencias foram mui judiciosamente declaradas por v.  
ex.ª como provisórias, em quanto não recebia as reaes de-  
terminações, particularmente naquelles artigos em que v.  
ex.ª menos certo se supunha das reaes intenções, trans-

mitto a v. ex.<sup>a</sup> as decisões sobre aquelles pontos, em que v. ex.<sup>a</sup> as requer.

Pelo que toca á festa de S. Pedro martyr quer sua alteza real que ella se continue a fazer annualmente com aquella mesma decencia, que até agora se tributava ao culto daquelle santo, tanto mais quando a pensão, que a casa de Cuncolim paga para esta festividade, é assas sufficiente para a sua despesa.

A incorporação das sommas, que existiam nos cofres da inquisição, áquelles da real fazenda desse estado foi mui bem intendidamente ordenada por v. ex.<sup>a</sup>; assim como approva sua alteza real o expediente indicado por v. ex.<sup>a</sup> de se fazerem cobrar as dividas activas daquelle administração como pertencentes a real fazenda.

Quanto a grande massa de papeis existentes no archivo da inquisição, não parecendo prudente queimal-os, sem alguma especie de revisão, nem commetter esta indistinctamente a pessoa, que não estivesse no segredo de taes papeis, julgou sua alteza real a proposito mandar encarregar deste exame o promotor, em quem se conhecem os talentos e probidade necessaria para esta diligencia, e logo que elle haja concluido e feito a necessaria separação daquelles, que pareçam dignos de conservar-se, fará v. ex.<sup>a</sup> queimar todos os demais, remettendo os que ficarem, debaixo da conveniente segurança, a esta secretaria do estado.

Pelo que toca a chancelleria das tres ordens militares, que até agora se achava commettida ao inquisidor da 1.<sup>a</sup> cadeira, ficará daqui em diante unida ás funcções do chanceller da relação, sancionando sua alteza real por este modo a maneira porque v. ex.<sup>a</sup> tinha interinamente regulado este negocio.

Ultimamente pela carta regia, que será com este, se determina o vencimento dos ordenados, que daqui em diante devem ficar, percebendo os inquisidores, e promotor que serviam ultimamente na Inquisição dessa cidade.

Resta ainda responder a v. ex.<sup>a</sup> sobre a tolerancia do culto, limitando-me a significar a v. ex.<sup>a</sup> que é assas conhecida a maneira, porque as nações civilisadas se conduzem a este respeito, na parte que toca á religião dominante do paiz, e uma vez que o culto desta nada soffra pela publicidade da profissão dos outros, nem ostentação de suas ceremonias, fica este negocio no seu verdadeiro pé; tanto mais quando ali ha já o exemplo do que se praticava nas novas conquistas. Deos guarde a v. ex.<sup>a</sup>. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de setembro de 1813. *Conde das Galveas*. Sr. Conde de Sarzedas. ( livro 193, fl. 429, 1.<sup>a</sup> parte).

Carta Regia citada.

N. 441.—Conde de Sarzedas, vice-rei e capitão general de mar e terra do estado da India; amigo. Eu o princeperegente vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Havendo cessado pela disposição da carta regia de 16 de junho do anno passado as funcções dos inquisidores e mais officiaes do tribunal do santo officio existente na cidade de Goa; e tomando eu na minha real consideração o que me foi presente pelo vosso officio de 20 de dezembro do mesmo anno relativamente aos salarios dos 2 inquisidores existentes e do promotor, fui servido ordenar que pela junta da minha real fazenda desse estado se fique pagando annualmente a cada um dos citados inquisidores mil xerafins, e seiscentos ao promotor, a quem esta pensão fica servindo de compenso



pelo trabalho de que ainda fica encárregado. O que me pareceo participar-vos para vossa intelligancia e para que assim o façaes executar sem duvida ou embaraço algum. Escrita no palacio do Rio de Janeiro em 27 de setembro de 1813—*Princepe*. (Ibid fl. 432).

# NUMERO 9.

Resposta do conde de Sarzedas ao officio da córte supra referido.

N.º 67.—Illm.º e exm.º sr.—Recebi o officio de v. ex.ª n.º 440 e com elle a carta regia n.º 441 ambos da data de 27 de setembro de 1813 sobre a approvação e sancção que sua alteza real o princepe regente nosso senhor foi servido accordar ao que eu tinha praticado sobre a extincção do tribunal do santo officio de Goa. Estimo o mais possivel ter acertado em todos aquelles pontos da maneira que todos elles merecessem a real approvação. Fica em execução quanto sua alteza real ordena; e quanto á carta régia a remetti por copia á junta da real fazenda para sua execução sobre os ordenados que sua alteza real pela sua bondade foi servido conceder aos ministros, que compunham aquelle extincto tribunal, e pelo documento junto consta a sua execução.

O promotor sido frei Thomas de Noronha acha-se no exame dos papeis que sua alteza real lhe incumbio e acabado elle se praticará o mais que o mesmo augusto senhor determina, como participarei a v. ex.ª. Deos guarde a v. ex.ª. Goa 13 de agosto de 1814—Illm.º e exm.º sr. Conde das Galveas—*Conde de Sarzedas*. (livro 193 parte 1.ª fl. 433).

NUMERO 10.

Resposta da côrte ao officio do conde de Sarzedas n.º  
171 datada de 27 de janeiro de 1816.

N.º 101.—Foi presente a sua alteza real o principe regente meo senhor o officio de v. ex.ª n.º 171 datado de 27 de dezembro de 1814 (a) em que v. ex.ª dá conta do que havia praticado em virtude das suas reaes ordens a respeito dos papeis e livros que formavam o archivo da extincta inquisição de Goa; e sua alteza real ficando nesta intelligencia acabou de confirmar-se na boa opinião que já tinha do ex-promotor frei Thomas de Noronha a quem se havia commettido o trabalho da revisão, exame e separação daquelles papeis. Por esta occasião vio sua alteza real o que v. ex.ª referio a respeito da conveniencia de conferir a este digno religioso o bispado de Cochim, que elle já governou, e onde os povos instantemente o desejam, e como o arcebispo primaz tambem tractou nesta monção de semelhante materia, se propõe sua alteza real tomar-o em consideração afim de occorrer com providencias adequadas á situação em que se acham as igrejas da Asia. No entanto espera sua alteza real que o referido frei Thomas não tenha deixado de voltar a governar o bispado de Cochim aonde é da real intenção que elle con-

---

(a) No indice do livro da monção n.º 193 parte 2.ª vem o seguinte extracto desse officio—sobre a remessa dos papeis pertencentes ao extincto santo officio, segundo o exame que fez por ordem da sua alteza real frei Thomas de Noronha, e abonando este religioso: fica a fl. 1242. Mas nesta fol. não existe o mesmo officio, e ha uma lacuna de 22 folhas. Provavelmente foi elle tirado nessa mesma occasião.

serve todas as prerogativas de que gosou quando ali esteve anteriormente. O que participo a v. ex.<sup>a</sup> para que assim lhe faça saber quando seja necessario. Deos guarde a v. ex.<sup>a</sup>. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Janeiro de 1816—*Marquez de Aguiar*—Sr. Conde de Sarzedas.

### NUMERO 11.

Resposta do vice-rei Conde do Rio Pardo ao officio anterior, datada de 21 de janeiro de 1817.

N.º 65.—Illm.º e exm.º sr.— O reverendo frei Thomas de Noronha ex-promotor da extincta inquisição, do qual v. ex.<sup>a</sup> tratou no seu officio n.º 101 de 25 de Janeiro do anno passado dirigido ao meu antecessor, acha-se aqui exercendo o emprego de vigario geral da sua religião, e pouco disposto a ir para Cochim sem ser com a dignidade de bispo. Deos guarde a v. ex.<sup>a</sup>, Goa, 21 de Janeiro de 1817. Ex.<sup>mo</sup> sr. Marquez de Aguiar.—*Conde do Rio Pardo*. (Livro 194, fl. 316).

### NUMERO 12.

Officio do governador e capitão general D. José Pedro da Camara ao marquez de Pombal datado de 2 de março de 1774, que devia ir depois do numero 1.º

Illm.º e exm.º sr.—em execução das ordens que v. ex.<sup>a</sup> me communicou em carta de 10 de fevereiro do anno proximo precedente, a respeito da extinctão da inquisição desta cidade, e de fazer entrar no cofre da junta da fazenda real as sommas, que se achassem nos do

secreto e fisco, e do mais que comprehende a referida carta, em conformidade della encarreguei esta tão importante diligencia ao dezembargador ouvidor geral, cuja conta com os documentos nella accusados ponho com esta na presença de v. ex.<sup>a</sup>. Deos guarde a v. ex.<sup>a</sup>.  
Goa, 2 de março de 1775.—D. José Pedro da Camara.

### NUMERO 13.

Provisão á junta da fazenda participando a restauração da inquisição de Goa, datada de 9 de abril de 1778. que devia ir depois do n.º 4, e que foi descuberta á ultima hora.

O marquez de Angeja etc. Faço saber á junta da administração da real fazenda da cidade de Goa que attendendo a rainha minha senhora á necessidade em que as presentes circumstancias tem posto esse estado de novamente se erigirem nelle os dous tribunaes da relação e inquisição, que se achavam extinctos, para que a justiça se administre com a regularidade e promptidão necessaria: é a mesma senhora servida mandar participar a essa junta o restabelecimento dos sobreditos dous tribunaes, ordenando-lhe haja de satisfazer aos ministros, que para elles vão nomeados, os mesmos ordenados, que cada um delles costumava receber ao tempo da sua extinctão, (a) pertencentes aos ditos tribunaes, e caso de já não os haver, essa junta lhes mande assistir para a compra delles com a quantia que for sufficiente na forma da ordem que sua magestade tem participado ao governalor, que

(a) Sem duvida faltam aqui algumas palavras no registo, de que nos servimos, taes como estas—*restituindo-lhe os objectos*—para ligar com estas—*pertencentes aos ditos tribunaes etc.*

vai para esse estado na presente monção; o que essa junta assim fará executar. Francisco José Lopes Chileron a fez em Lisboa aos 9 de abril de 1778 — Luis José de Brito contador geral etc. a fez escrever. — *Marquez de Angeja*. A fiz escrever José Joaquim da Silveira Rangel. ( Livro da copia das ordens, que do erario regio vieram a junta da fazenda da real da cidade de Goa do estado da India, fl. 163 v. ).

#### NUMERO 14.

Ao que a pag. 173 se disse sobre a nomeação dos familiares, pode accrescentar-se o documento seguinte :

Conde de Villa Verde, vice-rei da India, amigo. Eu el-rei vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Havendo visto o que me escrevestes em carta de 18 de outubro de 1694 em como os inquisidores de Goa, por serem os familiares poucos, costumavam chamar para levarem os presos nos autos da fé os fidalgos, e pessoas de limpo sangue, e que estavam em boa opinião, porem que succedia que se algum inquisidor tinha com alguma pessoa alguma contenda, a não chamavam para o auto, ainda que fosse limpissima, e houvesse sido chamada para os antecedentes, como assim tinha acontecido com Dom Phelippe de Sousa, que ficou excluido no anno de 1693, porque na occasião da duvida que houve entre a inquisição e a coroa, quando se tratara o negocio de Bernardo da Silva, morador em Macáu, não aprovára o procedimento que o tribunal do santo officio tivera nesta materia, e isto havendo já ordem nesse estado da inquisição deste reino para que especialmente o dito Dom Phelippe e seus irmãos fossem chamados para levarem presos nos autos; e por esta causa se fomentavam grandes discordias, origi-

nando-se dellas muitas ruinas, o que convinha evitar, ordenando-se que só os religiosos levassem os presos, porque assim não seria este acto menos decoroso, e se obviariam os damnos referidos: me pareceo dizer-vos que ao inquisidor geral mandei participar a materia de que me destes conta; e que pela sua ficou mandar advertir aos ministros de santo officio do cuidado e attenção com que nelles devem proceder ao diante. Escrita em Lisboa a 18 de março de 1697.=  
Rey—O Conde de Alvor, P.—Para o Conde de Villa Verde, vicerrey da India. (Livro das *Monções* n.º 61, folhas 435).



**FIM.**

**Apontamentos sobre alguns inquisidores da inquisição de Goa, que encontrámos em varios documentos da secretaria e contadoria geral do estado, por occasião do nosso presente trabalho.**

1560 (a) O *Licenciado Aleixo Dias Falcão* e *Francisco Marques*. São os 1.<sup>o</sup> inquisidores, que vieram no estabelecimento do tribunal, o 1.<sup>o</sup> dos quaes servio na relação do estado, onde prestou juramento em 30 de abril de 1572 segundo consta do *Fasciculo* 5.<sup>o</sup>, 2.<sup>a</sup> parte, fl. 842, do sr. Rivara; o 2.<sup>o</sup> já era fallecido em 1564, e o seu lugar se supprimio temporariamente.

1595. *Rui Sodrinho* e *frei Thomas*.

1596. *Rui Sodrinho* e *Antonio de Barros*.

1612. *Jorge Ferreira*.

1616. *Francisco Borges de Souza* e *João Fernandes de Almeida*, 2.<sup>o</sup> inquisidor.

1620. Servia só o 2.<sup>o</sup>.

1629. *Francisco Borges de Souza*.

1629 a }  
1632 } O *Licenciado João Delgado Figueira*.

1630. Servia só o 1.<sup>o</sup> porque o 2.<sup>o</sup> regressára para o reino.

1634. *Antonio de Faria Machado* e *Jorge Seco de Macedo*. O 1.<sup>o</sup> era o mais antigo em fevereiro de 1641.

1647. *Domingos Rebello Lobo* e *João de Barros*.

1634. *Frei Lucas da Cruz*, dominicano que servio até 1651.

---

(a) Indicam os annos dos doc., onde vimos os seus nomes.

1655. *Doutor Paulo Castelino de Freitas*, 1.º inquisidor.

1661. *D. Francisco de Sousa*.

1666 a } *Doutor Francisco Delgado e Mattos*. Diz este  
1686. }  
inquisidor em 1684 que já havia 18 annos que residia em Goa; e por essa conta pomo-lo na margem 18 annos antes; porque é certo que os padres seculares quando inquisidores vinham nomeados da metropole. ( Vide *Chronista de Tisuary* n.º 6 pag. 148).

1686. *O Doutor Lopo Alvares de Moura*.

1696. *Manoel João Vieira* ( a ).

1700. *Frei Manoel da Ascenção*.

1712. *Manoel Saraiva*.

1717 a } *Sebastião Marques Proença*.

1722. }

1718. *Antonio de Amaral Coutinho*. Foi nomeado pelo cardeal inquisidor Nuno da Cunha em 21 de janeiro de 1718, e em 4 de março de 1720 obteve alvará. Falleceu em 19 de outubro de 1755 ( b ).

1736. *José Peixoto Moreira e Frei Caetano de S. José*.

---

( a ) Vimos no cartorio da relação do estado registada uma carta regia de 18 de março de 1697 para os inquisidores votarem naquelle tribunal nos casos do crime capital, e o *Breve* de sua santidade para tambem o poderem fazer [ *Livro vermelho* 2.º fl. 319 e fl. 311 ].

[ b ] No mesmo cartorio da relação achamos outra carta regia de 13 de abril de 1728, para que os visos-reis na falta dos ministros possam chamar os que tiverem acabado seu tempo e estiverem neste estado; e na falta destes os inquisidores, o que tambem se devia entender nos impedimentos. ( *Additamento do Livro Verde* fl. 7 v. ).



1751. *Manoel José dos Reis*. Foi nomeado pela provisão do conselho geral do santo officio do reino, datada de Lisboa em 17 de dezembro de 1751 e falleceo em 10 de abril de 1755 (a).

1755. *O Licenciado Manoel Marques de Azevedo*. Foi nomeado pela provisão do conselho geral de 18 de março de 1755, de que tomou posse em 27 de setembro do mesmo anno.

1761. *Padre Frei João do Pilar*, dominicano. Foi nomeado pela provisão do conselho geral de 4 de abril de 1761, de que tomou posse em 26 de setembro do mesmo anno.

1762. *Manoel Antonio Ribeiro*. Foi nomeado pela provisão do conselho geral de 22 de abril de 1762, e *José Antonio Ribeiro da Motta*.

Serviam em 1774 quando foi extincto o tribunal pelo marquez de Pombal e por isso na monção de 1775 regressaram para o reino, a seu pedido, como participou em 24 de

---

(a) Este inquisidor manejou em 1761 uma longa correspondencia que correu entre o visorei marquez de Tavora e o santo officio de Goa para se prohibir em Moçambique e Goa a permissão que tinham os mouros residentes em terras portuguezas de terem para o seu serviço os cafres, por ser em prejuizo da religião catholica, a qual não podiam os cafres praticar, estando no serviço dos mouros, sequases do Mafoma. A correspondencia começou em Moçambique por um pedido, que o commissario do santo officio naquella cidade dirigio ao visorei, quando vinha governar este estado, e aqui ouvidos os inquisidores e mais pessoas foi completamente deferido o pedido do mesmo commissario.

Acha-se tudo lançado por extenso no Livro dos assentos do conselho d'estado do respectivo anno fl. 104 a fl. 174.

fevereiro do mesmo anno o governador e capitão gen. do estado D. José Pedro da Camara.

1779. *Antonio Manoel Fragozo de Barros*. Nomeado pela provisão do inquisidor geral ( a ).

1793. *Frei José de S. Joaquim*, frade agostinho, 1.º inquisidor tomou posse em 20 de maio de 1794, e *Pedro de Figueiredo* inquisidor da 3.ª cadeira.

1795 a } Os mesmos, e *frei Bento de S. José* nomea-

1799 } do neste anno inquisidor da 2.ª cadeira.

1800 a } Só o 2.º e 3.º e parece que fallecera o 1.º,

1803 } que não está abonado no 2.º quartel, dos seus vencimentos daquelle anno.

1804. *Frei Luiz de S. José de Ribamar* inquisidor da 2.ª cadeira, de que tomou posse em 6 de fevereiro de 1804 pelo provimento, ao que parece, de frei Bento de S. José para inquisidor da 1.ª cadeira.

1805 a } *Frei Luiz de S. José de Ribamar* passou a in-

1810 } quisidor da 1.ª cadeira por nomeação de 11 de junho de 1805, e em seu lugar foi provido *frei José das Dores*, que tomou posse em 4 de dezembro do mesmo anno, e *Lourenço de Athaide* vigario geral do arcebispado, inquisidor da 3.ª cadeira, de que tomou posse em 31 de maio do mesmo anno.

1811. *Frei Luiz de S. José de Ribamar*, *Frei José das Dores*, e *Gabriel Archanho de Carvalho*, o qual pare-

---

( a ) No cartorio da relação existe outra carta regia de 1.º de abril de 1778 em que participando a restauração da inquisição deste estado, manda que em todos os casos de serem sentenciados á pena ultima alguns réos, sejam convocados os inquisidores para votarem com os ministros ( *Livro vermelho* 3.º fl. 43 ].

ce que falleceo antes de vencer o 4.º quartel daquelle anno, em que não está contemplado, e por consequencia quando em 1812 se extinguiu totalmente o tribunal existiam só os 1.º 2 inquisidores, que falleceram depois de muitos annos vencendo até a sua morte os seus ordenados.

N. B. *Antonio Gomes Pereira da Silva*. Foi nomeado por carta regia de 29 de maio de 1809 ( Doc. n.º 5 ) 1.º presidente da inquisição de Goa, de que tomou posse em 28 de setembro daquelle anno, e servio até a sua extincção, em 15 do outubro de 1812. Começou a servir neste estado desde 25 de maio de 1793, em que tomou posse de desembargador da relação até 8 de novembro de 1803 dia, em que foi rendido pelo seu successor dos diversos lugares de juiz dos feitos da corôa e fazenda, ouvidor geral do crime, chanceller interino da relação do estado, e juiz da alfandega. Sendo nomeado chanceller effectivo da relação por sua alteza real voltou a Goa, e tomou posse do cargo em 16 de outubro de 1807 com a consideração e vencimento de conselheiro ordinario no conselho da fazenda de Lisboa. Desde 10 de novembro de 1809 até 19 de dezembro de 1811 servio o lugar de provedor-mór dos defuntos e ausentes e juiz intendente das novas-conquistas etc.





# INDICE DOS CAPITULOS.

## NARRAÇÃO DE DELLON.

	Pag
<i>Capitulo 1.º</i> Motivos que me moveram a dar a presente narração . . . . .	1
<i>Capitulo 2.º</i> Causas apparentes da minha prisão.	14
<i>Capitulo 3.º</i> Da visita que fiz ao commissario da inquisição para me accusar a mim proprio e tomar conselho. . . . .	25
<i>Capitulo 4.º</i> Das causas verdadeiras da minha prisão, e o modo como fui preso .	30
<i>Capitulo 5.º</i> Descripção da prisão. Carta que fiz aos inquisidores. Elles não respondem. Extrema miseria dos presos. .	39
<i>Capitulo 6.º</i> Regresso do padre commissario e minha transferencia para Goa. . .	43
<i>Capitulo 7.º</i> Partida de Damão. Chegada a Bacaim. Demora nesta cidade. Desembarque em Goa. . . . .	47
<i>Capitulo 8.º</i> Do modo como fui conduzido á inquisição. Observações á cerca dos seos presos. . . . .	51
<i>Capitulo 9.º</i> Descreve-se a casa da inquisição de Goa. . . . .	55
<i>Additamento</i> do traductor ao capitulo 9.º . . . .	57
<i>Capitulo 10.</i> Do como são tratados os presos da inquisição. . . . .	69
<i>Capitulo 11.</i> Trata dos empregados da inquisição.	74
<i>Capitulo 12.</i> Do procedimento que tem os officiaes da inquisição com os presos.	80
<i>Capitulo 13.</i> Formalidades, que se observam na inquisição. . . . .	83

	Pag.
<i>Capitulo</i> 14. Das injustiças da inquisição em relação aos accusados do judaismo. .	97
<i>Capitulo</i> 15. Continuação das formalidades observadas na inquisição. . . . .	103
<i>Capitulo</i> 16. Outras especies de injustiças, que se praticam ordinariamente na inquisição. . . . .	106
<i>Capitulo</i> 17. Particularidades relativas aos officiaes da inquisição. . . . .	117
<i>Capitulo</i> 18. Como me conduziram á 1. <sup>a</sup> audiência e o que lá me disseram. . . . .	122
<i>Capitulo</i> 19. Minha 2. <sup>a</sup> e 3. <sup>a</sup> audiência . . . . .	124
<i>Capitulo</i> 20. O desespero leva-me a attentar contra a minha vida . . . . .	127
<i>Capitulo</i> 21. Novos attentados por effeito do desespero. . . . .	130
<i>Capitulo</i> 22. Minha 4. <sup>a</sup> audiência, na qual o promotor tira contra mim conclusões de morte. . . . .	133
<i>Capitulo</i> 23. Muitas vezes sou ainda conduzido á audiência. Varias observações sobre as praticas da inquisição. . . . .	139
<i>Capitulo</i> 24. Como soube que o auto da fé seria no dia seguinte, e como nos vestiram para assistirmos a essa cerimonia. . . . .	141
<i>Capitulo</i> 25. Das disposições que se tomaram para o auto da fé, diversos caracteriscos, com que se distinguiram os	

	Pag.
réos, segundo a qualidade dos seus crimes .....	143
<i>Capitulo 26.</i> Saida processional para o auto da fé. A ordem dessa cerimonia. . .	144
<i>Capitulo 27.</i> Do que se vio no lugar da celebração do auto da fé.....	153
<i>Capitulo 28.</i> Somos absolto da excommunhão e os condemnados ás fogueiras são entregues ao braço secular. O que se observa nesta cerimonia . .	155
<i>Additamento.</i> do traductor aos capitulos 24 a 28.	167
<i>Capitulo 29.</i> Minha despedida da inquisição; somos levados á uma casa na cidade para se nos instruir por algum tempo.....	175
<i>Capitulo 30.</i> Ainda mais uma vez sou levado á inquisição para receber as penitencias que me foram impostas.....	178
<i>Capitulo 31.</i> Algumas advertencias sobre tudo que até aqui se acha referido.....	180
<i>Capitulo 32.</i> Historia de José Pereira de Menezes	184
<i>Additamento.</i> do traductor ao capitulo 32.....	189
<i>Capitulo 33.</i> Do destino que levaram algumas pessoas, que comigo saíram no auto da fé.....	206
<i>Capitulo 34.</i> Partida de Goa; chegada ao Brazil e depois a Lisboa .....	208
<i>Capitulo 35.</i> Mandam-me para as galés. Descrição deste lugar.....	210
<i>Capitulo 36.</i> Muitas vezes requeiro a inquisição	

	Pag.
a minha liberdade e finalmente a obtenho . . . . .	214
<i>Capitulo 37.</i> Minha saída de Lisboa e chegada à França. . . . .	218
<i>Capitulo 38.</i> Historia d'um fidalgo, que revela o espirito que predomina no santo officio. . . . .	221
<i>Capitulo 39.</i> Outra historia. . . . .	221

## APPENDICE.

<i>Mémoria</i> de Buchanan sobre a inquisição de Goa. . . . .	229
--	-----

## DOCUMENTOS.

N.º 1.º Carta regia da 1.ª extinção da inqui- sição de Goa em 1774. . . . .	265
N.º 2.º Carta do desembargador ouvidor geral, Feliciano Ramos Nobre Mourão sobre a mesma extinção. . . . .	266
N.º 3.º Recibo da entrega de duas provisões da extinção referida . . . . .	271
N.º 4.º Resposta do marquez de Pombal sobre a mesma extinção . . . . .	272
N.º 5.º Carta regia nomeando presidente secular para a mesma inquisição . . . . .	272
N.º 6.º Carta regia ordenando a extinção pela 2.ª vez da mesma, em 1812. . . . .	274
N.º 7.º Resposta do vice-rei conde de Sarzedas sobre a extinção ordenada . . . . .	276



	Pag.
Documentos do antecedente officio.....	282
N.º 8. Resposta do ministerio ao conde de Sarzedas.....	288
Carta regia citada na resposta.....	290
N.º 9. Officio do conde de Sarzedas ao ministro.....	291
N.º 10. Dito do ministro ao conde de Sarzedas.....	292
N.º 11. Resposta do conde do Rio Pardo ao ministro.....	293
N.º 12. Officio do governador e capitão general D. José Pedro da Camara que devia ir depois do n.º 2.....	293
N.º 13. Provisão á junta da fazenda, sobre a restauração da inquisição em 1778...	264
N.º 14. Um documento sobre os familiares do santo officio.....	295

## NOTA DAS PRINCIPAES ERRATAS.

Paginas.	Linha.	Errata:	Emenda.
6	30	1779	1778
33	20	Paludauns	Paludanus
66	7	1779	1778
89	12	Lusitana	historica
101	17	vós	vos
112	18	temo	tem
112	21	tendo	tênho
112	26	elevant	e levar
113	8	a	ao
113	21	aliciando	alienando
194	9	por	para
195	7	pode	podia
205	16	do	de
210	20	desta cidade	do santo officio
244	24	foi	fui

*Relação nominal dos sr.<sup>es</sup> subscriptores.*

	N. <sup>o</sup> dos Exempla- res subscriptos.
Antonio Reginaldo Lopes.....	1
Antonio Maria Xavier .....	1
Antonio Elvaim .....	1
Alarico da Costa Campos .....	1
Agostinho Carneiro de Sousa e Faro.....	1
Antonio L. Pegado... ..	1
Antonio Francisco Sales d' Andrade.....	1
Antonio Phelippe Rodrigues.....	1
Bernardo José de Sousa e Brito .....	1
Bazilio Santimano.....	1
Bernardo dos Reis.....	1
Caetano Francisco Velho.....	1
C. J. Christovam da Costa .....	1
Candido Antonio I. S. Fernandes.....	1
Camilo do Rozario e Costa.....	1
Caetano Manoel Mendes.....	2
Constantino Pereira de Lima.....	1
Diogo Antonio Dalgado.....	1
Diogo Felipe Andrade .....	1
Domingos José Fernandes.....	1
Eduardo do Rozario Falleiro .....	1
Eugenio J. Pereira Nunes.....	1
Francisco Manoel Barros.....	1
Felippe Basilio Gomes.....	1
Faustino Antonio Gomes de Silva.....	1
Francisco Xavier Corrêa da Silva.....	1

Ignacio Salvador de Sousa .....	1
José Avelino Peres .....	1
João Joaquim d'Oliveira Nogar .....	1
Joaquim Mourão J .....	1
José Gabriel Dias .....	1
Joaquim Vicente de Sá .....	1
João Ferreira Martins .....	1
José Sebastião C. e Sousa .....	1
José Severino d'Andrade .....	1
José Joaquim Gonsalves .....	1
João Bernardo Tolentino Ferrão .....	1
João Caetano da Silva Campos .....	1
João Vicente d'Oliveira Pegado .....	1
João Miguel Mariano Pires .....	1
José de Vasconcellos Guedes de Carvalho .....	1
José Antonio d'Abreu .....	1
José Felipe de Quadros .....	1
Luiz João Roque de Bregança .....	1
Luiz Caetano do Rozario Martins .....	1
Luiz Maria d'Araujo .....	1
Miguel Antonio da Costa .....	1
Narciso Feliciano de Sousa .....	1
Nicoláo do Rozario e Sousa .....	1
Suriagy Ananda Rau .....	1
Salvador Victor de Sá .....	1
T. Fermino da Costa Campos .....	1
Tito Josefino d'Almeida .....	1
Vicente Francisco Lucas Belflor d'Azaredo .....	1







Σ. 1. 24

